

Maria Cecília de Souza Minayo

# O DESAFIO DO CONHECIMENTO

PESQUISA QUALITATIVA EM SAÚDE

---

14.<sup>a</sup> EDIÇÃO



HUCITEC EDITORA

Esta obra, a partir da nona edição, constitui uma revisão ampliada e aprimorada do livro *O Desafio do Conhecimento*. Nele, Cecília Minayo, uma das autoras brasileiras mais importantes no campo das ciências sociais em saúde, introduz o leitor nas abordagens desse ramo do conhecimento e, em especial, da pesquisa qualitativa aplicada à saúde. O livro faz uma releitura das edições anteriores, colocando-se em dia com as mudanças no campo das ciências em geral, no campo das ciências sociais e no campo metodológico. É, por isso, um texto aprofundado e complexo que evidencia os anos de experiência pessoal e de trabalho em equipe da autora.

Embora ofereça elementos para elaboração de investigações sociais de qualquer tipo, o forte deste livro é a construção de pesquisas empíricas. Para isso, a autora trata da metodologia como um campo de conhecimento específico e ao mesmo tempo articulado com as teorias sociais, com a filosofia da ciência e com os influxos das mudanças no mundo da vida. Esta obra está composta por cinco partes, além da introdução e da conclusão.

Na primeira parte, são analisados os conceitos principais que dão consistência ao tema da metodologia e das abordagens qualitativas. Na segunda parte, são abordadas as principais teorias sociais com seu acervo de métodos, pois a autora entende que teoria e método caminham juntos. Na terceira parte, são apresentados e problematizados todos os passos para construção de um projeto de pesquisa qualitativa e para o processo exploratório que qualquer investigação requer. Na quarta parte, são tratadas as bases teóricas, as estratégias e as técnicas de trabalho de campo. Na quinta parte, estão abordadas várias técnicas de análise, além de uma reflexão específica sobre validação e fidedignidade em investigação qualitativa e uma proposta para triangulação de métodos quantitativos e qualitativos.

Pela abrangência e profundidade que contém, este livro, além de propor instrumentos efetivos de abordagem qualitativa é também uma fonte de reflexão sobre o lugar do social no campo da saúde.

*Saúde em Debate* 46

direção de

Gastão Wagner de Sousa Campos

Maria Cecília de Souza Minayo

José Rubem de Alcântara Bonfim

Marco Akerman

Marcos Drumond Júnior

Yara Maria de Carvalho

ex-diretores

David Capistrano Filho

Emerson Elias Merhy

É por certo a saúde coisa mui preciosa, a única merecedora de todas as nossas atenções e cuidados e de que a ela se sacrifiquem não somente todos os bens mas a própria vida, porquanto na sua ausência a existência se nos torna pesada e porque sem ela o prazer, a sabedoria, a ciência, e até a virtude se turvam e se esvaem.

— MICHEL EYQUEM DE MONTAIGNE (1533-1592).  
*Ensaíos*. "Da semelhança dos pais com os filhos".  
Trad. Sérgio Milliet

Saúde em Debate

TÍTULOS PUBLICADOS APÓS JANEIRO DE 2010

- Atenção em Saúde Mental para Crianças e Adolescentes no SUS*, Edith Lauridsen-Ribeiro & Oswaldo Yoshimi Tanaka (orgs.)
- Dilemas e Desafios da Gestão Municipal do SUS: Avaliação da Implantação do Sistema Municipal de Saúde em Vitória da Conquista (Bahia) 1997-2008*, Jorge José Santos Pereira Solla
- Semiótica, Afecção e o Trabalho em Saúde*, Túlio Batista Franco & Valéria do Carmo Ramos
- Adoecimento Crônico Infantil: um estudo das narrativas familiares*, Marcelo Castellanos
- Poder, Autonomia e Responsabilização: Promoção da Saúde em Espaços Sociais da Vida Cotidiana*, Kênia Lara Silva & Roseli Rosângela de Sena
- Política e Gestão Pública em Saúde*, Nelson Ibanez, Paulo Eduardo Mangeon Elias & Paulo Henrique D'Angelo Seixas (orgs.)
- Educação Popular na Formação Universitária: Reflexões com Base em uma Experiência*, Eymard Mourão Vasconcelos & Pedro José Santos Carneiro Cruz (orgs.)
- O Ensino das Práticas Integrativas e Complementares: Experiências e Percepções*, Nelson Filice de Barros, Pamela Siegel & Márcia Aparecida Padovan Orani (orgs.)
- Saúde Suplementar, Biopolítica e Promoção da Saúde*, Carlos Dimas Martins Ribeiro, Túlio Batista Franco, Aluisio Gomes da Silva Júnior, Rita de Cássia Duarte Lima, Cristina Setenta Andrade (orgs.)
- Promoção da Saúde: Práticas Grupais na Estratégia Saúde da Família*, João Leite Ferreira Neto & Luciana Kind Rizzotto
- Capitalismo e Saúde no Brasil nos anos 90: as Propostas do Banco Mundial e o Desmonte do SUS*, Maria Lucia Frizon
- Masculino e Feminino: a Primeira Vez. A Análise de Gênero sobre a Sexualidade na Adolescência*, Silmara Conchão
- Educação Médica: Gestão, Cuidado, Avaliação*, Joao José Neves Marins & Sergio Rego (orgs.)
- Retratos da Formação Médica nos Novos Cenários de Prática*, Maria Inês Nogueira
- Saúde da Mulher na Diversidade do Cuidado na Atenção Básica*, Raimunda Magalhães da Silva, Luiza Jane Eyre de Souza Vieira, Patrícia Moreira Costa Collares (orgs.)
- Cuidados da Doença Crônica na Atenção Primária de Saúde*, Nelson Filice de Barros (org.)
- Tempos Turbulentos na Saúde Pública Brasileira: Impasses do Financiamento no Capitalismo Financeirizado*, Áquilas Mendes
- A Melhoria Rápida da Qualidade nas Organizações de Saúde*, Georges Maguerez
- Saúde, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação*, Ana Luiza d'Ávila Viana, Aylene Bousquat & Nelson Ibanez
- Tecendo Redes: os Planos de Educação, Cuidado e Gestão na Construção do SUS. A Experiência de Volta Redonda (RJ)*, Suely Pinto, Túlio Batista Franco, Marta Gama de Magalhães, Paulo Eduardo Xavier Mendonça, Angela Guidoreni, Kathleen Tereza da Cruz & Emerson Elias Merhy (orgs.)
- Coquetel. A Incrível História dos Antirretrovirais e do Tratamento da Aids no Brasil*, Mário Scheffer
- Piscianálise e Saúde Coletiva: Interfaces*, Rosana Onocko Campos
- A Medicina da Alma: Artes do Viver e Discursos Terapêuticos*, Paulo Henrique Fernandes Silveira
- Clínica Comum: Itinerários de uma Formação em Saúde*, Angela Aparecida Capozzolo, Sidnei José Casetto & Alexandre de Oliveira Henz (orgs.)
- Práxis e Formação Paideia: Apoio e Cogestão em Saúde*, Gastão Wagner de Sousa Campos, Gustavo Tenório Cunha & Mariana Dorsa Figueiredo (orgs.)
- Intercâmbio Solidário de Saberes em Saúde: Racionalidades Médicas e Práticas Integrativas e Complementares*, Marilene Cabral do Nascimento & Maria Inês Nogueira (orgs.)
- Depois da Reforma. Contribuição para a Crítica da Saúde Coletiva*, Giovanni Gurgel Aciole
- Diálogos sobre a Boca*, Carlos Botazzo
- Violência e Saúde na diversidade dos escritos acadêmicos*, Luiza Jane Eyre de Souza Vieira, Raimunda Magalhães da Silva & Samira Valentim Gama Lira (orgs.)
- Trabalho, Produção do Cuidado e Subjetividade em Saúde: Textos Reunidos*, Tulio Batista Franco & Emerson Elias Merhy
- Adoecimentos e Sofrimentos de Longa Duração*, Ana Maria Canesqui (org.)
- Os Hospitais no Brasil*, Ivan Coelho
- As Bases do Raciocínio Médico*, Fernando Queiroz Monte
- A Saúde entre os Negócios e a Questão Social: Privatização, Modernização e Segregação na Ditadura Civil-Militar (1964-1985)*, Felipe Monte Cardoso
- Descentralização e Política de Saúde: Origens, Contexto e Alcance da Descentralização*, Ana Luiza d'Ávila Viana
- Análise Institucional e Saúde Coletiva no Brasil*, Solange L'Ábbate, Lucia Cardoso Mourão & Luciane Maria Pezzato (orgs.)
- Por uma Crítica da Promoção da Saúde: Contradições e Potencialidades no Contexto do SUS*, Kathleen Elane Leal Vasconcelos & Maria Dalva Horácio da Costa (orgs.)
- Fisioterapia e Saúde Coletiva: Reflexões, Fundamentos e Desafios*, José Patrício Bispo Júnior (org.)
- Educação Popular na Universidade: reflexões e vivências da Articulação Nacional de Extensão Popular (Anepop)*, Pedro José Santos Carneiro Cruz, Marcos Oliveira Dias Vasconcelos, Fernanda Isabela Gondim Sarmento, Murilo Leandro Marcos & Eymard Mourão Vasconcelos (orgs.)
- Regiões de Saúde: Diversidade e Processo de Regionalização em Mato Grosso*, João Henrique Scatena, Ruth Terezinha Kehrig & Maria Angélica dos Santos Spinelli (orgs.)

AS DEMAIS OBRAS DA COLEÇÃO SAÚDE EM DEBATE ACHAM-SE NO FINAL DO LIVRO.

O DESAFIO DO CONHECIMENTO  
Pesquisa Qualitativa em Saúde

DE MARIA CECÍLIA DE SOUZA MINAYO, NA EDITORA HUCITEC

*Limites da Exclusão Social: Meninos e Meninas de Rua no Brasil*  
(organizadora)

*Os Muitos Brasis: Saúde e População na Década de 80*  
(organizadora)

*Tratado de Saúde Coletiva*  
(organizadora, com Gastão Wagner de Sousa Campos,  
Marco Akerman, Marcos Drumond Jr. & Yara Maria de Carvalho)

Jenika Medeiros  
18/03/19

MARIA CECÍLIA DE SOUZA MINAYO

O DESAFIO DO CONHECIMENTO  
Pesquisa Qualitativa em Saúde

DÉCIMA QUARTA EDIÇÃO

HUCITEC EDITORA  
São Paulo, 2014

© 2004, de Maria Cecília de Souza Minayo.

© 2014, desta edição de  
Hucitec Editora Ltda.,  
Rua Águas Virtuosas, 323  
02532-000 São Paulo, SP.  
Telefone (55) 11 2373-6411  
www.huciteceditora.com.br  
lerereler@huciteceditora.com.br

Depósito Legal efetuado.

Coordenação editorial  
MARIANA NADA

Assessoria editorial  
MARIANGELA GIANNELLA

Circulação  
comercial@huciteceditora.com.br / jmlivros@gmail.com  
Tel.: (11)3892-7772 – Fax: (11)3892-7776

Dados de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Sandra Regina Vitzel Domingues)

---

M615 Minayo, Maria Cecília de Souza  
O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em  
saúde./Maria Cecília de Souza Minayo. – 14. ed. – São Paulo:  
Hucitec, 2014.  
407 p.; 21 cm. – (Saúde em Debate; 46)  
Referências: p. 393  
ISBN 978-85-271-0181-3

1. Pesquisas Sociais – Metodologia 2. Saúde Pública  
– Pesquisa I. Título II. Série

CDD 614.072

---

Índice para catálogo sistemático:

1. Pesquisas Sociais: Metodologia 614.072
2. Pesquisas: Saúde Pública 614.072



## Dedicatória e Agradecimentos

*A Carlos, companheiro em todas as dificuldades, de todas as horas, de todos os dias, de todos os projetos e de todas as realizações. A quem agradeço também a revisão final deste livro.*

*Em memória de Deborah, filha querida que nos assiste com sua luz e seu amor.*

*A Christiana e Miryam, filhas queridas, livres para ser e para voar, com as quais partilho crescimento, amor e esperança.*

*Às companheiras e aos companheiros do Claves, onde aprendo a conviver, compartilhar, dividir e multiplicar experiências de trabalhar em equipe, produzir pesquisas, disseminar conhecimentos, servir à sociedade e cultivar amizades.*

*Aos meus orientandos e orientandas de mestrado e doutorado da Fiocruz com quem partilho conhecimentos, indagações, descobertas e projetos de vida.*

*A Danúzia de Paula e a Marcelo Pereira que muito me ajudaram na parte técnica de finalização deste trabalho.*



## SUMÁRIO

	PÁG.
APRESENTAÇÃO	11
Capítulo 1 INTRODUÇÃO AO DESAFIO DO CONHECIMENTO	21
<b>Parte I</b> CONCEITOS BÁSICOS SOBRE METODOLOGIA E SOBRE ABODAGENS QUALITATIVAS	35
Capítulo 2 METODOLOGIA DE PESQUISA SOCIAL E EM SAÚDE	39
Capítulo 3 CONTRADIÇÕES E CONSENSOS NA COMBINAÇÃO DE MÉTODOS QUANTITATIVOS E QUALITATIVOS	54
<b>Parte II</b> TEORIA, EPISTEMOLOGIA E MÉTODOS: CAMINHOS DO PENSAMENTO	77
Capítulo 4 CORRENTES DE PENSAMENTO	81
Capítulo 5 MODALIDADES DE ABORDAGENS COMPREENSIVAS	143

<b>Parte III</b>	
CONSTRUÇÃO DO PROJETO DE PESQUISA: FASE EXPLORATÓRIA	171
Capítulo 6	
CONCEITOS PARA OPERACIONALIZAÇÃO DA PESQUISA	175
Capítulo 7	
PROJETO DE INVESTIGAÇÃO	182
Capítulo 8	
CONSTRUÇÃO DOS INSTRUMENTOS E EXPLORAÇÃO DE CAMPO	189
<b>Parte IV</b>	
TRABALHO DE CAMPO: TEORIA, ESTRATÉGIAS E TÉCNICAS	201
Capítulo 9	
PALAVRA, INTERAÇÕES E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS	204
Capítulo 10	
TÉCNICAS DE PESQUISA	261
<b>Parte V</b>	299
FASE DE ANÁLISE DO MATERIAL QUALITATIVO	
Capítulo 11	
TÉCNICAS DE ANÁLISE DE MATERIAL QUALITATIVO	303
Capítulo 12	
TRIANGULAÇÃO DE MÉTODOS QUANTITATIVOS E QUALITATIVOS	361
Capítulo 13	
SOBRE VALIDADE E VERIFICAÇÃO EM PESQUISA QUALITATIVA	373
CONCLUSÃO	385
REFERÊNCIAS	393

## APRESENTAÇÃO

NESTA EDIÇÃO busco atualizar e ampliar as oito versões anteriores de *O Desafio do Conhecimento*. Nada fez tanto jus ao nome deste trabalho como o desafio que foi colocá-lo em dia com o meu próprio amadurecimento, com os avanços da teoria da ciência que ocorreram nesse período e com a produção intelectual no campo da pesquisa qualitativa, principalmente da pesquisa qualitativa em saúde. Foi muito difícil reformar o texto. Ao fazê-lo entendi o sentido do termo *revolução*: pois teria sido menos penoso acabar com tudo e começar de novo. Também compreendi muito mais a mim mesma e as coisas que venho dizendo e ouvindo sobre a questão da inexorável historicidade de tudo o que é humano. Pois, mesmo numa obra em que, pretensamente, trate do lado padronizado e operativo de como fazer ciência, eu senti muito o peso, a leveza e a fugacidade das mudanças.

O lado bom desta experiência de revisão foi a descoberta de que eu também amadureci, atualizando-me com o tempo, fazendo sínteses mais elaboradas e tudo isso impulsionada pelas pesquisas permanentes e incontáveis desenvolvidas individualmente ou em colaboração com os investigadores e investigadoras do Claves (Centro Latino-Americano de Estu-

dos sobre Violência e Saúde) o centro de pesquisa onde me localizo na Fiocruz. É importante ressaltar que nesse processo de crescimento muito vêm contribuindo comigo meus orientandos de mestrado e doutorado com quem mais aprendo que ensino.

Tive um dilema na escolha de novas citações para o livro. Fiquei preocupada porque cresceram exponencialmente as investigações qualitativas nestes doze anos no Brasil e no mundo e não teria como trabalhar com todas as referências hoje existentes e disponíveis, a não ser fazendo uma revisão crítica da produção. Decidi que não seria este meu papel, neste livro, pois apresentar uma revisão significaria um volume de trabalho imenso e fugiria ao escopo da obra. Escolhi referenciar apenas as obras que ajudassem na argumentação do trabalho. No entanto, quero expressar minha satisfação ao constatar o crescimento em número e em rigor dos trabalhos empíricos e dos marcos teórico-metodológicos de tantos estudos.

Nesta apresentação esboçarei alguns pensamentos sobre as transformações históricas e sociológicas que acabaram contribuindo para aperfeiçoar as formas, o sentido e a ética da pesquisa no mundo contemporâneo. Mesmo sendo esta uma obra voltada para o desenvolvimento de metodologias e práticas teóricas, julguei que ao leitor interessaria discutir os desafios do campo da ciência e da tecnologia que se tornaram nos mais importantes fatores produtivos e de geração de riqueza no mundo atual. A esse contexto denomino *lado externo da ciência*. O lado *interno* que corresponde a um jargão específico e a torna passível de ser reconhecida e apropriada em todo o mundo é o objeto deste livro.

O lado *externo* da ciência a que me refiro é movido pelas mudanças nos processos produtivos e de trabalho em todos os setores, mudanças essas indubitavelmente impulsionadas hoje pela ciência e facilitadas pela chamada revolução da microeletrônica e por todo o complexo informacional-comunicacional.

É muito ingênuo pensar que, numa época de tão aceleradas transformações e que atingem as duas categorias fundamentais do pensamento humano, espaço e tempo, o mundo universitário e das instituições de pesquisa pudesse permanecer intocado. O paradoxo dessa situação, no entanto, vem do fato de que as mudanças aceleradoras do desenvolvimento vêm exatamente do campo da ciência e da tecnologia, cuja dinâmica movimenta o surgimento das inovações nos mercados de capital, trabalho, bens e serviços. Por sua vez, esse mercado de alguma forma globalizado ou intensamente internacionalizado e interdependente, exige readequações nos modos de fazer ciência, tanto nos processos metodológicos, portanto internos à produção científica, como nas situações e condições de trabalho que dizem respeito ao perfil dos investigadores e das instituições, às formas de organizar, de financiar, de fazer e de avaliar pesquisa.

Essas transformações se intensificaram nas duas últimas décadas do século XX e vão se transformando em práxis no século XXI. A introdução de novas tecnologias, matérias-primas e formas de organização da produção não só estão remodelando as bases materiais da sociedade, como vão redefinindo as relações entre a economia, o Estado e a sociedade. A principal repercussão de tais processos no campo da ciência é que seus avanços já não ocorrem mais por meio de incrementos graduais numa disciplina científica dada, mas, quase sempre e cada vez mais, por meio da solução de problemas complexos que atravessam várias disciplinas. Essas mudanças mobilizam todos os elementos das forças produtivas e das relações de produção do campo científico: os investigadores com seus requisitos especiais de formação e condições de trabalho; os novos instrumentos teórico-metodológicos que devem ser incorporados e as células físicas e singulares que são as unidades de investigação (Pellegrini, 2000).

Uma expressão da capacidade de adaptação do setor, e que aparece como tendência dos grupos e instituições mais

dinâmicos, é a nova modalidade *do trabalho em rede* e em cooperação diversificada, juntando, freqüentemente, várias unidades de uma mesma instituição, várias universidades, institutos de pesquisa, grupos de consultorias e empresas de um país e de diversos países, que passam a se organizar ao redor de um *campus (real e virtual)* e estabelecem relações entre si, de acordo com seus interesses, em projetos específicos e sobre temas considerados relevantes para cada um.

Nesse ambiente, denominado por alguns "sistema de produção de conhecimento socialmente distribuído" (Pellegrini, 2000), a universidade e os centros de pesquisa tradicionais são questionados e desafiados em sua *performance*, sendo chamados a evoluir de uma situação de instituição fechada sobre si mesma e sobre sua própria produtividade, para se transformar num núcleo irradiador de relações e de construção do conhecimento. Novas tecnologias de informação e comunicação tornam viável uma organização de trabalho mais ágil no tempo e no espaço, assegurando a fluidez das relações entre os participantes dos projetos, geralmente coordenados por um grupo sob a liderança de pesquisadores experientes. Cria-se assim uma modalidade nova de "universidade", no sentido literal do termo, que funciona num misto de pluralidade de pessoas, de locais, e de realidades presenciais e virtuais. Ora, essa nova dinâmica tende a romper barreiras de departamentos, de disciplinas e, também, a pôr em xeque idéias de carreiras tradicionais regulares e de estabilidade no emprego, interferindo, muitas vezes negativamente, nas relações de trabalho.

Em todas as épocas históricas, a sociologia da ciência evidencia algumas disciplinas liderando os processos de mudança. Hoje duas áreas dão a direção das transformações pós-modernas: a chamada "nova biologia", principalmente nas especialidades que se constroem em torno da genética; e todo o campo das ciências da computação que se constitui na estrada larga por onde passa a maioria das possibilidades de inovações. As novas formas de fazer ciência nessas áreas fo-



ram cunhadas com o epíteto de "big science", cujas características principais são: (1) um conhecimento construído de maneira coordenada e cooperativa envolvendo grande número de pesquisadores e de centros de pesquisa; (2) um processo liderado por algum centro, universidade ou empresa, em torno dos quais se congrega um número de pesquisadores selecionados e diferenciados; (3) um ou alguns pesquisadores formam a base do projeto e o coordenam, (4) uma relativização dos espaços fixos, pois o projeto pode estar em qualquer estado do país ou em qualquer parte do mundo, sediado em qualquer universidade ou instituto que ofereça apoio ou suporte para isso, (5) uma inclusão de pessoas e grupos de pesquisa nos mais diferentes estágios, agregando, portanto, jovens investigadores e grupos emergentes.

As novas modalidades do processo de trabalho investigativo que vão paulatinamente se afigurando inovam também na gestão científica, à medida que socializam tarefas, descentralizam atividades de coordenação e responsabilizam a todos os que aceitam participar dos processos. A produção na modalidade "big science" tem metas bem-definidas entre todos os participantes e prazos para apresentação de resultados, já anteriormente previstos no projeto inicial. A forma de comunicação privilegiada é a virtual, congregando pessoas e grupos em tempo real. Os produtos são cooperativos e os créditos pelo trabalho são socialmente distribuídos, embora de forma hierarquizada por mérito.

Do ponto de vista *interno* da produção do conhecimento, a ampliação das possibilidades trazidas pelo modelo "big science" dissolve, na prática, a antiga dicotomia entre ciência básica e ciência aplicada, pois cada vez mais se criam estratégias visando a articular processos de investigação com desenvolvimento tecnológico e de produção. A disjuntiva entre "ciência para compreender", "ciência para explicar" e "ciência para aplicar" processualmente vai sendo substituída pelo conceito de *pesquisa estratégica* (Pellegrini, 2000), que, segundo Bulmer

(1978), significa a execução de investigações que associam o desenvolvimento de conceitos básicos, com estratégias interdisciplinares e de aplicação tanto para a formulação de políticas públicas como para a criação de instrumentos de inovação tecnológica.

Nesse contexto de transformações, o papel do Estado como único agente financiador em diálogo exclusivo com a comunidade científica se relativiza, embora seja ele ainda o maior mantenedor do desenvolvimento da ciência em todo o mundo. Cada vez mais, parceiros tanto do universo empresarial como da sociedade civil são chamados a se colocar ao lado do Estado no financiamento, na discussão das propostas e na aplicação dos resultados. Assim, a ciência é assumida como atividade que intervém na dinâmica social, devendo ter suas prioridades definidas de forma coletiva e pública.

Também se recoloca, em tais circunstâncias, o sentido da formulação de prioridades. O tema das "prioridades em pesquisa" foi sempre um tabu no âmbito da ciência tradicional, como se as instituições científicas existissem acima e independentemente da sociedade. A nova forma de fazer ciência levanta a questão de que não apenas os cientistas devem formular prioridades, mas estar abertos a um conjunto de atores, em espaços que facilitem a formação de consensos.

Por fim, cria-se a necessidade de rever a economia interna do campo de investigação, refletindo-se sobre opções metodológicas que respondam aos desafios colocados pelas transformações. Especificamente na área da saúde alguns desses desafios podem ser pontuados: (a) necessidade de se construir uma abertura para modelos de "investigação por problemas", que rompam a lógica unidisciplinar e adotem estratégias inter e transdisciplinares. Essas estratégias devem ser entendidas como a construção de possibilidades de trânsito por campos de conhecimento distintos. É claro que tal abertura tem, como pré-condição de sua efetividade, a cooperação e o diálogo entre investigadores de áreas distintas, em todas

as etapas de uma pesquisa (Minayo, 2003; 2005); (b) A construção de um *pensamento complexo*, que atua pela busca de interações e interconexões entre conceitos, noções e métodos das várias disciplinas e das relações entre o todo e parte que um tema específico representa (Minayo & Minayo-Gomez, 2002); (c) A abertura para o trabalho coletivo, tratando a *pluralidade* de pensamento e de experiências como elementos de enriquecimento do grupo (Minayo, Assis & Souza, 2005); (d) Por fim, a *articulação dos conhecimentos gerados com as práticas*, voltadas para as necessidades concretas da população (Pellegrini, Almeida Filho & Trostle, 1998).

Novos problemas eclodem na dinâmica contemporânea do campo científico. Dos mais graves são as investidas das empresas privadas, uma vez que ciência e tecnologia se tornaram o fator de produção mais cobiçado, visando à “mercantilização” das atividades de pesquisa sobre temas cujas descobertas são potencialmente muito lucrativas. Os padrões de competitividade entre os países passam a se basear no domínio de novas tecnologias, levando a que os resultados das investigações sejam privatizados já desde a concepção da pesquisa, sobretudo por meio de contratos fechados, por exemplo, entre universidade e empresa. Essa dinâmica do mercado, potencializada pelos mecanismos internacionais de proteção à propriedade intelectual, acaba por monopolizar o conhecimento e a dificultar as possibilidades de sua transferência visando ao bem comum. Presencia-se ou mobiliza-se, hoje, o estabelecimento de esquemas de aliança entre países e empresas para o acesso às inovações e a constituição de megamercados, cuja lógica é a busca por recuperar, rapidamente, os investimentos feitos em produtos e processos altamente lucrativos. Por sua vez, dado o alto valor dos conhecimentos científicos como força produtiva, numa contradição inescapável, os produtos gerados rapidamente se tornam obsoletos.

Em conseqüência, os processos de investimento privado e estatal dos países desenvolvidos, comparados com os escas-

tos investimentos dos países subdesenvolvidos, estão favorecendo o aumento das desigualdades científicas e tecnológicas. Castells (1998) lembra que houve uma formidável aceleração do desenvolvimento provocada pela liberação das forças produtivas geradas pelas novas tecnologias e, ao mesmo tempo, a consolidação da pobreza extrema.

Neste momento histórico em que ciência e tecnologia são as maiores fontes de agregação de valores, foi preciso que, numa Conferência Mundial em Budapeste, em 1999, a *Unesco e o Conselho Internacional para a Ciência* reunissem cientistas do mundo inteiro e estabelecessem alguns parâmetros éticos para atuação do setor através do lema "Ciência para o Século XXI: Um Novo Compromisso". O principal diagnóstico dos cientistas que participaram desse evento é que o futuro da Humanidade dependerá cada vez mais de que a produção, distribuição e utilização do conhecimento científico sejam equitativas. Portanto, seria importante e urgente que a comunidade internacional fizesse investimentos específicos, nesse sentido, nos países subdesenvolvidos. Nas conclusões desse evento algumas afirmações foram consensualizadas: (a) a ciência deve estar a serviço de toda a humanidade; (b) a ciência deve contribuir para o conhecimento mais profundo da natureza e da sociedade; (c) a ciência deve contribuir para a qualidade de vida e para criar um ambiente saudável para as gerações presentes e futuras (Unesco & Icsu, 1999).

Apesar dos elementos contextuais, fortemente marcados pelas mudanças globais de financiamento e de formas de gestão científica, é preciso lembrar que a maioria das dificuldades vividas no meio científico contemporâneo se deve a problemas de ordem microinstitucionais e psicossociais. Elas se configuram em forma de resistência a mudanças concretas, por parte de instituições e de pesquisadores. O medo de se colocar em dia, o temor ao desconhecido, o conservadorismo por convicção ou por comodismo estão presentes nas instituições mais tradicionais que se regem por padrões muito rí-

gidos de organização da produção do saber, geralmente construídos em práticas unidisciplinares. Na maioria dos casos, essas configurações tendem a se aprofundar. As mudanças são vistas como modismo, como "onda do livre mercado", desconhecendo-se o que freqüentemente está em jogo: as dificuldades culturais e mentais do *aggiornamento*. Por exemplo, em lugar de uma busca de organização em função da *missão* de gerar conhecimentos, hoje muitas universidades e centros de pesquisa no Brasil se perdem na gestão do excesso de corpos colegiados, de comissões e de consultas internas. Nos países em desenvolvimento, as dificuldades institucionais de mudança geralmente vêm tendo como conseqüência, em lugar de uma capacidade de resposta aos desafios atuais da Ciência & Tecnologia, a exagerada politização de qualquer decisão, a burocratização dos processos e a reprodução dos interesses corporativos (Pellegrini, 2000). Predomina nelas o *instinto de autopreservação* (travestido de democratismo) diante do medo de dar os passos para as mudanças necessárias.

Terminando, resumo as duas idéias principais aqui tratadas. A primeira: fazer pesquisa constitui um processo de trabalho complexo que envolve teoria, método, operacionalização e criatividade. É esse nível de atuação metódica e universal, permitindo a comparação de processos e de resultados, que tornou a Ciência a forma de conhecimento mais legitimada na sociedade moderna. A segunda: ser pesquisador é também estar integrado no mundo: não existe conhecimento científico acima ou fora da realidade. Mesmo um tema tão árido como método de investigação está altamente imbricado com o contexto social e histórico. Não existe "uma metodologia" interna que possa eximir o investigador dos significados atuais, para o bem e para o mal, do conceito da *Sociedade do Conhecimento*. Grupos e pessoas estão sob a mira de um desafio: ou experimentam vôos de águias ou se contentam com o conservadorismo que corrói a energia das instituições.



## Capítulo 1 INTRODUÇÃO AO DESAFIO DO CONHECIMENTO

“A última coisa que se encontra ao fazer uma obra é o que se deve colocar em primeiro lugar” (Pascal, *Pensée*, frase n.º 19, 1978), pois “sendo então todas as coisas causadas e causadoras, ajudadas e ajudantes, mediata e imediatamente, e todas se relacionando por um vínculo natural e insensível que liga as mais afastadas e mais diferentes, creio ser tão impossível conhecer as partes sem conhecer o todo como conhecer o todo, sem conhecer particularmente as partes” (Pascal, *Pensée*, frase n.º 73, 1978).

**É** DENTRO DA DIALÉTICA tão bem expressa por Pascal e citada em epígrafe que introduzo o presente trabalho, uma proposta teórico-metodológica para abordagem qualitativa das relações sociais que informam o campo da Saúde. Embora pouco a pouco a problemática vá se desdobrando, este estudo se organiza dentro de alguns pontos fundamentais que perpassam o conjunto das questões tratadas, quais sejam, a natureza do social; as relações entre indivíduo e sociedade; entre ação, estrutura e significados; entre sujeito e objeto; entre fato e valor; entre realidade e ideologia e a possibilidade do conhecimento, visto sob o prisma de algumas correntes sociológicas.

Por se constituir como um estudo sobre metodologia, é a partir desse ângulo que a problemática citada toma corpo e se explicita nos diferentes níveis de abordagem da realidade, atingindo a discussão dos métodos e das técnicas de pesquisa. Tendo como foco a questão metodológica, tento introduzir alguns eixos de reflexão, explicitando o caminho seguido. Toda a problemática aqui abordada tem como espaço privilegiado de interrogação a prática de pesquisa, que busco referenciar como a atividade fundamental na produção do conhecimento.

Na verdade este estudo é perpassado pela problematização de conceitos usualmente empregados para a construção do conhecimento e por uma teorização sobre a prática de pesquisa, entendendo-se que nem a teoria e nem a prática são isentas de interesses, de preconceitos e de incursões subjetivas. Conforme adverte Bourdieu (1972), "a teoria da prática que aparece como condição de uma ciência rigorosa das práticas, não é menos teórica" (Bourdieu, 1972, p. 157). O privilégio presente em toda atividade teórica supõe um corte epistemológico e um corte social e ambos governam sutilmente essa realidade (Bourdieu, 1972), portanto, qualquer investigador deve pôr em questão os pressupostos inerentes a sua qualidade de observador externo que importa para o objeto, os princípios de sua relação com a realidade, incluindo-se aí suas próprias relevâncias.

Dentro desse espírito, tento trabalhar o conceito de Metodologia, fugindo, de um lado, daquelas abordagens apenas teóricas que não chegam a enfrentar a prática de pesquisa; de outro, daquelas concepções que consideram o labor da investigação como uma tecnologia neutra, isenta, a ser dominada e aplicada indistintamente e independente dos pressupostos teóricos que a sustentam.

O objeto principal de discussão são as *Metodologias de Pesquisa Qualitativa*, entendidas como aquelas capazes de incorporar a questão do SIGNIFICADO e da INTENCIONALIDADE como inerentes *aos atos, às relações, e às estruturas sociais*, sendo



essas últimas tomadas tanto no seu advento quanto na sua transformação, como construções humanas significativas.

A introdução dessa definição insere conseqüências teóricas e práticas na abordagem do social. A primeira delas é uma interrogação sobre a possibilidade de se considerar científico ou não um trabalho de investigação que, ao levar em conta os níveis mais profundos das relações sociais, não pode operacionalizá-los em números e variáveis, critérios usualmente aceitos para emitir juízo de verdade no campo intelectual. Ora, essa questão remete às próprias entranhas do positivismo sociológico que apenas reconhece como ciência a atividade “objetiva”, capaz de traçar as leis e as regularidades que regem os fenômenos, menosprezando os aspectos chamados “subjetivos”, impossíveis de serem sintetizados em dados estatísticos. No entanto, o próprio positivismo tenta trabalhar a “qualidade do social”. Seja buscando substantivá-lo em variáveis. Seja por meio do estrutural-funcionalismo, focalizando os produtos da interação social como componentes funcionais da realidade. Seja tratando-os como entidades passíveis de estudo, independentemente de sua constituição pelos indivíduos.

Assim, o investimento que faço neste livro diz respeito à pesquisa qualitativa que visa a compreender a lógica interna de grupos, instituições e atores quanto a: (a) valores culturais e representações sobre sua história e temas específicos; (b) relações entre indivíduos, instituições e movimentos sociais; (c) processos históricos, sociais e de implementação de políticas públicas e sociais.

Sobre a história, o sentido e a pertinência do processo social denominado “investigação qualitativa”, devo lembrar que as diferentes teorias que o sustentam abrangem aspectos particulares e relegam outros, revelando o inevitável imbricamento entre conhecimento e interesse, entre condições históricas e avanço das ciências, entre identidade do pesquisador e seu objeto e entre a necessidade indiscutível da crítica interna e externa na objetivação do saber. A própria expressão “Meto-

dologias Qualitativas” consagra uma imprecisão, uma dificuldade histórica das teorias de se posicionarem ante a especificidade do social. Ele supõe uma afirmação da qualidade contra a quantidade, refletindo uma luta teórica entre o positivismo e as correntes compreensivistas em relação às formas de valorização dos significados. Quando se entende a interdependência e a inseparabilidade entre os aspectos quantificáveis e a vivência significativa da realidade objetiva no cotidiano, conclui-se que a referida denominação é redundante e mesmo parcial. A noção de “Metodologia de Pesquisa Social”, não fossem as conotações históricas de construção do conceito, deveria ser suficiente para qualificar o campo de abordagem das relações sociais em todos os seus aspectos históricos, estruturais e simbólicos.

Em oposição ao Positivismo, as perguntas sobre valores, representações, crenças e relações são mais bem respondidas pela Sociologia Compreensiva. Como o próprio nome indica, ela considera como tarefa das Ciências Sociais a compreensão da realidade humana vivida socialmente e de forma diferente do universo das ciências naturais. Em suas múltiplas manifestações como a Fenomenologia, a Etnometodologia, o Interaçionismo Simbólico, o SIGNIFICADO é o conceito central para a análise sociológica.

Numa oposição frontal ao positivismo, a sociologia compreensiva propõe a subjetividade como fundante de sentido e defende-a como constitutiva do social e inerente ao entendimento objetivo. Essa corrente de pensamento não se preocupa com os processos de quantificação, mas de explicar os meandros das relações sociais consideradas essência e resultado da atividade humana criadora, afetiva e racional. O universo das investigações qualitativas é o cotidiano e as experiências do senso comum, interpretadas e re-interpretadas pelos sujeitos que as vivenciam.

No entanto, a aplicação das teorias compreensivas apresenta problemas quando se realizam análises atomizadas da

realidade e dos grupos sociais, como se esses fenômenos constituíssem totalidades reduzidas a si mesmas. Nesses casos, os estudos qualitativos se ausentam de contextualizações referentes a problemas históricos, culturais e estruturais que sempre envolvem os eventos tópicos. Essa focalização dos fatos, cercando-os como se fosse possível analisá-los em si mesmos, é reducionista pois desconhece que sempre existe uma base material para o universo simbólico.

Propondo fazer uma síntese sobre a questão qualitativa, tentando superar o positivismo e as abordagens compreensivistas, a dialética marxista abarca não somente o sistema de relações que constrói o modo de conhecimento exterior ao sujeito, mas também as representações sociais que constituem a vivência das relações objetivas pelos atores sociais que lhe atribuem significados (Goldmann, 1967). Ante as abordagens que separam quantidade e da qualidade, a dialética assume que a qualidade dos fatos e das relações sociais é sua propriedade inerente e que quantidade e qualidade são inseparáveis e interdependentes.

A dialética, do ponto de vista filosófico, enseja a dissolução de dicotomias tais como quantitativo/qualitativo, macro/micro, interioridade/exterioridade com que se debatem as diversas correntes sociológicas. Com relação aos significados, ela os considera como parte integrante da totalidade, devendo ser compreendidos e interpretados tanto no nível das representações sociais como das determinações essenciais. Sob esse enfoque, não se entende a ação humana independentemente do significado que lhe é atribuído pelo autor, mas também não se identifica essa ação com a interpretação que o ator social lhe reserva. Portanto, em relação à abordagem qualitativa, o método dialético, como diz Sartre (1978), "recusa-se a reduzir. Ele ultrapassa conservando" (Sartre, 1978, p. 177). Por isso, demonstra sua superioridade precisamente pela capacidade de incorporar as "verdades parciais" das outras correntes, criticando e negando suas limitações. Isso ocorre quando

uma boa análise considera que existe uma relação inseparável entre o mundo natural e o social; entre pensamento e base material; entre objeto e suas questões; entre a ação do ser humano enquanto sujeito histórico e as determinações que a condicionam. Os princípios de *especificidade histórica* e de *totalidade* lhe conferem potencialidade, para, do ponto de vista metodológico, apreender e analisar os acontecimentos, as relações e as etapas de um processo como parte de um todo. Os critérios de *complexidade* e de *diferenciação* lhe permitem trabalhar o caráter de antagonismo, de conflito e de colaboração entre os grupos sociais e no interior de cada um deles e, pensar suas relações como múltiplas em seus próprios ângulos, intercondicionadas em seus movimentos e desenvolvimento interior e interagindo com outros fenômenos ou grupos de fenômenos.

A abordagem dialética, porém, está pouco desenvolvida para análises da realidade empírica, tendo em vista que, divulgada pelo marxismo, acabou sendo aprisionada pela sua corrente mais positivista e mecanicista (Anderson, 1987). Isso leva a que os estudos substantivos realizados a partir dessa perspectiva sejam um desafio que enfrenta o pesquisador, pois exige dele uma superação dos instrumentos de pesquisa usualmente empregados pelas correntes compreensivistas ou funcionalistas, e a inclusão dos SIGNIFICADOS na totalidade histórico-estrutural. Nos últimos anos, felizmente, muitas pesquisas vêm apostando na chamada perspectiva hermenêutico-dialética, na esteira de Habermas (1987a) e de Gadamer (1999), contribuindo para que se contextualizem de forma crítica a história e a linguagem dos problemas de saúde e das práticas sociais da área.

Nesta nova edição deste livro introduzo uma discussão dos modelos complexos de investigação, cuja corrente reflexiva vem das abordagens sistêmicas. As primeiras elaborações do pensamento sistêmico se devem ao biólogo Ludwig von Bertalanffy que, em 1973, publicou um livro de grande repercussão titulado *Teoria Geral dos Sistemas*. Nele Bertalanffy (1973)

apontou a necessidade de se criarem categorias teóricas rigorosas que pudessem responder a questões referentes ao amplo espectro dos seres vivos que vão da biologia à sociologia. Esse autor identificou a interação como ponto nevrálgico para todos os campos científicos. Observou que há uma enorme ordem hierárquica de entidades na organização dos seres vivos e que elas se superpõem em muitos níveis, indo dos sistemas físicos e químicos aos biológicos, sociológicos e políticos, possibilitando “uniformidades estruturais dos diferentes sistemas da realidade” (Bertalanffy, 1973, p. 124).

Do ponto de vista operacional, o pensamento sistêmico, tal como se apresenta para as ciências sociais no momento presente, pode ser considerado uma forma de ver a realidade e de articulá-la. Não está propondo técnicas de investigação. Mas exige um olhar e uma abordagem diferentes: ilumina aquele ponto cego da visão unidimensional, fazendo-o enxergar as interações; subverte a mente compartimentalizada, buscando fazer as diferenças e as oposições se comunicarem; e modifica a antiga prática positivista que só valoriza regularidades e normas. Ao contrário, mostra as coisas que permanecem e ressalta “o que” muda e “como” as coisas se transformam, auto-organizando-se. Essa visão vai se incorporando ao campo da pesquisa em saúde e é objeto de pesquisa e de indagações também nas Ciências Sociais (Wallerstein, 1999) coincidindo com o pensamento de Pascal (1978) citado ao início deste texto.

A discussão crítica do conceito de “Metodologias Qualitativas” me levou também a acrescentar uma rápida reflexão sobre triangulação de métodos, cada vez mais necessária e adequada para estudos e avaliações na área da saúde. Não me proponho a pensar essas modalidades de produzir investigação como crítica ideológica às abordagens quantitativas e sim dentro de uma linha de complementaridade (Minayo, 2005). Não advogo um ecletismo sem sentido e nem estou fazendo uma concessão ao positivismo, pois a filosofia dessa aproximação é o reconhecimento da incompletude tanto das disci-

plinas como dos métodos (Minayo & Sanchez, 1993; Minayo & Cruz Neto, 1999; Minayo et al., 2003b; Minayo & Minayo-Gomez, 2003a; Samaja, 1993).

Por fim, ao trazer o debate do “qualitativo” para o campo da Saúde considero que é preciso impregná-lo das discussões e críticas atuais das Ciências Sociais. Por isso, tanto no que concerne à problemática teórica quanto à metodológica, todas as reflexões deste livro estão sob o signo da historicidade e submetidas às vicissitudes, avanços, recuos, interrogações e perspectivas da totalidade social em seu dinamismo. Isso se justifica no fato de as ciências da saúde não se instituírem como uma disciplina (e sim, como uma variedade delas) e nem como um campo separado das outras instâncias de interpretação da realidade.

No entanto, por tratarem de um híbrido biológico-social (Latour, 2000) as inflexões das ciências da saúde também precisam (embora não tenha me sentido competente para fazê-lo) incorporar os avanços da biologia, da física e de outras disciplinas, associando-as às questões socioeconômicas, políticas e ideológicas. Portanto, no campo da saúde se vivencia a complexidade dos objetos de estudo pois a abrangente área biomédica não pode prescindir da problemática social, uma vez que o corpo humano está atravessado pelas determinações das condições, situações e estilos de vida.

Embora existam dificuldades epistemológicas e práticas de aproximação, o desafio de tratar do objeto saúde/doença é vencer dicotomias analíticas, movendo-se no terreno das inter-relações e interconexões. O saber teórico e prático sobre saúde e doença faz parte de um universo dinâmico recheado de história e de inter-relações mediadas por institucionalizações, organizações, lógicas de prestação de serviços e participação dos cidadãos.

Dentro desse caráter peculiar de abrangência das ciências que compõem o campo da saúde, as teorias sobre pesquisa qualitativa e sobre métodos e técnicas pertinentes ao tema se

articulam num todo maior, guardando distinção e contribuindo para o maior entendimento dos problemas práticos envolvidos. Mas é preciso dizer que elas são fundamentais para essa área, em que a realidade dos fatos está inteira e intensamente permeada pelo campo simbólico e afetivo.

As dificuldades teóricas do campo da saúde podem ser exemplificadas pelas limitações de conceitos como "Saúde Pública" ou "Saúde Coletiva". O primeiro consagra uma dimensão histórica de intervenção do Estado na área social, de forma mais ampla e complexa do que a definida pelas diretrizes sanitárias oficiais. O segundo termo também é ambíguo e inespecífico. Donnangelo (1983) e Merhy (1985) detectam a imprecisão do adjetivo *coletivo* para conceituar um campo da saúde, por causa da ampla conotação que comporta e pela relação de exterioridade que estabelece ante o objeto. Essa ambigüidade se torna muito presente em Teixeira (1985) quando a autora considera "Saúde Coletiva" como um conceito operacional para se analisar corpos sociais, reduzindo as dimensões teóricas e históricas desta noção bastante imprecisa a uma ferramenta de pesquisa.

Tento, neste livro, ampliar a compreensão do conceito sociológico de saúde para que abranja a totalidade das relações sociais e dos investimentos emocionais que contêm e se expressam no cultural, lembrando com Boltanski (1979) que:

"Os determinismos sociais não informam jamais o corpo de maneira imediata, por meio de uma ação que se exerceria diretamente sobre a ordem biológica sem a mediação do cultural que os re-traduz e os transforma em regras, em obrigações, em proibições, em repulsas ou desejos, em gostos e aversões" (Boltanski, 1979, p. 119).

Tal como é pensado neste trabalho, o conceito sociológico de saúde retém ao mesmo tempo suas dimensões biológicas, estruturais e políticas e contém os aspectos histórico-cul-

turais e simbólicos de sua realização. Em primeiro lugar, como questão humana e existencial, saúde é um bem complexo, compartilhado indistintamente por todos os segmentos e diversidades sociais. Isso implica que, para todos os grupos, ainda que de forma específica e peculiar, saúde e doença expressam, agora e sempre, no corpo ou na mente, particularidades biológicas, sociais e ambientais vividas subjetivamente, na peculiar totalidade existencial do indivíduo ou dos grupos. As formas como cada pessoa e a sociedade onde ela se insere experimentam esses fenômenos, cristalizam e simbolizam as maneiras pelas quais lidam com seu medo da morte e exorciza seus fantasmas.

Em segundo lugar, como qualquer tema abrangente do cultural, o conceito de saúde aqui será analisado dentro de uma sociologia que primeiramente é histórica e diferencia classe, segmentos, gênero e faixas etárias. Uma vez que as condições de vida e de trabalho qualificam de forma diferenciada a maneira pela qual as classes, as etnias, os gêneros e seus segmentos pensam, sentem e agem a respeito dela.

Dessa forma, as modalidades de análises qualitativas aqui propostas, na sua aplicação *(a)* devem ser contextualizadas, permitindo distinguir as visões dominantes das outras formas de pensar a realidade (pois as classes e segmentos se encontram entre si, no seio de uma sociedade em relação e em aculturação recíproca); *(b)* devem levar em conta a origem e a historicidade dos fatos sociais e dos grupos que estão sendo estudados; *(c)* devem incluir os espaços formais da economia e da política como matrizes essenciais da cultura da família, da vizinhança, dos grupos etários, dos grupos de lazer, dos grupos religiosos, mas também percebê-los como sendo permeados por esse mundo da vida; *(d)* devem considerar espaços ao mesmo tempo de consensos e de conflitos, contradições, subordinação e resistência, tanto as unidades de trabalho como o bairro, o sindicato como a casa, a consciência como o sexo, a política como a religião.



Introduzindo a cultura na definição do conceito de saúde, a visão qualitativa demarca um espaçamento radical: ela amplia e contém as articulações da realidade social. Pensada assim, cultura não é apenas um lugar subjetivo, ela abrange uma objetividade com a espessura que tem a vida, por onde passa o econômico, o político, o religioso, o simbólico e o imaginário. Ela é o *locus* onde se articulam os conflitos e as concessões, as tradições e as mudanças e onde tudo ganha sentido, ou sentidos, uma vez que nunca há nada humano sem significado e nem apenas uma explicação para os fenômenos.

Em resumo, saúde e doença importam tanto por seus efeitos no corpo como por suas repercussões no imaginário: ambos são reais em suas conseqüências. Portanto, todas as ações clínicas, técnicas, de tratamento, de prevenção ou de planejamento devem estar atentas aos valores, atitudes e crenças das pessoas a quem a ação se dirige. É preciso entender que, ao ampliar suas bases conceituais incluindo o social e o subjetivo como elementos constitutivos, as ciências da saúde não se tornam menos "científicas", pelo contrário, elas se aproximam com maior luminosidade dos contornos reais dos fenômenos que abarcam.

De qualquer forma, devo sublinhar que a abordagem socioantropológica da saúde, do ponto de vista cultural e qualitativo, não constitui uma ideologia e não institui uma posição unívoca. Historicamente ela é perpassada pelo debate teórico das ciências sociais. O estrutural-funcionalismo tem marcado a linha do conhecimento dos grupos étnicos e sociais a partir da antropologia, sobretudo vinculado à "medicina tropical" e como subsídio às "ciências da conduta" (Nunes, 1985; 1999). Seu enraizamento no campo da saúde, evidencia, entre outras questões, o fato de que as próprias bases do funcionalismo se espelham no modelo biológico como metáfora da sociedade.

Das abordagens qualitativas, a fenomenologia é a que tem tido maior relevância na área da saúde. As análises fundamen-

tadas em seus pressupostos mostram que as concepções de saúde e doença são culturalmente específicas. Por isso evidenciam a arbitrariedade do Estado na imposição de padrões culturais próprios da biomedicina, que tem um caráter reprodutor das instituições médicas e da dominação corporativa. Proposições da política de atenção primária, de autocuidado, revalorização da medicina tradicional comunitária e de certos grupos de investigação-ação e de pesquisa participante em saúde reverberam as influências fenomenológicas (Nunes, 1985; Garcia, 1983). As aproximações dialéticas que partem do ponto de vista dos sujeitos sociais e abrangem as relações de produção e de poder das instituições continuam escassas.

É tentando somar esforços com os que buscam ampliar o debate teórico e metodológico no campo da saúde, que coloco este trabalho dentro de uma perspectiva específica de análise qualitativa. Em nenhum momento pretendi ou pretendo veicular a idéia de um livro acabado ou magistral. A revisão aqui encetada mostra que tudo passa, e se mesmo tudo o que sólido desmancha no ar, muito mais razão tenho para desconfiar de minhas poucas certezas.

Do ponto de vista de sua organização, este livro desdobra-se num conjunto de partes, cada uma com alguns capítulos incluídos, focalizando sempre as questões metodológicas.

A idéia central da prática teórica é que toda pesquisa deveria realizar-se dentro da dinâmica de *Ciclo* a partir de um processo de trabalho que termina num produto provisório e recomeça nas interrogações lançadas pela análise final. As páginas seguintes são a explicitação desse esforço, mediante a reflexão e a crítica de conceitos e da proposta de um caminho de pensamento.

Na primeira parte, apresento os pressupostos e especificidades próprias ao campo metodológico, ou seja, os conceitos de Metodologia, de Pesquisa Social, de Pesquisa Estratégica e dos termos *Qualitativo* e de *Quantitativo*.

Na segunda parte, trato das principais correntes de pensamento utilizadas para análises na área da saúde coletiva e apresento resumidamente alguns tipos de abordagem qualitativas hoje disponíveis ao investigador que queira se aproximar dessa modalidade de estudo.

Na terceira parte, desenvolvo todos os elementos necessários para o cumprimento da primeira etapa do Ciclo de Pesquisa, a *Fase Exploratória da Pesquisa* cuja importância fundamental é superar o empirismo nas abordagens das questões sociais. Estão aí discutidos os conceitos básicos de um marco teórico, a problemática de definição do objeto, a construção dos instrumentos de abordagem empírica, a amostragem na investigação qualitativa e a aproximação do campo.

Na quarta parte, abordo o momento do *Trabalho de Campo*, como segunda etapa do Ciclo de Pesquisa, em dois capítulos. No primeiro, trato de dois conceitos fundamentais: o *status* da palavra e da fala e o tema das representações sociais. Num segundo capítulo, aprofundo e problematizo as técnicas de campo: Observação Participante, Entrevista, Grupos Focais e outras.

Por fim, na quinta parte exponho as modalidades mais frequentes de *Tratamento do Material Qualitativo*, isto é, os conceitos de Análise de Conteúdo, de Discurso e de Análise Hermenêutico-Dialética. Termino com uma proposta prática, buscando sintetizar e ultrapassar as modalidades usuais de abordagem.

O *Ciclo* completo projeta a investigação como um processo com etapas e atividades específicas em cada fase, que podem e devem ser delimitadas em cronograma. Ao mesmo tempo, apresento a visão de um movimento reflexivo permanente de integração das partes no todo e vice-versa, em sucessivo recomeço e enriquecimento.

O sentimento de que proponho algo que se completa com a relatividade do que deve ser ainda interrogado e descoberto faz parte da utopia que une este trabalho a todos os esforços

daqueles que buscam uma "ciência mais científica" no campo da saúde. Nele compartilho a idéia de que o conhecimento é um processo infinito e não há condição de fechá-lo numa fase final, assim como não se pode prever o final do processo histórico, embora seja possível projetá-lo como politicamente mais democrático e ecologicamente saudável.

Parte I  
CONCEITOS BÁSICOS SOBRE METODOLOGIA  
E SOBRE ABORDAGENS QUALITATIVAS

NA SOCIEDADE OCIDENTAL, a ciência é a forma hegemônica de construção do conhecimento, embora seja considerada por muitos críticos como um novo mito da atualidade por causa de sua pretensão de ser o único motor e critério de verdade. Particularmente não concordo com os que absolutizam o sentido e o valor da ciência, pois a humanidade sempre, desde que existe o *Homo sapiens*, criou formas de explicar os fenômenos que cercam a vida e a morte e o lugar dos indivíduos na organização social, assim como os mecanismos de poder, de controle e de reprodução. Desde tempos imemoriais, as religiões, a filosofia, os mitos, a poesia e a arte têm sido instrumentos poderosos de conhecimento, desvendando lógicas profundas do inconsciente coletivo, da vida cotidiana e do destino humano. O que a ciência possui de diferencial em relação às outras modalidades de saber?

Mencionarei duas razões da hegemonia contemporânea da ciência como forma de conhecimento. Uma externa, que se acelerou a partir da modernidade, e diz respeito a seu poder de dar respostas técnicas e tecnológicas aos problemas postos pelo desenvolvimento social e humano. Embora esse ponto seja discutível, uma vez que problemas cruciais como

pobreza, miséria, fome e violência continuam a desafiar as civilizações sem que a ciência tenha sido capaz de oferecer respostas e propostas efetivas. A razão de ordem interna consiste no fato de os cientistas terem sido capazes de estabelecer uma linguagem universal, fundamentada em conceitos, métodos e técnicas para a compreensão do mundo, das coisas, dos fenômenos, dos processos, das relações e das representações.

Regras universais e padrões rígidos permitindo uma linguagem comum divulgada e conhecida no mundo inteiro, atualização e críticas permanentes fizeram da ciência a “crença” mais respeitável a partir da modernidade. A força da ciência, que se tornou um fator produtivo de elevada potência na contemporaneidade, levou o filósofo Popper (1973) a dar ênfase em suas análises à lógica interna da Comunidade Científica, utilizando para isso a expressão *o terceiro mundo*, uma espécie de classe ou casta, com sua economia e lógica próprias, embora permeado por conflitos e contradições como qualquer outra criação e instituição humana. O certo é que o campo científico tem suas regras para conferir o grau de cientificidade ao que é produzido e reproduzido dentro e fora dele. Suas atividades caminham sempre em duas direções — numa, elabora suas teorias, métodos, princípios e estabelece resultados. Noutra, inventa, ratifica seu caminho, abandona certas vias e orienta-se por novas rotas. Ao se enveredar nesse *terceiro mundo*, os cientistas aceitam as condições instituídas e, ao mesmo tempo, o caráter de historicidade e provisoriedade peculiar do universo em que decidiram investir sua vida.

Ao introduzir o leitor nesta parte do trabalho, pretendo discutir com ele aqueles mecanismos internos e normativos que asseguram a cientificidade das atividades de pesquisa. Apresento alguns conceitos importantes para quem entra no universo da investigação científica, especificamente os do campo semântico da expressão *Metodologia de Pesquisa Social*. Dis-

cutirei: (1) a especificidade das ciências sociais no universo científico; (2) o conceito de metodologia de pesquisa; (3) o conceito de pesquisa social; (4) o conceito de método qualitativo em contraposição a método quantitativo; (5) as contradições e os consensos na combinação de métodos quantitativos e qualitativos.





## Capítulo 2 METODOLOGIA DE PESQUISA SOCIAL E EM SAÚDE

### Especificidade das Ciências Sociais

A CIENTIFICIDADE não pode ser reduzida a só uma forma de conhecer: ela pré-contém, por assim dizer, diversas maneiras concretas e potenciais de realização. A diferenciação entre métodos específicos das ciências sociais e das ciências físico-naturais e biológicas refere-se à natureza de cada uma das áreas. Aqui se ressaltam alguns pontos que distinguem as Ciências Sociais e as tornam peculiares no campo do conhecimento dos seres vivos, resumidos a partir de Demo (1981).

O primeiro deles é o fato incontestável de que o objeto das Ciências Sociais é *histórico*. As sociedades humanas existem num determinado espaço cuja formação social e configurações culturais são específicas. Elas vivem o presente marcado pelo passado e projetado para o futuro que em si traz, dialeticamente, as marcas pregressas, numa re-construção constante do que está dado e do novo que surge. Toda investigação social precisa registrar a historicidade humana, respeitando a especificidade da cultura que traz em si e, de forma complexa, os traços dos acontecimentos de curta, média e longa duração, expressos em seus bens materiais e simbólicos. Mas

as pesquisas sociais contemporâneas precisam também compreender a simultaneidade das diferentes culturas e dos diferentes tempos num mesmo espaço, como algo real e que enriquece a humanidade. Isso significa compreender o global e o local, convivendo e sendo, ao mesmo tempo, mutáveis e permanentes. Pois o ser humano é autor das instituições, das leis, das visões de mundo que, em ritmos diferentes, são todas provisórias, passageiras, trazendo em si mesmas as sementes de transformação.

Como conseqüência do primeiro princípio, pode-se dizer que a sociedade e os indivíduos têm consciência histórica. Ou seja, não é apenas o investigador que dá sentido a seu trabalho intelectual, mas os seres humanos, os grupos e a sociedade dão significado e intencionalidade e interpretam suas ações e construções. As instituições e as estruturas nada mais são que ações humanas objetivadas. De acordo com o desenvolvimento das forças produtivas e com a organização particular da sociedade e de sua dinâmica interna, criam-se visões de mundo, com nuances e diferenciações relacionadas às condições de vida e às heranças culturais. Tal consciência se projeta no mundo da vida, assim como passa a ser registrada nos processos eruditos de construção do conhecimento.

Goldmann (1980) introduz nas suas análises da cultura os conceitos de consciência possível e de consciência real, para separar os diferentes níveis de elaboração ideológica. Essas categorias baseiam-se no conceito marxista de ideologia, segundo o qual a sociedade tende a perceber a dominação de forma invertida. O conceito de "consciência possível" indicaria que determinados atores sociais superariam os níveis elementares da ideologia, conseguindo compreender melhor e atuar positivamente diante dos processos de alienação social. No entanto, a idéia de consciência histórica traz também embutida em si a tese de que se deve sempre analisar a contribuição de determinado ator social ou coletivo levando em conta o tempo histórico em que viveu, pois seu conhecimento e

sua prática são relativos aos limites das relações sociais de produção concretas. O pensamento e a consciência são processos que, ao mesmo tempo, têm como base a dinâmica histórica que por sua vez é influenciada pelas ideologias. As ciências sociais são também fruto de um tipo de “consciência possível” e fazem parte dos bens públicos e coletivos criados historicamente, tendo por limites o desenvolvimento social.

Os pesquisadores são, dialeticamente, autores e frutos de seu tempo histórico. Crises, conflitos e contradições têm reflexo tanto no desenvolvimento como na decadência de pensadores e de teorias sociais. As transformações socioeconômicas e culturais, por sua vez, influenciam decisivamente os processos internos e as condições de possibilidades do desenvolvimento da ciência.

Uma terceira característica das Ciências Sociais é que elas trabalham no nível da *identidade entre o sujeito e o objetivo* da investigação. A pesquisa nessa área lida com seres humanos que, por razões culturais, de classe, de idade, de religião ou por qualquer outro motivo, têm um substrato comum de identidade com o investigador, tornando-os solidariamente imbricados e comprometidos como lembra Lévi-Strauss: “Numa ciência onde o observador é da mesma natureza que o objeto, o observador, ele mesmo, é parte de sua observação” (1975, p. 215). Isso significa, segundo o pensamento de autores como Schultz (1982) que o primeiro construto interpretativo das investigações sociais é realizado pelos próprios atores no nível do senso comum. Por isso, é papel do pesquisador compreender essa lógica interpretativa de “primeiro nível”, uma vez que ela é potente e eficaz para fazer o mundo da vida se realizar.

Outro aspecto distintivo das Ciências Sociais é o fato de que ela é *intrinsecamente e extrinsecamente ideológica*. Ninguém hoje ousaria negar a evidência de que toda ciência, em sua construção e desenvolvimento, passa pela subjetividade e por interesses diversos. Nos processos de produção do conhecimen-

to se veiculam interesses e visões de mundo historicamente construídos. Mas as ciências físicas e biológicas participam de forma diferente do comprometimento social, uma vez que existe um distanciamento de natureza do físico e do biológico em relação a seu objeto. Embora, sempre exista um imbricamento relacional entre o pesquisador e seu objeto, uma vez que, de um lado, o investigador depende dos artefatos criados anteriormente por outros; e de outro, ele é limitado pelo nível de desenvolvimento desses dispositivos.

Na investigação social, porém, a relação entre o sujeito investigador e o sujeito investigado é crucial. A visão de mundo de ambos está implicada em todo o processo de conhecimento, desde a concepção do objeto até o resultado do trabalho. O reconhecimento dessa contingência é uma condição *sine qua non* da pesquisa que, uma vez compreendida, pode ter como fruto investimentos radicais no processo de *objetivação* (Demo, 1981) do conhecimento. Isto é, cabe ao pesquisador usar um acurado instrumental teórico e metodológico que o municie na aproximação e na construção da realidade, ao mesmo tempo que mantém a crítica não só sobre as condições de compreensão do objeto como de seus próprios procedimentos.

Por fim, é preciso declarar que o objeto das Ciências Sociais é essencialmente *qualitativo*. A realidade social é o próprio dinamismo da vida individual e coletiva com toda a riqueza de significados que transborda dela. A possibilidade de enumeração dos fatos, por exemplo, é uma qualidade do indivíduo e da sociedade que contém, em si, elementos de homogeneidade e de regularidades. Essa mesma realidade é mais rica que qualquer teoria, que qualquer pensamento e qualquer discurso político ou teórico que tente explicá-la.

Portanto, trabalhar dentro dos marcos das Ciências Sociais significa enfrentar o desafio de manejar ou criar (ou fazer as duas coisas ao mesmo tempo) teorias e instrumentos capazes de promover a aproximação da suntuosidade e da diversi-

dade que é a vida dos seres humanos em sociedade, ainda que de forma incompleta, imperfeita e insatisfatória. O acervo dessas Ciências contempla o conjunto das expressões humanas constantes nas estruturas, nos processos, nas relações, nos sujeitos, nos significados e nas representações. As regularidades desse conjunto de elementos se expressam nas abordagens quantitativas, fazendo a junção das dimensões de extensividade e de intensividade inerentes a todos os processos que dizem respeito aos seres vivos e, principalmente, aos seres humanos. Como lembra Kant em sua *Matemática Transcendental*, a quantidade é, em si mesma, uma qualidade do objeto, assim como a qualidade é um dos elementos da quantidade.

Por exemplo, quando se fala de *Saúde* ou *Doença*, observa-se que essas duas categorias trazem uma carga histórica, cultural, política e ideológica que não pode ser contida apenas numa fórmula numérica ou num dado estatístico, embora os estudos de ordem quantitativa apresentem um quadro de magnitude e de tendências que as abordagens históricas e socioantropológicas não informam. Ambas as abordagens são importantes e o ideal no campo da pesquisa em saúde é que sejam trabalhadas de forma que se complementem sistematicamente. Gurvitch (1955) lembra que a realidade tem camadas que interagem e a grande tarefa do pesquisador é compreender e apreender, além do visível, do "morfológico e do ecológico", os outros níveis que se interconectam e tornam o social tão complexo.

Neste livro, porém, o escopo é específico: tratar do caráter qualitativo das ciências sociais e da metodologia apropriada para construir teoricamente o significado de Saúde e de Doença.

### Conceito de Metodologia

Começo dizendo que o próprio conceito de metodologia, foco da discussão, já é, em si, assunto controverso. Há quem o iguale a métodos e técnicas, como é caso da maior

parte dos manuais e textos americanos, produzidos para a formação de pesquisadores. Há quem o coloque no campo da epistemologia, separando-o da operacionalização, como faz a maioria dos intelectuais franceses que trabalham com teorias das ciências. Há quem separe teoria e método como faz o cientista americano Thomas Merton (1969) e há os que consideram esses dois termos inseparáveis, devendo ser tratados de maneira integrada e apropriada quando se escolhe um tema, um objeto, ou um problema de investigação. Filio-me a este último grupo que tem em Denzin (1973) um dos mais brilhantes pensadores. Portanto, discutir metodologia é entrar num forte debate de idéias, de opções e de práticas.

Durante os últimos vinte anos venho tentando contribuir para superar as posturas, muitíssimo freqüentes, de tratar separadamente *questões epistemológicas* e *instrumentos operacionais*, uma vez que considero o conceito de Metodologia de forma abrangente e concomitante: (a) como a discussão epistemológica sobre o "caminho do pensamento" que o tema ou o objeto de investigação requer; (b) como a apresentação adequada e justificada dos *métodos, das técnicas e dos instrumentos operativos* que devem ser utilizados para as buscas relativas às indagações da investigação; (c) e como o que denominei "criatividade do pesquisador", ou seja, a sua marca pessoal e específica na forma de articular teoria, métodos, achados experimentais, observacionais ou de qualquer outro tipo específico de resposta às indagações científicas.

A metodologia ocupa lugar central no interior da sociologia do conhecimento, uma vez que ela faz parte intrínseca da visão social de mundo, veiculada na teoria. Em face da dialética, por exemplo, o método é o próprio processo de desenvolvimento das coisas. Lênin comenta que o método não é a forma exterior, é a própria alma do conteúdo porque ele faz a relação entre pensamento e existência e vice-versa (1955, p. 148). A metodologia constitui o "caminho do pensamento", segundo Habermas (1987), e constitui uma "prática teórica

pensada", na expressão de Bourdieu em *Ésquisse d'une Théorie de la Pratique* (1972). Isso quer dizer, trocando em miúdos, que é diferente pensar a metodologia de uma pesquisa de inspiração funcionalista, ou marxista, ou fenomenológica ou que utilize a abordagem sistêmica. Por sua vez, é diferente pensar o desenho e a metodologia de uma pesquisa unidisciplinar ou a que tem caráter interdisciplinar e se fundamenta na filosofia da complexidade.

Neste estudo, portanto, teoria e metodologia caminham juntas e vinculadas. Por sua vez, o conjunto de técnicas que constitui o instrumental necessário para aplicação da teoria aqui é tratado como elemento fundamental para a coerência metódica e sistemática da investigação. Evito tanto o endeu-samento teórico como a reificação da realidade empírica, porque no primeiro caso há um menosprezo pela dinâmica dos fatos. E no segundo, concretiza-se uma redução da verdade à dimensão dos acontecimentos localizados. A excessiva teori-zação e a improvisação de instrumentos para abordar a reali-dade, provenientes de uma perspectiva pouco heurística, produzem divagações abstratas, impressionistas e pouco precisas em relação ao objeto de estudo.

Se teoria, método e técnicas são indispensáveis para a in-vestigação social, a capacidade criadora e a experiência do pes-quisador também jogam papel importante. Elas podem rela-tivizar o instrumental técnico e superá-lo pela arte. O que se denomina "criatividade do pesquisador" é algo difícil de se definir, uma vez que esta expressão se refere ao campo da história pessoal e da experiência subjetiva. Este termo é aqui usado no mesmo sentido em que Wright Mills (1972; 1974) e Denzin (1973) denominam "imaginação" e outros autores falam de "intuição". Essa "criatividade do pesquisador" cor-responde a sua experiência reflexiva, a sua capacidade pessoal de análise e de síntese teórica, a sua memória intelectual, a seu nível de comprometimento com o objeto, a sua capacida-de de exposição lógica e a seus interesses. Fazendo coro com

grande número de estudiosos (Weber, 1965; Gadamer, 1999; Habermas, 1987; Myrdal, 1969; Granger, 1967; Gurvitch, 1955; Denzin, 1973; dentre outros), entendo que não se pode acreditar em ciência neutra, pois todo o processo de construção teórica é, ao mesmo tempo, uma dialética de subjetivação e de objetivação. Assim o que aqui considero "criatividade do pesquisador" diferencia os resultados das investigações, o que pode ser constatado quando vários trabalham têm os mesmos objetos e as mesmas indagações.

A reflexão sobre metodologia enquanto sistemática de abordagem da realidade é assunto para pesquisadores comuns que se exercitam em seus respectivos campos de conhecimento. Os gênios não precisam desses dispositivos, pois atravessam parâmetros estabelecidos e projetam, em poucas linhas, novos *insights*, modificando paradigmas em seus campos científicos (Kuhn, 1962).

### Conceito de Pesquisa Social

Entrar no campo da Pesquisa Social é penetrar num mundo polêmico onde há questões não resolvidas e onde o debate tem sido perene e não conclusivo. O tema mais problemático é o da sua própria cientificidade que deve ser pensado como uma idéia reguladora de alta abstração e não como sinônimo de modelos e normas a serem seguidos. Entendo que deve existir uma unidade no mundo da ciência quando se diz que qualquer produção científica só pode ser reconhecida quando contém teoria, métodos e técnicas de abordagem. E todo discurso teórico deve conter conceitos, categorias, teses e hipóteses ou pressupostos. Esses são elementos indispensáveis e universais de auto-regulação do processo de conhecimento. Mas também entendo que a unidade científica deve ser tratada de forma complexa, incluindo a diversidade das áreas de conhecimento, no interior das quais todo o arcabouço teórico geral se transforma em especificidade e adequação.



Nesse sentido, o labor científico caminha sempre em duas direções: numa, elabora marcos teórico-metodológicos e instrumentais operativos para conseguir resultados; noutra, inventa, ratifica caminhos, abandona certas vias, faz novas indagações e se orienta para outras direções. Ao fazer essas trilhas, os investigadores aceitam os critérios de historicidade, de colaboração e da única certeza possível: a de que qualquer conhecimento é aproximado, é construído. A história da ciência revela não um *a priori*, mas o que foi produzido em determinado momento histórico com toda a relatividade que o dinamismo do processo social requer.

Defino *Pesquisa* como a atividade básica das Ciências na sua indagação e construção da realidade. É a pesquisa que alimenta a atividade de ensino. Pesquisar constitui uma atitude e uma prática teórica de constante busca e, por isso, tem a característica do acabado provisório e do inacabado permanente. É uma atividade de aproximação sucessiva da realidade que nunca se esgota, fazendo uma combinação particular entre teoria e dados, pensamento e ação.

Compreendo como *Pesquisa Social* os vários tipos de investigação que tratam do ser humano em sociedade, de suas relações e instituições, de sua história e de sua produção simbólica. Como quaisquer fenômenos humanos, investigações sociais estão relacionadas a interesses e circunstâncias socialmente concatenadas. Pesquisas nascem de determinado tipo de inserção no real, nele encontrando razões e objetivos. Enquanto prática intelectual, o ato de investigar reflete também dificuldades e problemas próprios das Ciências Sociais, sobretudo sua intrínseca relação com a dinâmica histórica.

Conceituo como *Pesquisa social em saúde* todas as investigações que tratam do fenômeno saúde/doença, de sua representação pelos vários atores que atuam no campo: as instituições políticas e de serviços e os profissionais e usuários.

Analisando o conceito de *pesquisa* do ponto de vista antropológico, pode-se dizer que sempre existiu a preocupação

do *Homo sapiens* com o conhecimento da realidade. As tribos primitivas, por meio dos mitos, já tentavam explicar os fenômenos que cercam a vida e a morte, o lugar dos indivíduos na organização social com seus mecanismos de poder, controle, convivência e reprodução do conjunto da existência social. Dentro das dimensões de espaço e tempo, a religião tem sido um dos relevantes fenômenos explicativos das indagações dos seres humanos sobre os significados da existência individual e grupal.

Hoje todas as modalidades de conhecimento convivem concomitantemente, buscando soluções para dramas humanos e para o avanço da humanidade. Uma delas é hegemônica: a *Ciência*. As *Ciências* na era moderna conseguiram se constituir como esquemas de explicações dominantes. Nessa etapa do desenvolvimento do capitalismo pós-industrial, elas se tornaram a força produtiva mais importante da história. Nem por isso, no entanto, seu arcabouço explicativo é exclusivo e conclusivo. Os problemas atuais dos seres humanos e da organização social trazem questões cruciais como a fome, a migração, a violência, para as quais a ciência, mesmo a social, continua sem resposta e sem formulações.

Do ponto de vista histórico, a Pesquisa Social vem carregada de ênfases e interesses mais amplos do que seu campo específico. Alguns autores, como Schrader (1978) fazem uma revisão dessa prática acadêmica no tempo, mostrando que ela nasceu de grupos contestadores das desigualdades produzidas pela sociedade industrial. Seu desenvolvimento exponencial se deu na segunda metade do século XX e muitos pesquisadores renomados como Lazarsfeld, Jahoda e Gunnar Myrdal iniciaram suas carreiras de investigadores na busca de solução para os problemas sociais causados pela Segunda Guerra Mundial. Nos Estados Unidos, por exemplo, ela nasceu nos jornais de crítica social, segundo o autor.

Mas não existe uma história única da pesquisa social. Na Inglaterra, por exemplo, os antropólogos avançaram muito

na compreensão de sociedades primitivas, realizando pesquisas de interesses dos colonizadores. No entanto, as investigações antropológicas levantaram questões que contrariavam os interesses da metrópole e dos seus financiadores, trazendo à luz temas como o do relativismo cultural, do pensamento lógico dos primitivos e da auto-suficiência de sua organização social.

A partir da Segunda Grande Guerra, com a ampliação do poder dos Estados Unidos e sob o signo da industrialização, do crescimento econômico e populacional, houve grande avanço da pesquisa social voltada para o planejamento estratégico e para a produção de intervenções na organização dos meios gerais de produção e de reprodução e, sobretudo, na avaliação dos investimentos públicos e privados voltados para o desenvolvimento. Particularmente muito foi investido no dimensionamento dos chamados problemas, sociais referentes à pobreza, à saúde, à educação e às políticas de bem-estar. O termo *Pesquisa em Políticas Sociais* passou a significar um campo científico com implicações imediatas do ponto de vista de controle do Estado. A proliferação de centros de pesquisas sociais, tanto nos países industrializados como nos subdesenvolvidos, veio junto com o interesse do poder público de conhecer, regular e controlar a sociedade civil ou de articular-se com ela para solucionar as mazelas sociais sempre presentes no capitalismo e aprofundadas no atual período de pós-industrialização.

Do ponto de vista teórico e formal, existe uma classificação tradicional que divide a Pesquisa em "pura" e "aplicada". O investigador inglês, Bulmer (1978), questiona o reducionismo dessa classificação. Comenta que "pura ou básica" e "aplicada" referem-se a uma falsa divisão do conhecimento, uma vez que pesquisas teóricas podem ter e têm importantes conseqüências práticas; e pesquisas aplicadas costumam ter implicações e contribuições teóricas. Essa dicotomia baseia-se no modelo de tecnologia em que o cliente que paga

explicita o que quer. Tal exigência se torna inadequada às ciências sociais.

Bulmer (1978) propõe uma classificação alternativa de Pesquisa Social, substituindo a divisão tradicional. As cinco modalidades, referidas abaixo, constituem, segundo o autor, "tipos" dentro de um *continuum*, com o mérito de dar visibilidade e legitimidade a diferentes formas de abordar a realidade:

1. *Pesquisa básica*: preocupa-se com o avanço do conhecimento por meio da construção de teorias e teste delas ou também com a satisfação da curiosidade científica. Ela não tem um objetivo prático em seu projeto inicial, embora as descobertas advindas dos dados gerados possam influenciar e subsidiar tanto políticas públicas, novas descobertas, investimentos, decisões dos homens e mulheres de negócio como avanços na consciência social.

2. *Pesquisa estratégica*: baseia-se nas teorias das ciências sociais, mas orienta-se para problemas concretos, focais, que surgem na sociedade, ainda que não caibam, ao investigador, as soluções práticas para os problemas que aponta. Ela tem a finalidade de lançar luz sobre determinados aspectos da realidade. Seus instrumentos são os mesmos com que a pesquisa básica atua, tanto em termos teóricos como metodológicos, mas sua finalidade é a ação governamental ou da sociedade. Essa modalidade seria a mais apropriada para o conhecimento e a avaliação de problemas e políticas do setor Saúde.

3. *Pesquisa orientada para problemas específicos*: é uma modalidade operacional que é, em geral, realizada dentro das instituições governamentais e não-governamentais e empresas, visando ao conhecimento imediato. Fundamenta-se, sem necessariamente explicitá-lo, nos conhecimentos gerados por investigações básicas. Os resultados desse tipo de pesquisa visam a ajudar a lidar com questões práticas e operacionais.

4. *Pesquisa-Ação*: consiste na investigação que segue *pari passu* o desenvolvimento de programas sociais ou governamentais para medir o seu impacto. A definição desse termo

por Bulmer (1987) difere do conceito de pesquisa-ação apresentado por Thiollent (1986), segundo o qual, por *pesquisa-ação* se entende um tipo de investigação social com base empírica, concebida e realizada em estreita associação com uma ação voltada à resolução de problemas comunitários e sociais. Nessa modalidade, os pesquisadores e participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo. A diferença básica das conceituações de Bulmer e Thiollent reside no fato de que, no primeiro caso, a investigação acompanha as ações dos programas, mas é externa a elas. No segundo, o envolvimento do pesquisador e dos que atuam é parte integrante da pesquisa.

5. *Pesquisa de Inteligência*: que se refere aos grandes levantamentos de dados demográficos, econômicos, estatísticos, epidemiológicos, realizados por especialistas geralmente vinculados a instituições públicas ou empresas, visando ao planejamento e à formulação de políticas específicas e à tomada de decisão. Os Censos e as Pesquisas do IBGE são exemplos clássicos de pesquisas de inteligência. De forma simplificada, as Pesquisas de Opinião Pública preenchem também essa função sociológica (Bulmer, 1978, pp. 8-9).

Bulmer comenta, referindo-se ao campo das Investigações Estratégicas, que a "Pesquisa Básica" tem tido, como sua marca permanente, uma forte orientação unidisciplinar, dificultando sua aplicação para políticas públicas. Na ponta oposta, os estudos interdisciplinares têm sido bastante questionados pela pouca consistência teórico-metodológica. Segundo ele, os *surveys* se tornaram o reino do senso comum, pois frequentemente estão orientados: (a) pelo "empirismo" e pelo "positivismo", cuja ideologia se baseia no princípio de que os fatos falam por si mesmos e de que nada existe além dos dados; (b) ou por interesses políticos dos cientistas ou de autoridades que encomendam e financiam seu trabalho. Neste segundo caso, há um pressuposto, geralmente falseado pela realidade, de que os governantes e políticos precisam *conhecer os fatos*

para poderem optar ao tomar decisões. O risco do empirismo e do positivismo é a minimização dos problemas teóricos e da redução do papel do pesquisador a um levantador de dados técnicos e provedor de informações. Uma vez que apresenta sua visão técnica da realidade, seu papel cessa, e a interpretação passa a ser conduzida por outros, e as relevâncias são expostas por interesses políticos e econômicos, como lembra Wright Mills (1952).

Minha experiência pessoal de mais de vinte anos no campo da investigação social em saúde em colaboração com epidemiologistas me ensinou que não é preciso fazer escolhas parciais. É possível desenvolver pesquisas básicas sobre temas ainda pouco desenvolvidos, abrangendo problemas estratégicos do ponto de vista de sua relevância social e direcionar os resultados de forma operacional. Vários estudos da equipe do Claves (Centro Latino-Americano de Estudos sobre Violência e Saúde/Fiocruz) no qual trabalho, apontam para o fato de que *em todas as investigações da área de saúde coletiva é possível juntar consistência teórica e relevância social* na direção que aqui menciono de forma bastante concreta: (1) já na construção do projeto prever os produtos que se pretende construir; (2) no seu desenvolvimento realizar todos os procedimentos (geralmente de forma interdisciplinar contendo aspectos socio-antropológicos e epidemiológicos do problema em foco), teóricos e metodológicos típicos de investigação básica; (3) no processo de análise, direcionar a reflexão e os resultados para descobrir ou compreender aspectos da realidade que necessitam de intervenção, orientando-os para níveis de especificidade; (4) em adendo construir, com dados e análises da pesquisa, um texto complexo executivo, direto e curto que possa servir à ação social.

Concluo dizendo que a Pesquisa Social não pode ser definida de forma estática ou estanque. Ela precisa ser conceituada historicamente e entendendo-se todas as injunções, contradições e conflitos que configuram seu caminho. Por sua

vez, seu âmbito de ação precisa sair dos marcos da unidisciplina e do academicismo. Sobretudo no campo da saúde, a realidade a ser abordada se apresenta sempre como uma totalidade que envolve diferentes áreas de conhecimento e abrange a dinâmica do mundo da vida.

E por fim, devo ressaltar ainda uma vez que o universo da pesquisa social e dos pesquisadores vive sob o signo das contingências históricas. De um lado, estão as dificuldades de financiamento que cerceiam ou restringem as possibilidades, tanto da investigação como do encaminhamento de conclusões. Do outro, existem questões éticas e científicas que o investigador tem de enfrentar sobre a realidade e sobre o destino do produto artesanal que realiza, no que diz respeito ao alcance de suas ações e ao uso social que dela possa ser feito para a sociedade em que vive.

### Capítulo 3

## CONTRADIÇÕES E CONSENSOS NA COMBINAÇÃO DE MÉTODOS QUANTITATIVOS E QUALITATIVOS

### Discussão crítica sobre métodos quantitativo e qualitativo

O CONHECIMENTO CIENTÍFICO se produz pela busca de articulação entre teoria e realidade empírica. O método tem uma função fundamental: tornar plausível a abordagem da realidade a partir das perguntas feitas pelo investigador. No campo da saúde coletiva, os métodos freqüentemente usados para estudos das populações humanas são os quantitativos (mais freqüentes por meio da epidemiologia) e qualitativos (mais utilizados pelas ciências sociais). Ao se desenvolver uma proposta de investigação e no desenrolar das etapas de uma pesquisa, o investigador trabalha com o reconhecimento, a conveniência e a utilidade dos métodos disponíveis, em face do tipo de informações necessárias para se cumprirem os objetivos do trabalho.

Freqüentemente, a discussão relativa aos métodos quantitativos e qualitativos na abordagem do social e da saúde coletiva tem-se desenvolvido de forma inadequada e por oposição, muitas vezes irreconciliável, como mostra a história de seu desenvolvimento (Pirès, 1982). A dicotomia que se esta-



belece na prática, como já foi referido anteriormente, não condiz com o que epistemologicamente é mais correto e plausível. Propriedades numéricas e qualidades intrínsecas são atributos de todos os fenômenos, como lembra Kant (1980). No entanto, historicamente, predominam estudos de ordem quantitativa do social, deixando à sombra questões de significado e de intencionalidade.

Neste livro trato sobretudo do método qualitativo. Portanto, não elaboro nenhuma discussão aprofundada sobre o método quantitativo e reconheço sua importância para a análise de magnitude dos fenômenos. Apenas me aposso de algumas críticas que vêm sendo feitas a essa predominância, por vários motivos: a forma de legitimação científica tradicional é a quantificação; a atividade intelectual fundada na mensuração se tornou hegemônica na produção de dados para se aplicarem às políticas públicas em todo o Ocidente desde a Segunda Guerra Mundial; ao recusarem qualquer análise contextualizada da realidade por medo do risco da ideologização, os investigadores deixam a porta aberta para a manipulação dos dados pelo poder e, em conseqüência, consagram o tecnicismo, tão bem definido por Théodore Roszak:

O grande segredo da tecnocracia do social é sua capacidade de nos convencer do silogismo seguinte: que as necessidades vitais do ser humano, contrariamente a tudo o que nos foi ensinado pelos grandes sábios, são de caráter puramente técnico, ou seja, que as exigências de nossa espécie são suscetíveis de ser plenamente determinadas por uma análise formal, conduzida por especialistas qualificados; que essas exigências podem ser traduzidas em programas sociais e econômicos e assim satisfeitas e que, se um problema não tem solução técnica ele é apenas um falso problema, uma ilusão, uma ficção nascida de qualquer tendência cultural regressiva (1970, p. 24).

O uso de métodos quantitativos tem o objetivo de trazer à luz dados, indicadores e tendências observáveis ou produzir modelos teóricos de alta abstração com aplicabilidade prática. Sua natureza diferencia-se, no dizer de Kant em sua *Matemática Transcendental* (1980), por se referir ao plano da extensividade e das regularidades nos fenômenos. Nas ciências sociais contemporâneas, a abordagem quantitativa está profundamente marcada pela reprodução do positivismo clássico, segundo o qual: (a) o mundo social opera de acordo com leis causais últimas; (b) o alicerce da ciência é a observação sensorial; (c) a realidade consiste em estruturas e instituições identificáveis enquanto dados brutos por um lado, crenças e valores, por outro; (d) estas duas ordens são correlacionadas para fornecer generalizações e regularidades; (e) o que é real são os dados estatísticos sobre os fatos, considerados dados objetivos, portanto valores e crenças são realidades subjetivas que só podem ser compreendidas a partir de análises quantificáveis (Hughes, 1983).

As restrições ao quantitativismo voltado para interpretação de informações sociais não se referem às técnicas que utiliza, uma vez que essas são instrumentos de trabalho indispensáveis. Dirige-se ao reducionismo na avaliação da realidade social. Adorno & Horkheimer (1979) chegam a dizer que o método positivista empírico ameaça fetichizar seus assuntos e torna-se a si mesmo um fetiche, na medida em que reduz a objetividade ao método e não atinge o conteúdo. Além das críticas filosóficas citadas em Hughes (1983), os teóricos da sociologia compreensiva acrescentam as seguintes: (a) as abordagens quantitativas sacrificam os significados (Harrison, 1947; Dilthey, 1956; Weber, 1949; Schutz, 1963); (b) elas partem da crença ingênua de que as distorções na abordagem da realidade podem ser evitadas pela codificação; (c) os métodos quantitativos quando se aplicam ao empírico tendem a simplificar a complexa vida social limitando-a aos fenômenos que podem ser enumerados (Park & Burgess, 1921); (d) geral-

mente, os quantitativistas trabalham apriorística e preconceituosamente, tomando como familiar os fenômenos que observam, sem levar em conta os sentidos que os fatos e as coisas têm para os sujeitos que os vivem (Harrison, 1947; Schutz, 1964).

O que é o método qualitativo? O método qualitativo é o que se aplica ao estudo da história, das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões, produtos das interpretações que os humanos fazem a respeito de como vivem, constroem seus artefatos e a si mesmos, sentem e pensam. Embora já tenham sido usadas para estudos de aglomerados de grandes dimensões (IBGE, 1976; Parga Nina et al., 1985), as abordagens qualitativas se conformam melhor a investigações de grupos e segmentos delimitados e focalizados, de histórias sociais sob a ótica dos atores, de relações e para análises de discursos e de documentos.

Esse tipo de método que tem fundamento teórico, além de permitir desvelar processos sociais ainda pouco conhecidos referentes a grupos particulares, propicia a construção de novas abordagens, revisão e criação de novos conceitos e categorias durante a investigação. Caracteriza-se pela empiria e pela sistematização progressiva de conhecimento até a compreensão da lógica interna do grupo ou do processo em estudo. Por isso, é também utilizado para a elaboração de novas hipóteses, construção de indicadores qualitativos, variáveis e tipologias.

Na comparação com as abordagens quantitativas, entendo que cada um dos dois tipos de método tem seu papel, seu lugar e sua adequação. No entanto, ambos podem conduzir a resultados importantes sobre a realidade social, não havendo sentido de atribuir prioridade de um sobre o outro.

Para falar filosoficamente sobre o tema, é importante trazer a tona a reflexão de Granger em seu artigo sobre "Modèles Qualitatifs, Modèles Quantitatifs dans la Connaissance Scientifique" (1982). O autor chama atenção para o que parece

óbvio: os acontecimentos são percebidos primeiramente como qualidade, em dois níveis: em primeiro lugar, como o vivido absoluto e único; em segundo lugar, a experiência é vivida no nível da forma, de modo que ela pode ser compreendida por *contraste* (é um recorte do campo perceptivo) e por *continuidade* (expressa-se na unidade e na indivisibilidade). No entanto, o mesmo autor assinala o risco de "uma redução simplista do qualitativo", quando o observador se contenta com a percepção de alguma parte do fenômeno que observa e esta é apenas é um predicado contingente e relativo do objeto, produzindo percepções incompletas.

Granger distingue "qualidade objetiva" e "qualidade do objeto psíquico" e considera ser um esforço necessário da epistemologia das ciências humanas atuais, estabelecer relações entre "qualidade do objeto psíquico" e estruturação científica (1967, p. 197).

É assim meridianamente claro que a utilização de métodos e técnicas não quantitativas em uma pesquisa não é questão de escolha de alternativa ou de preferência pessoal: são procedimentos simplesmente necessários. [. . .] A necessidade de usar métodos e técnicas não quantitativas é consequência da necessidade de captar algo dos aspectos subjetivos da realidade social, e de reconhecer a dualidade real entre quantitativo e do qualitativo (Granger, 1967, pp. 82-3).

Por sua vez, Mannheim (1968), um estudioso da sociologia do conhecimento, também se opõe à visão do positivismo clássico que tenta tornar mensuráveis, discerníveis e sem ambigüidades todos os fatores sociais. Comenta que há certos termos tão carregados de valores que só um participante do sistema social estudado pode compreendê-lo. Chama atenção para a participação do sociólogo como observador da realidade que pesquisa e diz que isso pode significar o sacrifício

do que às vezes se considera como a necessária “neutralidade e objetividade científica”. Mas acrescenta que o intento de obter objetividade, no sentido positivista, se configura como real obstáculo aos conhecimentos sociológicos:

Está claro que uma situação humana só é caracterizável quando se tomam em consideração as concepções que os participantes têm dela, a maneira como experimentam suas tensões nesta situação e como reagem a essas tensões assim concebidas (Mannheim, 1968, p. 70).

Completa afirmando que:

Para se trabalhar com ciências sociais é necessário participar do processo social. Mas essa participação no inconsciente coletivo não significa, de modo algum, que se falsifiquem os fatos ou que eles sejam vistos incorretamente. Pelo contrário, a participação no contexto vivo da vida social é uma pressuposição da compreensão da natureza interna de seu conteúdo. O desprezo pelos elementos qualitativos e a completa restrição da vontade não constitui objetividade e sim negação da qualidade essencial do objeto (1968, p. 73).

As palavras de Mannheim expressam o pensamento de várias correntes teóricas das ciências sociais, mas, ao mesmo tempo, dizem respeito a um embate no campo intelectual quanto aos estudos de ordem compreensiva. O funcionalismo destaca a importância do sentido social da conduta humana, em oposição às atribuições individuais dos motivos das condutas. Isto é, substitui as explicações subjetivas pelos determinantes dos sistemas culturais e busca o sentido da inter-relação entre órgãos e funções. A sociologia compreensiva, cujo representante clássico é Weber, diz que o caráter definidor da ação social é o seu sentido. “Na ação está contida toda

a conduta humana, na medida em que o ator lhe atribui um sentido subjetivo" (1974, p. 110).

A fenomenologia, cujo expoente no campo das ciências sociais é Schutz (1982), defende a idéia de que as realidades sociais são construídas nos significados e através deles, e só podem ser identificadas na medida em que se mergulha na linguagem significativa da interação social. A linguagem, as práticas e as coisas são inseparáveis na abordagem fenomenológica, uma vez que os significados são gerados na interação social. No quadro de referência fenomenológico, o mundo se apresenta ao indivíduo na forma de um sistema objetivado de designações compartilhadas e de formas expressivas. O marxismo clássico, por sua vez, interpreta a realidade como uma totalidade onde tanto os fatores visíveis como as representações sociais integram e configuram um modo de vida condicionado pelo modo de produção específico.

Apesar da pluralidade de interpretações das correntes de pensamento citadas, todas têm em comum o reconhecimento da *subjetividade* e do *simbólico* como partes integrantes da realidade social. Igualmente, todas trazem para o interior das análises o indissociável imbricamento entre subjetivo e objetivo, entre atores sociais e investigadores, entre fatos e significados, entre estruturas e representações.

O valor da pesquisa qualitativa, no entanto, não é reconhecido integralmente nem dentro das ciências sociais. Muitos cientistas sociais consideram importantes os estudos qualitativos apenas para fins exploratórios, recomendando sempre o uso de questionários estruturados para o que definem como "pesquisa científica", na qual são exigidos testes de hipóteses, possibilidades de repetição pela standardização das perguntas e testes de validade e fidedignidade. Essa concepção é oriunda do positivismo, cuja suposição é de que o refinamento dos instrumentos padronizados e das técnicas estatísticas é capaz de solucionar a fidedignidade das pesquisas, como já foi dito.

Referindo-se às restrições do próprio campo das ciências sociais aos estudos de cunho qualitativo, o sociólogo canadense Pires (1982) mostra que tal repúdio foi magnificado no pensamento americano da década de 30 do século XX, por meio de cientistas sociais importantes como Stouffer (1931) que, após analisar vários trabalhos com abordagens metodológicas quantitativas e qualitativas, optou pelas primeiras. Esse autor, de grande influência no campo da pesquisa social, partiu da constatação de dificuldades técnicas de trabalhar com dados subjetivos na construção do conhecimento e conferiu o título de "pré-científico" ao método qualitativo (Stouffer, 1931), afirmando que sua contribuição é "útil para dar idéia" e seus achados "não são generalizáveis". Em outros momentos, chamou ostensivamente a investigação qualitativa de "jornalismo obscuro e aborrecido".

"Não podem ser descartadas as dificuldades de se trabalhar com uma abordagem metodológica de um tipo de ciência em que o observador e o observado são da mesma natureza e em que o investigador e seu tema compartilham dos mesmos recursos", diz Giddens (1978, p. 234). Por isso, muitas vezes os críticos têm razões em suas ressalvas como demonstra Minayo (1998), com base numa revisão dos trabalhos qualitativos de autores brasileiros da área da saúde, a partir dos anos 1980: há muitas investigações mal-elaboradas e interpretações simplistas; há evidentes descuidos nas fundamentações teórico-metodológicas de vários trabalhos; persiste a antiga confusão entre as opiniões dos sujeitos e a lógica interna de suas representações; muitos pesquisadores professam um empirismo arraigado que os leva a considerar como ciência a própria descrição dos fatos fornecidos pelos atores sociais, tomando a versão das pessoas sobre os fatos como a própria verdade; alguns promovem um envolvimento prejudicial ao processo investigativo com os valores, emoções e visão de mundo na análise da realidade, dentre outros.

No mesmo sentido lembra Eco (1992) que o princípio da semiótica ilimitada não pode constituir-se numa derivação incontrolável de sentidos. Ainda que as interpretações de um texto, de uma fala, de um evento possam ser múltiplos, nem todas elas são boas. Não se pode estabelecer qual foi a que atingiu a melhor compreensão, mas é absolutamente possível dizer as que são inaceitáveis.

Em resumo, também na pesquisa qualitativa é importante a *objetivação*, isto é, o processo de investigação que reconhece a complexidade do objeto das ciências sociais, teoriza, revê criticamente o conhecimento acumulado sobre o tema em pauta, estabelece conceitos e categorias, usa técnicas adequadas e realiza análises ao mesmo tempo específicas e contextualizadas. A *objetivação* leva a repudiar o discurso ingênuo ou malicioso da neutralidade, mas exige buscar formas de reduzir a incursão excessiva dos juízos de valor na pesquisa. Os métodos e técnicas de preparação do objeto de estudo, de coleta e de tratamento dos dados ajudam o pesquisador, de um lado, a ter uma visão crítica de seu trabalho e, de outro, a agir com instrumentos que lhe indicam elaborações mais objetivadas.

No momento atual, existe um grande esforço teórico-metodológico no Brasil e no plano internacional (Minayo, 1989; 1991; 1993; 1998; 2003; Bosi & Mercado, 2004; Mercado, Cataldo & Calderón, 2003; Wolcott, 2003; Strauss & Corbin, 2003; Coffrey & Atkinson, 2003) para dar sustentação às investigações qualitativas e desenvolver o seu potencial de contribuição às análises sociais. Isso vem ocorrendo por vários motivos que se conjugam, dentre os quais (a) a forte emergência da questão social, (b) ressaltada pelos processos de exclusão e pela elevação da consciência dos direitos dos diferentes atores sociais e (c) pela crítica interpares que cresce com o aumento da produção científica utilizando essa abordagem.



### **Possibilidades de combinação: métodos quantitativos e qualitativos**

Sobre a combinação de métodos, a antropologia, mesmo a funcionalista, tenta romper a barreira das explicações simplistas, criando abordagens mais complexas, como propõe Malinowski (1975) dizendo que é preciso: (a) documentar estatisticamente, "mediante evidência concreta", tudo o que pode ser mensurado no "arcabouço da sociedade"; (b) complementar os registros quantitativos pela observação da "maneira como determinados costumes, regras ou exceções são vividas no cotidiano pelos nativos pois esses são fenômenos sociológicos"; (c) estar atento ao "corpo e sangue da vida real pois eles compõem o esqueleto das construções abstratas"; "compreender os imponderáveis da vida real"; (d) ouvir e buscar compreender o "ponto de vista, as opiniões e a expressões dos nativos", isto é, ter em conta as maneiras típicas do pensar e sentir que correspondem às instituições e à cultura de uma comunidade (1975, pp. 54-60).

A proposta antropológica de Malinowski, com maior ou menor perfeição, pode ser praticada, como evidenciam vários trabalhos que utilizam a estratégia de triangulação de métodos, dentre os quais os de Minayo & Cruz Neto (1999); Minayo et al (2003); Minayo & Minayo-Gomez (2003); Minayo, Assis & Souza (2005). A questão das relações entre quantitativo e qualitativo, porém, secundada pelo problema epistemológico da objetividade e da subjetividade não pode ser assumida de forma simplista como uma opção pessoal do cientista ao abordar a realidade. Ela tem que ver como o caráter do objeto específico de conhecimento aqui tratado: com o entendimento de que nos fenômenos sociais há possibilidade de se analisarem regularidades, frequências, mas também relações, histórias, representações, pontos de vista e lógica interna dos sujeitos em ação.

Vários documentos recentes, dentre eles a *Carta de Ottawa* (MS, 1995) e artigos nacionais e internacionais definem a saúde como um processo social no qual as sociedades fazem escolhas conscientes ou inconscientes para assegurar as condições nas quais as pessoas podem ser saudáveis (Minayo, 2000). Ao expressarem tal tese, os atores coletivos enunciam que este tema faz parte da esfera de sua vida e se expressam na economia, na política, no direito e na experiência subjetiva e não apenas no campo denominado setor saúde (Minayo, 2003a; 2003b).

Trazer a discussão da saúde para a arena política e vivencial (Gadamer, 1999) tem por fundamento a convicção de que ela é um bem social compartilhado. Em conseqüência, sua manutenção e promoção são de responsabilidade coletiva e individual, embora todos tenham consciência de que, nas sociedades complexas contemporâneas, os direitos são diferentemente distribuídos e apropriados de forma heterogênea e conflituosa. Por isso, os problemas atinentes ao âmbito da saúde precisam ser compreendidos por meio de categorias classificatórias que contemplem as diversidades e as diferenças. Dessas categorias, as mais estruturantes são: classes e segmentos de classes, gênero, idade e etnia, expressando condições de vida e de trabalho, em espaços e tempos sociodemográficos e culturais específicos. Vivências desiguais constroem formas diversas de pensar, sentir e agir peculiares a respeito da saúde e da doença: não há saúde nem construção social da saúde em abstrato e fora da sociedade que as geram, como há muito lembraram Lévi-Strauss (1963); Marcel Mauss (1950) e Boltanski (1979).

Exemplos infundáveis sobre a singularidade cultural dos fenômenos atinentes à saúde e à doença que exigem pesquisa qualitativa poderiam ser aqui descritos, como provam estudos sobre explicações religiosas a respeito da morte em geral ou sobre a mortalidade infantil no Nordeste brasileiro, por exemplo (Minayo, 1991); sobre a gestação e o parto nas peri-

ferias da cidade do México (Scrimshaw, 1987); sobre causas e origens das doenças em tribos neozelandesas em Marcel Mauss (1974) e, mais recentemente, em Sfez (1997) que pesquisou o fenômeno a que denomina concepção e representação de "saúde perfeita" nas classes abastadas das sociedades americana, japonesa e européias pós-industriais. A compreensão das especificidades citadas acima seria impossível por meio de métodos quantitativos.

Do ponto de vista conceitual, portanto, faz parte de uma visão complexa da ciência incorporar, teoricamente e na prática, a evidência empírica de que saúde e doença não se reduzem a uma experiência orgânica, biológica e externa aos sujeitos. Tais reflexões se escudam nos fundamentos da teoria de Weber (1974) sobre o significado subjetivo da ação social. Assim, a compreensão particular e intersubjetiva de determinada situação produz comportamentos que por sua vez se desdobram, transformando a experiência "numa profecia auto-realizável" (Thomas, 1970, p. 246). Tais premissas reafirmam, nas experiências de saúde e doença, a intrincada relação entre fatos, eficácia de idéias (Weber, 1974) e intencionalidade (Schutz, 1964). Por sua vez, o reconhecimento de que o setor saúde trabalha, ao mesmo tempo, com problemas coletivos e determinações biológico-sociais (Latour, 1994) ou biológico-social-ambientais (Waltner-Toews, 2001; Forget & Lebel, 2001) não diminui a responsabilidade do investigador de entender que todos os problemas se materializam na realidade antropológica. Daí que as exigências epistemológicas para a pesquisa qualitativa e para as abordagens quantitativas e qualitativas são fundamentais.

A combinação de métodos, no entanto, constitui-se como desafio porque, na prática científica contemporânea, abordagens quantitativas e qualitativas passaram a significar não apenas duas formas "profissionalmente distintas" de apreender (epidemiologia) e compreender (antropologia) o real, mas duas modalidades de investigação com campos teóricos pró-

prios, delimitados e freqüentemente antagônicos. Geralmente, as pesquisas epidemiológicas primam pela reificação da estatística, tendo por base a crença positivista na "verdade dos números" e, por sua vez, as socioantropológicas costumam isolar-se das bases quantitativas, freqüentemente confundindo a "verdade" apenas com o significado expresso pelos sujeitos.

Historicamente, pode-se observar que as relações entre epidemiologia e ciências sociais vêm se construindo na convivência com, pelo menos, três modelos de explicação das doenças: o organicista, o social e o ecossistêmico.

O primeiro confere existência independente à saúde e enfermidade, cujo modelo mais radical era o da teoria microbiana que se vangloriava de poder superar todas as ideologias políticas e interpretações sociais que minavam o campo da cientificidade da medicina (Nunes, 1985). Sua versão contemporânea se evidencia nas áreas mais avançadas das pesquisas básicas e aplicadas da genética, que prometem a utopia da "saúde perfeita" de forma independente dos processos sociais, segundo Sfez (1997).

Um segundo modelo, articula saúde e doença com condições de vida. Exemplos de sua aplicação podem ser encontrados em John Snow (1967), sobre a *Transmissão do Cólera* e o trabalho de Engels sobre a *Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra* (1977). Esse modelo se radicalizou na epidemiologia brasileira e latino-americana. Reagindo ao *tecnicismo* e ao *biologicismo* da medicina e da epidemiologia tradicional, surgiu na região nos anos 70 do século XX, uma corrente de pensamento propondo pensar saúde e doença por meio da sua história social, sob o olhar do marxismo em seu viés estrutural. Sua aplicação aparece no chamado "paradigma da epidemiologia social" (Breilh, 1979; Laurell, 1977), que centra sua discussão na idéia da equidade social e expressa seu maior vigor na área temática de trabalho e ambiente (Carvalho, 2002). Essa corrente está hoje em declínio, acompanhando a crise do marxismo na sociedade ocidental e no pensamento sociológico.

Sua decadência deve-se sobretudo à falta de consistência de seu arcabouço muito mais político que científico, dando margem a críticas sobre a idéia de totalização da determinação do social atuando na produção da saúde/enfermidade. As considerações atuais põem em foco a fragilidade epistemológica da epidemiologia social por se apoiar nas bases do pensamento marxista mecanicista. Vários autores questionam a mediação construída entre a visão positivista da epidemiologia descritiva e o determinismo também positivista (Pereira, 2000; Medronho, 2002) do marxismo althusseriano. Na realidade, a epidemiologia social enquanto proposta histórica recente não se desprende das correntes teóricas fundamentadas na filosofia da consciência (ou seja, da observação exterior dos fenômenos). Sua abordagem, ora assumiu a questão social como cenário de produção das doenças, ora como determinante sem mediações, das situações, dos comportamentos e dos sujeitos.

Da mesma forma que a epidemiologia positivista, a epidemiologia social pouco levou em conta as questões da subjetividade e os processos microssociológicos do mundo da vida, esses últimos, complexificadores das expressões de saúde e doença no terreno da prática. Se é verdade que os problemas sociais se expressam nas condições de saúde, é porque o social está simultaneamente na própria produção fisiopatológica e epidemiológica, permeando e modificando suas manifestações e não apenas lhes dando continência. Por isso, ressaltando as dificuldades de conceituação, Almeida Filho diz que "será sempre redundante qualquer referência a uma epidemiologia social" (1989, p. 5).

O terceiro modelo vem se desenvolvendo, sobretudo a partir da teoria quadrangular de Lalonde (1956) sobre os fatores que interferem na saúde, da *Carta de Otawa* (MS, 1995) e tem sua expressão atual na denominada *abordagem ecossistêmica de saúde*. Esse tipo de enfoque é influenciado por vários movimentos dentre os quais o ambientalista e o feminista, que tentam combinar a epidemiologia das enfermidades com

as condições sociais que as determinam ou influenciam na sua ocorrência e, também, com variáveis ambientais. Seu fundamento, embora apresentado de forma muito mais complexa, remonta às teorias ecológicas e multicausais das enfermidades (Waltner-Toews, 2001; Forget & Lebel, 2001; Minayo, 2002). Dentro deste modelo, os fatores são vistos de forma combinada a serem conhecidos nos processos socio-sanitários concretos. Seus princípios norteadores são, em primeiro lugar, (1) o pensamento sistêmico, para o qual toda a complexidade dos seres vivos precisa ser levada em conta na produção da saúde humana; (2) as questões de gênero devem ser evidenciadas nas investigações e ações transformadoras; (3) a equidade é um princípio básico da promoção da saúde, e (4) a participação e a responsabilização social dos diferentes atores tomados em seus contextos têm de ser incorporadas como parte integrante da construção de uma vida saudável.

Do ponto de vista disciplinar, as correntes explicativas dos processos de adoecimento baseiam-se em três principais pilares: ciências biológicas, sociais e estatísticas (incluindo-se as ciências matemáticas e a demografia) (Pereira, 2000). Entretanto, a ênfase disciplinar sempre recaiu nas ciências biológicas e na estatística. Inicialmente, o *status* de cientificidade da epidemiologia era dado pela descrição anatomofisiológica, microbiológica e parasitológica detalhada na mediação do processo patológico. Posteriormente, "com a sofisticação da análise estatística e o emprego da informática, a epidemiologia dos fatores de risco adquire quase exclusividade como produção científica da área [epidemiologia] e chega mesmo a defini-la" (Medronho, 2002, p. 6).

Ainda atualmente, na maioria das vezes, a inserção das teorias sociais na epidemiologia se faz pela apropriação de termos de forma ideológica ou pelo senso comum. Isso acontece não apenas no momento da redução de conceitos a variáveis, mas também na incorporação superficial e acrítica de marcos teóricos.

Numa compilação de referências denominada *Bases Históricas da Epidemiologia*, Almeida Filho (1989) detalha o processo de construção dessa disciplina, numa escalada rumo ao quantitativismo e à abordagem tecnicista: (a) ela remonta a uma apropriação da Aritmética Política de William Petty e dos levantamentos de Estatística Médica de John Graunt no século XVII (Last, 1983); (b) articula-se aos estudos pelo *método numérico* para conhecimento da incidência e prevalência de doenças na França, nos Estados Unidos e na Inglaterra, no século XIX (Lilienfeld, 1976); (c) é filha da institucionalização da Estatística Médica, na Inglaterra, a partir dos trabalhos de William Farr, que, desde 1839, criou o registro anual de mortalidade e morbidade para a Inglaterra e o País de Galles (Last, 1983), mas só se institucionaliza vindo a ser ensinada como disciplina nas universidades já no século XX. MacMahon et al. (1969) escreveram o primeiro manual de Epidemiologia, na década de 60 do século XX.

A busca de cientificidade positivista na disciplina nascente e na construção da própria história da Epidemiologia ocorreu *pari passu* com a revolução bacteriana. O extraordinário desenvolvimento da bacteriologia, no final do século XIX e início do século XX, provocou inegável fortalecimento da medicina organicista, contrariando as tentativas da chamada *Medicina Social e Política* que, nesse mesmo período, tentava buscar os nexos entre o aparecimento das doenças e as questões sociais (Nunes, 1985; 1999). Assim, a epidemiologia quantitativista passou a se destacar da Saúde Pública, refletindo o diagnóstico médico ontológico e nosológico da história natural das doenças. O contrário também ocorreu: "a versão britânica da Medicina Social evoluiu para uma vertente pretensamente técnica, constituindo a chamada Saúde Pública" (Almeida Filho, 1989, p. 3). É importante observar a simbiose teórica que desde então vem se processando entre o que é saúde pública e o que é epidemiologia: essa espécie de "sinonímia" está presente em textos, debates e congressos da área e manifestando-se, ora

sob a forma de redução, ora sob a forma de expansão. Os reducionistas privilegiam a visão técnica e biológica da distribuição das doenças na população. Os expansionistas, cuja lógica bebe na fonte originária da Medicina Social do século XIX (Nunes, 1999), juntam e articulam conceitos e métodos da epidemiologia e das ciências sociais. Alguns desses últimos conseguem êxitos na apropriação das teorias sociológicas, outros as incorporam de forma naturalizada e mecânica.

Em síntese, conclui-se que as duas formas mais comuns de absorção dos conceitos sociológicos usados para a análise de contexto dos processos de saúde/enfermidade, pela epidemiologia, têm sido a sua instrumentalização ou seu uso ideológico. Nesse último caso, além de considerar a epidemiologia social como a própria saúde pública, a abordagem marxista da epidemiologia tomou uma determinada vertente do marxismo (a mais vulgar, segundo Perry Anderson, 1987) como a totalidade da ciência social. Nessa práxis ocorreu um paradoxo: de um lado, produção de análises em alto nível de abstração e uso de esquemas macrosociais e antiantropológicos; de outro, busca crescente de aperfeiçoamento e uso cada vez mais aprimorado e tecnicista dos métodos e das técnicas bioestatísticas para explicações dos problemas de saúde e enfermidade. No meio, foi gerado um vazio interpretativo dos processos sociais vivenciados no cotidiano. Portanto, a proposta diferenciadora da epidemiologia crítica está ainda por ser realizada, tendo em vista que esse termo *crítica*, em sua matriz, significou, historicamente, submissão à corrente marxista de viés estruturalista, à qual se agregaram, sem mediações, análises de dados quantitativos.

Nas décadas de 80 e 90 do século XX, algumas tentativas foram feitas para tornar conscientes os estudiosos da área sobre o lugar do "sujeito" na epidemiologia e nas práticas de planejamento. No entanto, continuam hegemônicas as abordagens tecnicistas em que o dinamismo do *social* é um "lugar vazio" ou, quando muito, "elemento de estratégia". Ao con-



trário do florescimento do tecnicismo epidemiológico, praticamente caíram em desuso as análises da epidemiologia social tais como eram feitas.

Ao terminar esta crítica e a bem da verdade, é preciso dizer que o mal-estar em relação ao reducionismo e ao fetichismo do método também é relatado e assumido por epidemiologistas que buscam a incorporação das ciências sociais em seus quadros reflexivos e analíticos, como é relatado na introdução de dois recentes e importantes livros brasileiros que servem de base à formação de uma nova escola de epidemiologistas. Ambos os textos colocam a incorporação das ciências sociais que trabalham com relações e significados na abordagem epidemiológica como uma condição essencial para seu desenvolvimento no século XXI (Medronho et al., 2002; Pereira, 2000).

Por sua parte, a introdução das Ciências Sociais no campo de construção da Saúde Pública em geral se fez de forma caudatária, por causa da hegemonia histórica da medicina na área das ciências da saúde. Embora a reflexão sobre a interferência dos aspectos econômicos, políticos e sociais sobre a saúde seja antiga e tenha florescido na metade do século XIX, a racionalidade médica sempre predominou nas tentativas de formalização teórica da área. Os termos referentes ao social nunca mereceram aprofundamento conceitual.

Foi já no século XX, conta Nunes (1985), que sociólogos, antropólogos e psicólogos foram chamados, como profissionais, a integrar o campo de saúde. Num primeiro momento, dominou, nas abordagens, o viés condutivista e funcionalista, respondendo à demanda do campo médico que sempre buscou ter acesso a chaves de compreensão dos códigos diferentes com os quais os leigos conceituam e vivenciam os processos de saúde e doença, acessam aos serviços e representam os tratamentos. O objetivo das primeiras articulações foi pragmático: administrar normas de comportamento saudáveis aos leigos.

Num segundo momento, aos cientistas sociais foi pedido que fornecessem análises mais aprofundadas das “variáveis sociais” da história das doenças. Ora, essa tem sido a forma mais comum de articulação disciplinar entre a área da epidemiologia e da clínica com as ciências sociais. Até hoje, muito do que é feito nos países subdesenvolvidos com financiamento de organizações internacionais conserva o mesmo paradigma.

É preciso ressaltar aqui que, também nas ciências sociais, a lógica tecnicista tem predominado. Ela se irradiou dos Estados Unidos, sobretudo a partir da Segunda Guerra Mundial, e tornou-se hegemônica. Assim a confusão entre cientificidade e quantificação não constitui privilégio da área da epidemiologia, como já foi referido anteriormente.

No caso brasileiro, a presença dos cientistas sociais no campo da saúde é relativamente recente, de tal modo que a história de sua inserção sistemática tem pouco mais que trinta anos (Nunes, 1985; Canesqui, 1998; Nunes, 1999; 2003; 2005; Minayo, 2000; Luz, 2000). A maioria, nos anos 1970 e 1980, seguiu a linha acadêmica mais geral na sociologia nacional, distinguindo-se pela realização de análises macrosociais, institucionais e de estudos a partir de dados secundários e documentais. Algumas se destacam pelas contribuições epistemológicas e sociológicas e outras pelas análises das políticas do setor.

É interessante observar que, antes dos anos 1980, raros eram os cientistas sociais da saúde que iam a campo e realizavam trabalhos empíricos com a população. Os estudos étnicos constituíam exclusividade dos antropólogos *stricto sensu*. Uma extensa e profunda revisão bibliográfica realizada por Nunes e datada de 1985 praticamente mapeia, no País, apenas um estudo antropológico sobre saúde no conjunto da produção científica brasileira de saúde. Hoje essa contribuição é substancial e, dentre muitos, cito aqui Alves & Rabelo (1998); Rabelo, Alves & Souza (1999); Knauth (1998); Duarte & Leal (1998); Alves & Minayo (1994); Carrara (1996); Rodrigues (2001); Deslandes (2002).

Da mesma forma que na epidemiologia, nas décadas de 70 e 80 do século XX, os cientistas sociais que trabalhavam no setor saúde no Brasil, na maioria, produziram um saber cuja matriz se restringia às teorias marxistas, no seu viés positivista e estrutural de inspiração althusseriana. A partir da metade dos anos 1980 houve uma inflexão dos investimentos teórico-conceituais e metodológicos em outras abordagens compreensivas e dialéticas das determinações e do lugar da intersubjetividade. Em relação ao marxismo, a forte influência de Althusser foi substituída pelo pensamento de Gramsci (1981), cuja elaboração teórica se mostrava muito mais aberta em relação ao campo das idéias, da subjetividade e da história. Desde então, vão se configurando algumas tendências: (1) crise ou o abandono dos marcos referenciais baseados nas ditas meta-narrativas ou das macroteorias; (2) aumento da produção científica de base compreensiva, diferenciando-se da tendência cada vez mais acelerada da epidemiologia para reverenciar os poderes das técnicas estatísticas; (3) expressivas tentativas de produção de estudos interdisciplinares, transdisciplinares por triangulação de métodos quantitativos e qualitativos nas abordagens dos problemas de saúde.

Chamo atenção para dois tipos de questionamento que freqüentemente têm sido feitos aos cientistas sociais pelos outros profissionais e pesquisadores sobre estudos qualitativos na área de saúde. De um lado, existe uma crítica contundente em relação à baixa potencialidade de aplicação prática dos conhecimentos gerados. Esse questionamento, geralmente, evidencia uma dificuldade de muitos profissionais da área social em ultrapassar o formato das análises de alto nível de abstração teórica, pouco propositivas, distantes de problemas imediatos e ausentes de uma perspectiva de ação que o campo da saúde demanda. Ora, a área da saúde, mesmo proporcionando um campo expressivo para o investimento em pesquisas básicas, clama por uma relação mais comprometida com as prioridades sociais.

Nesse sentido, é importante ouvir a sabedoria de Wright Mills em sua obra clássica *Imaginação Sociológica* (1971) sobre as relações entre os cientistas e a realidade. Nela, o autor fala que o papel dos cientistas sociais deveria ser o de evidenciar, para seus contemporâneos, a significância da dinâmica da sociedade em que vivem e o sentido de sua participação específica. A *utilidade* da ciência, diz Mills, é dada pela sua capacidade de transformar os grandes problemas sociais que o povo vive em questões públicas em favor de mudanças sociais, colaborando para que os cidadãos informados sejam capazes de sair de seus limites individuais para se sentirem parte de uma história à qual sua biografia está estreitamente vinculada. As mesmas teses são endossadas por outros renomados autores como Adorno & Horkheimer (1991), dois expoentes da chamada *Sociologia Crítica Alemã*.

Outra fonte de crítica dos epidemiologistas à produção das ciências sociais na área da saúde diz respeito ao contrário do que foi exposto anteriormente. Diz respeito ao empirismo (Minayo, 2002) ingênuo de muitos estudiosos que transformam opiniões, crenças e queixas dos usuários do sistema de saúde em verdades, evidenciando incapacidade de realizar análises contextualizadas, fundamentadas e elaboradas teoricamente. Esse questionamento tem como pano de fundo a quantidade de estudos simplificados ou fenomenológicos, em que os investigadores abrem mão de “construtos de segunda ordem” (Schutz, 1982, p. 137), cujo ônus lhes deveria caber. Em tais produções, a verdade dos informantes se confunde com a verdade científica, desacreditando-se sua possível contribuição.

As duas principais críticas expostas acima tensionam o antigo debate sobre o papel da ciência, da técnica e do que seja a construção de uma tecnociência (modelo mais difundido no campo da saúde). Elas expõem, também, o significado praxiológico da ciência, sobretudo numa área em que as descobertas e propostas dizem respeito a valores tão fundamentais como vida e morte, saúde e doença.

As possibilidades de contribuição da interação entre teorias e métodos para análises de problemas de saúde provêm, justamente, de suas diferenças. Por um lado, se fundamentam na busca de *compreensão em profundidade* dos valores, práticas, lógicas de ação, crenças, hábitos e atitudes de grupos e indivíduos sobre a saúde, a doença, as terapêuticas, as políticas, os programas e demais ações protagonizadas pelos serviços de saúde. E, por outro lado, baseiam-se na leitura da *explicação em extensão* de como esses sujeitos, agregados em um nível populacional, tornam-se expostos ou vulneráveis a eventos ou processos que põem em risco sua saúde, como adoececem, como e com qual magnitude demandam tratamento e atenção. Mais que pares de oposições, os métodos quantitativos e qualitativos traduzem, cada qual à sua maneira, as articulações entre o singular, o individual e o coletivo presentes nos processos de saúde-doença. A interação dialógica entre ambos os aportes (e não por justaposição ou subordinação de um desses campos) constitui avanço inegável para a compreensão dos problemas de saúde.

Para a prática interdisciplinar, o exercício teórico disciplinar é tão fundamental quanto o diálogo entre as diferentes áreas. Contudo, a articulação entre diferentes campos de saber só é possível se passar por traduções das distintas lógicas e critérios de cientificidade, de uma hermenêutica do *modus operandi* de cada metodologia e da arquitetura dos conceitos que cada teoria de referência apresenta. Sem esse diálogo dos fundamentos de cada uma das ciências, os praticantes das diferentes tradições científicas estarão restritos ao infrutífero debate dos limites desse ou daquele conceito, das condições de sua operacionalização ou da justaposição de métodos e técnicas.

O exercício de triangulação de métodos não é fácil e nem simples. Os que decidem realizá-lo precisam aprofundar, concomitantemente, conceitos disciplinares, de tal forma que todos os que são essenciais para a investigação possam ser con-

frontados e enriquecidos transversalmente. Por razões epistemológicas e práticas já citadas, é preciso saudar os pesquisadores que estão rompendo barreiras e ampliando fronteiras do conhecimento, sem abrir mão do rigor e da competência.

Em síntese, a experiência de trabalho com as abordagens quantitativas e qualitativas mostra que: (1) elas não são incompatíveis e podem ser integradas num mesmo projeto de pesquisa; (2) uma investigação de cunho quantitativo pode ensejar questões passíveis de serem respondidas só por meio de estudos qualitativos, trazendo-lhe um acréscimo compreensivo e vice-versa; (3) que o arcabouço qualitativo é o que melhor se coaduna a estudos de situações particulares, grupos específicos e universos simbólicos; (4) que todo o conhecimento do social (por método quantitativo ou qualitativo) sempre será um recorte, uma redução ou uma aproximação; (5) que em lugar de se oporem, os estudos quantitativos e qualitativos, quando feitos em conjunto, promovem uma mais elaborada e completa construção da realidade, ensejando o desenvolvimento de teorias e de novas técnicas cooperativas.

Encerro este texto com palavras de um epidemiologista:

É imperativo abrir a ciência epidemiológica à investigação dos aspectos simbólicos (tais como valor, relevância e significado) do risco e de seus determinantes. Se tomamos esta abordagem contextual até suas últimas consequências lógicas, podemos dizer que "fatores de risco sociais" nada mais são que a expressão do modo de vida de grupos populacionais. Assim, para dar conta do grande desafio de desenvolver uma epidemiologia do modo de vida, precisamos, portanto, empreender uma reavaliação metodológica radical da nossa disciplina (Almeida Filho, 2000, p. 174).

Parte II  
TEORIA, EPISTEMOLOGIA E MÉTODOS:  
CAMINHOS DO PENSAMENTO

Envolver uma teoria com o manto da verdade é atribuir-lhe uma característica não realizável historicamente. Nada mais prejudicial ao processo científico que o apego a enunciados evidentes, não discutíveis. Somente na teoria se pode dizer que a ciência é a interpretação verdadeira da realidade, porque, na prática, toda interpretação realiza apenas uma versão historicamente possível

— DEMO, 1981, p. 25.

ANTES DE TRATAR DO TEMA ESPECÍFICO da Metodologia da Pesquisa social, é importante discutir o legado das Ciências Sociais, como menciona Emmanuel Wallerstein (1999), fazendo uma caminhada pelas raízes desse campo de conhecimento que tem “pais fundadores”, data do final do século XIX e entrelaça disciplinas, estruturas corporativas e comunidades de investigadores, configurando uma cultura específica. Na sociologia, Durkheim, Weber e Marx constituem a trilogia que apresenta contribuições seminais e, ao mesmo tempo, evidencia formas diferenciadas de ver o mundo e de interpretá-lo.

Embora as Ciências Sociais tenham avançado e se diversificado quanto aos temas que abordam e às teorias que englobam, esses três autores são as referências clássicas das várias correntes de pensamento, demonstrando que nenhuma teoria da sociedade é neutra e que qualquer estudo tem, implícitas ou explícitas, marcas teóricas de filiação. Pode-se dizer também que nenhuma das linhas de pensamento sobre o social tem o monopólio de compreensão da totalidade. Aos fatos e processos se ascende por aproximação, dando razão à observação de Lênin: "a marcha do real é sempre filosoficamente mais verdadeira e mais profunda do que nossos pensamentos mais profundos" (1965, p. 235).

Em relação às principais correntes de pensamento, tecerei algumas interpretações reflexivas, sempre alertando ao leitor de que se trata de um simples resumo de idéias, cada uma delas sendo respaldada por autores respeitáveis, de grande saber e potência intelectual. Os referenciais que tomo para este estudo são os originais dos autores e análises de estudiosos como Hughes (1983) e Wallerstein (1999) para as ciências sociais em geral e, no caso de aplicação no campo da saúde, textos de Nunes (1983, 1985; 1999) Juan César García (1983); Donnangelo (1983); Luz (1979), dentre outros.

Em *Ciências Sociais e Saúde na América Latina*, Nunes toma 1.663 referências de produção teórica na área entre os anos de 1950 a 1979, classifica o material e o analisa dentro de um marco referencial histórico-estrutural, passando pela (a) Medicina Tradicional; (b) Serviços de Saúde; (c) Processo Saúde/Doença e (d) Formação de Recursos Humanos.

No estudo do material referido, Nunes aprofunda várias questões que não constituem objeto de preocupação deste livro, mas enfatiza também um enfoque que diz respeito ao tema: as correntes de pensamento da produção intelectual do período recortado, contextualizando-as no interior das preocupações mais amplas da sociedade brasileira e latino-americana.



Sem querer estabelecer etapas estanques, Nunes mostra que, na década de 1950, as pesquisas estiveram marcadas pelas teorias funcionalistas e culturalistas, servindo à implementação de desenvolvimento e organização de comunidade.

Nas décadas de 1960 e 1970, as abordagens fenomenológicas influenciaram efetivamente o pensamento e as práticas da saúde coletiva. Elas questionaram a onipotência e onipresença do Estado sobre os indivíduos e sobre os grupos de referência e a arbitrariedade impositiva das classes dominantes por meio dos sistemas de saúde. Sua emergência fez eclodir uma reação de negação dos princípios positivistas e funcionalistas mais voltados para o todo e para as massas, em favor de uma afirmação dos direitos individuais, do princípio da autonomia das pessoas e da construção de grupos mediadores ante o Estado e as grandes instituições médicas e sanitárias. A fenomenologia ocupou lugar importante nas reflexões sobre os significados subjetivos da saúde e da doença e na condenação teórica do anonimato, das leis gerais e das invariâncias próprias do positivismo sociológico.

A partir dos anos 1970, houve grande incremento da produção intelectual na área de saúde, dentro do enfoque marxista histórico-estrutural. A presença do marxismo no ambiente acadêmico da saúde coincidiu com a resistência cidadã ao autoritarismo e à violência política vigente no período da ditadura militar. Esse movimento, que arregimentava uma organização denominada informalmente "partido sanitário", contribuiu para a produção de uma crítica teórico-prática sobre a fragilidade e a fragmentação das análises fenomenológicas (Nunes, 1985), propondo mudanças estruturais na distribuição da saúde, como bem social e do acesso aos serviços de saúde, no Brasil e na América Latina.

As três correntes de pensamento continuam presentes, atuantes e de forma concorrente nas análises referentes à relação Saúde e Sociedade. Fazem parte da própria pluralidade ideológica da sociedade atual, onde as visões sociais de mun-

do estão comprometidas com posturas concretas na prática teórica e política. Chamo atenção, no entanto, para o fato de que a lógica do capitalismo contemporâneo, marcado principalmente pelas transformações nas formas e fundamentos da comunicação e da informação, traz à tona as noções de *rede* e de *sistemas* para explicar a dinâmica da realidade atual. Embora desenvolvidas inicialmente pela biologia e pela cibernética, as correntes de "pensamento sistêmico" vêm assumindo, aos poucos, um lugar também nas ciências sociais e nos estudos que compõem a área da saúde.

Em 1983, García já advertia que nenhuma das correntes de pensamento desconhece a vinculação da medicina com a estrutura social, no entanto, suas diferenciações se explicitam na interpretação de *como* se dá essa vinculação e em que grau de autonomia ou dependência se situa o fenômeno saúde-doença como manifestação biológico-social. As diferentes visões de mundo presentes nas interpretações da realidade refletem a dificuldade do pensamento de apreender e compreender o objeto "social" e, em conseqüência, a "saúde" em toda a sua complexidade e articulações.

Esta parte contém dois capítulos fundamentais. O primeiro se compõe da introdução às principais correntes de pensamento sociológicas que têm influência na teoria e na prática da saúde: o positivismo, o compreensivismo, o marxismo e o pensamento sistêmico. No segundo, apresento algumas abordagens compreensivas com suas potencialidades de aplicação para estudos e investigações do setor.

## Capítulo 4 CORRENTES DE PENSAMENTO

### Positivismo sociológico

O POSITIVISMO CONSTITUI a corrente filosófica que mantém o domínio intelectual no seio das Ciências Sociais e também na relação entre Ciências Sociais, Medicina e Saúde. As teses básicas do positivismo podem ser assim resumidas: (1) a realidade se constitui essencialmente naquilo que os sentidos podem perceber; (2) as Ciências Sociais e as Ciências Naturais compartilham de um mesmo fundamento lógico e metodológico: elas se distinguem apenas no objeto de estudo; (3) existe uma distinção fundamental entre fato e valor: a ciência se ocupa do *fato* e deve buscar livrar-se do *valor*.

A hipótese central do positivismo sociológico é de que a sociedade humana é regulada por leis naturais que atingem o funcionamento da vida social, econômica, política e cultural de seus membros. Portanto, os cientistas sociais quando analisam determinado grupo ou comunidade têm de descobrir as leis invariáveis e independentes de seu funcionamento.

Daí decorre que os métodos e técnicas para se conhecer uma sociedade ou determinado segmento dela devam ser da mesma natureza que os empregados nas ciências naturais. E

ainda mais, da mesma forma que as ciências naturais propugnam um conhecimento objetivo, neutro, livre de juízo de valor, de implicações político-sociais (o que se pode pôr também em questão) também as ciências sociais devem buscar, para sua cientificidade, este "conhecimento objetivo". Noutras palavras, dentro da filosofia positivista, o cientista social deve comportar-se ante seu objeto de estudo — a sociedade, qualquer segmento ou setor dela — livre de juízo de valor, tentando neutralizar qualquer interveniência que possa lesar a sua objetividade na explicação dos fenômenos.

A postura positivista advoga uma ciência social desvinculada da posição de classe, de valores morais e de posição política dos cientistas. Denomina "pré-juízos", "pré-conceitos", "pré-noções" ao senso comum sobre os assuntos estudados e ao conjunto de valores e opções político-ideológicas do pesquisador. Na proposta positivista, o cientista sempre deve ultrapassar os limites de sua subjetividade (Durkheim, 1978).

A ciência positivista tem raízes na filosofia das luzes no século XVIII (Lowy, 1986). Para Lowy, o pai do positivismo é Condorcet, um enciclopedista que formulou de forma clara e precisa a idéia de que a ciência da sociedade deveria ser uma Matemática Social baseada em estudos quantitativos rigorosos e probabilísticos. Condorcet considerava que, da mesma forma que nas ciências físicas e matemáticas, os interesses e as paixões não deveriam perturbar e nem influenciar os estudos das ciências sociais. Por isso atribuía as dificuldades no progresso do conhecimento da realidade ao fato de que o social era, no seu tempo, objeto de interesses religiosos e políticos. Daí que a meta dos estudiosos deveria ser conseguir uma elaboração "livre de preconceitos" (Condorcet, in: Mora, 1982). Condorcet poderia ser considerado um crítico avançado para sua época, tendo em vista que a realidade social era então interpretada pelos códigos da religião católica e pela autoridade do Estado oligárquico. Esse pensador acenava para a necessidade de romper com esse monopólio autoritário do

pensamento, livrando as ciências *do social* dos interesses e paixões das classes feudais, das doutrinas teológicas, dos argumentos de autoridade da Igreja e de todos os dogmas fossilizados.

Lowy inclui entre os discípulos de Condorcet e defensor de suas idéias, o socialista utópico Saint-Simon (Lowy, 1986), para quem a ciência da sociedade consistia numa "fisiologia social", cuja dinâmica tem dois movimentos históricos: as épocas críticas que conseguem eliminar as fossilizações sociais; e as épocas orgânicas que se caracterizam pela estabilidade e reprodução das estruturas. Saint-Simon ressaltava que, em sua época, havia duas classes parasitas do organismo social: o clero e a aristocracia. E, portanto, seria preciso que essas fossilizações dessem lugar a uma nova forma de organização do corpo social. Para isso apresentava um projeto novo de sociedade, baseado não na igualdade, mas numa pirâmide de classes, visando a elevar a capacidade produtiva das pessoas a um grau máximo de desenvolvimento. Segundo Saint-Simon, a moral e as idéias têm de ser distintas para as distintas classes fundamentais, a fim de que a sociedade seja livre e dedicada à produção. Propunha que a igreja fosse substituída pela fábrica (Saint-Simon, in: Mora, 1982).

Tanto a proposta da *matemática social* de Condorcet, como as teorias "fisiológicas da sociedade" de Saint-Simon faziam uma dura crítica social de seu tempo. Nomeavam quais eram as classes dominantes e opressoras e propunham mudanças condizentes com a nova sociedade industrial que se agigantava. Até o início do século XIX, o positivismo desenhado por esses precursores constituiu uma visão social-utópica-crítica do mundo de seu tempo.<sup>1</sup> O mesmo não se poderia dizer das

---

<sup>1</sup> Uso aqui o termo *utópico* no mesmo sentido de Karl Mannheim em *Ideologia e Utopia* (1968). Mannheim distingue os conceitos de ideologia e utopia. A primeira seria constituída por concepções, idéias, representações e teorias que se orientam para a estabilização, legitimação e reprodução da ordem vigente. Ideologias seriam o conjunto das doutrinas e teorias de caráter conservador, isto é, servem para a manuten-

teorias de Augusto Comte, embora este autor se considerasse herdeiro dos dois primeiros.

Para Comte, o pensamento teria de ser totalmente positivo. Isto é, dele deveria ser eliminado todo o conteúdo crítico para que os cientistas descobrissem as leis da sociedade. Seu "método positivo", propunha que o cientista social se consagrasse teórica e praticamente à defesa da ordem e fosse contrário ao que considerava "«negativismo» perigoso das doutrinas críticas, destrutivas, subversivas e revolucionárias da Revolução Francesa e do Socialismo" (Comte, 1978, p. 44). Sua teoria social, inicialmente, foi chamada por ele próprio como *Física Social* e assim definida: "A Física Social é uma ciência que tem por objetivo o estudo dos fenômenos sociais, considerados no mesmo espírito que os fenômenos astronômicos, físicos, químicos e fisiológicos" (1978, p. 13).

Dizia Comte que há uma ordem interna que rege a sociedade da mesma forma que essa ordem existe na natureza. Toda sociedade caminharia para a harmonia, o desenvolvimento e a prosperidade. Ao cientista social caberia descobrir essa ordem e explicitá-la aos leitores para que, com base em sua compreensão, a estabilidade social fosse mantida.

Comte considerava importante que os sociólogos explicassem aos proletários a lei que rege a distribuição de riquezas, a concentração de poder econômico e o seu lugar na sociedade. Ao fazê-lo estariam cumprindo o papel pedagógico de ensinar que os lugares que os trabalhadores ocupam são resultantes da própria natureza da organização social que tem suas leis invariantes. Segundo esse pensador, graças ao positivismo, os trabalhadores reconheceriam as vantagens da submissão e do fato de que não teriam de se preocupar com o

---

ção do sistema social de forma geral. Pelo contrário, as *Utopias* seriam as representações, idéias e teorias que têm em vista uma realidade ainda inexistente. Trazem no seu bojo uma dimensão crítica, de negação, ruptura e possibilidade de superação do *statu quo*. É nesse sentido que se pode falar dos "elementos utópicos" no positivismo de Condorcet e Saint-Simon.

governo da sociedade e, sim, entregá-lo a outras mãos mais sábias e mais poderosas. Dessa forma, o positivismo como “ciência livre de juízo de valor e neutra” se propunha a não amaldiçoar os fatos políticos tais quais se apresentam, mas a aceitá-los e a legitimá-los. Eis as palavras do autor:

O positivismo tende, poderosamente, pela sua própria natureza, a considerar a ordem pública pelo desenvolvimento de uma sábia resignação. Porque não pode existir uma verdadeira resignação, isto é, uma disposição permanente a suportar com constância e sem nenhuma esperança de mudança os males inevitáveis que regem todos os fenômenos naturais, senão através do profundo sentimento dessas leis inevitáveis. A filosofia positiva, que cria essa disposição, se aplica a todos os campos, inclusive aos males políticos (1978, p. 70).

Segundo Comte, os elementos distintivos do espírito positivista seriam o senso de realidade, a utilidade, a certeza, a aptidão orgânica e o bom senso prático.

Não há dúvidas de que o positivismo clássico combina com todo o conservadorismo político e legitimador de situações vigentes e o fundamenta. Não é ocioso lembrar que o lema da bandeira nacional republicana brasileira “Ordem e Progresso” tem sua inspiração na doutrina positivista, em sua filosofia social e em sua ideologia política.

No campo das ciências sociais propriamente ditas, foi Durkheim quem primeiro fundamentou teórica e metodologicamente o positivismo que existia como doutrina, trazendo-o para a compreensão da sociedade. Esse autor seminal, para divulgar a nova ciência a que denominou “sociologia” e classificou como disciplina científica, criou a mais antiga revista da área denominada *L'Année Sociologique*, cujo centenário se comemorou em 1998 e reuniu em torno de si um grupo importante e influente de pensadores.

Reconhecendo-se discípulo de Comte, Durkheim se aplicou a pensar a especificidade do objeto da sociologia, relacioná-la com as outras ciências e lançar os fundamentos de um método para pesquisa social. Para ele, o escopo da sociedade é estudar fatos que obedecem a leis invariáveis, de forma objetiva e neutra. Os "pré-juízos" e as "pré-noções" provenientes da ideologia e da visão de mundo do sociólogo teriam de ser eliminados das investigações por meio das regras do método científico: "a sociologia não é nem individualista e nem socialista", dizia ele (1978, p. 27).

No prefácio da segunda edição de *As Regras do Método Sociológico*, escrito em 1901, Durkheim refuta críticas a sua proposta dizendo que "os fatos sociais devem ser tratados como coisas" e que quando diz isso significa que "coisa" se opõe a "idéia" no sentido de que são externas aos indivíduos. Por isso, ratifica sua concepção da sociedade como um fenômeno moral, uma vez que os modos coletivos de pensar, perceber, sentir e agir incluem elementos de coerção e obrigação, constituindo assim uma consciência coletiva que se expressa na religião, na divisão do trabalho e nas instituições. Mas esse fenômeno moral, diz ele, precisa ser olhado objetivamente, "como uma coisa", para ser devidamente explicado. Para isso, Durkheim criou um método para apreensão e explicação da realidade social, cabendo ao cientista: (a) descrever as características dos fatos: tudo o que se afirma de uma ação concreta, seus graus de adequação e sentido, sua explicação compreensiva e causal, deveria ser alvo de verificação; (b) demonstrar como os fatos vêm a existir; (c) relacioná-los entre si; (d) encontrar sua organicidade; (e) tentar separar o que são "representações" e o que são fatos propriamente ditos, "coisa-real" (1978). Em seu método, Durkheim distingue a categoria "senso comum", como uma criação cultural dos membros de uma sociedade para explicar e descrever o mundo em que vivem, dos "conceitos científicos", que constituem elaborações teóricas que permitem descrever, classificar,



explicar, organizar e correlacionar os "fatos sociais" de forma "objetiva".

Respondendo ao espírito de seu tempo, uma época histórica marcada pelo poder político e religioso da Igreja, Durkheim insistiu, categoricamente, que as causas dos fatos sociais devem ser buscadas em outros fatos sociais e não na teologia ou nos indivíduos. Portanto, os sociólogos deveriam descrevê-los, classificá-los com precisão e de forma independente, até mesmo, de suas próprias idéias sobre a realidade. Esse fundador da sociologia ensinava que, certamente, um cientista social tem suas preferências políticas, simpatiza com os operários ou com os patrões, é liberal ou é socialista, mas, no exercício de sua ciência, precisa fazer calar suas paixões. Só nesse silêncio deve iniciar seu estudo (1978). Essa externalidade do observador quanto ao que deve ser observado no social é a essência de seu método.

Diante das críticas que recebeu, Durkheim sempre reafirmou seus princípios teóricos: a existência da coação social que se reafirma nas instituições e em seu funcionamento; a idéia do fato social que depende de interações individuais, mas resultam em crenças e modos de comportamento da coletividade; na tese de que a realidade é socialmente construída e que existe uma realidade objetiva dos fatos sociais que é diferente dos fenômenos que dizem respeito ao indivíduo em suas emoções e fisiologia. Esses deveriam ser estudados pela psicologia e pela biologia, respectivamente.

Uma das principais influências do positivismo nas ciências sociais é a prática da pesquisa empírica. Metodologicamente, até hoje, sob a ótica positivista, isso significa a descoberta das características de regularidades e invariâncias nos fatos sociais, entendidos por Durkheim como "toda maneira de fazer, fixada ou não, suscetível de exercer sobre o indivíduo uma coação exterior" ou ainda "o que é geral no conjunto de uma dada sociedade tendo, ao mesmo tempo, uma existência própria, independente das manifestações individuais"

(1978, p. 92). Para descobrir as regularidades, Durkheim e os positivistas em geral invocam a imagem do organismo humano, enfatizando os termos *estrutura e função, morfologia e fisiologia*, numa clara apropriação dos termos do organismo biológico como referência da sociedade e de sua dinâmica interna.

Embora o positivismo sociológico domine nas Ciências Sociais, ainda hoje é alvo de muitas críticas. A mais forte restrição a essa corrente vem da constatação de que os seres humanos não são simples forma, tamanho e movimentos: possuem uma vida interior que escapa à observação primária e que, em si, constitui uma realidade passível de análise. Daí derivam várias controvérsias. A primeira diz respeito à questão da "neutralidade" e da "objetividade" que, segundo Durkheim, poderiam ser mantidas, uma vez que ao cientista social caberia observar manifestações comportamentais exteriores a ele próprio. Ora, esse argumento não leva em conta o fato de que tudo o que é feito pelos humanos (portanto, por qualquer cientista) passa por sua subjetividade, sendo totalmente impossível se falar em "objetividade" em seu sentido pleno.

A história do positivismo revela que a concepção de objetividade e de neutralidade se confunde com a execução de estudos de cunho quantitativo. Hoje há um desenvolvimento extremamente rápido de métodos de pesquisa de base estatística, reproduzindo não só um método científico mas, com certeza, uma doutrina que tem, em sua base, idéias bem estabelecidas e conservadoras. Muitas pesquisas (não todas) eximem-se até de análise contextual, temendo contaminar a pureza dos "dados"<sup>2</sup> e exalar algum juízo de valor.

---

<sup>2</sup> Na concepção deste trabalho, não se aceita a idéia de que um dado seja "puro" e sem contaminação subjetiva, pois quem escolhe a pergunta por meio da qual se obtém um dado é um ser humano marcado por sua história e por seus interesses. E mais, a rigor, não existe nada "dado" em pesquisa: tudo é construído e construído por alguém que é sujeito, tem interesses e ideologia.

A força do positivismo associa-se a sua funcionalidade para o poder, sobrevalorizando-se a tendência de usar instrumentos de análise como se eles falassem por si mesmos, na ilusão de que nada há além deles. A inspiração desse comportamento vem de Durkheim, no Prefácio à primeira edição das *Regras do Método Sociológico*:

Não podemos cair na tentação de ultrapassar os fatos, quer para explicá-los, quer para explicar o seu curso. [...] Se eles são inteiramente inteligíveis, então bastam tanto à ciência, porque, neste caso, não há motivo para procurar fora deles próprios a sua razão de ser; e a prática, porque o seu valor útil é uma das suas razões (1978, p. 74).

Hoje existe um consenso entre os que adotam os princípios positivistas de que os dados são objetivos (passíveis de erros calculáveis), quando produzidos por instrumentos padronizados, visando a eliminar fontes de propensão de todos os tipos e apresentar uma semântica observacional neutra. A linguagem das variáveis representaria a possibilidade de expressar generalizações com objetividade e precisão.

As questões aqui levantadas ultrapassam os limites do debate sobre técnicas de pesquisa. Não pretendo demonizar ou negar o papel, a importância e o sentido das tecnologias quantitativas. O problema apresentado pela crítica teórica é a produção de uma verdadeira reificação do método que precisa ser criticada pelo menos em dois pontos: o primeiro é epistemológico e diz respeito à pretensão de os dados observáveis explicar a realidade, restringindo-a ao quantificável. O segundo é de ordem moral. Sobre os dois aspectos vale a pena rememorar os sábios pensamentos de Wright Mills (1952) que, desde os anos 1950, questiona a sociologia positivista americana.

Segundo esse autor, o papel do cientista social deveria ser o de tornar evidente, para seus contemporâneos, a dinâmica

da sociedade em que vive e o sentido de sua participação específica. A utilidade das ciências sociais seria dada pela sua capacidade de transformar os grandes problemas vividos pelo povo em questões públicas, em favor de mudanças sociais, tornando os cidadãos capazes de saírem de seus limites individuais e se sentirem parte de uma história à qual sua biografia está estreitamente vinculada. Sua crítica centrou-se, sobretudo, na falta de perspectiva epistemológica dos que se empenhavam escrupulosamente na construção de modelos matemáticos para seus dados e que se mostravam totalmente incapazes de fazer uma análise sociológica dos indicadores que geravam, deixando, aos demandantes das pesquisas, total liberdade para usá-los de acordo com interpretações que passam por interesses econômicos e políticos. O escrúpulo profissional tão propalado pelos positivistas, que consiste em não interpretar fato ou processo algum que não possa ser comprovado por dados matemáticos, na verdade se configura para Wright Mills como uma subserviência ao poder.

Da mesma forma que Wright Mills (1952), Adorno & Horkheimer (1991), expoentes da Escola Crítica na Sociologia dos anos 1970 e 1980, desenvolveram uma contundente análise sobre a proliferação de estudos quantitativos nas Ciências Sociais em geral. Sua avaliação fundamental foi de que nas ciências sociais contemporâneas há uma reificação e uma fetichização dos métodos e das técnicas, em detrimento da teoria e dos contextos. Reafirmaram, concordando com Wright Mills, que a "quantificação" não havia tornado as Ciências Sociais nem mais "ciência" e nem mais "científicas". Detectaram que a proliferação de pesquisas positivistas nas quais é indubitável a obsessão pelo rigor das técnicas não tem nenhuma correspondência com a importância das investigações para a sociedade, uma vez que a maioria das perguntas e dos temas é medíocre e não se ancora em relevâncias do ponto de vista dos investigados.

*Funcionalismo como derivação do positivismo*

Uma das variantes do positivismo sociológico é o funcionalismo, cujos representantes clássicos são, na antropologia inglesa, Malinowski e Radcliffe-Brown (1973) e, na sociologia americana, Merton (1970) e Parsons (1951). O positivismo não se constitui simplesmente como uma ciência normativa com um conjunto de regras uniformes. Cada autor, diante dos problemas que descreve e interpreta, cria peculiaridades na concepção e análise da realidade. No entanto, há um substrato básico, uma postura diante do objeto de estudo que permite colocar, lado a lado, Merton, Parsons, Radcliffe-Brown e Malinowski. O funcionalismo tem sido a corrente de pensamento (dentro do positivismo) mais utilizada nas abordagens e nas práticas do setor saúde.<sup>3</sup> Os funcionalistas diferenciam-se de Comte (1978) e Durkheim (1978) na medida em que negam as leis gerais que regem o funcionamento da sociedade como um todo. Também não reduzem a ciência do social à descrição de acontecimentos ou de fatos observáveis. Desenvolvem um tipo de teoria especialmente aplicável à compreensão da estrutura social e da diversidade cultural que pode ser resumida nos princípios que se seguem: (a) As sociedades são totalidades que se constituem como organismos vivos. São compostas por elementos que interagem, inter-relacionam-se e são interdependentes. Compõem-se como sistemas com subsistemas onde cada parte se integra no todo, produzindo equilíbrio, estabilidade e sendo passível de ajustes. (b) Por isso mesmo cada sociedade tem seus mecanismos de controle para regular as influências eventuais de elementos externos ou internos que

<sup>3</sup> Para melhor compreensão do funcionalismo recomenda-se a leitura de: Malinowski, *Uma Teoria Científica da Cultura*, Rio de Janeiro: Zahar, 1975; *Os Argonautas do Pacífico*, São Paulo: Abril, 1978; Radcliffe-Brown, *Estrutura e Função na Sociedade Primitiva*, Petrópolis: Vozes, 1973; Robert Merton, *Sociologia: Teoria e Estrutura*. São Paulo: Mestre Jou, 1970; Talcott Parsons, *The Social System*, Glencoe, Ill.: The Free Press, 1951.

ameaçem sua homeostase. "Desvios" e "disfunções" fazem parte da concepção do sistema que, por meio dos mecanismos próprios de controle, tendem a absorvê-los, produzindo integração. Esta é a tendência viva do sistema. (c) A integração se consegue pelo consenso, por meio de crenças, valores e normas compartilhados socialmente pelos subsistemas que interagem constantemente e se reforçam mutuamente. (d) A conceituação de progresso, de desenvolvimento e de mudança é adaptativa. O sistema social tem em si a tendência à conservação e à reprodução, por isso as inovações, as invenções e as tensões se direcionam para a revitalização do sistema e são absorvidas no seu interior. Como num organismo vivo cuja estrutura permanece e se revigora no movimento funcional, as mudanças sociais não atingem as estruturas, não são revolucionárias. Acontecem no nível da superestrutura que tem a função de adaptação e de manutenção do *statu quo* (Hughes, 1983; Timasheff, 1965).

Os conceitos centrais do funcionalismo (sistema, subsistema, estrutura, função, adaptação, integração, desvio e consenso) são coerentes com os princípios do positivismo sociológico, para quem as leis que regem os fenômenos sociais são intemporais, invariáveis e tendentes à estabilidade e à coesão. A implicação metodológica de ambos (positivismo sociológico e funcionalismo como uma de suas variantes) é de que as totalidades funcionais, ainda que a investigação não seja de orientação empírica, sejam replicáveis. A tarefa principal do investigador, dentro deste esquema, é reproduzir as condições globais da existência social de um grupo, *descrevendo-as* em sua complexidade, diversidade e movimento integrativo, de tal forma que possam ser comparadas.

#### *Positivismo e Funcionalismo nos estudos em saúde*

Dentre os funcionalistas, Parsons tem relevância fundamental para o setor saúde, porque este cientista americano

aplica a teoria funcionalista à explicação da medicina e das relações entre médico e paciente nos Estados Unidos. Em sua obra *The Social System* (1951), o tema central é o funcionamento das estruturas das instituições, consideradas como o nódulo e o foco da Sociologia. As instituições constituem, segundo Parsons, o mecanismo integrativo fundamental dos sistemas sociais, definidos ora como uma pluralidade de agentes individuais interagindo, ora como uma rede de relações entre agentes. Nesta obra o autor oferece um conceito de *sauúde/doença*, do qual se pode depreender sua visão funcionalista: "É um estado de perturbação no funcionamento normal do indivíduo humano total, compreendendo-se o estado do organismo como o sistema biológico e o estado de seus ajustamentos pessoal e social" (1951, p. 48).

Uma análise lingüística destaca, na definição, o jargão funcionalista: estado, funcionamento, normal, organismo, sistema, ajustamento. No conceito, o biológico se vincula ao social por meio da noção de equilíbrio ou de desequilíbrio individual, ante as pressões sociais. A doença é, para Parsons, "uma conduta desviada" e o doente é um personagem social que se reconhece na forma como a sociedade institucionaliza o desvio e assim o assimila e o integra. Daí que, segundo sua teoria, os papéis e funções de médico e paciente são complementares. A prática médica é um mecanismo do sistema social que reconduz o doente à normalidade, mas reconhece seu desvio e o institucionaliza. Ela tem por finalidade o controle dos desvios individuais.

Juan César García (1983), em seu estudo sobre as correntes de pensamento na medicina, faz uma crítica contundente ao funcionalismo de Parsons quando analisa o sistema médico. Ao definir a prática da medicina pela finalidade de curar e prevenir as doenças, diz ele, Parsons se limita a descrever como essa instituição funciona e se transforma em fenômeno observável, desconhecendo as condições de sua produção e reprodução. Reduz a concepção de doença à noção de

“desvio” pondo-a no âmbito exclusivo do paciente e do médico. Enfatiza seus respectivos papéis como atores sociais no conjunto da sociedade como se essa fosse harmônica e equilibrada.

Ao atribuir maior ou menor suscetibilidade individual às tensões sociais responsáveis pela doença, Parsons desconhece que a sociedade é sempre conflituosa, nunca está em equilíbrio, é formada e permeada de interesses. E tudo isso entra na as instituições médicas que são uma produção social, assim como o são as determinações sociais da saúde e da doença.

Em resumo, se conclui que o positivismo e sua forma mais utilizada que é o funcionalismo sociológico têm sido as correntes de pensamento com maior influência e vigor na produção intelectual referente às análises de saúde. Isso não é estranho, uma vez que essas teorias se prestam para conservar e justificar a prática médica hegemônica e os enfoques práticos no tratamento dos doentes e das doenças. Ninguém duvida que a instituição da medicina e a área da saúde pública são profundamente autoritárias e impositivas.

Em sua extensa revisão bibliográfica da produção científica da área da saúde na América Latina, Nunes (1985) afirma o positivismo como o pensamento dominante dos anos 1950, permeando as análises funcionalistas e culturalistas da saúde. Mas hoje ainda tal corrente continua viva e presente tanto na produção científica como na prática, podendo ser identificada por alguns sinais: (a) pouca valorização conceitual do processo saúde e doença e seus determinantes; (b) enfoque pragmático e funcionalista da medicina como se ela fosse uma ciência universal, atemporal e isenta de valores; (c) valorização das ciências sociais como acessório ou complemento na prática e na teoria médicas, considerando-as como ciências normativas e com finalidade adaptativa e funcional; (d) Valorização excessiva da concreção estatística nos estudos epidemiológicos onde se tende a confundir objetividade das técnicas com verdade sobre os fenômenos.



Na prática médica e nas suas relações com a sociedade, o positivismo manifesta-se, dentre outras formas: (1) Na concepção da saúde e da doença como fenômeno apenas biológico individual, em que o social entra apenas como variável e ilustração do modo de vida, quando não é omitido. (2) Na valorização excessiva da tecnologia e na crença da capacidade absoluta da medicina de erradicar as doenças. (3) Na dominação corporativa dos médicos em relação aos outros campos do conhecimento, adotando-os de forma pragmática (a sociologia e a antropologia são consideradas importantes apenas para fazer questionários, produzir informes culturais, ensinar alguns conceitos básicos). (4) No tratamento subalterno dado aos outros profissionais da área (enfermeiros, assistentes sociais, nutricionistas, atendentes, psicólogos, fisioterapeutas e outros). (5) No menosprezo ao senso comum da população. Essa postura nunca é totalmente vitoriosa, pois ao mesmo tempo que desqualifica a medicina popular e as práticas tradicionais, a medicina as absorve (Freidson, 1971; Boltanski, 1979).

### Teorias Compreensivas

Uma segunda visão do mundo que tem tido profunda influência na construção do conhecimento da realidade, também na interpretação das relações entre medicina e sociedade, é a chamada *Sociologia Compreensiva*. Ela é reconhecidamente antipositivista e desenvolveu-se sob os princípios da filosofia alemã, tendo Dilthey como um dos seus expoentes. Como o próprio nome indica, a sociologia compreensiva privilegia a compreensão e a inteligibilidade como propriedades específicas dos fenômenos sociais, mostrando que os conceitos de *significado* e de *intencionalidade* os separam dos fenômenos naturais.

Na *Introdução às Ciências do Espírito*, Dilthey polemiza com o positivismo, afirmando que os fatos humanos não são sus-

cetíveis de quantificação e de objetivação porque cada um deles tem sentido próprio e identidade peculiar, exigindo uma compreensão específica e concreta. Daí, ele deduz, são falsas as teorias sociológicas e a filosofia da história que vêm na descrição do singular uma simples matéria-prima para posteriores abstrações: "não há última palavra da história que contenha o verdadeiro sentido" (Dilthey, 1956, p. 25).

No campo das Ciências Sociais, foi Max Weber quem estabeleceu as bases teórico-metodológicas da Sociologia Compreensiva. Contra os princípios do positivismo, ele diz que: "A sociologia exige um ponto de vista específico já que os fatos de que se ocupa implicam um gênero de causação desconhecido das ciências da natureza" (1964, p. 3).

Sua definição de Sociologia passou a ser um marco para os que consideram, teoricamente, o papel do indivíduo e da sua ação na construção da realidade:

É uma ciência que se preocupa com a compreensão interpretativa da ação social, para chegar à explicação causal de seu curso e de seus efeitos. Em "ação" está incluído todo o comportamento humano quando e até onde a ação individual lhe atribui um significado subjetivo. A "ação" neste sentido pode ser tanto aberta quanto subjetiva. [...] A "ação" é social quando, em virtude do significado subjetivo atribuído a ela pelos indivíduos, leva em conta o comportamento dos outros e é orientada por ele na sua realização (Weber, 1964, p. 33).

Weber, como Durkheim, também investiu na divulgação de sua proposta teórica, sendo co-editor do *Arquivo de Ciências Sociais* (*Archiv für Sozialwissenschaft*), publicação de grande relevância no desenvolvimento dessa área de conhecimento na Alemanha.

Weber considera "a captação da relação de sentido da ação humana" (1964, p. 32) como o foco central das Ciências So-

ciais, afirmando que os sociólogos necessariamente têm de tratar dos significados subjetivos do ato social. Ressalta em seus escritos que, ao tratar da subjetividade, o cientista social não está fazendo psicologia, e sim afirmando que a sociedade é fruto de uma inter-relação de atores sociais, em que as ações de uns são reciprocamente orientadas em direção às ações dos outros. Por causa disso, para Weber, a sociologia requer uma abordagem diferente das ciências da natureza, dentro dos seguintes parâmetros: *(a)* realização de pesquisas empíricas, a fim de se construírem dados que dêem conta das formulações teóricas; *(b)* os dados devem derivar do modo da vida dos atores sociais; *(c)* os agentes sociais dão significados a seus ambientes, relações e eventos de forma extremamente variada; *(d)* e os mesmos agentes podem também descrever, explicar e justificar suas ações, motivadas por causas tradicionais, sentimentos afetivos ou por elementos racionais; *(e)* as realidades sociais só podem ser identificadas na linguagem significativa da interação social. Por isso, a linguagem, as práticas, as coisas e os acontecimentos são inseparáveis.

Em sua formulação teórica, Weber, da mesma forma que Durkheim, está preocupado com a objetividade da investigação. Por isso propõe, para conseguir compreender a realidade social, dois princípios metodológicos: *(a)* a neutralidade de valor e *(b)* a construção do tipo-ideal.

Partindo do princípio de que a história humana se constitui de "constelações singulares", de "caso concreto", o autor propõe a teoria dos tipos-ideais como instrumento racional e teórico de aproximação da realidade, em busca de um olhar, o mais possível, objetivo. Os "tipos-ideais", pensados por Weber, não existem na realidade, são artifícios, construções teóricas que permitem ordenar os fenômenos e indicar suas articulações e seu sentido: representam o primeiro nível de generalização de conceitos abstratos e, correspondendo às exigências lógicas da prova, estão intimamente vinculados à realidade concreta. Segundo o próprio autor, eles são "conceitos

histórico-concretos". Sintetizam e evidenciam os traços típicos e originais de determinado fenômeno, tornando-o inteligível. Weber sugere aos estudiosos esse artefato que ele próprio utiliza, indicando que existe um sistema de "tipos-ideais", entre os quais os de lei, de autoridade e de legitimidade, de democracia, de capitalismo, de feudalismo, de sociedade, de burocracia e de patrimonialismo.

A intenção de Weber, ao propor o tipo-ideal como instrumento metodológico de compreensão da realidade é tornar as Ciências Sociais rigorosas e fidedignas, mas a partir de uma perspectiva diferente da abordagem positivista:

Não existe uma análise da cultura absolutamente objetiva dos fenômenos sociais, independente dos pontos de vista especiais e parciais, segundo os quais, de forma explícita ou tácita, consciente ou subconsciente, aqueles são selecionados e organizados para propósitos expositivos. Todo conhecimento da realidade cultural, como pode ser visto, é sempre conhecimento a partir de pontos de vista específicos (Weber, 1949, p. 72).

Para Weber, as singularidades históricas são fruto de combinações específicas de fatores gerais que, se isolados, são quantificáveis. Mas a forma numérica de sua apresentação precisa estar associada à visão de outros elementos que propiciam combinações peculiares, uma vez que tudo o que se afirma de uma ação concreta, seus graus de adequação e sentido, sua explicação compreensiva e causal, são hipóteses suscetíveis de verificação. Portanto, a interpretação causal correta de uma ação concreta significa que o desenvolvimento externo e o motivo da ação foram conhecidos de um certo modo que leva em conta seu sentido e suas articulações.

Estudos compreensivos usando o desenho de tipo ideal para análise de um fenômeno ou de uma situação, para serem operativos, devem sintetizar e evidenciar os traços típi-

cos e originais desse determinado fenômeno, tornando-o inteligível. A realização de uma avaliação a partir do modelo *de tipos-ideais*, (a) funda-se numa investigação empírica que permita confrontar os dados da realidade com o modelo (tipo-ideal); (b) seus dados devem sempre derivar do modo de vida, das relações e das representações dos atores; (c) orientar-se para captação e compreensão dos vários e diferentes significados dos sujeitos sobre os processos que estão vivendo e (d) e apoiar-se na crença de que os atores envolvidos em intervenções sociais são capazes de descrever, explicar e justificar suas ações e relações com argumentos afetivos, tradicionais e racionais.

Os que apontam controvérsias nas abordagens sociais por meio de *tipos-ideais* consideram que Weber, na tentativa de fugir ao positivismo que tanto criticou e, ao mesmo tempo, visando a produzir investigações objetivas, fez de seu desenho metodológico um artifício rígido que não se conforma às realidades concretas e dinâmicas. Porém, não é bem assim. No seu embate teórico contra o positivismo, Weber reconhece que os valores têm papel destacado na seleção do objeto de investigação, na escolha da problemática e nas questões que o pesquisador se propõe. Porém, cabe ao investigador buscar formas de garantir a isenção máxima possível da intromissão ideológica nos estudos sociais, pelo método e pela técnica. Sua busca de "objetividade" coincide com o que, neste livro, se denomina "objetivação", que visa a assegurar, no campo da pesquisa, um processo que tenha fundamentos teóricos e, ao mesmo tempo, padrões universais e específicos, na prática de investigação. A partir dos conceitos gerais que dizem respeito ao comportamento do fenômeno social, Weber sugere que o investigador formule conceitos mediadores, adequados e peculiares, visando a se aproximar cada vez mais das características concretas dos acontecimentos históricos e das interações.

*Abordagens compreensivas nas pesquisas em saúde*

Sintetizando os principais aspectos das abordagens compreensivas, é importante ressaltar que, embora haja diferentes métodos e desenhos na sua operacionalização, existem elementos comuns a todas: (a) seu foco é a experiência vivencial e o reconhecimento de que as realidades humanas são complexas; (b) o contato com as pessoas se realiza nos seus próprios contextos sociais; (c) a relação entre o investigador e os sujeitos investigados enfatiza o encontro intersubjetivo, face a face e a empatia entre ambos; (d) os resultados buscam explicitar a racionalidade dos contextos e a lógica interna dos diversos atores e grupos que estão sendo estudados; (e) os textos provenientes de análises compreensivas apresentam a realidade de forma dinâmica e evidenciam o ponto de vista dos vários atores ante um projeto social sempre em construção e em projeção para o futuro e (f) suas conclusões não são universalizáveis, embora a compreensão de contextos peculiares permita inferências mais abrangentes que a análise das microrrealidades e comparações.

Em seu texto *As Correntes de Pensamento no Campo da Saúde* (1983), Juan César García refere-se à forma específica do desenvolvimento das teorias compreensivas e muito particularmente a fenomenologia nas análises sociológicas e no debate político sobre relações entre Medicina e Sociedade. Na década de 1960 e com maior força nos anos 1970, a fenomenologia, junto com o marxismo, propôs uma crítica radical das relações de produção e dos esquemas de dominação que acompanharam o enorme crescimento das forças produtivas ocorrido nos países capitalistas a partir da Segunda Guerra Mundial. A onda desenvolvimentista, cujos rumos do progresso não significaram a socialização do bem-estar; a constatação do aprofundamento das desigualdades entre ricos e pobres, entre países centrais e países periféricos; o caos ecológico

e social dos grandes centros urbanos e a corrida armamentista, tudo isso fez crescer um movimento oposicionista na sociedade civil e um questionamento profundo da ciência como verdade incontestável. A concepção positivista da ciência universal, atemporal e isenta de valores conduzindo os rumos da humanidade, na área da saúde foi sendo problematizada por um debate teórico e ideológico que engajou questões tanto de cientificidade dos postulados vigentes como da ética da investigação científica.

Nos anos 1960, autores fenomenólogos e marxistas estiveram juntos numa crítica radical ao contexto macrossocial. Porém, a partir da metade da década de 1970, pouco a pouco foi se delineando uma diferença radical entre ambas as correntes de pensamento no campo teórico, ideológico e de propostas relativas aos rumos das mudanças necessárias ao setor saúde. Para García (1983), a fenomenologia passou de radical a reacionária, embora sua contribuição tenha sido fundamental.

Os fenomenólogos consideram que a cura se baseia em valores, símbolos e sistemas de significados compartilhados nos seus grupos de referência. São esses grupos de referência que protegeriam os indivíduos contra as grandes estruturas impessoais e anônimas nas quais, comenta Schutz, eles se tornam um número. Com base nesses princípios, os fenomenólogos propõem uma reforma do sistema de saúde baseada em valores culturais dos indivíduos, dos seus mediadores (os grupos) e de seus ecossistemas (Manning & Fábrega, 1973; Douglas, 1971).

As idéias fenomenológicas influenciaram também o surgimento de linhas holísticas na concepção da saúde e da doença, unificando-as nos seguintes pontos: (a) a saúde tem de ser pensada como um bem-estar integral: físico, mental, social e espiritual; (b) os indivíduos devem assumir sua responsabilidade inalienável diante das questões de sua saúde; (c) as práticas da medicina holística devem ajudar as pessoas a desenvolver atitudes, disposições, hábitos e práticas que pro-

movam seu bem-estar integral; (d) o sistema de saúde deve ser reorientado para tratar das causas ambientais, comportamentais e sociais que provocam as doenças; (e) as pessoas devem voltar-se para a harmonia com a natureza, também para utilizar práticas e meios naturais de tratamento (García, 1983).

Os resultados práticos das concepções fenomenológicas sobre o setor saúde têm sido: (a) questionamento sobre o papel do Estado e das grandes instituições médicas; (b) incremento dos pequenos grupos privados e voluntários voltados para a promoção da saúde; (c) reconhecimento de modalidades alternativas de expressão e de tratamento das enfermidades e agravos; (d) aparecimento de novas formas institucionalizadas de saúde pública, combinando associações voluntárias, atenção primária, autocuidado, uso de medicina tradicional, participação comunitária e educação e saúde vinculadas à pesquisa-ação.

Não faltaram críticas dos fenomenologistas ao positivismo quanto a vários aspectos de sua influência na instituição médica, na prática médica, na ética médica, no sistema público de saúde e na concepção biomédica de saúde e doença. Uma análise contundente sobre o caráter reprodutor e coercitivo das instituições e sobre os efeitos negativos da medicalização foi realizada por Ivan Illich em *A Expropriação da Saúde* (1975). O radicalismo de seus questionamentos, contra a dominação totalizante da instituição médica, chegou a um nível quase fóbico. Mas se o exagero pode até desacreditar cientificamente sua obra, devem ser levados em conta vários problemas levantados por Illich, com os quais coincidem outros intelectuais. O foco de sua crítica se debruça sobre a hipertrofia das grandes instituições voltadas para a assistência à saúde, o que, a seu ver, as tornou o maior obstáculo à realização dos objetivos a que o setor saúde se propõe.

Illich (1975) fala do "crescimento mórbido da medicina" que conduz: (a) à ineficácia global do sistema; (b) à perda da capacidade da população de se adaptar ao meio social, de acei-



tar a dor e o sofrimento, por causa da medicalização da vida; (c) à idéia mítica de que a medicina seja capaz de acabar com a dor, o sofrimento e a doença, mito esse que compromete a capacidade cultural dos indivíduos e da sociedade contemporânea de lidar com a vida e com a morte.

O livro de Illich é particularmente relevante para o exercício do debate sobre as relações entre indivíduo e sociedade e o poder do indivíduo (cidadão) ante os esquemas coercitivos. Essa discussão que de alguma forma permeia todas as correntes de pensamento, levou a afirmações que hoje se constituem em verdadeiras teses do pensamento crítico da área da saúde coletiva: (a) primeiro, que a atenção médica não tem significado necessariamente a melhoria de qualidade de saúde da população (McKeown, 1984); (b) segundo, que o caráter dominador da medicina tem induzido a prática médica a ampliar cada vez mais seu controle sobre o corpo, sobre os eventos da vida humana, sobre os ciclos biológicos e sobre a vida social (Boltanski, 1979); (c) e, por fim, que o profissionalismo médico tem redundado principalmente na defesa de privilégios corporativos e servido mais para atender a interesses econômicos do que para responder às necessidades de saúde da população (Boltanski, 1979; Arouca, 1975).

Aos questionamentos citados, a fenomenologia sociológica acrescenta alguns sobre a ética médica e sobre uma concepção social mais abrangente da saúde e da doença. Os fenomenólogos, sobretudo nos anos 70 do século XX, defenderam denodadamente a necessidade de se desenvolver uma filosofia da medicina que (a) fundamentasse questões éticas relativas à realização de experimentos e serviços que têm como objeto a vida humana e (b) formulasse uma concepção de saúde e doença com relevância antropológica, levando em conta, também, fenômenos como religião e crenças de sociedades e de grupos específicos (Pellegrino, 1976).

Desde 1968, a literatura e os congressos sobre ética médica cresceram aceleradamente, influenciando movimentos da

sociedade civil no sentido de se criar uma consciência dos direitos dos usuários do sistema de saúde e de repúdio ao domínio controlador do saber e do fazer médicos. A partir dos anos 1970, no mundo inteiro foram criadas comissões de ética voltadas para garantir que as pessoas tenham direito de ser informadas e de participar do processo de reflexão sobre o que acontece nos laboratórios, nos hospitais e nas clínicas. No Brasil especificamente, os comitês de ética para analisar experimentos e investigações com seres humanos se multiplicaram, principalmente nos anos 1990, sendo regulamentados pela Resolução n.º 96/1996 do Conselho Nacional de Saúde que deu diretrizes e normas sobre pesquisas envolvendo seres humanos. Esse documento passou a ter força de lei para as instituições de investigação e para as fontes financiadoras, respaldando direitos da sociedade civil e dos indivíduos.

A abordagem fenomenológica no campo da saúde, apesar de sua grande contribuição para o pensar e o fazer saúde, também recebeu e vem recebendo críticas de outras correntes de pensamento. Particularmente para alguns autores marxistas, as propostas dos fenomenólogos abriram o flanco para uma reacomodação e posterior assimilação e uso pelo Estado capitalista das alternativas que a fenomenologia propõe. Assim, em lugar de radicalizar mudanças, o pensamento fenomenológico tornou-se conservador na forma como concebe e apreende a estrutura e o sentido da ação social. Ao tomar como totalidade de análise a autonomia dos indivíduos, dos pequenos grupos, dos sistemas de crença e valores, os fenomenólogos menosprezam os contextos e as bases sociais dos valores e crenças historicamente construídos e as relações de dominação econômica, política e ideológica do sistema capitalista.

A fenomenologia também assume o componente ético como algo absoluto que deve antepor-se às relações entre ciência e moral. O marxismo relativiza, afirmando que a ética e a

ciência são duas formas de consciência em relação dialética com as condições materiais de sua produção. Dessa forma submete à crítica tanto uma como outra.

Juan César García chama atenção para o fato de que as proposições fenomenológicas têm sido usadas nos países capitalistas tanto centrais como periféricos para orientar a reorganização de sistemas de saúde, freqüentemente desonerando as responsabilidades do Estado:

No terreno da prática médica surgem programas alternativos de autocuidado de saúde, atenção primária por pessoal não-profissional, revitalização da medicina tradicional, etc. A maioria destas experiências e os princípios sobre os quais se sustentam foram apropriados pelo Estado na maioria dos países da América Latina na década de 70, ao mesmo tempo em que se reduziam, de forma relativa, os orçamentos estatais para a área social (1983, p. 121).

A assunção de posturas condizentes com as teses fenomenológicas que enfatizam a responsabilidade dos cidadãos sobre sua própria saúde vem acontecendo *pari passu* com a crise fiscal do Estado e com a globalização dos meios de produção capitalista. A resposta mais comum às crescentes necessidades da população vem sendo, em muitos países, a adoção de alternativas baratas que não respondem às reais necessidades da população, como já em 1983 assinalava Juan César García:

É uma tentativa de converter o consumidor da assistência médica em provedor desta, através do autocuidado e da sua participação nas estruturas intermediárias. O desenvolvimento econômico-social é entendido — dentro deste corpo teórico reacionário [refere-se à fenomenologia] — como determinado pelo investimento privado ge-

radador de riqueza e pela ajuda voluntária, contribuinte do bem-estar social (García, 1983, p. 130).

As conclusões de García, referidas ao contexto de vinte anos atrás, precisam ser hoje revistas. Primeiro, porque está claro para os melhores sistemas de saúde, como o canadense e o inglês, que é preciso ter a cumplicidade dos sujeitos e sua responsabilização, também, ao lado das responsabilidades inegáveis do Estado. A sociedade e os cidadãos não podem abrir mão da saúde (concepções, instituições e práticas) como um bem precioso sobre o qual têm poder e dever de zelar. Em segundo lugar, porque no Brasil e em vários países da América Latina, a partir dos anos 1990, muitos programas de aproximação e compreensão da população vêm ocorrendo, como é o caso brasileiro do *Saúde da Família*.

No programa *Saúde da Família*, a idéia do pequeno grupo, da célula de relações primárias — tão cara às abordagens compreensivas — tornou-se o alvo de uma proposta de mudança do modelo hospitalocêntrico (ainda hegemônico). Esse último em geral se rege por normas institucionais burocráticas e abrange toda a cadeia de atenção à saúde, sendo um modelo extremamente caro, ineficiente e pessoal. O programa *Saúde da Família* abrange hoje mais de cinquenta milhões de pessoas no Brasil e, embora também apresente muitos problemas em sua implementação, aposta em serviços mais pessoais, compreensivos e interativos, permitindo capilarizar serviços básicos de assistência e princípios da promoção, incluindo responsabilidades do Estado, da sociedade e dos indivíduos.

Por isso, entendo e defendo que os questionamentos trazidos pelas teorias compreensivas para o campo da saúde, quando não são tomadas em suas vertentes reducionistas, têm sido fundamentais para a promoção das interações entre todos os agentes do setor, para a compreensão de fenômenos focalizados, locais e específicos e para humanizar o sistema de saúde.

### Marxismo e algumas de suas correntes

Toda a obra de Marx é coerente com o princípio básico de sua metodologia de investigação científica: tem a marca da totalidade. Por isso mesmo, uma das polêmicas sobre a contribuição de seu trabalho para as Ciências Sociais se deve ao fato da dificuldade de catalogá-la, pois ela é, ao mesmo tempo, Filosofia, História, Economia, Sociologia e Antropologia. É esse caráter de abrangência, que tenta, de uma perspectiva histórica, cercar o objeto de conhecimento por meio da compreensão de todas as suas mediações e correlações, constituindo a riqueza, a novidade e a propriedade da dialética marxista. Goldmann (1980) considera essa versatilidade da obra de Marx, ao fato de ele ter conseguido levantar as mais importantes questões teóricas para análise da sociedade capitalista, vinculando-as à utilidade e às necessidades humanas.

Constitui uma tarefa gigantesca e profunda a aproximação do pensamento de Marx e dos marxistas que, fiéis a ele, tentaram refletir sobre o ser humano, a sociedade e o indivíduo. Como o escopo específico deste texto é a discussão das correntes de pensamento e metodologias que têm influenciado nas análises e nas práticas do setor saúde, é por esse veio que o marxismo será abordado. Dar-se-á ênfase à dialética das relações entre o indivíduo e a sociedade, entre as idéias e a base material, entre a realidade e a sua compreensão pela ciência, como também às correntes que enfatizam o sujeito histórico e a luta de classes. E de todas as correntes internas, faz-se uma opção por aquela que articula condições gerais de produção e reprodução à problemática da subjetividade humana.

Na perspectiva marxista, os princípios que explicam o processo de desenvolvimento social podem ser sintetizados nas expressões *materialismo histórico* e *materialismo dialético*.

No marxismo, o *materialismo histórico* representa o caminho teórico que aponta a dinâmica do real na efervescência

de uma sociedade. Por sua vez, a *dialética* refere-se ao método de abordagem da realidade, reconhecendo-a como processo histórico em seu peculiar dinamismo, provisoriedade e transformação. A dialética é a estratégia de apreensão e de compreensão da prática social empírica dos indivíduos em sociedade (nos grupos, classes e segmentos sociais), de realização da crítica das ideologias e das tentativas de articulação entre sujeito e objeto, ambos históricos. O materialismo histórico, como caminho teórico, e a dialética, como estratégia metodológica, estão profundamente vinculados, pois, como lembra Lênin (1965), o método é a própria alma do conteúdo. Esse imbricamento é tão profundo que autores como Lowy (1986), preferem usar indistintamente expressões como *dialética marxista*, *materialismo dialético*, *materialismo histórico* e *filosofia da práxis* (esta última expressão é uma denominação gramsciana) para se referirem ao marxismo. Diz Lowy: "todos esses termos apontam para elementos do método marxista". Mas "o historicismo é o centro, o elemento motor, a dimensão dialética e revolucionária do método" (1986, p. 26).

Lowy (1986), Goldmann (1980), Bottomore & Rubel (1988), Adam Schaff (1967) insistem em mostrar que a *dimensão materialista* não constitui, em si, a maior novidade do marxismo. O próprio Marx, tomando a história como centro, tem um diálogo com os que denomina "materialistas vulgares", contrapondo-os aos "ideólogos alemães" e criticando a ambos:

Para os materialistas vulgares a produção real da vida aparece como não histórica, ao passo que o histórico é mostrado à vida comum supraterrrestre (1973, p. 27) [. . .] A filosofia hegeliana da história é a última conseqüência, levada à sua expressão mais pura, de toda a historiografia alemã que pretende ver, não os interesses reais nem sequer políticos, mas os pensamentos puros que inevitavelmente aparecem, como uma série de pensamentos que

devoram uns aos outros até serem engolidos pela autoconsciência (1984, p. 5).

Um exame do prefácio da *Contribuição à Crítica da Economia Política* (1973) evidencia que o termo *material* em Marx é usado simplesmente para designar as condições primárias da vida humana. Suas expressões: *vida material, condições materiais de existência, forças materiais de produção, transformação das condições materiais de produção* estão relacionadas com uma historiografia. Visam a promover uma interpretação científica das transformações sociais que baixam do céu para a terra, isto é, das idéias como fonte, para o ser humano, a natureza e a sociedade como geradores. Nesse sentido, sua historiografia é uma "sociologia histórica", conforme a expressão usada por Goldmann (1980). Também Bottomore & Rubel comentam sobre a especificidade do "materialismo" em Marx:

A ênfase que ele [Marx] dava à estrutura econômica na sociedade não era novidade. Sua contribuição pessoal nessa esfera foi o contexto dentro do qual discutiu a estrutura econômica: o contexto do desenvolvimento histórico do trabalho humano como relação primária entre homem-natureza e entre os homens e seus semelhantes. O trabalho de Marx conforme ele mesmo disse, antes de tudo era uma nova historiografia, e seu interesse dominante era a transformação histórica (1988, p. 34).

São dois os conceitos fundamentais que resumem o materialismo dialético, conceitos que possuem um alto grau de abstração: *Modo de Produção e Formação Social*.

Por *Modo de Produção* se compreende: (a) uma estrutura global formada por estruturas regionais (ou instâncias) econômicas, jurídico-políticas e ideológicas; (b) uma estrutura global, na qual existe sempre uma estrutura regional que domina as demais. Essa dominância de qualquer instância se dá

historicamente e não *a priori*; (c) uma estrutura global, na qual é sempre o nível econômico que determina as outras (Fioravanti, 1978). *Modo de Produção* se configura como um conceito abstrato formal e como modelo teórico de aproximação da realidade. A ele Marx associa o de *Formação Social*, que se refere às dimensões dinâmicas das relações sociais concretas numa sociedade dada.<sup>4</sup>

*Formação Social* se constitui numa unidade complexa de articulação das várias instâncias de organização social que podem, também, conter vários modos de produção simultâneos (o que se observa na realidade histórica), entre os quais um é dominante e determina os outros (Fioravante, 1978). A *formação social* de um espaço cultural concreto deve ser entendida como a realidade que se forma processualmente na história: refere-se tanto a dimensões macro como microsociais. O estudo de uma formação social deve incluir a análise das mudanças e transformações assim como das permanências que se fixam nas estruturas.

O conceito de *Formação Social* diz respeito ao movimento: (a) das forças produtivas e das relações sociais de produção; (b) das classes sociais básicas e dos segmentos específicos, em conflitos, convergências e contradições; (c) da divisão do trabalho; (d) das formas de produção, circulação e consumo de bens; (e) da população e dos movimentos populacionais; (f) do Estado; (g) do desenvolvimento da Sociedade Civil; (h) das relações nacionais e internacionais de comércio; (i) das formas de consciência real possível dos diferentes grupos sociais; (j) e dos modos de vida, tema que Marx vincula ao "modo de produção" e às "condições gerais de produção".

Marx apropriou-se do conceito de dialética tal como utili-

---

<sup>4</sup> Nessa reflexão há uma profunda discordância do marxismo interpretado por Althusser e toda a corrente mecanicista que nega a história como construção humana significativa e o sujeito social a não ser como "efeito ilusório de estruturas ideológicas" em *Pour Marx*, Paris: Maspéro, 1965; *Análise crítica da teoria marxista*, Rio de Janeiro, Zahar, 1967.



zado por Hegel e o transformou. Mas o termo é muito mais antigo, vem da filosofia grega, trazendo um sentido dinâmico de inquietação e pergunta sobre as coisas, os fatos da vida e da sociedade. Esse conceito vai tomando várias conotações no decorrer da história.<sup>5</sup>

[(1) A primeira tese da dialética é a da *especificidade histórica* da vida humana: nada existe totalmente dado, eterno, fixo e absoluto. Portanto, não há nem idéias, nem instituições e nem categorias estáticas. Toda vida humana e social está sujeita a mudanças, transformações, sendo perecível e podendo ser reconstruída. Diferentemente dos positivistas que buscavam leis invariáveis da estrutura social para conservá-la, a lógica dialética introduz na compreensão da realidade o princípio do conflito e da contradição como algo permanente e que explica o inacabado, o imperfeito e a transformação.

Nada se constrói fora da história e nem a história é produto das idéias, dizem Marx & Engels, no texto que escreveram sobre a *Sagrada Família* (1967). Ela não é uma unidade vazia ou estática da realidade, mas uma totalidade dinâmica de relações que explicam e são explicadas pelo modo de produção concreto. Isto é, os fenômenos econômicos e sociais são produtos da ação e da interação, da produção e da reprodução da sociedade pelos indivíduos. "Não é a história que se serve dos seres humanos para alcançar seus fins. A história é apenas a atividade dos seres humanos perseguindo seus objetivos" (1967, p. 361).

Em relação à primeira tese que se assenta sobre o princípio da *especificidade histórica*, aqui se dá realce ao pensamento de Goldmann, um dos mais importantes intérpretes da obra de Marx sobre o sentido da ação humana e da cultura. Esse autor tem uma contribuição metodológica fundamental quan-

<sup>5</sup> Para uma análise mais detalhada do conceito de *dialética*, ver em M. C. S. Minayo, in: M. C. S. Minayo & S. F. Deslandes. *Caminhos do pensamento*. Rio de Janeiro: Fiocruz, onde, num capítulo sobre "Hermenêutica e Dialética" a autora trabalha os vários sentidos históricos do termo.

do se quer pensar em investigações, ao mesmo tempo, situadas e contextualizadas. Goldmann começa por situar em pé de igualdade e de reciprocidade duas disciplinas que nem sempre caminham juntas: a história e a sociologia. "Todo fato social é um fato histórico" diz ele (1980, p. 17). Aconselha aos cientistas sociais, portanto, como caminho metodológico, que abandonem toda as correntes sociológicas abstratas e busquem uma ciência dos fatos históricos "que deve ser uma sociologia histórica e uma história sociológica" (1980, p. 18). O fundamento de tal ciência (socio-histórica) segundo Goldmann, é o fato de que os seres humanos não são apenas *objeto* de investigação, mas pessoas que constroem seu mundo, suas estruturas, suas ideologias e se enredam nelas. Diz Goldmann, criticando os cientistas sociais formalistas e positivistas que se fundamentam no fetiche do método:

A deformação científica maior não começa quando se tenta aplicar ao estudo das comunidades métodos das ciências físico-químicas, mas quando se considera essa comunidade apenas um objeto de estudo (1980, p. 22).

Para Goldmann, a vida social constitui o único valor comum que reúne os homens de todos os tempos e de todos os lugares. Por isso, insiste em diferenciar o que chama a "nova historiografia ou sociologia marxista" que tem como objeto, tanto em relação ao passado como ao presente, (a) a compreensão das atitudes fundamentais dos indivíduos e dos grupos em face dos valores, da comunidade e do universo; (b) a compreensão das transformações do sujeito da ação no seu relacionamento dialético com o mundo, fazendo em si a síntese entre o passado e o presente; (c) e, em consequência, a compreensão das ações humanas de todos os tipos e de todos os lugares que tiveram impacto na existência e na estrutura de determinado grupo no passado, no presente e em sua projeção para o futuro.

Goldmann (1980) engloba na sua definição de objeto a história e os fenômenos em seus níveis coletivos, individuais e específicos. Por isso, supera e faz a síntese da historiografia tradicional que dá ênfase à ação dos governantes e líderes e da que leva em conta as determinações do modo de produção e o papel da coletividade, do povo, quase sempre deixado de lado na visão positivista dos acontecimentos.

Na perspectiva da dialética marxista de autores como Goldmann (1980) e Lowy (1985), tudo o que ultrapassa o indivíduo para atingir a vida social constitui acontecimento histórico. Ambos lembram que Marx considerava a história do mundo também do ponto de vista dos que a fazem sem ter a possibilidade de prever as chances de seu sucesso, referindo-se ao valor que dava ao movimento operário e aos trabalhadores. Contrariando o pensamento de outros autores também intérpretes de Marx, como Althusser, Goldmann valoriza as teorias de base compreensiva e a antropologia: "O que buscamos na compreensão das formas historicamente diferentes de viver em comum é a significação humana, impossível de ser compreendida fora da estrutura social" (1980, p. 24). Porque, na sua ótica sobre a dialética, a consciência se concebe, desde a origem, como um produto social da necessidade e da ação humana sobre a natureza, em relação aos outros seres humanos e dentro de determinadas condições de produção.

Goldmann reconhece e recupera dialeticamente o mérito da fenomenologia ao lembrar a importância dos significados atribuídos pelos atores sociais a seus atos e aos acontecimentos que consideram relevantes, isto é, (às motivações) aos objetivos perseguidos e aos fins vividos em comunidade. Mas, embora a valorize, Goldmann distingue a fenomenologia em relação ao marxismo, criticando a sua postura apenas descritiva e compreensiva dos fenômenos. Para ele, as Ciências Sociais têm de abranger, ao mesmo tempo, a compreensão dos agentes sobre os fatos e as coisas e os fatores sociais inevitáveis que geram e são gerados nessa compreensão, indepen-

dentemente das intenções dos atores sociais e das significações que eles lhes atribuíam. Noutras palavras, a análise sócio-histórica deve dar conta da coerência e da força criadora dos indivíduos e da relação entre as consciências individuais e a realidade objetiva.

(2) A segunda tese da dialética marxista diz respeito ao princípio da totalidade da existência humana e, em consequência, à ligação inquestionável entre história dos fatos econômicos, sociais e das idéias. O princípio da totalidade pode ser evocado para análises macrossociais, como instrumento interpretativo dos contextos específicos, para identificação dos padrões de invariância das transformações concomitantes, para compreensão das diferenças numa unidade de estudo peculiar. Portanto, no processo de pesquisa de cunho dialético, busca-se reter a explicação do particular no geral e vice-versa. Joja (1965) chama atenção, repetindo Lênin (1965), para o fato de que o particular não existe senão quando se vincula ao geral e o geral só existe no particular e por meio dele. Portanto, o princípio metodológico da totalidade conduz a que, na investigação e na análise dos fatos, se deva:

Obs ↓

Aprender os fenômenos em sua auto-relação e hetero-relação, em suas relações com a multiplicidade de seus próprios ângulos e de seus aspectos intercondicionados, em seu movimento e desenvolvimento, em sua multiplicidade e condicionamentos recíprocos por outros fenômenos ou grupos de fenômenos (Joja, 1964, p. 53).

Isso significa: (1) compreender as semelhanças e as diferenças numa unidade ou totalidade parcial dos fatos, fenômenos e processos; (2) entender as conexões orgânicas, isto é, os modos de relacionamento entre as várias instâncias da realidade e o processo de constituição da totalidade parcial; (3) desvendar, na totalidade parcial em análise, as determinações específicas e gerais e as condições e efeitos de sua manifestação.

A perspectiva *totalizadora* tal como pensada pelo marxismo é heurística e exige a compreensão de relações reais: (a) ao mesmo tempo que se observa a realidade objetiva como um todo coerente; (b) compreendem-se e analisam-se as partes do todo, formando correlações concretas de conjuntos e unidades que contêm determinações e condicionamentos gerais, afirmando-se a *complexidade* e as *diferenciações* presentes em todos os fenômenos, fatos e processos. Essa postura metodológica é assim referida por Marx e Engels:

É preciso que, em cada caso particular, a observação empírica coloque necessariamente em relevo — empiricamente e sem qualquer especulação ou mistificação — a conexão entre estrutura social, política e produção (1984, p. 35).

O princípio da *totalidade* não é sinônimo de fechamento, de certezas absolutas e de verdades estabelecidas. Para a dialética, não há ponto de partida definitivo *a priori*. Goldmann, citando Pascal, lembra que “a última coisa que se encontra ao fazer uma obra é a compreensão do que se deve colocar em primeiro lugar, pois nunca se pode chegar a uma totalidade que não seja, ela mesma, elemento ou parte” (1967, p. 11). Essa é a proposta da abordagem dialética, cuja fundamentação é o pensamento vivo e o caráter inacabado tanto da história como da ciência, levando a que o conhecimento da realidade “seja uma perpétua oscilação entre o todo e as partes que devem se esclarecer mutuamente” (Goldmann, 1967, p. 4).

(3) O terceiro princípio da dialética é o da união dos contrários, no interior das totalidades dinâmicas e vivas. Esse princípio contrapõe o método dialético a qualquer visão maniqueísta ou positivista da história e da sociedade. Para defini-lo, Goldmann recorre mais uma vez ao *Pensée* 73.º de Pascal, já citado em epígrafe no início deste livro:

Sendo então todas as coisas causadas e causadoras, ajudadas e ajudantes, mediata e imediatamente, e todas se relacionando por um vínculo natural e sensível que liga as mais afastadas e as diferentes, creio ser tão impossível conhecer as partes sem conhecer o todo, como conhecer o todo sem conhecer as partes (1967, p. 4).

Ora, a união dos contrários está presente nas totalidades e partes delas em vários movimentos de entrelaçamento e de conflitos:

(a) *entre os fenômenos e sua essência, entre as leis e o fenômeno*, movimento sobre o qual vale evidenciar o pensamento de Lukács: "Em relação ao mundo das leis, o mundo dos fenômenos representa o todo, a totalidade, porque contém a lei e além disso, a própria forma que a move" (1967, p. 232) e de Kosik: "O fenômeno indica a essência e a esconde; e sem a compreensão do fenômeno em suas manifestações, a essência seria inatingível" (1969, p. 12).

(b) *entre o singular e o universal, entre o particular e o geral*, dinâmica trabalhada especialmente pela filosofia de Lênin, segundo o qual "o particular e o singular não existem a não ser por sua participação no universal" (1965, p. 215), acrescentando que o geral e o universal só se realizam nas totalidades parciais. O concreto aparece como um ponto de chegada e como um ponto de partida, mediado por teorias e métodos que conduzem a sua compreensão, tornando-se "concreto pensado" em Marx (1973, p. 209). Portanto, é nas determinações particulares que o método vai buscar o nexos explicativo das totalidades concretas, de tal forma que o real, como um dado imediato, reaparece mediatizado pela teoria.

(c) *entre a imaginação e a razão*. As concepções teóricas da dialética marxista superam duas idéias opostas, mostrando o seu imbricamento na construção do conhecimento: a da supremacia da razão própria do positivismo e a da supremacia das emoções e do senso comum, advinda da fenomenologia.

Em seus textos filosóficos Lênin comenta que, ao refletir a realidade, o conhecimento oferece uma imagem mais grosseira que o real, tanto no plano do pensamento como do sentimento. Por isso, "seria ridículo negar o papel da imaginação mesmo na ciência mais rigorosa" (1965, p. 218).

(d) *entre a base material e a consciência*, considerando-se que existe uma correlação dos modos de produção, das estruturas de classe e das maneiras de pensar. Embora o pensamento marxista defenda a tese de que as bases econômicas sejam determinantes nas transformações sociais, também faz parte de sua melhor tradição a idéia da influência mútua entre as instâncias que conformam a realidade. Do ponto de vista da pesquisa, essa concepção dialética das relações entre idéias e fatos socioeconômicos traz algumas conseqüências práticas, sobre as quais existem propostas específicas de Goldmann. Segundo esse autor, basta estudar seriamente a realidade humana para sempre se encontrar o pensamento, caso se tenha partido de seu aspecto material; e para se encontrar os fatos sociais econômicos, caso se tenha começado pela história das idéias ou pela análise das representações:

Para o pensador dialético, as doutrinas fazem parte integrante do fato social estudado e só podem ser separadas por uma abstração provisória: seu estudo é indispensável para a análise do problema. Da mesma forma, a compreensão da realidade social e histórica constitui um dos elementos mais importantes quando se visa a compreender a vida espiritual de uma época (1980, p. 51).

Sobre a articulação entre as instâncias, Lojkin (1981) lembra que não se trata de dois ou três mundos divididos e sim de realidades entrelaçadas que se conformam na produção, no consumo, na cultura e na política estatal, esta última, na regulação dos fenômenos sociais. Por isso esse autor ressalta que nos estudos sobre determinações devem ser contempla-

dos os vínculos entre política estatal e socialização contraditória das forças produtivas e das relações de produção:

Considerar a urbanização como domínio do consumo, do não trabalho, opor reprodução da força de trabalho a trabalho vivo é retomar um dos temas da ideologia burguesa segundo a qual só é atividade produtiva a atividade de produção de mais-valia (Lojkine, 1981, p. 122).

Noutras palavras, na realidade pulsante da vida social, a aglomeração da população, as diferenciações dos bairros, a localização dos meios de consumo coletivo (equipamentos de saúde, de educação, de transporte, de cultura, de lazer, etc.) têm leis semelhantes às que regem a acumulação de capital. A esfera de produção, consumo e troca estão em permanente interação e todos são espaços históricos de investigação.

Como conseqüência, a configuração histórica do espaço (urbano ou rural) que congrega a produção e as condições gerais de produção é um *locus* demonstrativo e efetivo da situação das classes e seus segmentos. Nele se cristalizam os resultados das exigências do trabalho vivo e as restrições a esse desenvolvimento, que a lógica da acumulação impõe.

Por sua vez, desde o advento da modernidade, o Estado sempre tem de ser incorporado nas análises das questões sociais, pois sua existência e dinâmica refletem as contradições de classes, os conflitos de interesse e os resultados da segregação social. O Estado é uma forma ampliada de socialização das condições gerais de produção, uma vez que realiza: (a) a regulação social que atenua os efeitos das desigualdades, da exclusão e da mutilação capitalista em relação às classes trabalhadoras; (b) a seleção, a dissociação e a segregação dos recursos públicos destinados aos meios de consumo coletivo para a reprodução da força de trabalho; (c) e os anseios provenientes da ação humana organizada e do papel do sujeito histórico na construção social. Este último ponto diz respeito



à constituição da sociedade civil como contraponto aos aparatos do Estado, constituindo uma força social com capacidade de intervir no jogo de interesses que, tradicionalmente aliam os governos e os políticos. Marx, cujo pensamento exposto a seguir merece realce, desenvolve pouco esse tema que vai ser tratado em profundidade por Gramsci (1981).

Não só as condições objetivas se modificam no ato da reprodução, mas também os reprodutores mudam, pois trazem à luz novas qualidades que neles existiam, envolvem-se com a produção, transformam-se, desenvolvem novos poderes e idéias, novos modos de intercâmbio, novas necessidades e novas linguagens (Marx, 1973a, p. 494).

(e) entre teoria e prática existe uma integração entre esses dois termos. No pensamento marxista, a categoria básica de análise da sociedade é o modo de produção historicamente determinado. A categoria mediadora das relações sociais é o trabalho a atividade prática. O trabalho constitui um aspecto particular da ordem cultural, mas tem valor de determinação dessa ordem: "é por meio do trabalho que o reino da cultura se sobrepõe ao reino da natureza", lembra Marx (1984, p. 15). Por isso, a teoria marxista é, essencialmente, a teoria da ação humana que, ao mesmo tempo, faz a história e é determinada por ela. Ela se dedica a entender as transformações do sujeito da ação, isto é, as transformações da sociedade humana. Do ponto de vista do processo de conhecimento, a atividade humana é seu critério decisivo, lembra Lukács, um dos mais importantes intérpretes de Marx:

O conhecimento que está em condições de apreender dialeticamente as astúcias da evolução só é válido e eficaz quando suas aquisições forem expedientes para a ação prática cujas experiências virão, por sua vez, enriquecer o co-

· nhecimento e lhe fornecer uma força sempre nova (1967, p. 237).

É na práxis que o marxismo reconhece a possibilidade de emancipação subjetiva e objetiva do ser humano e a destruição da opressão enquanto estrutura e transformação da consciência. Ou seja, as transformações das idéias sobre a realidade e a transformação da realidade, no pensamento dialético, caminham juntas.

(f) entre o objetivo e o subjetivo. A abordagem dialética considera partes da mesma totalidade o objeto e o sujeito. Autores como Lukács criticam a fenomenologia que coloca o subjetivo quase como um absoluto, na construção da realidade. Comenta que essa teoria filosófica mitifica o mundo das sensações como se ele fosse objetivo e pudesse proclamar a existência independente da consciência. Critica também, e em consequência, o método fenomenológico que pretende partir dos dados imediatos da experiência vivida sem analisar sua estrutura e condicionamentos (1967). Goldmann estabelece vários questionamentos sobre essa separação teórica dizendo que:

O conhecimento em sociologia se encontra no duplo plano do sujeito que conhece e do objeto estudado pois até os comportamentos exteriores são comportamentos de seres conscientes que julgam e escolhem, com maior ou menor liberdade, sua maneira de agir (1980, p. 98).

Tanto Lukács como Goldmann não compartilham com o racionalismo à moda do século XVIII e XIX e vigente ainda na atualidade, para quem a razão é a única instância de conhecimento adequado e em que sensações, sentimentos, experiência vivida, idéia e imaginação seriam elementos destinados a papéis subordinados ou mesmo enganadores, na hierarquia do material específico para estudos das ciências sociais. As concepções teóricas desses autores (Lukács, 1967;

Goldmann, 1980) não admitem os exageros da supremacia da razão, assim como dos subjetivismos, pois atuam com a mútua relação de interconexões entre fatores objetivos e subjetivos e entre instância material e espiritual em sua unidade dialética. Lukács lembra que os conhecimentos produzidos são apenas aproximações da dinâmica do mundo social e, por isso mesmo, são sempre relativos. Na medida em que representam uma aproximação efetiva da realidade objetiva que existe independentemente da consciência, porém, são sempre absolutos:

O caráter ao mesmo tempo absoluto e relativo da consciência forma unidade indivisível. Na medida em que as ciências sociais escamoteiam a dialética do sentido absoluto e relativo do conhecimento, amputando-o de aproximação, suprime-se a margem de liberdade filosófica da atividade social (1967, p. 235).

Essa mesma percepção complexa da realidade, é refletida por Lênin quando sugere que: "O que dificulta a compreensão é o pensamento porque ele separa e mantém em distinção os momentos de um objeto interligado na realidade" (1965, p. 215).

(g) *entre indução e dedução*. Na lógica dialética indução e dedução são obrigatoriamente complementares. Não se pode conhecer uma coisa, um fenômeno ou um processo a não ser decompondo-os, para a seguir recompô-los, reconstruí-los e reagrupar suas partes. Análise e síntese são inseparáveis, mas para se realizar uma síntese com êxito é preciso analisar. Portanto, "sempre que a indução parte do essencial ela se confunde com a dedução, pois a análise dedutiva elimina as circunstâncias e apresenta o fenômeno em sua simplicidade e essencialidade conceitual" lembra Joja (1965, p. 166). Esse autor reflete sobre a impropriedade dos termos *indutivo*, *dedutivo*, quando se fala da lógica dialética: "Na ordem do co-

nhecimento, apreendemos o essencial por meio do geral por ser este mais acessível e manejável. Mas o geral só se realiza no particular" (1964, p. 167). Engels refere-se ao absurdo que é opor indução a dedução, como se indução não fosse raciocínio e, portanto, igualmente dedução:

Indução e dedução vão necessariamente em par como síntese e análise. Em lugar de se destacar uma delas, tratando-a como principal, é preciso saber utilizá-las onde couberem e isso só será possível quando se tenha em vista que elas fazem um par e se completam reciprocamente (1952, p. 230).

O uso do método dialético não é simples, o que pode ser comprovado pelo fato de a maioria dos investigadores que dizem usá-lo como parâmetro, fazerem análises simplificadas e reducionistas, freqüentemente em contundente retorno ao positivismo. É o que Sartre, em *Questão de Método* (1980), critica de forma veemente, sobretudo em seus debates com Althusser (1963; 1967) em seus clássicos escritos:

O marxismo aborda o processo histórico com esquemas universalizantes e totalizadores. Mas em nenhum caso, nos trabalhos de Marx, esta perspectiva pretende impedir ou tornar inútil a apreciação do processo como totalidade singular. Marx mostra os fatos no pormenor e no conjunto. Se ele subordina fatos anedóticos à totalidade, é porque, através deles, pretende descobri-la. Assim o marxismo vivo é heurístico: com relação à pesquisa concreta, seus princípios e seu saber anteriores aparecem como reguladores (1980, p. 27).

Sartre adverte a seus leitores contra as doutrinas dogmáticas e o pensamento especulativo. No mesmo sentido que Thiollent (1982) comenta que muitos marxistas, na sua ativi-

dade intelectual, transformaram o processo de conhecimento em mera procura de fatos e situações empíricas capazes de provar as verdades contidas nos esquemas abstratos de determinações gerais. Portanto, a aplicação do método dialético não depende apenas de conhecimento técnico, mas de uma postura intelectual e de uma visão social da realidade.

### Aplicações do marxismo ao campo da saúde

Quando se abordam as questões de saúde e da doença, assim como da medicina e das instituições médicas, do ponto de vista marxista, as análises precisam se fundamentar historicamente. O campo da medicina e da saúde coletiva constituem-se de instâncias de poder econômico, político e ideológico. Na sociedade contemporânea, altamente tecnificada, a ciência e a tecnologia desenvolvidas na área se transformaram em motores potentes de desenvolvimento e espaços de disputas de poder e de interesses econômicos. *Saúde e Doença*, portanto, precisam ser tratadas como processos fundamentados na base material de sua produção, além de se levar em conta as características biológicas e culturais em que se manifestam.

Como nas análises de todos os processos sociais, no trato das questões de saúde e doença e das instituições do campo, as abordagens marxistas partem de várias leituras e tradições. Nos estudos até os anos 50 e 60 do século XX, García (1983) as divide entre as que enfatizam o desenvolvimento das forças produtivas e as que acentuam a dinâmica histórica das relações de produção.

No primeiro caso, estão os trabalhos de Stern (1927), Sigerist (1960), por exemplo. Esses autores, ainda que pioneiros americanos na leitura da saúde sob o enfoque marxista, em que pese sua imensa colaboração, reconhecida em estudo por Nunes (1999), não conseguiram romper as barreiras do positivismo. Seus escritos veiculam uma visão desenvolvimentista da tecnologia própria da medicina oficial e uma crença

na possibilidade de domínio, pelos cientistas do setor, das doenças e da morte. A crítica que se pode fazer de suas análises reside na visão idealista e desenvolvimentista da medicina, sem levar em conta as relações de desigualdades sociais, de superexploração, da depredação da força de trabalho e da pouca eficácia dos atos médicos em relação às condições gerais da produção capitalista. Suas obras ressaltam também uma legitimação radical da medicina em detrimento das possibilidades mágico-religiosas ou tradicionais da população.

Dentre os autores do mesmo período que se centraram nas relações de produção como o elemento dinâmico e essencial da realidade social em relação ao tema da saúde, destaca-se Pollack (1983), na França, com sua obra *A Medicina do Capital*. Este livro resalta o fato de a questão da saúde e da doença das diferentes classes sociais no capitalismo estar marcada pela lógica do lucro, da produção e da reprodução do sistema. Seu marco de análise segue as teorias reprodutivistas e estruturalistas de análise que tiveram grande destaque na França dos anos 70 do século XX, para explicar, sobretudo, as políticas sociais de educação e saúde (Bourdieu, 1970). Seu trabalho reflete ainda o ambiente de contestação da intelectualidade francesa que se expressou do Movimento Social de maio de 1968. Embora elabore uma crítica radical ao economicismo na saúde, Polack cai nas tramas do estruturalismo. Minimiza ou omite as contradições que permitem às classes trabalhadoras encontrar respostas históricas e ser protagonista, mesmo dentro das situações de declarada dominação.

Na América Latina, a abordagem marxista da saúde se desenvolveu ao mesmo tempo que eclodiu um amplo movimento social pela universalização do direito à saúde a partir da década de 1960, numa contestação ao sentido de progresso que a industrialização dependente acarretou para os países periféricos. A modernização capitalista traduziu-se na internacionalização acelerada do capital, na industrialização e na urbanização também aceleradas, em fortes migrações do cam-

po para as cidades e numa dinâmica de ampliação das tradicionais desigualdades sociais.

Sem negar o papel, o avanço e as contribuições da biomedicina, iniciou-se um movimento intelectual no interior do próprio setor saúde e conjugado com movimentos sociais e políticos, buscando explicações históricas e sociológicas mais abrangentes e mais adequadas para a situação de morbimortalidade das populações brasileiras. Nesse esforço, não se pode separar o labor teórico e a militância política dos sanitaristas que se desenvolveram *pari passu*, tanto no setor saúde como no movimento social, visando a uma nova leitura e a uma nova postura dos profissionais, técnicos e intelectuais da área.

Nunes (1985) refere que a partir da década de 70 do século XX crescem na América Latina as análises do materialismo histórico e dialético para explicar o fenômeno da saúde e da doença nas situações locais. Em geral, os estudos dessa década tiveram como premissa a posição de classe como elemento fundamental na explicação da distribuição da saúde e da doença e dos tipos de patologias prevalentes.

Muitas análises foram produzidas, numa visão crítica sobre os equívocos positivistas e desenvolvimentistas, mostrando: (a) que o avanço científico e tecnológico da medicina não correspondeu às melhorias de saúde das sociedades da região; (b) que a distribuição dos serviços perpetuavam a inversão das necessidades ante o poder econômico; (c) que não bastava ter uma leitura fenomenológica das situações de saúde, uma vez que a prática e o saber médicos fazem parte da dinâmica das formações socioeconômicas e é no interior delas que a eclosão de enfermidades e a acessibilidade aos serviços precisam ser explicadas.

Uma revisão dos estudos sob o enfoque do materialismo histórico faz parte da pesquisa de Nunes (1985), que descreve sua abrangência: questões de saúde e sociedade, políticas públicas, planejamento e administração, concepções de saúde e doença, análises institucionais, análise de processos de

trabalho e questões metodológicas. Dentre os autores são referências obrigatórias: Arouca (1975); Donnangelo (1976); Possas (1981); Tambellini (1975); Laurell (1978; 1983; 1986; 1987); Breilh & Granda (1986); García (1981; 1983); Cordeiro (1980); Oliveira & Teixeira (1985); Nunes (1976; 1983; 1985; 1999); Gonçalves (1979).

Nunes (1985) assinala que é também na década de 1970, e sob a égide da reflexão marxista, que o campo de estudos sobre a saúde se abre para as ciências políticas e para outras áreas de ciências sociais, como educação, nutrição, serviço social, junto com a sociologia e a antropologia — desta vez com outras preocupações que a visão positivista não abrangia. Essa abertura se deveu a vários fatores: (a) análises da deterioração das condições de vida de contingentes imensos das populações aglomeradas nas cidades, passando a exigir respostas mais adequadas que as dadas pela definição unicausal-biológica das doenças; (b) crescente consciência da própria sociedade (sobretudo dos estratos urbanos da classe trabalhadora) de que a acessibilidade à saúde é um bem inegociável; (c) e crescimento de movimentos sociais, definindo e reivindicando que a provisão de saúde é dever do Estado e direito dos cidadãos.

No Brasil e na América Latina, o objeto tradicional de teorias, concepções e práticas, denominado *Saúde Pública* iniciou uma trajetória de transformações históricas tornando-se tema de questionamentos, análises e propostas de movimentos sociais, políticos, sindicais e comunitários. Uma das mudanças efetivadas foi a troca do termo *público* por *coletivo*, para designar a área, visando a chamar a sociedade para a transformação de uma área que era praticamente dominada pela corporação médica e mais excluía que incluía a população. Tomada como campo estratégico para formulação teórica, política e para a atuação prática, a *Saúde Coletiva* incorporou definitivamente as Ciências Sociais no estudo dos fenômenos da saúde e da doença e tornou-se também um domínio corporativo mate-



realizado na criação da Abrasco (Associação Brasileira de Saúde Coletiva) em 1979.

Teixeira especifica o que considera "mudança qualitativa" do enfoque da Saúde Coletiva: "A possibilidade de constituição de um corpo específico de conhecimento sobre a saúde coletiva encontra-se dado precisamente pela adoção do método histórico-estrutural" (1985, p. 90), vinculando os novos rumos do pensamento da saúde a uma linha marxista específica. Também Cordeiro expressa assim a nova visão:

A doença em sua expressão normativa da vida, como fenômeno individual e em sua expressão coletiva, epidemiológica, onde adquire significado no conjunto das representações sociais e nas reivindicações políticas, está estruturada em uma totalidade social. Como forma adaptativa da vida, resultante das relações dos grupos sociais entre si e com a natureza, mediadas pelo processo de trabalho e doença tem uma historicidade das relações sociais — econômicas, políticas e ideológicas — que se realizam nas sociedades concretas (1984, p. 91).

Pelo fato de a área de Saúde ser um campo que necessariamente junta a teoria e a prática de forma imediata, a posição marxista em seu viés histórico-estrutural, em relação às outras correntes de pensamento (positivismo e fenomenologia) passou a tomar, no Brasil, nos anos 1970 e 1980, o caráter de posição ideológica e política, repercutindo nos movimentos sociais e sendo fertilizada por eles e, ao mesmo tempo, influenciando questões relativas ao direito e outros temas emergentes. O campo emergente da *Saúde Coletiva* manifestou seu peso teórico, político e ideológico na VIII Conferência Nacional de Saúde em 1986 e, posteriormente, no capítulo dos Direitos Sociais na Constituição Cidadã de 1988 (Escorel, 1998).

Do ponto de vista teórico e metodológico, a *Saúde Coletiva* como objeto de estudo ainda está em construção e, nos

últimos trinta anos, vem expressando extremo vigor. Vai longe a justeza da expressão "caixa-preta" utilizada por Laurell (1983), quando se referia à dificuldade do pensamento de abranger e apreender as relações e correlações do tema. No entanto muito investimento precisa ser feito, porque junto com a efervescência das investigações e dos temas da área, vem um processo de fragmentação de abordagens e de fóruns de estabelecimento de alguns consensos teórico-metodológicos.

Como objeto de intervenção, o tema *Saúde Coletiva* nasceu no contexto das correntes de pensamento marxistas e estruturalistas, fazendo parte de um movimento social muito mais amplo. No capítulo em que desenvolvo as questões de combinação de métodos, faço a crítica da apropriação do marxismo mecanicista, influenciado pelo pensamento de Althusser (1965; 1967), que dominou, sobretudo, a corrente chamada "Epidemiologia Social", no Brasil e na América Latina. Hoje, novas abordagens teóricas e metodológicas e novas disciplinas vêm contribuindo para dar maior abrangência e aprofundamento à conceituação de saúde e de doença e para a adequação de um sistema de saúde que atenda às necessidades e aspirações da população.

Como preocupação metodológica, o subsistema que deu maior ênfase à abordagem histórico-estrutural é o de *Saúde do Trabalhador*. Seu eixo básico é o conceito *Processo de Trabalho*, visto a partir das unidades de produção e como determinante para o desgaste, os riscos e o quadro de morbidade dos trabalhadores. Os estudos vinculados à práxis dos trabalhadores se multiplicaram, e os referenciais estão assinalados na revisão de Minayo-Gomez & Thedim (1995) e em outras análises bibliográficas como a de Mendes (2003). Talvez por ter sido o subsistema que mais intensamente aplicou os conceitos marxistas *stricto sensu*, é também o que mais ressentiu o declínio do marxismo real e as mudanças no mundo do trabalho, do emprego e da ocupação. O paradigma ancorado no conceito de processo de trabalho (principalmente de cará-

ter industrial) vem demandando mudanças conceituais e de abrangência de objetos para dar conta dos problemas trazidos pela globalização, pelas novas formas de produção e por uma série de outros fatores. Dentre eles, é fundamental destacar a predominância contemporânea dos trabalhadores do setor de serviços e seus problemas específicos, em detrimento do setor industrial a partir do qual foi construído o paradigma marxista de saúde e trabalho (Minayo-Gomez & Lacaz, 2005).

As contribuições das correntes marxistas mais complexas, que incorporam o sujeito, avançaram muito nos anos atuais, deixando para trás os referenciais estruturalistas e mecanicistas (Minayo, 1998). Os primeiros serviram muito para informar as análises políticas e os segundos, foram suplantados pela obsolescência das análises que produzia, fundamentadas, preferencialmente, nos pressupostos althusserianos. Em Althusser o sujeito era considerado apenas como "efeito ilusório das estruturas ideológicas" (Anderson, 1984, p. 44) como pode ser constatado no trecho de uma de suas obras:

A estrutura das relações de produção determina os lugares e as funções que são assumidas pelos agentes de produção que não são mais do que ocupantes destas funções. Os verdadeiros "sujeitos" não são seus ocupantes e funcionários. Contra todas as evidências do "dado" da antropologia ingênua, não são os "indivíduos concretos", os "homens reais" mas a definição e a distribuição destes lugares e destas funções. Os verdadeiros "sujeitos" são, pois, estes definidores e estes distribuidores: as relações de produção (Althusser, 1967, p. 157).

A introdução do referencial gramsciano para análises de grande ocorrência nos anos 80 do século XX fez o pensamento marxista na área evoluir e ampliar seu quadro de referência, sobretudo em estudos de política e de educação em saúde. O

quadro teórico de Gramsci, ao contrário do althusseriano, valoriza o campo ideológico não apenas como forma de dominação, mas também de conhecimento, identificando o dinamismo, a concreção e a historicidade das visões diferenciadas de mundo (Gramsci, 1981), constituindo um "ponto de Arquimedes" (Anderson, 1984, p. 123) e superando-se as dicotomias entre estruturas objetivas e relações intersubjetivas.

Em resumo, tem havido várias tentativas, mas ainda são pequenos os avanços do setor saúde na construção de um referencial que supere as dicotomias entre as estruturas objetivas e as relações intersubjetivas. Isso exige uma visão complexa da realidade e um real aprofundamento teórico. No entanto, a pouca produção existente evidencia múltiplas possibilidades que extrapolam os aspectos meramente técnicos e econômicos e se articulam sobretudo em torno de um entrelaçamento de perspectivas, sobretudo de interdisciplinaridade.

Para a finalidade deste livro que trata da questão qualitativa da vida social, ressalto que a significação da ação do sujeito histórico em Marx leva em conta o fato de que os seres humanos não são árbitros totalmente livres de seus atos. Pelo contrário, a leitura de seu pensamento deixa claro que o produto da atividade prévia (os contextos sociais, mesmo de valores, crenças e atitudes) representa limitações sobre o leque de opções do presente. No entanto, ainda quando a realidade é determinada por condições e estruturas anteriores, os seres humanos são capazes de deixar nelas a sua marca transformadora. As considerações anteriores se conjugam com: (a) a importância da cultura como mediadora entre a objetividade das relações dadas e o sujeito histórico transformador; (b) o caráter de amplitude das visões dominantes e, ao mesmo tempo, a recíproca aculturação que se processa inter e intra-classes, inter e intragrupos, segmento e categorias no que concerne aos fenômenos sociais, incluindo-se a saúde e a doença; (c) a relação intra e interclasses permeada por estruturas e mecanismos econômicos e políticos formais, mas também

pelas matrizes essenciais de conformação do modo de vida, como a família, a vizinhança, os espaços de lazer.

Nas análises de saúde, é preciso dar atenção à cultura como produtora de categorias de pensar, sentir, agir e expressar de determinado grupo, classe ou segmento. Nela se articulam concessões, conflitos, subordinação e resistências. Ela é o espaço de expressão da subjetividade e, também, um lugar objetivo com a espessura do cotidiano por onde passam e ganham cor processos políticos e econômicos, sistemas simbólicos e o imaginário social. Em relação à saúde, a cultura, vista a partir dos sujeitos individuais ou coletivos, expressa a totalidade fundamental do ser humano que se resume no perene conúbio entre corpo e mente, matéria e espírito, e que Marx tão bem define em seus escritos filosóficos:

A visão da totalidade parte do indivíduo real particular, porque a coletividade contra cuja separação de si, reage o indivíduo, é a verdadeira coletividade do homem, o ser humano (1972, p. 75).

A posição diferenciada de classe, categoria ou segmento confere ao sujeito uma forma peculiar de perceber e de reagir diante dos fenômenos que dizem respeito à vida e à sua morte. No entanto, o avanço no campo dos direitos sociais e individuais coloca concomitantemente outras categorias classificatórias potentes como gênero, etnia e idade, que devem ser levadas em conta em qualquer pesquisa. Por isso uma boa análise marxista dos fenômenos de saúde precisa enfatizar as diferenciações e a complexidade das relações entre e intraclasses, as diferenças e contradições entre suas práticas e concepções e incluir outras variáveis que dizem respeito à experiência vivida (Verret, 1972; Gramsci, 1981; Gadamer, 1999).

O quadro teórico de aproximação da totalidade dos processos de saúde e doença, na abordagem marxista "qualitativa", parte do fenômeno ideológico e do dinamismo das cons-

truções e das relações sociais, devendo sempre merecer contextualização e articulação entre pensamento e base material (Thompson, 1978; Gramsci, 1981; 1972; Goldmann, 1980; Sartre, 1978). Por conseguinte, minha posição neste livro se alinha à desses atores e se contrapõe ao estruturalismo de Althusser que corta o nó da relação entre sujeito e estrutura.

### Pensamento sistêmico

Na revisão empreendida neste livro, seria uma imperdoável omissão deixar de tratar o conjunto de propostas filosóficas teóricas e metodológicas conhecidas pelos termos *pensamento sistêmico*. Há quem diga até que esse caminho do pensamento é a novidade do século XXI, trazida a partir dos 70 do século XX, sobretudo a partir da biologia, da cibernética e da física e abrangendo discussões multidisciplinares e multiprofissionais (Atlan, 1979; 1984; 1991; Bertalanffi, 1968; Maturana & Varela, 1979; Maturana, 1987; Morin, 1982; 1983; Prigogine & Stengers, 1984; Wiener, 1948; e outros).

Não pretendo realizar uma reflexão aprofundada sobre o assunto, ainda pouco desenvolvido no âmbito das Ciências Sociais. Minha intenção é acenar, nesta nova versão de *O Desafio do Conhecimento*, para caminhos de possibilidades que se abrem a partir de um novo paradigma que, em seu seio, sintetiza avanços teóricos e metodológicos de várias ciências e novos rumos do pensamento social, tangido por profundas mudanças no mundo chamado pós-industrial ou pós-moderno (Harvey, 2001; Kunar, 1995). Todo o campo científico vem, de fato, revendo muitos de seus conceitos e métodos e o pensamento sistêmico apresenta formas alternativas de tratar os objetos de investigação, a vida, o mundo, as práticas sociais e sobretudo, as implicações do investigador com seu objeto de pesquisa. A idéia do pensamento sistêmico tem-se traduzido em várias expressões: teoria geral dos sistemas (Bertalanffi, 1968); pensamento complexo (Morin, 1990), para-

digma da ordem a partir da flutuação (Prigogine, 1991) e paradigma da auto-organização a partir do ruído (Atlan, 1984).

**Teoria sistêmica** — As primeiras elaborações do pensamento sistêmico se devem ao biólogo Ludwig von Bertalanffy que, em 1968, publicou um livro de grande repercussão titulado *Teoria Geral dos Sistemas*. Nessa obra, Bertalanffy apontou a necessidade de se criarem categorias teóricas rigorosas que pudessem responder a questões referentes ao amplo espectro dos seres vivos que vão da biologia à sociologia. Esse autor mostrou que a termodinâmica clássica que lida com o equilíbrio, precisaria ser complementada por uma teoria que abarcasse também os sistemas abertos que se afastam do equilíbrio. Identificando a *interação* como ponto nevrálgico para todos os campos científicos, definiu *sistema* como conceito central de sua teoria geral. Observou que há uma enorme ordem hierárquica de entidades na organização dos seres vivos e que elas se superpõem em muitos níveis, indo dos sistemas físicos e químicos aos biológicos, sociológicos e políticos, possibilitando “uniformidades estruturais dos diferentes sistemas da realidade” (Bertalanffy, 1968, p. 124). Segundo o autor, esses sistemas são abertos e interconectados, instáveis e em permanente dinamismo recursivo.

Ao propor uma nova teoria interpretativa da realidade, Bertalanffy não fala de disciplinas e sim de “totalidades constituidas no interior da organização dos fenômenos” (1968, p. 125), de tal forma que sua *teoria geral dos sistemas* se propõe a ser uma ciência da totalidade ou dos todos organizados. Na sua visão, o esforço dos cientistas deveria encaminhar-se para buscar a unidade da ciência baseada na isomorfia de leis relativas a diferentes áreas. Mas o autor esclarece que a compreensão dos sistemas vivos, complexos e unificados precisa ser alcançada sem a redução dos fenômenos, sem a transferência ingênua de conceitos e sem buscar semelhanças superficiais entre abordagens, como muitas vezes ocorre na transposição de modelos biológicos para interpretação social, por

exemplo. Por isso, Bertalanffy não fala sobre redução das partes ao todo e, sim, sobre *interação* entre todas as áreas do conhecimento.

Segundo Bertalanffy, *sistema* é um todo integrado cujas propriedades não podem ser reduzidas às propriedades das partes. Portanto, o comportamento do todo é mais complexo do que a soma do comportamento das partes, e os acontecimentos implicam mais que decisões das partes individualmente. Igualmente, ao sistema não se aplicam operações analíticas, no sentido de dissecação das partes. A concepção de interdependência entre os elementos é complementada pelas noções de *causalidade circular*, *causalidade recursiva*, ou *retroação*, como características da abordagem sistêmica.

Na organização hierarquizada, a realidade como um todo caracteriza-se pela superposição de níveis dos sistemas, cada um deles constituindo-se como um todo e sendo irreduzível aos níveis inferiores, o que os impede de serem tratados analiticamente (por partes). Os membros individuais do sistema são ao mesmo tempo todo e parte, funcionando no sentido integrativo com o conjunto e afirmativo de sua autonomia. Nessa hierarquia, o social e o político constituem o ápice da organização. E a concepção de interações sistêmicas, de sistemas interligados ou do mundo como sistema de sistemas remete à idéia de *ecossistema*: cada um com sua totalidade (indivíduo, família, sociedade, cidade, nação) interagindo, numa rede dinâmica de interdependências, interações e influências mútuas.

Qual a idéia de mudança na teoria sistêmica? E por que é preciso pensar em mudança no enfoque ecossistêmico? Nessa abordagem, a idéia de mudança é fundamental, pois toda a teoria ecossistêmica de saúde parte do princípio de que é possível e é necessário intervir para transformar e de que é possível escolher um rumo que leve à vida saudável e com qualidade, de forma solidária. Ora, na abordagem sistêmica a visão de mudança se relaciona a crise e aponta para várias saídas.



Segundo Prigogine (1991; 1984), à medida que surge uma crise, o sistema deixa seu curso natural e escolhe outras alternativas disponíveis. Nesse ponto de bifurcação provocado pela crise, são produzidas mudanças quantitativas e qualitativas. Mas o rumo dessas transformações é, em princípio, imprevisível, pois existem várias possibilidades de escolhas disponíveis nos sistemas complexos. Atlan (1992), um dos biólogos-filósofos que tratam das teorias da complexidade, fala que as mudanças dos organismos vivos acontecem quando eles têm de se adaptar aos "ruídos", ou seja, aos elementos inesperados que atuam como fatores de distúrbio da homeostase usual do sistema. Atlan prova que se esses "ruídos" são usados de forma positiva eles se tornam indispensáveis para o desenvolvimento do sistema, causando-lhe um crescimento de complexidade e o desempenho de novas funções.

Três dimensões epistemológicas diferenciam as teorias tradicionais do paradigma sistêmico: (1) a idéia de *simplicidade* dos fenômenos é substituída pela noção de *complexidade*; (2) a noção de estabilidade e de regularidade é contraposta à noção de *instabilidade* do mundo dos seres vivos; (3) a crença na *objetividade* dá lugar à noção de *intersubjetividade* na constituição da realidade e de sua compreensão.

(1) *Complexidade* significa entrelaçamento de causas. O tema da *complexidade* tem ampla abrangência semântica: sistemas complexos, organizações complexas, complexidade da sociedade, dentre outros. Um *sistema complexo* é formado por grande número de unidades constitutivas e inter-relacionadas e uma enorme quantidade de interações. Seus comportamentos seguem dois padrões: mantêm uma estrutura permanente e são ao mesmo tempo instáveis, desordenados, caóticos, emaranhados e de difícil previsão. Atlan (1992) adverte que as noções de simplicidade e de complexidade não são inerentes aos fenômenos e, sim, às condições lógicas e empíricas em que são observados. Esse autor lembra, por exemplo, que depois de os cientistas terem separado muito bem o sistema

nervoso do sistema digestivo, assustam-se ao encontrar neurotransmissores no sistema digestivo e hormônios digestivos no sistema nervoso.

Nas teorias da complexidade, os temas de estudo são entendidos como *objetos em contexto*. Contextualizar é ver um objeto existindo dentro do sistema e pôr foco nas suas interligações, conexões e redes de comunicação. Contextualizar é, também, realizar operações lógicas contrárias à disjunção e à redução e em favor da distinção de um objeto ou de fenômeno, realçando o que ele tem de específico e integrando-o no todo do qual faz parte. Os autores que trabalham as teorias sistêmicas que tratam dos seres vivos utilizam a expressão *relações causais recursivas*, cuja imagem é a da espiral, para se referir às interações em que os efeitos e os produtos são necessários ao próprio processo que os gera.

(2) O segundo pressuposto dos sistemas abertos é a *instabilidade*. Esse princípio vem da constatação de que o mundo sempre está em processo de "tornar-se", e de "devir", havendo, portanto, uma lógica na desordem: ela é um elemento necessário à auto-organização, conforme se refere Atlan (1992) à auto-organização através do ruído (ruído como sinônimo de crise), que pode levar os seres vivos a um nível mais elevado de complexidade. Segundo esse princípio, o resultado final de um fenômeno vai sempre depender de um interjogo complexo entre leis determinísticas e a sucessão probabilística das flutuações (crises).

A partir das descobertas da física, decorre hoje a revisão de crenças na previsibilidade e no controle para se acentuar a *imprevisibilidade* e a *incontrolabilidade* de muitos fenômenos. Isso se opõe à idéia positivista de um mundo mecânico em que as coisas funcionariam como relógios. Investigações sobre sistemas que funcionam longe do equilíbrio e sobre a flecha do tempo são uma grande contribuição do Prêmio Nobel de Física, Ilya Prigogine (1997). Suas pesquisas tornaram possível fundamentar uma superação da compartimentalização

entre disciplinas e propiciar uma comunicação transdisciplinar entre cientistas das mais diversas áreas.

(3) O terceiro pressuposto do pensamento sistêmico é o da *intersubjetividade* na construção da realidade e do saber, o que se opõe à idéia da possibilidade de existir um conhecimento objetivo externo aos sujeitos. De tal ponto de vista, sujeito e objeto só existem relacionalmente e nas interações que estabelecerem entre si. Ambos, em suas interações, se influenciam e promovem mudanças: no organismo (a estrutura) e no ambiente. Assim, é difícil determinar de fora o que um sistema fará nas interações que mantém com o ambiente, uma vez que, a cada momento, a estrutura de um organismo incorpora as transformações conseqüentes de suas experiências, de suas interações e modifica suas possibilidades potenciais, apresentando novas interações.

As premissas do pensamento sistêmico sugerem aos profissionais que atuam de forma transdisciplinar as seguintes posturas metodológicas:

- ♦ Ampliação do foco: contextualizando o fenômeno em estudo, entendendo-o em suas interações e retroalimentações (as coisas são causadas e causadoras) e tratando-o como parte de um sistema interconectado com outros sistemas;

- ♦ Aposta nos processos de auto-organização: observando o dinamismo das mudanças e as forças de resistências, os estudiosos admitem que nem tudo é só positivo ou só negativo, que existem muitos caminhos e que é impossível controlar a direção dos processos;

- ♦ Adoção do caminho da *objetividade entre parênteses*: o estudioso se reconhece parte do sistema e entende que só há sentido na co-construção das soluções. Dentro desse tipo de visão, do ponto de vista ético, não cabe pensar que a solução para os problemas está na existência de códigos exteriores aos sujeitos, a serem aplicados por autoridades competentes.

Do ponto de vista operacional, o pensamento sistêmico não está propondo técnicas. Na verdade, ele se configura como

uma visão epistemológica que permite o uso dos recursos desenvolvidos dentro dos paradigmas da ciência tradicional. Mas esse uso exige algo muito novo, o exercício de um olhar e uma abordagem diferente: que ilumina aquele ponto cego da visão unidimensional, fazendo-o enxergar as interações; subverte a mente compartimentalizada, buscando fazer as diferenças e as oposições se comunicarem; e modifica a prática antiga que só valoriza regularidades e normas. Ao contrário, mostra as coisas que permanecem e ressalta "o que" muda e "como" as coisas se transformam, auto-organizando-se.

#### *Pensamento sistêmico na área da saúde*

Na área da Saúde Coletiva, o pensamento sistêmico é ainda incipiente e vem sendo introduzido por alguns poucos autores. Com certeza, existe um temor dos investigadores de um retorno aos paradigmas biologicistas ou fisicalistas dos fenômenos, certamente pelo desconhecimento de que o pensamento sistêmico não é sinônimo da teoria funcionalista que sempre trabalhou com a metáfora do organismo biológico. Ele traz, ao contrário, a possibilidade de ter um olhar mais abrangente e complexo que atravessa as interconexões entre o biológico, o social e o ambiental. Nessa área, mais que em qualquer outra, manifestam-se a união e a simultaneidade entre o caos e a ordem, o familiar e o estranho, o linear e as não-linearidades e a inseparabilidade entre oposições, dualidades, diferenças e diversidades, desafiando as maneiras formais do pensar.

A proposta mais elaborada sobre o pensamento sistêmico é o chamado enfoque *ecossistêmico de saúde humana* fruto, também, de preocupações práticas. O casamento da idéia de ecossistema & saúde humana, compondo a proposta de *enfoque ecossistêmico da saúde humana* é fruto de preocupações práticas. Nasceu com a observação e a consciência ecológica de americanos e canadenses em relação à área dos Grandes Lagos que

dividem Canadá e Estados Unidos e contêm 21% das reservas de água doce do mundo. Pois bem, as margens desses Grandes Lagos foram invadidas por projetos agrícolas e industriais, que floresceram acompanhando a época do acelerado progresso econômico americano do norte pós-Segunda Guerra Mundial, quando ainda era hegemônica no mundo a idéia de que o ecossistema seria capaz de assimilar todos os processos de dominação humana sobre a natureza.

A partir da ampliação e aprofundamento da consciência ambiental da década de 1970, oficialmente, estudos começaram a ser realizados por uma comissão criada pelos governos dos dois países, denominada International Joint Commission of Great Lakes (1978), diagnosticando a intensa exploração econômica do espaço sócio-político-cultural-ambiental e o processo de deterioração ecológica e de ameaça à saúde das populações que aí habitavam. Esses estudos evidenciaram, com grande clareza, a insuficiência teórica unidisciplinar para a compreensão das dimensões dos problemas gerados pelo uso descontrolado da água e do solo e das propostas de solução, levando a que o grupo passasse a integrar análises geradas individualmente e a chamar a sociedade civil para as discussões das soluções. Criaram-se, assim, estratégias transdisciplinares e participativas de abordagem da problemática que afetava toda essa privilegiada região e que hoje se denomina *abordagem ecossistêmica*. Seu desenvolvimento passa por conhecimentos específicos e integração de atores e de abordagens; de disciplinas e de setores; de cientistas, de autoridades reguladoras, de políticos e gestores; de todos eles com o público, em geral, e com a sociedade civil organizada.

O *Enfoque de Ecossistemas em Saúde Humana* está fundamentado na construção de nexos que vinculam estratégias de gestão integral do meio ambiente (ecossistemas saudáveis) com uma abordagem da promoção da saúde humana dentro de uma visão complexa. O objetivo desse enfoque é desenvolver novos conhecimentos sobre a relação saúde-ambiente-

políticas-participação social-eqüidade de gênero, em realidades concretas, de forma que permita ações adequadas, apropriadas e saudáveis das pessoas que vivem aí. Nessa proposta, ciência e mundo existencial se unem na construção da qualidade de vida, fazendo lembrar os princípios da filosofia da ação comunicativa (Habermas, 1987a), por meio de uma melhor gestão do ecossistema e da responsabilidade coletiva e individual sobre a saúde.

Todos os estudiosos que vêm atuando nos marcos da proposta ecossistêmica para saúde humana mostram que o limite do espaço e do universo será sempre arbitrário, uma vez que ambos existem em relação aos sistemas que o circundam. Ou seja, não há um ecossistema sobre o qual se possa aplicar uma definição. Mas os atores que nele atuam, sejam investigadores ou gestores, assumem a responsabilidade de defini-lo de acordo com os objetivos de mudança e intervenção, sempre levando em conta que o espaço específico está no interior e em relação permanente com sistemas abertos e maiores, intercomunicando-se (Forget & Lebell, 2001). Portanto, a noção de *ecossistema* é usada muito mais para designar uma unidade analítica do que como uma entidade biológica.

A abordagem ecossistêmica parte de alguns pressupostos:

- ♦ de que existe uma interação dinâmica entre os diversos componentes do ecossistema e o bem-estar da saúde humana;
- ♦ de que projetos interdisciplinares, que integram análises de gênero e métodos participativos para compreensão da realidade e para geração de ações de transformação, podem resultar em investigações mais precisas e propiciar a promoção de melhorias nos padrões de saúde humana e do meio ambiente.
- ♦ de que a articulação entre os componentes da saúde, da questão social e do ambiente requer novas metodologias de abordagem.

E tem alguns desafios metodológicos fundamentais:

- ♦ não dividir e sim integrar as questões de saúde coletiva e individual dentro de um mesmo foco de observação;

- ♦ conseguir aprofundar conceitos que integrem a articulação da questão ambiental, social e do coletivo com o individual, nos estudos e práticas do setor saúde;
- ♦ mudar a visão linear de diferentes disciplinas para um enfoque dinâmico de interação que leve os participantes a uma atuação transdisciplinar;
- ♦ integrar dados e indicadores quantitativos e qualitativos;
- ♦ exercitar a transdisciplinaridade;
- ♦ integrar o conceito de gênero nos fundamentos do método;
- ♦ integrar a participação de todos os agentes sociais envolvidos nos problemas em análise, seja porque realizam, seja porque sofrem com as intervenções ambientais e sociais que repercutem na saúde e que, a partir da saúde, provocam efeitos recursivos.
- ♦ criar instrumentos práticos e participativos de exercício de transdisciplinaridade, transetorialidade e transfatorialidade;
- ♦ promover, na investigação, a participação das pessoas comuns que vivem os problemas ambientais e de saúde no seu cotidiano, como ação fundamental e imprescindível;
- ♦ considerar o conceito de *participação social* como sendo muito mais amplo que o de *participação comunitária*, incluindo nas reflexões e ações, gestores públicos, políticos, e cidadãos.

Além da abordagem ecossistêmica, há outros enfoques sistêmicos de problemas de saúde. Por exemplo, sobre o tema da reprodução, em suas quatro dimensões: biológica, de autoconsciência, política e societal existem várias pesquisas e análises de Samaja, desde 1993. Esse autor trata das relações hierárquicas dentro dos sistemas vivos, num aprofundamento teórico que ele denomina *Epistemología de la Salud*. Metodologicamente trabalha ainda as questões da intersubjetividade e da transdisciplinaridade. A revisão bibliográfica da obra de Samaja inclui todos os expoentes das teorias da complexidade, menos Henri Atlan, o que não deixa de ser um vácuo importante na sua contribuição.

Outros autores trazem contribuição teórica incipiente, como é o caso de Tarride (1998). Oliveira & Minayo (2003) discutem a teoria da complexidade aplicada à análise da mortalidade infantil. Aleksandrowics (2003) trabalha o marco teórico aproximando-o da questão de gênero e idade. Aleksandrowics & Minayo (2005) abordam o tema da humanização, hoje assunto prioritário na pauta da gestão e da assistência à saúde. E Schenker & Minayo (2005) discutem a implicação da família na drogadição infanto-juvenil. Todos esses trabalhos injetam mudanças nos paradigmas tradicionais.

Em sua obra *El Legado de la Sociología, la Promesa de la Ciencia Social*, Wallerstein (1999), importante cientista e presidente do XIV Congresso Mundial de Sociologia, chama atenção dos colegas, dizendo que, a seu ver, um dos grandes desafios dessa área de ciências sociais hoje é sua integração metodológica e conceitual nos paradigmas da teoria da complexidade.

Creio que uma pergunta final permanece para o leitor a respeito das diferenciações entre as teorias sistêmicas e as teorias funcionalistas. Buscarei esclarecer algumas que considero serem fundamentais. Enquanto no funcionalismo a realidade é concebida como um todo que busca sempre a homeostase, as teorias sistêmicas concebem todos os seres vivos como parte de uma totalidade com hierarquias e códigos próprios (subsistemas) em constantes e permanentes interações, indo desde as células até as organizações sociais e políticas. Enquanto no positivismo são as leis gerais que devem ser desvendadas para ressaltar regularidades, nas teorias sistêmicas são as relações, os gargalos, os ruídos que precisam ser apreendidos, na busca de compreensão dos sentidos das mudanças, cujos rumos (não previstos, porque se abrem várias possibilidades) não são um retorno ao momento inicial, mas tanto a possibilidade de decadência como a de criação de maior complexidade auto-organizativa.



## Capítulo 5 MODALIDADES DE ABORDAGENS COMPREENSIVAS

A PARTIR DA FILOSOFIA COMPREENSIVA, vários tipos de abordagem metodológica se desenvolveram, dentre as quais se destacam a fenomenologia sociológica; a etnometodologia, o interacionismo simbólico, as histórias de vida e os estudos de caso que apresento resumidamente a seguir.

### Fenomenologia sociológica

Para abordagens qualitativas, em diversas teorias se encontra o peso da contribuição de Weber, embora cada qual conserve seu esquema conceitual peculiar. Uma das mais influentes é a *fenomenologia sociológica*. A fenomenologia é considerada, dentro das Ciências Sociais, a *Sociologia da Vida Cotidiana*. Embora em sua elaboração existam influências weberianas é na filosofia de Husserl que busca fundamentação metodológica. O argumento filosófico de Husserl segue a mesma linha de Dilthey e de Weber, segundo os quais os atos sociais envolvem uma propriedade que não está presente nos outros setores do universo abarcados pelas ciências naturais: o *significado* (Husserl, 1980).

Nas Ciências Sociais, Alfred Schutz (1964; 1971; 1979; 1982) é o representante mais significativo do pensamento fe-

nomenológico. Ele dá consistência sociológica aos princípios filosóficos de Husserl e cria teoria e método para abordagem da realidade social. A fenomenologia sociológica apresenta: (a) uma crítica radical ao objetivismo da ciência e propõe a subjetividade como fundante do sentido; (b) dá relevância à subjetividade como constitutiva do social e inerente ao âmbito da autocompreensão objetiva; (c) constitui a descrição fenomenológica como tarefa principal da sociologia.

A fenomenologia da *vida cotidiana* trabalha com o fato de que as pessoas se situam na vida com suas angústias e preocupações, em intersubjetividade com seus semelhantes (companheiros, predecessores, sucessores e contemporâneos) e isso constitui a existência social, por isso, o espaço e o tempo privilegiados nessa teoria são a vida presente e a relação face a face.

Schutz (1979) divide em três categorias os conhecimentos construídos a partir da compreensão da realidade social: (a) o vivido e o experimentado no cotidiano; (b) a epistemologia que investiga esse mundo vivido; (c) e o método científico para proceder à investigação.

No primeiro nível, diz ele, o mundo social apresenta-se aos indivíduos na forma de um sistema objetivado de designações compartilhadas e de formas expressivas. Esse é o mundo da cotidianidade, tal como é vivenciado pelos seres humanos em *atitude natural* e aceito por eles. Dentro dessa *atitude natural*, segundo Schutz, as pessoas não costumam questionar as coisas e os acontecimentos, simplesmente vivem-nas como estruturas significativas que atribuem sentido a sua existência.

O mundo cotidiano apresenta-se, para Schutz, nas *tipificações* construídas pelos próprios atores sociais, que expressam suas próprias relevâncias ao classificar a realidade. Essas tipificações incluem tanto o universal e o estável como o específico e o mutável. Aqui se observa uma diferença radical entre Schutz e Weber. Enquanto, para este, o tipo-ideal é uma construção analítica criada pelo cientista para se aproximar do real, os "tipos" e as "tipificações" tais como pensadas por

Schutz dizem respeito a construções do ser humano comum quando busca compreender a realidade em que vive e se comunicar com seus semelhantes.

Schutz (1964) lembra, em consequência de sua proposta de *tipificação*, que os dados primários colhidos em campo pelos cientistas sociais já vêm estruturados e interpretados pelas pessoas e grupos que eles pretendem compreender, pois a realidade social possui sentido para os que vivem nela. Dessa forma, diz ele, "os objetos das ciências sociais são construtos em segunda potência" (1964, p. 300). Dizendo com outras palavras, a matéria-prima para a investigação fenomenologia sociológica são os "construtos de primeira potência" elaborados pelos membros de uma sociedade ou comunidade, na sua vivência que inclui presente, passado e projeção para o futuro. Portanto, as expressões dessa realidade, ainda que transmitidas em idéias vagas, fragmentadas, imbuídas de emoção e de ambigüidades são informações preciosas para os pesquisadores sociais.

Schutz (1982) não questiona se o conhecimento do senso comum é superior ou inferior à construção científica. Segundo ele, o propósito do cientista social é revelar os significados subjetivos implícitos que conformam o universo dos atores sociais, em sua lógica mais profunda. Cabe ao investigador criar um saber diferente a partir do conhecimento de "primeira ordem", captando os modelos de tipificação do ator social, explicitando os significados da realidade social. Os modelos construídos pelo cientista a partir do mundo da vida cotidiana distinguem-se do senso comum, segundo Schutz: (a) pela consistência lógica, isto é, pela possibilidade de descrever o vivido, buscando trazê-lo para a ordem das significações; (b) pela possibilidade de interpretação; e (c) pela sua adequação à realidade social.

Schutz (1971) descreve os princípios que conformam o modelo científico para compreensão do mundo social: (a) a intersubjetividade: os seres humanos estão sempre em rela-

ção uns com os outros; (b) a compreensão: para atingir o mundo do vivido, a ciência tem de apreender as coisas sociais como significativas; (c) a racionalidade e a internacionalidade: o mundo social é constituído sempre por ações e interações que obedecem a usos, costumes e regras ou que conhecem meios, fins e resultados.

Para a compreensão empírica da realidade, Schutz elabora alguns conceitos que remetem ao ator social. O primeiro deles é o de *situação*: que significa o lugar que alguém ocupa na sociedade, o papel que desempenha e suas posições ético-religiosas, intelectuais e políticas. Em segundo lugar, trabalha com a idéia de *experiência biográfica*, lembrando que uma pessoa sempre está situada biograficamente no mundo da vida e é nesse contexto que pensa, sente e age. Inova também com a noção de *estoque de conhecimento*, expressão que diz respeito à sedimentação das experiências e situações vivenciadas, a partir das quais o ator social interpreta o mundo e pauta sua ação.

Em sua construção teórica, Schutz (1971) faz uma distinção de grande importância para a prática de pesquisa, entre *experiência* e *conhecimento*. Ele comenta que muitas pessoas podem ter simultaneamente uma mesma experiência. No entanto, o *conhecimento* gerado dessa vivência é diferenciado e variado, de acordo com a bagagem biográfica e reflexiva das pessoas. Essa distinção é preciosa para quem trabalha com entrevistas qualitativas, pois os trabalhadores de campo encontrarão sempre muitas diferenças de detalhes e de aprofundamento em narrativas sobre o mesmo fato, contadas por atores diferentes, mesmo que esses estejam vivendo ou tenham vivido a mesma realidade.

Schutz (1971) desenvolve ainda duas noções fundamentais dentro de sua teoria: o de *relevância* e o de *estrutura de relevâncias*, referindo-se à importância que os objetos e os contextos possuem para o sujeito, o que se relaciona, por sua vez, com sua bagagem de conhecimento, seus desejos e projetos de vida e com sua situação biográfica. Há outros concei

tos desenvolvidos pela sociologia fenomenológica de Schutz que têm extrema importância para a fundamentação da pesquisa qualitativa, ajudando o investigador a passar do contexto das entrevistas individuais para a compreensão do grupo e da comunidade onde vivem os informantes, como é o caso de: "reciprocidade de perspectiva", "comunidade de objetivos" e "interpretação intersubjetiva" (1971, p. 300). Segundo Schutz, todos os que vivem num grupo determinado recebem a maior parte de seus conhecimentos através dos pais, professores e predecessores. Recebem também uma visão de mundo, maneiras de classificar e tipificar a realidade, criando um universo vivencial específico, de tal forma que seu saber vai do "familiar" ao "anônimo" a partir da situação "face a face" e da vida prática, por meio das quais se relacionam com o mundo:

Na realidade a pergunta mais séria a que a metodologia das ciências sociais deve responder é: como é possível formar conceitos objetivos e teorias objetivamente verificáveis partindo de estruturas de significados subjetivos? A resposta é dada pela visão básica de que os conceitos formados pelos cientistas sociais são "construtos" dos "construtos" científicos formados no segundo nível, de acordo com as regras de procedimento válidas para todas as ciências empíricas. São construtos de tipo-ideal objetivo, e como tais, diferentes daqueles desenvolvidos no primeiro nível de pensamento do senso-comum, aos quais eles devem superar. São sistemas teóricos incorporando hipóteses testáveis (1971, p. 498).

Para Schutz, a *intersubjetividade* é a categoria central da análise fenomenológica, porque ela é um dado que fundamenta a existência humana no mundo. Essa relação é assim resumida pelo autor: "Aqui onde estou — lá onde meu semelhante está: ambos podemos estar no mesmo lugar, estar na mesma posição, estar os dois aqui ou lá" (1971, p. 147). Ou seja, a *inter-*

*subjetividade* é vivida em situação de "familiaridade" sob a forma do "nós" permitindo a compreensão do outro como único em sua individualidade. Ao contrário da intersubjetividade, existe a situação de *anonimato* que, na teoria de Schutz, é a negação da vida social pois, nela, a unicidade e individualidade dos sujeitos não são reconhecidas. O grau máximo de anonimato é a consideração do outro como número ou função.

Como se pode concluir, na fenomenologia não existe preocupação com os fenômenos estruturais e há ausência de discussão sobre as questões do poder, da dominação, da força e da estratificação social. Sua abordagem, que focaliza a produção interacional e simbólica nela se compraz, como se cada fato ou grupo constituísse um mundo social independente.

Segundo a consideração de alguns filósofos, a fenomenologia seria uma "teoria fraca" desenvolvida a partir do contexto pessimista do nazismo e do estalinismo que vigoraram no fim da primeira metade do século XX, e nos quais prevaleceram razões de Estado sobre a vontade e a liberdade dos grupos sociais. A crítica de teorias que enalteciam valores ideológicos acima dos contextos da vida social concreta teria levado os fenomenólogos a acentuar a relevância da família, das entidades religiosas, das associações voluntárias, responsáveis pela identificação dos indivíduos, por sua estabilidade e por seu sistema de significados, valores esses construídos por meio de uma visão de mundo compartilhada.

A fenomenologia contrapõe-se ao positivismo nos mais diferentes aspectos: (a) A ambição dessa teoria de construir explicações totalizantes e invariáveis, a fenomenologia afirma que a vida humana é essencialmente diferente e só pode ser compreendida por meio do mergulho na linguagem significativa da interação social. (b) A separação entre fatos sociais e valores no positivismo, a fenomenologia diz que linguagem, práticas, coisas e acontecimentos são inseparáveis. A linguagem é essencial para que a realidade seja do jeito que é, pois na vida cotidiana os indivíduos que se comunicam, concor-

dam, discordam, justificam-se, negam ou recriam razões de existir. (c) À pretensão positivista de construir conhecimentos objetivos e neutros, a fenomenologia diz que só há conhecimento subjetivo, pois é o ser humano que imprime leis ao real. O ato de conhecer reúne o observador e o observado, ambos possuidores de significados atribuídos intersubjetivamente pelas próprias pessoas e grupos. (d) A coerção da sociedade sobre o indivíduo, a fenomenologia proclama a liberdade do ator social que, por meio de sua história biográfica e em inter-relação com seus semelhantes, cria significados e constrói sua realidade. (e) Dessa forma a fenomenologia proclama e absolutiza o componente ético na relação da ciência com a sociedade. Diz que o conhecimento deve estar sempre submetido a exigências morais, pois ele é uma forma dentre as possíveis de confirmação da realidade. E, ao contrário do positivismo que confere primazia ao reinado da ciência, a fenomenologia advoga sua submissão aos princípios da ética e da moral da sociedade em que é desenvolvida.<sup>3</sup>

### Etnometodologia

A etnometodologia dá nome a um conjunto de estratégias de pesquisa cujo ponto comum é a descrição minuciosa dos objetos que investiga e, por isso, é também conhecida como "pesquisa situada". Os desenhos operacionais de cunho etnometodológico preconizam a observação direta e a investigação detalhada dos fatos, no lugar em que eles ocorrem, com a finalidade de produzir uma descrição minuciosa e densa das pessoas, de suas relações e de sua cultura. Suas fontes de inspiração são as abordagens antropológicas. Mas diferenciam-se delas por não terem pretensão de produzir análises culturais

<sup>3</sup> Além de Schutz, é importante citar como nomes relevantes da Sociologia fenomenológica, Peter Berger & Thomas Luckmann, *A Construção Social da Realidade*, Petrópolis: Vozes, 1973 e Alfred Cicourel, *Method and Measurement Sociology*, Nova York: The Free Press, 1969.

totalizantes. As estratégias de investigação etnometodológica dão atenção especial às técnicas de observação participante e à compreensão dos símbolos e categorias empíricas que um determinado grupo usa para se referir a seu mundo e aos processos que está vivendo.

Geertz (1979) comenta que, mesmo quando está em contato e em empatia com o grupo que observa e avalia, o observador e o avaliador põem em jogo suas próprias normas e condutas. Por isso, considera que o etnometodólogo trabalha como mediador entre marcos de significados, seus e do outro. Uma das grandes vantagens da etnometodologia é trazer para a compreensão social uma grande riqueza de informações, fazendo mediação entre estratégias de abordagem e uma nova teoria gerada a partir do campo.

O berço da etnometodologia foi a Universidade de Chicago e seu principal formulador Robert Park que, nas décadas de 20 e 30 do século XX, preconizava a convivência direta dos investigadores com os investigados no campo, para a compreensão de sua realidade. O material que esse autor considerava de excelência e essência da sociologia era o proveniente das *Histórias de Vida* (Park & Burgess, 1921). As idéias de Park foram posteriormente desenvolvidas por Harold Garfinkel (1976) na década de 30 do século XX.

Garfinkel propõe uma teoria para compreender a prática artesanal da vida cotidiana, tendo em conta que essa prática já vem interpretada em primeira instância pelos próprios atores sociais, como preconiza Schutz (1972). Em primeiro lugar, estabelece que a vida social é uma realidade que se constitui de estruturas, regras, normas e conhecimentos compartilhados, tornando possível a interação entre as pessoas. As características dessa realidade, diz ele, são inseparáveis dos processos interpretativos, pois faz parte da constituição do mundo a forma pela qual os seres humanos chegam ao sentido da realidade objetiva. Essa forma expressa-se por meio do senso comum. E já que o ser humano tem como característica funda-



mental, a flexibilidade sobre seus atos, o papel dos etnometodólogos é estudar a cotidianidade e nela descobrir os modelos de racionalidade subjacentes à ação de indivíduos, dos grupos e das coletividades (Payne et al., 1981; Smart, 1978).

Tom Harrison e Charles Madge foram dois expoentes da aplicação da etnometodologia na Inglaterra. Desde 1937, eles já tentavam criar procedimentos para tornar viável um tipo de abordagem que levasse a compreender o dia-a-dia do homem comum na sociedade complexa. Suas idéias, desenvolvidas na chamada teoria da "Observação de Massa", contêm críticas e propostas, buscando compreender e analisar, em escala ampliada, o que vinha sendo estudado por antropólogos ingleses a respeito de grupos pequenos e específicos. Harrison questiona a idéia comum ao positivismo de que as grandes leis sobre o comportamento humano possam ser encontradas sem que os cientistas sociais compreendam as interações que acontecem na realidade empírica. É sua a frase: "as abordagens quantitativas sacrificam o significado no altar do rigor matemático" (Harrison, 1947, p. 10). Esse autor, por meio de observadores voluntários, passou a colecionar atitudes, palavras e reações dos ingleses aos acontecimentos do dia-a-dia, "visando a compreender o comum, o mágico, os hábitos, os rituais e tabus de uma cultura pretensamente conhecida" (1942, p. 11).

Harrison publicou vários livros antes e depois da Segunda Guerra Mundial, até mesmo tentando desconstruir vários mitos construídos pelos governantes no período de guerra. Colocou à luz a cultura popular inglesa sob vários aspectos, deixando a marca de sua contribuição tanto para o cinema, as artes, como para as técnicas de pesquisa de mercado e de opinião pública. Seu arquivo de investigação passou a classificar títulos como arte, assuntos financeiros, anti-semitismo, sonhos, comportamento sexual. Apesar de seu espírito inovador e da justeza de suas preocupações teóricas, Harrison tem sido muito criticado no âmbito científico, por causa da sua falta de rigor metodológico.

Entre os problemas que a etnometodologia apresenta, destaca-se o fato de que, em seu sentido estrito, ela não permite comparação e nem se presta à construção de cenários quanto ao futuro. São-lhe feitas algumas restrições de ordem epistemológica, tanto por positivistas como por marxistas: (a) crítica à consideração de que os significados subjetivos criam a realidade do mundo; (b) crítica à redução da estrutura social a procedimentos interpretativos; (c) crítica ao desconhecimento dos fatores que determinam ou condicionam a visão das pessoas sobre sua situação social; (d) crítica à separação entre pensamento e ação (Smart, 1978).

Dos anos 30 aos anos 60 do século XX, as pesquisas de cunho etnometodológico decaíram na sociedade de conhecimento anglo-saxônica, voltando a ressurgir a partir da Segunda Guerra Mundial, e notadamente a partir dos anos 1960, com a emergência dos movimentos sociais de valorização do sujeito e da subjetividade nas ciências sociais. Hoje há um renascer de estudos socioantropológicos de pequenos grupos dentro de abordagens etnometodológicas, ocupando o espaço deixado pelo descrédito do positivismo e pelo escasso desenvolvimento heurístico das correntes marxistas, mais preocupadas com abordagens filosóficas ou macrossociais. Dentre os trabalhos de maior expressão a partir da abordagem etnometodológica, cito os de Goffman (1959; 1961; 1975a; 1975b), especialmente dedicados à análise de instituições totais e de estigmatizações sociais.

### Interacionismo Simbólico

Este tipo de abordagem metodológica pode ser compreendido como uma vertente da etnometodologia. Sua origem, também da década de 20 do século XX, reúne estudos importantes como os de Thomas (1970); Mead (1934) e Cooley (1926). Seu autor seminal foi Herbert Blumer que, em 1937, atribuiu à sua abordagem o nome de "interacionismo simbó

lico". Nos anos 70 do século XX, Denzin foi um autor fundamental para aprofundar a discussão teórica e metodológica da proposta, em sua obra clássica *The Act of Research* (1973). Diz Blumer sobre sua proposta:

Nós podemos, e eu penso que posso, olhar a vida humana, acima de tudo como um vasto processo de interpretação, no qual o povo, individual e coletivamente guia a si mesmo para definir objetivos, acontecimentos e situações que encontram. Nenhum esquema designado para analisar a vida dos grupos humanos em seus caracteres gerais se conforma a esse processo de interpretação (1969, p. 686).

A concepção interacionista de Blumer fundamenta-se no princípio de que o comportamento humano é autodirigido e observável em dois sentidos: o simbólico e o relacional, uma vez que qualquer ser humano, realizando as tarefas mais elementares, planeja e dirige suas ações em relação aos outros, confere-lhes sentido e cria e produz significados sobre os objetos que utiliza para realizar seus planos. Além disso, segundo os interacionistas, a vida social constitui uma espécie de consenso que propicia um processo de inter-relações e de interpretações de significados compartilhados por um grupo ou comunidade que pode ao mesmo tempo, manipular, redefinir e modificar seus sentidos.

Do ponto de vista metodológico, os princípios interacionistas enfatizam que: (a) símbolos e interação devem ser os principais elementos a se apreender na investigação; (b) símbolos, significados e definições são construídos pelos atores sociais; (c) portanto, é preciso apreender e compreender a natureza reflexiva dos sujeitos pesquisados. Em contraponto com o positivismo, os interacionistas simbólicos consideram que o investigador deveria fugir da falácia do objetivismo, substituindo sua própria perspectiva pela do grupo que ele está estudando (Payne, 1981; Haguette, 1988; Denzin, 1973).

### História de Vida, Narrativa de Vida, História Oral e Etnobiografia

Vários termos têm sido usados para referenciar tipos de estratégias para pesquisar o sentido da experiência humana comum em lugares sociais específicos. Uma das principais é pedir aos atores que contem suas histórias. Há várias formas como isso pode ser feito, buscando-se, de um lado, compreender a permanência dos fatos e das determinações e, de outro, escutar o que sobre eles as pessoas têm que dizer. As narrativas de vida nunca serão uma verdade sobre os fatos vividos e, sim, uma versão possível que lhes atribuem os que viveram os fatos, a partir dos dados de sua biografia, de sua experiência, de seu conhecimento e de sua visão do futuro.

Os termos para definir as formas de abordagem dessas experiências são múltiplos e certamente há nuances que os diferenciam e muitos elementos que os assemelham. Denzin (1973), por exemplo, utiliza a expressão *life story*, cujo sentido se aproxima ao de *récit de vie* em Bertaux (1980) e *narrativa de vida*, ou ainda "as estórias ou testemunhos" que as pessoas oferecem sobre os fatos. Mas Denzin (1973) também fala em *life history*, referindo-se aos relatos da história de grupos sociais específicos. Como entusiasta dessa modalidade de pesquisa empírica, esse autor, em *The Research Act*, trata da definição e dos pressupostos para sua realização, das suas várias modalidades, de sua relação com a historiografia clássica, das estratégias analíticas e da relevância dessas técnicas assemelhadas para as Ciências Sociais. A história de vida pode ser a melhor abordagem para se compreender o processo de socialização, a emergência de um grupo, a estrutura organizacional, o nascimento e o declínio de uma relação social e as respostas situacionais a contingências cotidianas.

Sartre (1978), em um de seus clássicos, *Questão de Método*, questiona o marxismo mecanicista que omite o sujeito, pro-

põe o método *biográfico regressivo progressivo* como método de análise da realidade social. Ele o desenvolve como uma estratégia para realizar a compreensão da existência, usando a biografia de forma contextualizada historicamente. O biografado é colocado de forma analítica, compreensiva e crítica, no contexto das determinações que o constroem e de sua liberdade como sujeito. O autor não só apresenta sua teoria como a fundamenta filosoficamente e a exemplifica com casos diversos, dentre os quais a análise da obra de Flaubert, *Madame Bovary*. O exemplo de aproximação da biografia e o trabalho de análise realizado por Sartre são primorosos, também como pistas do "como fazer". Diz ele, referindo-se aos vários elementos de aproximação, a partir do sujeito:

É preciso considerar em cada caso o papel do indivíduo nos acontecimentos históricos. Pois este papel não está definido de uma vez por todas. É a estrutura dos grupos que o determina em cada circunstância. O grupo confere seu poder e sua eficácia aos indivíduos que, por sua vez, o constituíram. Mas o indivíduo tem uma particularidade irredutível que é sua maneira de viver a universalidade, portanto, nada pode ser descoberto se, de início, não chegarmos tão longe quanto nos for possível na singularidade histórica do objeto (1978, pp. 168-9).

Bourdieu et al. (1973) também apresentam e enaltecem a estratégia da história vida individual como sendo uma certa especificação da história coletiva de um grupo e de uma classe:

Podemos ver", diz ele, "nos sistemas de disposições individuais, *variantes estruturais de habitus* de grupo e de classe, sistematicamente organizados nas diferenças que os separam: o estilo pessoal, isto é, esta arca particular que traz todos os produtos de um mesmo *habitus*, é uma va-

riação em relação ao estilo de uma época ou de uma classe (1973, p. 189).

Na introdução ao extenso e denso trabalho de história oral sobre a Guerra Espanhola, Fraser (1979) evidencia e resalta a importância dessa abordagem, valorizando-a como a forma de conhecer como o povo vivencia os acontecimentos de seu tempo. Ressalta que a história de vida (tópica ou mais completa) verbalizada pelos participantes constitui uma tentativa de revelar o ambiente intangível dos acontecimentos que fazem parte da experiência de determinado grupo social. Visa a descobrir o ponto de vista e as motivações dos participantes voluntários ou involuntários na História, portanto, protagonistas dos fatos sociais embora, geralmente, descartados da historiografia oficial que privilegia a dinâmica do poder e dos poderosos.

Diz Fraser: "É a história vista pela política interna das classes. Por mais intangível que pareça, ela trata do que o povo sente. E o sentir constitui a base de seus atos. O que as pessoas pensam e o que elas pensam que pensam também constituem um fato histórico" (Fraser, 1979, p. 29).

Um dos mais importantes historiadores do século XX, Paul Thompson (1980), refere-se às técnicas de história de vida e de história oral como abordagens etno-históricas, no centro das quais se coloca a questão das mudanças sociais e de seus atores. Esse autor utiliza o termo *método* para falar das abordagens das histórias de vida. Seu grande valor, diz Thompson, comparando a etno-história com os *surveys*, é a captura de informações que, pela sua própria natureza, formam uma totalidade coerente e enraizada na experiência social real. No mesmo sentido, este autor comenta que, a bem da verdade, é preciso dizer que não se pode fazer uma distinção radical entre interpretações subjetivas e objetivas, uma vez que elas sempre e em toda parte estão profundamente imbricadas, citando o uso de ambas em sua obra *The Voice of the Past* (1978). A

etno-história, lembra Thompson, introduz a dimensão temporal nas análises sociológicas: o ciclo de vida, a mobilidade social, a oposição entre tradição e mudança, a compreensão das formas de consciência popular, a formação das representações e dos valores pela socialização, o desenvolvimento de atitudes desde a infância até a experiência adulta, a partir do presente. Comenta que, metodologicamente, a descrição de cada caso particular, ao mesmo tempo ilustra, de maneira concreta, a estrutura social global e transmite, por meio de uma individualidade distinta, o caráter às vezes único e representativo de cada caso, "revelando assim a realidade incômoda sobre a qual a interpretação sociológica e histórica deve repousar" (1980, p. 253).

Thompson considera que é a flexibilidade intrínseca à abordagem da etno-história (história oral, história de vida, narrativas de vida) a chave de suas potencialidades, uma vez que ela se move entre a exploração e o questionamento dos fatos e sobre os fatos, à medida que as entrevistas ocorrem, permitindo a verificação e a reformulação de hipóteses durante o processo de trabalho de campo, criando-se uma teoria (não empiricista), mas fortemente ancorada na realidade social.

Thompson resume a definição e as vantagens desse tipo de abordagem dizendo que ela deve ser realizada por meio de entrevistas com participantes, testemunhas oculares dos eventos do passado e visam à reconstrução histórica permitindo:

- acessar as experiências não documentadas, sobretudo as histórias de categorias sociais geralmente menosprezadas;
- explorar aspectos da experiência histórica raramente registrados;
- evidenciar significados subjetivos de eventos do passado;
- engajar os investigadores em relacionamentos humanos ativos na observação dos fatos.

Bertaux (1980) faz longa revisão sobre o assunto, mostrando que o uso da estratégia da história de vida (termo que aqui utilizo para generalizar as diferentes denominações: nar-

rativas de vida, autobiografia, etno-história, etnobiografia) se caracteriza pela *unidade na diversidade*. Várias teorias a utilizam: o marxismo, o estruturalismo, a fenomenologia, o empirismo, o interacionismo simbólico, a hermenêutica e outros. Vários meios sociais são investigados: artesãos, industriais, trabalhadores, elites, jovens delinqüentes, sobreviventes de guerra, usuários de drogas, doentes específicos e outros. Vários recortes teóricos são escolhidos: papéis sociais, histórias psicológicas, trajetórias e modos de vida, por exemplo. Vários temas são tratados: vida material, consumo, usos e costumes, modos de vida e fenômenos simbólicos.

Em resumo, sob as mais diferentes modalidades, a história de vida, a etno-história e a história oral são consideradas, no âmbito da pesquisa qualitativa, poderosos instrumentos para a descoberta, a exploração e a avaliação de como as pessoas compreendem seu passado, vinculam sua experiência individual a seu contexto social, interpretam-na e dão-lhes significado, a partir do momento presente. Por isso, elas oferecem material para generalização sociológica, descrição de época e também possibilitam levantar questões novas e de diversos níveis de abrangência, assim como corrigir teses consagradas ou inconsistências teóricas.

A partir da década de 1970, vários autores buscaram aprimorar as modalidades de abordagem da história de vida, e dentre os mais importantes testemunhos sobre esse assunto estão os citados em *Cahiers Internationaux de Sociologie* (1980), que trazem aportes tanto epistemológicos como metodológicos. Os autores como Thompson (1980) e Bertaux (1980) tratam também de questões operacionais. No entanto, é preciso ressaltar que a maioria dos historiadores e cientistas sociais tem-se preocupado menos com técnicas e mais com o movimento sociológico de articulação empírica, contextualizadora e teórica que faz da *história de vida* (em todas as suas variantes) uma eminente forma de pesquisar o sentido da experiência humana no tempo e no espaço (Thompson, 1980; Maf-



fesoli, 1980; Ferratori, 1980; Bertaux, 1980; Balan & Jelin, 1980). Bertaux, por exemplo lembra que "uma metodologia sem conteúdo social é árida" (1980, p. 207). Os esforços de aperfeiçoamento metodológico vêm seguidos de dúvidas epistemológicas sobre o significado dos achados nas narrativas de lembranças, levando os investigadores a se questionarem, por exemplo sobre:

- ♦ o que acontece com a experiência quando ela vai se tornando memória?
- ♦ o que acontece com as experiências quando vão se tornando história?
- ♦ o que ocorre com a memória coletiva quando a vivência de fatos muito fortes (guerra espanhola, o holocausto, ou vivências mais simples) se distancia no tempo?

Todas essas indagações ocorrem em busca de aperfeiçoamento das técnicas (a que muitos chamam métodos) visando a tornar os procedimentos cada vez mais fidedignos e científicos, numa proposta complementar à da historiografia oficial ou como forma de questioná-la.

Do ponto de vista prático, seguem algumas sugestões sobre questões mais ou menos comuns na utilização desse tipo de abordagem:

- ♦ *Como proceder no campo?* Em geral se trabalha com entrevista e observação participante. A entrevista aberta e não diretiva parece ser a melhor forma de começar a interação visando a narrativa de vida. À medida que a relação se estabelece entre o entrevistador e seu interlocutor, o mais importante é criar um ambiente reflexivo que combine atitude diretiva para informações gerais, escuta atenta mas não passiva para aprofundamento de temas relevantes e exploração das lógicas contraditórias por meio de perguntas que possam enriquecer as narrativas. Becker (1994), por exemplo, amplia o âmbito da função da entrevistas para a história de vida. Sugere que ela sirva como pedra de toque, através da qual teorias, hipóteses e pressuposições possam ser avaliadas. À medida que acres-

centa dados pessoais e visões subjetivas a partir de determinado lugar social, permite abrir caminhos de investigação em áreas que pareciam resolvidas, tanto no campo das rotinas institucionais como dos processos e relações sociais. "Além disso, tem o potencial de conseguir dados difíceis e quase inacessíveis em experimentações ou «surveys» retrospectivos" (Becker, 1994, p. 26).

♦ *A quem e a quantas pessoas entrevistar?* Pode-se trabalhar, como Sartre (1980), Sacks (2002) e Cavalcante (2003) o fizeram, apenas com biografias únicas (1980), destacando singularidades nelas mas contextualizando-as e retirando delas conclusões teóricas importantes. Ou, então, podem ser utilizadas várias narrativas, como o fizeram Thompson (1980), Poirier & Clapier-Valladon (1980) e Ferrarotti (1980), dentre outros. Nesse caso, o número de informantes depende dos objetivos da investigação e dos *critérios de saturação* que orientam qualquer pesquisa qualitativa. Ainda do ponto de vista prático, o trabalho de campo pode realizar-se de várias formas, sendo suas principais modalidades: (a) a história de vida completa que recobre todo o conjunto da experiência vivida por uma pessoa, um grupo ou uma instituição; (b) a história de vida tópica que dá ênfase a determinada etapa ou setor da vida pessoal ou de uma organização.

♦ *Como proceder à continuidade das narrativas?* É importante que o investigador vá transcrevendo sucessivamente suas entrevistas e, a partir delas, ir procedendo à escolha de novos interlocutores, transferindo questionamentos de uns para outros, triangulando visões de vários informantes e buscando percorrer caminhos imperceptíveis para assegurar a qualidade das informações.

♦ *O que fazer com o caráter incompleto das narrativas?* Cabe ao pesquisador o esforço de articular as informações, como num quebra-cabeça, colocando-as no contexto histórico, relacional, social e sempre buscando, como em todas as modalidades de investigação qualitativa, a lógica interna do grupo

em questão. O trabalho reflexivo e inquiridor, aparentemente espontâneo, que as grandes biografias ou histórias de grupos parecem esconder, é que dá à estratégia de história de vida o valor etnológico e etnográfico que tanto se admira. É preciso ter em mente, como já expliquei, que a pessoa não conta sua vida, reflete sobre ela enquanto a narra, buscando um fio condutor que lhe dê sentido, a partir do presente e projetando o futuro. Portanto, o investigador nunca encontrará a verdade e, sim, a versão situada dos participantes nos episódios narrativos. Igualmente, sua biografia, nalgum momento, deverá ser posta no contexto etnográfico.

♦ *Em que momento o investigador procederá à análise?* Nas modalidades de história de vida por entrevistas, a análise se faz durante toda a realização do trabalho de campo e como uma etapa específica subsequente a ele. No primeiro caso, o investigador só deve parar quando conseguir "construir uma representação de seu objeto socioantropológico" (Bertaux, 1980, p. 210) que passará depois por um construto de segunda ordem, composto pelo olhar compreensivo e interpretativo do investigador, em que seu objeto de estudo será situado, analisado, contextualizado e teorizado (Schutz, 1982).

Os pressupostos teóricos que validam a história de vida são da mesma natureza dos que fundamentam a entrevista e a observação participante. Todas essas estratégias exigem uma consciência reflexiva que abrange investigadores e interlocutores na construção de um pré-texto inserido num contexto social mais amplo e mais complexo.

### Investigação participante e investigação-ação

Tais abordagens têm origem na década de 1960, influenciadas pelo pensamento crítico sobre a realidade social no Brasil e na América Latina. Um dos seus inspiradores foi Paulo Freire (1966; 1976; 1981; 1985; 1992; 1996), cujas obras são mundialmente conhecidas e respeitadas.

.Buscando sempre combinar investigação, participação e política (Gajardo, 1984), ambas as abordagens partem de alguns princípios: (a) a idéia de um sujeito popular; (b) a idéia de um projeto político encampado por uma frente popular; (c) o privilegiamento do espaço local como *locus* político e (d) o papel do investigador como ator político transformador. O pressuposto de tais propostas é de que (a) a inclusão social só se alcança se os setores econômica e socialmente excluídos passarem a incorporar a consciência de seus interesses, práticas de organização e real significação social e política e de que (b) a investigação social pode ser um potente veiculador dessas mudanças (Gajardo, 1984; Barbier, 1985).

Assim, investigação-ação e pesquisa participativa nasceram orientadas para a solução de problemas concretos como tentativa de promover o incremento de participação dos camponeses e grupos sociais mais relegados da sociedade nos processos sociais e sua integração no debate político.

Embora criadas dentro do mesmo contexto histórico e dos mesmos objetivos sociais, há diferenças teóricas e práticas entre investigação-ação e investigação participante. A primeira consiste num tipo de pesquisa estreitamente concebida e realizada junto com intervenções sociais orientadas para a resolução de um problema coletivo, no qual se envolvem os investigadores e os participantes. Esses últimos devem ser representativos do processo que buscam transformar (Thiollent, 1987).

A investigação participante inclui pessoas leigas, representativas de situações a serem transformadas, de forma orgânica à produção de conhecimento sobre tais situações, sem necessariamente estar vinculada a uma ação direta. Em ambas as modalidades, a população-alvo é levada a identificar o problema, a levantar os dados sobre ele, a realizar análises críticas e a buscar soluções adequadas para as questões em pauta. O pesquisador deve trabalhar de tal forma que a própria seleção do problema de investigação brote da discussão entre especialistas e a população.

Ambas as modalidades de pesquisa estão vinculadas a um tipo de visão emancipatória, e suas propostas e método foram aplicados em vários países da América Latina, especialmente em projetos de educação popular nas décadas de 1970 e 1980 (Brandão, 1985).

Considerados semelhantes, os desenhos de investigação-ação e de investigação participante, do ponto de vista metodológico supõem que: (a) grupos com saberes diferenciados se coloquem em inter-relação; (b) seja formulado um quadro teórico referente ao problema para o qual se busca solução; (c) em todas as fases de desdobramento do projeto as pessoas interessadas no projeto participem; (d) todas as discussões sobre os dados sejam socializadas e (e) se construam planos de ação, em conjunto, permitindo enfrentar e resolver, com metas no curto, médio e longo prazo os problemas diagnosticados.

As modalidades de investigação-ação e de investigação participativa (Demo, 1998), com o sentido político que lhes deu origem, escassearam a partir dos anos 1980, quando as ditaduras latino-americanas foram caindo e os espaços democráticos de discussão passaram a substituir tais estratégias de pesquisas de cunho político. Igualmente, a análise das pesquisas realizadas gerou muitas críticas epistemológicas, sobretudo quanto ao seu *status* de cientificidade. Do ponto de vista acadêmico os experimentos freqüentemente demonstraram grande fragilidade teórica ou, simplesmente, não tiveram a participação das pessoas comuns que vivenciam os problemas em estudo, em todas as etapas de sua realização. Do ponto de vista do envolvimento dos atores leigos, cada vez mais se tornou difícil seu engajamento, a não ser de forma remunerada e não como uma militância política engajada na pesquisa.

Hoje, no entanto, as expressões *pesquisa participativa* e *pesquisa-ação* continuam presentes, principalmente em dois contextos: o da área de educação e de gestão, sobretudo no campo da avaliação institucional (Waiselfsz, 1998), somando-se

aos processos de auto-avaliação e de avaliação interna. Essas abordagens passaram a ser utilizadas como instrumentos de construção de consensos dentro das organizações, a partir de diagnósticos e formulação de propostas dos educadores e funcionários. Nesse sentido, elas continuam a cumprir uma função estratégica.

### Estudo de Caso

Goode & Hatt assim definem o estudo de caso: "É um meio de organizar dados sociais, preservando o caráter unitário do objeto social estudado" (1969, p. 422). Bonoma (1985) dá ênfase ao caráter de intensidade sobre o objeto neste tipo de abordagem. Segundo Yin (1989), a preferência por estudos de caso deve ser dada quando é possível fazer observação direta sobre os fenômenos. Os estudos de caso utilizam estratégias de investigação qualitativa para mapear, descrever e analisar o contexto, as relações e as percepções a respeito da situação, fenômeno ou episódio em questão. E é útil para gerar conhecimento sobre características significativas de eventos vivenciados, tais como intervenções e processos de mudança. Assemelha-se à focalização sobre um experimento que se busca compreender por meio de entrevistas, observações, uso de banco de dados e documentos.

Metodologicamente, os estudos de caso evidenciam ligações causais entre intervenções e situações da vida real; o contexto em que uma ação ou intervenção ocorreu ou ocorre; o rumo de um processo em curso e maneiras de interpretá-lo; o sentido e a relevância de algumas situações-chave nos resultados de uma intervenção. E seus objetivos podem ser resumidos em: (a) compreender os esquemas de referência e as estruturas de relevância relacionadas a um evento ou fenômeno por parte um grupo específico; (b) permitir um exame detalhado de processos organizacionais ou relacionais; (c) esclarecer os fatores que interferem em determinados processos; (d)

apresentar modelos de análise replicáveis em situações semelhantes e até possibilitar comparações, quando no projeto, no decurso do trabalho de campo e nas análises o investigador trabalhar com tipificações.

Hoje, os estudos de caso são utilizados principalmente na área de administração e de avaliação, social tendo aplicações bastante funcionais como (1) compreender o impacto de determinadas políticas numa realidade concreta; (2) descrever um contexto no qual será aplicada determinada intervenção; (3) avaliar processos e resultados de propostas pedagógicas ou administrativas e (4) explorar situações em que intervenções determinadas não trouxeram resultados previstos.

Os itens principais de um desenho de um estudo de caso são:

- *questão de estudo ou definição do foco de pesquisa*: este método é indicado para responder ao "como" e ao "porque" determinado fenômeno se apresenta;
- *determinação da unidade de análise e sua descrição preliminar*: se é um grupo, uma organização, um setor;
- *justificativa do estudo*: explicação da importância e do sentido do estudo;
- *formulação e esclarecimento das proposições* especificamente orientadas para os vários aspectos em estudo;
- *esclarecimento da lógica* entre as várias proposições;
- *estabelecimento de critérios para a interpretação dos dados* (referencial teórico e categorias).

Os teóricos do método de estudo de caso aconselham aos pesquisadores que utilizem múltiplas fontes de informação, construam um banco de dados ao longo da investigação e criem uma cadeia de evidências relevantes durante o trabalho de campo. Os instrumentos utilizados nesse tipo de abordagem são dados secundários visando à contextualização do problema, documentos escritos e material primário recolhido em campo, por meio de entrevistas, grupos focais e observação. Os atributos que se esperam de um pesquisador que tra-

balha com estudo de caso são as mesmas requeridas de qualquer um que atua com abordagens qualitativas: habilidade para fazer perguntas, ouvir e observar, ser flexível e ao mesmo tempo firme nos parâmetros propositivos de sua investigação.

Muitas críticas metodológicas têm sido feitas aos estudos de caso, sobretudo à sua falta de rigor, à existência de muitos vieses do investigador e à pouca probabilidade de generalização dos resultados, se a investigação não for corretamente preparada e conduzida. Por causa disso, autores como Bonoma (1985) o consideram mais adequado a estudos exploratórios e, como Yin (1989), dizem que ele é o irmão mais fraco entre as abordagens das ciências sociais. No entanto, é possível, com um adequado e fundamentado projeto, com bom treinamento em pesquisa de campo e permanente balizamento entre as proposições teóricas delineadas inicialmente e os achados empíricos, fazer bom uso da proposta de Estudo de Caso.

### Hermenêutica-dialética

Essa combinação entre hermenêutica e dialética foi primeiramente descrita por Habermas (1987a), por entender que, do ponto de vista do pensamento, ela faz a síntese dos processos compreensivos e críticos.

Hermenêutica, segundo Gadamer (1999), é a busca de compreensão de sentido que se dá na comunicação entre seres humanos, tendo na linguagem seu núcleo central. Assim como todas as outras formas de abordagem aqui citadas, a hermenêutica trabalha com a comunicação da vida cotidiana e do senso comum, dentro dos seguintes pressupostos: o ser humano como ser histórico e finito complementa-se por meio da comunicação; sua linguagem também é limitada, ocupando um ponto no tempo e no espaço; por isso, é preciso compreender também seu contexto e sua cultura.

A hermenêutica se fundamenta em dois importantes princípios: (a) a experiência cultural traz os resultados dos con



sensos que se convertem em estruturas, vivências, significados compartilhados e símbolos.) O mundo da cotidianidade é o horizonte e o parâmetro do processo de entendimento (Gadamer, 1999); (b) por outro lado, nem tudo na vida social é transparente e inteligível e nem a linguagem é uma estrutura completa da vida social. Por isso é importante apoiar-se nas análises de contexto e da práxis (Habermas, 1987).

Do ponto de vista metodológico, a abordagem hermenêutica se encaminha dentro dos parâmetros seguintes: (a) busca esclarecer o contexto dos diferentes atores e das propostas que produzem; (b) acredita que existe um teor de racionalidade e de responsabilidade nas diferentes linguagens que servem como veículo de comunicação; (c) coloca os fatos, os relatos e as observações no contexto dos atores; (d) assume seu papel de julgar e tomar posição sobre o que ouve, observa e compartilha; e (e) produz um relato dos fatos em que os diferentes atores se sintam contemplados.

A dialética é a ciência e a arte do diálogo, da pergunta e da controvérsia. Diferentemente da hermenêutica, ela busca nos fatos, na linguagem, nos símbolos e na cultura, os núcleos obscuros e contraditórios para realizar uma crítica informada sobre eles. Ao falar da articulação promissora entre dialética e hermenêutica, Habermas diz que "a mesma razão que compreende, esclarece e reúne, também contesta, dissocia e critica" (1987, p. 20), pois há tanta intransparência na linguagem como na vida real, na qual poder e relações de produção opõem contraditoriamente pessoas, grupos e classes. Lembra o autor, a própria linguagem é um instrumento de dominação, necessitando, por isso, ser desmitificada e tornar-se objeto de reflexão: tanto a que é comunicada pelos informantes como a que é utilizada pelos investigadores.

Do ponto de vista metodológico, a abordagem dialética procura criar instrumentos de crítica e de apreensão das contradições na linguagem; compreender que a análise dos signifi-  
ficados a partir do chão das práticas sociais; valorizar os pro-

cessos e as dinâmicas de criação de consensos e contradições no interior dos quais a própria oposição entre o pesquisador e seus interlocutores se colocam, e ressaltar o condicionamento histórico das falas, relações e ações (Minayo, 2002).

*Na sua articulação*, a hermenêutica-dialética constitui um importante caminho do pensamento para fundamentar pesquisas qualitativas, cobrindo também uma quase ausência de pesquisas de fundamentação marxista que levem em conta a subjetividade. Essa combinação de estratégias não cria nenhuma técnica específica, pois o que Habermas (1987) deseja valorizar são os elementos teóricos que possam dar parâmetros aos investigadores. Do ponto de vista da operacionalização, esse autor, ao mesmo tempo, valoriza a fenomenologia, o interacionismo simbólico e a etnometodologia como caminhos importantes para o trabalho de campo de cunho compreensivo (Habermas, 1987), mas diferencia o que propõe com a hermenêutica-dialética em relação a essas teorias e abordagens, consideradas por ele como descontextualizadas e extremamente presas à produção da linguagem em si.

Daí que a proposta de Habermas passa pela construção de um movimento interativo entre a hermenêutica e a dialética, valorizando as complementaridades e oposições entre as duas: (a) ambas trazem em seu núcleo a idéia fecunda dos condicionamentos históricos da linguagem, das relações e das práticas; (b) ambas partem do pressuposto de que não há observador imparcial; (c) ambas questionam o tecnicismo em favor do processo intersubjetivo de compreensão e de crítica; (d) ambas ultrapassam as tarefas de serem simples ferramentas para o pensamento e (e) ambas estão referidas à práxis estruturada pela tradição, pela linguagem, pelo poder e pelo trabalho. No entanto, enquanto a hermenêutica enfatiza o significado do que é consensual, da mediação, do acordo e da unidade de sentido, a dialética se orienta para a diferença, o contraste, o dissenso, a ruptura de sentido e, portanto, para a crítica (Minayo, 2002).

Encerrando a discussão sobre correntes de pensamento e vários tipos de abordagem compreensiva, repito que minha postura neste trabalho é de olhar a ciência com seus paradigmas, suas teorias, métodos e técnicas como construções sociais, com todas as ousadias, resistências, tentativas e erros próprios das instituições humanas. Por considerar que não há ciência em geral, entendo que existem práticas científicas diferenciadas, desigualmente desenvolvidas e todas tendo, como substrato, movimentos que envolvem sociedades e visões sociais de mundo diversas.

Tento, portanto, uma aproximação dos marcos referenciais que dentro das Ciências Sociais ou de fora delas vêm influenciando com maior vigor as produções teóricas e as práticas no campo da saúde. O pensamento sistêmico complexo aqui foi posto ainda como desafio. Seria reiterativo dizer que a forma esquemática como foram abordadas as várias possibilidades de apreender a realidade se deve ao escopo do livro. Qualquer estudioso tem, na bibliografia, ao final, vasto material de consulta capaz de guiá-lo em busca de aprofundamento.



Parte III  
CONSTRUÇÃO DO PROJETO DE PESQUISA:  
FASE EXPLORATÓRIA

A FASE EXPLORATÓRIA DE UMA INVESTIGAÇÃO é tão importante que ela em si pode ser considerada uma Pesquisa Exploratória. Compreende desde a etapa de construção do projeto até os procedimentos e testes para entrada em campo. Contém a escolha do tópico de investigação, a delimitação do problema, a definição do objeto e dos objetivos, a construção de hipóteses ou pressupostos e do marco teórico conceitual, a elaboração dos instrumentos de coleta de dados e da exploração do campo.

Apresento, inicialmente as balizas filosóficas dentro das quais se processa o caminho de elaboração científica. A primeira delas é o caráter aproximado do conhecimento que se constrói a partir de outros conhecimentos sobre os quais se exercita a apreensão, a compreensão, a crítica e a dúvida, embora isso não se dê de forma linear e nem somativa. Limoeiro Cardoso (1977) esclarece muito bem esse movimento de investigação, usando a imagem do feixe de luz:

O conhecimento se faz à custa de muitas tentativas e da incidência de muitos feixes de luz, multiplicando os pontos de vista diferentes. A incidência de um único feixe

de luz não é suficiente para iluminar um objeto. O resultado dessa experiência só pode ser incompleto e imperfeito, dependendo da perspectiva em que a luz é irradiada e da sua intensidade. A incidência, a partir de outros pontos de vista e de outras intensidades luminosas, vai dando formas mais definidas ao objeto, vai construindo um objeto que lhe é próprio. A utilização de outras fontes luminosas poderá formar um objeto inteiramente diverso, ou indicar dimensões inteiramente novas ao objeto (Limoeiro Cardoso, 1977, p. 27).

O caráter aproximado do saber intelectual é um tema relevante da epistemologia, unindo a visão dos mais diferentes autores como Lênin (1965), segundo o qual, ao refletir a realidade, o conhecimento oferece sempre uma imagem mais grosseira que o real, tanto no plano do pensamento como dos sentimentos (Lênin, 1965). Ou de Bachelard (1978) que dedica uma obra inteira ao que denomina "La connaissance approchée". Por sua vez, as modernas teorias da complexidade dão ênfase à intersubjetividade presente na construção de todas as modalidades do processo de conhecimento (Maturana, 1987; 1997).

A segunda baliza diz respeito ao caráter de inacessibilidade e de incontrolabilidade do objeto. A inatingibilidade do *objeto* se explica pelo fato de que as idéias que se fazem sobre os fatos são sempre mediadas pelo sujeito (sua história, formação, idéias) e portanto são imprecisas, parciais e mais imperfeitas que a totalidade em observação. O processo de pesquisa é, em conseqüência, um movimento de definição e redefinição do objeto durante todas as suas etapas. De um lado, porque seu conhecimento é fruto de um exercício de cooperação em que investigadores trabalham sobre as descobertas uns dos outros, aceitando-as como patamares para investimentos seguintes ou criticando-as e formulando novas perguntas; de outro, porque cada teoria constrói o objeto se-

gundo seus pressupostos. Nesse sentido, o objeto é sempre uma "representação" sob determinado ponto de vista, em que o investigador, a seu modo, busca reproduzir o real.

A terceira baliza refere-se à vinculação entre pensamento e ação. Ou seja, nada pode ser intelectualmente um problema, se não tiver sido, em primeira instância, um problema da vida prática, pelo menos no caso das Ciências Sociais. Isso quer dizer que a escolha de um tema não emerge espontaneamente, da mesma forma que o conhecimento não é espontâneo. Surge de interesses e circunstâncias socialmente condicionados, frutos de determinada inserção no real, nele encontrando suas razões e seus objetivos. Esse é um ponto de vista que reúne tanto o racionalismo aberto de Bachelard (1978) como a dialética marxista de Lukács (1974) as teorias críticas da Escola de Frankfurt (Habermas, 1980; 1988) e o perspectivismo de Mannheim (1968, 1974a; 1974b).

O quarto parâmetro enfatiza o caráter originariamente interessado do conhecimento, ao mesmo tempo que ressalta sua relativa autonomia. O olhar sobre o objeto está condicionado historicamente pela posição social do cientista e pelas correntes de pensamento em conflito na sociedade (Lowy, 1985, p. 15). Porém, existe uma "autonomia relativa" das ciências sociais que se manifesta numa certa continuidade, evolução e crítica no interior da própria ciência, fazendo parte da lógica interna da pesquisa científica enquanto prática, teoria geral e disciplinar, visando à descoberta da verdade (Lowy, 1985). Mannheim (1968; 1974a) fala dessa questão em suas reflexões epistemológicas, reafirmando estreita relação entre interesses específicos de classe e de *status*, teorias, métodos e preocupações sociológicas. No entanto, diz, ele, é necessário admitir que, após uma área científica ter descoberto e divulgado algum fato histórico ou sociológico, todos os grupos, quaisquer sejam seus interesses, não só acabam por levar em consideração as descobertas publicadas como de alguma forma as incorporam ao seu sistema de interpretação do mundo. Nes-

se sentido, as correntes intelectuais diversas não se desenvolvem isoladamente e, embora freqüentemente concorram entre si, também são mutuamente afetadas e se enriquecem (Mannheim, 1974a).

Dentro dos princípios descritos, passo a discutir os elementos que compõem a fase exploratória de uma investigação e todas as suas etapas subseqüentes. (1) Analiso alguns conceitos fundamentais usados na prática das Ciências Sociais para a construção do quadro teórico da pesquisa. (2) Em seguida, demonstro que a construção do objeto é labor teórico que requer esforço prático de construção de informação, crítica e experiência. (3) Proponho, finalmente, uma discussão sobre o instrumento de abordagem dos dados empíricos e de entrada exploratória no campo da investigação. Ressalto uma discussão sobre o tema da *Amostragem Qualitativa* que costuma ser um dos pontos de maior impasse para o investigador que trabalha em pesquisa de cunho compreensivo.



## Capítulo 6 CONCEITOS PARA OPERACIONALIZAÇÃO DA PESQUISA

**B**USCAREI AQUI DEFINIR ALGUNS TERMOS apropriados e necessários ao desenvolvimento de qualquer investigação: teoria, conceito, noção, categoria, hipótese e pressupostos.

### Teoria

Denomino *teoria* a um conjunto coerente de proposições que inter-relaciona princípios, definições, teses e hipóteses e serve para dar organização lógica à interpretação da realidade empírica. Toda a teoria é um discurso científico que se constitui como uma grade através da qual o seu formulador analisa um fenômeno ou um processo. Uma teoria reúne pressupostos e axiomas (uma afirmação cuja verdade é evidente e universalmente aceita em determinada disciplina) e proposições logicamente inter-relacionadas e empiricamente verificáveis. As proposições de uma teoria são consideradas *leis* ou *teses* se já foram suficientemente comprovadas, e *hipóteses*, se constituem ainda problema de investigação. Na realidade, tanto leis como hipóteses devem estar sempre sujeitas a problematização e a reformulação pois, como lembra Bachelard (1978), nada im-

peça tanto o avanço científico como verdades estabelecidas e certezas absolutas. A essência de uma teoria consiste na sua potencialidade de explicar uma gama ampla de fenômenos por meio de um esquema conceitual ao mesmo tempo abrangente e sintético.

Todas as teorias são historicamente construídas e expressam interesses porque representam o real a partir de determinadas escolhas (Habermas, 1980). Elas são, por isso, formas de conhecimento e de ocultamento da verdade, na medida em que projetam luz sobre determinados aspectos da realidade e sombreiam outros, evidenciando limitações lógicas e sociológicas (Lukács, 1967; Lowy, 1985).

A relação dinâmica entre teoria e empiria se expressa no fato de que a realidade informa a teoria, que, por sua vez, a antecede, permite percebê-la, formulá-la, dar conta dela, fazendo-a distinta, num processo de distanciamento, aproximação e reorganização. A teoria domina a construção do conhecimento por meio de conceitos gerais considerados verdadeiros. Seu aprofundamento, de forma crítica, permite desvendar dimensões não evidentes da realidade, mas o acesso a uma teoria ajuda apenas quando o investigador faz perguntas pertinentes e inteligentes sobre a realidade que pesquisa.

### Conceitos

Toda construção teórica é um sistema cujas vigas mestras estão representadas por *conceitos*. Conceitos são unidades de significação que definem a forma e o conteúdo de uma teoria. Podem ser considerados como operações mentais que refletem pontos de vista verdadeiros e construídos em relação dinâmica com a realidade (sempre dentro de um quadro teórico determinado). Os conceitos podem ser considerados um caminho de ordenação teórica dos fatos, relações e processos sociais, devendo ser, pelo confronto com o campo empírico, permanentemente recriados e reconstruídos.

Todo conceito é historicamente construído e para se entender seu alcance ou para reformulá-los, nas ciências sociais, se preconiza que sejam analisados em sua origem e percurso, de forma crítica. A própria hierarquização dos conceitos, numa determinada teoria, revela a que aspectos da realidade o teórico dá maior atenção. Portanto, na formulação de uma pesquisa, não é o suficiente compreendê-los como operações lógicas e se estão corretamente concatenados. É preciso, além disso, entender o sentido histórico e sociológico de sua definição e das combinações que produzem.

### Noções

Faz parte do jargão da pesquisa o termo *noção*, que ocupa um lugar inferior ao termo *conceito*, para definir uma idéia, um fenômeno, um processo menos elaborado. Etimologicamente a palavra *conceito* vem de *concepção*, isto é, está vinculada à subjetividade referindo-se a algo humanamente construído para explicar fenômenos e processos. No entanto, como já foi dito, o termo *conceito* remete a uma refinada elaboração histórica e teórica, por isso diz respeito aos pilares do discurso científico. Ao contrário, *noções* dizem respeito aos elementos de uma teoria que ainda não possuem clareza suficiente para alcançar o *status* de conceito e são usados como "imagens" para explicações aproximadas do real. No entanto, as *noções* também representam o esforço do pensamento para descrever determinadas experiências e, por isso, ocupam lugar de importância no processo de investigação, uma vez que todo saber está baseado em pré-conhecimento, todo fato e todo dado já são interpretações: "Se não quisermos que as categorias analíticas que adotamos permaneçam estranhas ao objeto", diz Demo, "devemos aceitar a existência de noções *prévias*" (Demo, 1981, p. 18).

### Categorias

*Categorias* são conceitos classificatórios. Constituem-se como termos carregados de significação, por meio dos quais a realidade é pensada de forma hierarquizada. Todo ser humano classifica a sociedade e os fenômenos que vivencia. O cientista o faz de maneira diferenciada: cria sistemas de categorias buscando encontrar unidade na diversidade e produzir explicações e generalizações. Na visão positiva, as categorias são consideradas "rubricas ou classes que reúnem um grupo de elementos sob um título genérico, agrupamento esse, efetuado em razão dos caracteres comuns desses elementos" (Bardin, 1979, p. 117).

Na *Introdução à Crítica da Economia Política Marx* (1973), faz uso por diversas vezes do termo *categoria* para indicar conceitos relevantes e carregados de sentido que permitem expressar os aspectos fundamentais das relações dos seres humanos entre si e com a natureza. Dentro do pensamento dialético, assim como os conceitos e as noções, as *categorias* não são entidades, são construções históricas que atravessam o desenvolvimento do conhecimento e da prática social. Por exemplo, (trabalho), classe social, família, consciência de classe, saúde, doença, idade, dentre outras, são categorias que expressam a unidade das relações entre a dinâmica da história e o pensamento lógico.

Para a finalidade da pesquisa social, utilizo aqui uma classificação do conceito de categoria separando *Categorias Analíticas*, *Categorias Operacionais* e *Categorias Empíricas*. Considero (categorias analíticas) as que retêm, historicamente, as relações sociais fundamentais, servindo como guias teóricos e balizas para o conhecimento de um objeto nos seus aspectos gerais. Elas comportam vários graus de generalização e de aproximação. Por exemplo, hoje um investigador social não pode dispensar em seus estudos as categorias de elevada abstração e

de alto poder explicativo como classe social, gênero, etnia, faixa etária. E outros termos como estado civil, religião, participação social e participação política.

Ao contrário, categorias operacionais são construídas com finalidade de aproximação ao objeto de pesquisa (na sua fase empírica), devendo ser apropriadas ou construídas com a finalidade de permitir a observação e o trabalho de campo. Por isso, fazem parte da elaboração específica de cada projeto de investigação e devem ser claras, bem definidas e, como o próprio nome indica, operativas.

Quando são construídas *a posteriori*, a partir da compreensão do ponto de vista dos atores sociais, possibilitando desvendar relações específicas do grupo em questão, são chamadas Categorias empíricas. Categorias empíricas constituem-se em classificações com dupla forma de elaboração: são, antes de tudo, expressões classificatórias que os atores sociais de determinada realidade constroem e lhes permitem dar sentido a sua vida, suas relações e suas aspirações. Portanto, emanam da realidade. Por outro lado, são elaborações do investigador, e sua sensibilidade e acuidade que lhe permitem compreendê-las e valorizá-las, à medida que vai desvendando a lógica interna do grupo (objeto) pesquisado e descobre essas expressões, as explora e sobre elas criam construtos de segunda ordem. Geralmente, quando um pesquisador consegue apreender e compreender as categorias empíricas de classificação da realidade do grupo investigado, perceberá que elas são saturadas de sentido e chaves para compreensão teórica da realidade em sua especificidade histórica e em sua diferenciação interna.

### Hipóteses

Defino as *hipóteses* como afirmações provisórias a respeito de determinado fenômeno em estudo. São proposições a serem testadas empiricamente e depois confirmadas ou rejeitadas. Uma hipótese científica deriva de um sistema teórico e

dos resultados de estudos anteriores e portanto fazem parte ou são deduzidas das teorias, mas também podem surgir da observação e da experiência, no interjogo sempre inacabado que relaciona teoria e prática.

Goode & Hatt (1979) propõem algumas condições para a formulação de hipóteses em ciências sociais: (a) que sejam conceitualmente claras, parcimoniosas e com poder explicativo, chegando a definir sua operacionalidade; (b) que tenham referências empíricas, isto é, que estejam relacionadas com os fenômenos concretos que se pretende estudar; (c) que estejam relacionadas com as técnicas disponíveis, isto é, possibilitem a apreensão empírica dos aspectos que se quer investigar.

Da mesma forma que os termos problematizados anteriormente, as *Hipóteses* têm sua história, fazem parte do quadro de preocupações teóricas e práticas do investigador quando se pergunta sobre os aspectos da realidade que pretende investigar.

O termo *hipótese* entrou na história da ciência pelas mãos das ciências naturais e possui uma conotação positivista, uma vez que proveio da crença de que existe conhecimento objetivo e de que essa objetividade se concretiza em provas estatístico-matemáticas. Todas as correntes de pensamento das ciências sociais acolheram o termo e seu sentido dentro de suas elaborações conceituais, mas cada uma delas o reinterpreta de acordo com seu discurso teórico. Para efeitos deste trabalho, abordarei o significado dado ao termo pelas correntes compreensivistas.

Na abordagem qualitativa, o termo *hipótese* é utilizado, sobretudo, quando se trata de aprofundamento de estudos já realizados ou de cooperação com análises quantitativas. Costuma-se usar, também, o termo *pressupostos* quando o investigador que usa a abordagem compreensiva se refere à elaboração de parâmetros básicos que permitem encaminhar a investigação empírica qualitativa. O termo *Pressupostos* poderia ser considerado como um conceito mais brando, substi

tuindo o termo *Hipótese* que possui conotações muito formais e, por vezes, inadequadas ao objeto de estudo qualitativo. Na verdade, os dois termos, *pressupostos* e *hipóteses*, são usados, dependendo do nível de avanço do conhecimento em relação ao tema da pesquisa. Nos estudos exploratórios cabe melhor o termo *pressuposto*. Nos que tratam de continuidade e avanço de investigação é adequado usar *hipótese*.

É importante, cada vez mais, ultrapassar o debate inútil sobre a cientificidade das ciências sociais, exigindo que, para que sejam científicas e válidas, sempre apresentem dados quantificáveis. Os estudos qualitativos também possibilitam construir teorias, reformulá-las, re-focalizá-las ou clarificá-las, como já argumentei por diversas vezes, anteriormente. A natureza mais aberta e interativa de um trabalho qualitativo que envolve observação participante, permite que o investigador combine o afazer de confirmar ou desconstruir hipóteses com as vantagens de uma abordagem não estruturada. Levantando interrogações que vão sendo discutidas durante o processo de trabalho de campo, o investigador elimina questões irrelevantes, dá ênfase a determinados aspectos que surgem empiricamente e reformula suas hipóteses ou pressupostos iniciais e provisórios.

As observações sobre a questão das hipóteses na abordagem qualitativa remetem a um clássico da antropologia, Malinowski. De acordo com a orientação desse investigador seminal para a metodologia antropológica, o pesquisador tem de esmerar na construção, ampliação, articulação e aprofundamento de seu quadro teórico. É esse referencial que lhe permitirá estabelecer perguntas fundamentais para compreensão da realidade empírica. Porém, é fundamental que conserve abertura e flexibilidade capazes de, apesar da teoria, descobrir as particularidades da realidade empírica (Malinowski, 1961). Certamente essas observações situam o trabalho científico bem acima de uma postura técnica de comprovação ou formulação de hipóteses.

## Capítulo 7 PROJETO DE INVESTIGAÇÃO

GERALMENTE, QUANDO O INVESTIGADOR se propõe a iniciar sua atividade de pesquisa, situa-se num quadro de indagações teóricas e operacionais.

### Área de interesse

Geralmente, quando escolhe um tema, o pesquisador começa por delimitar sua *área de interesse* que pode ser definida como um campo de práticas e teorias em que as questões que lhe incitam a curiosidade científica se concentram. Por exemplo, são áreas de interesse em diferentes dimensões de generalidade: Saúde do Trabalhador, Políticas Públicas, Saúde e Cultura, Educação e Saúde, Violência e Saúde, num sentido bem amplo. Em termos mais restritos o são: Violência contra a Mulher; Avaliação em Saúde; Controle Social em Saúde; por exemplo. No interior dessa *Área de Interesse*, que é o seio e o continente de um projeto específico, situa-se o *Objeto* ou o também chamado *Problema de Investigação*.

### Objeto de Investigação

O *Objeto* ou o *Problema* é uma parte, um fragmento, um recorte de determinada totalidade que, para ser estudada em



sua significação, deve conter relações essenciais e expressar especificidade. Quando se fala em delimitar um objeto, o investigador deve entender a expressão não como uma dissecação do real, mas como a possibilidade de projetar seu olhar sobre determinado fenômeno que, embora analisável em suas dimensões, faz parte de um sistema ou de uma realidade muito mais abrangente.

Do ponto de vista prático, o *Objeto* é geralmente colocado em forma de pergunta — é uma questão — e se vincula a descobertas anteriores e a indagações provenientes de múltiplos interesses (de ordem pessoal, lógica ou sociológica). A clareza e a precisão nessa escolha decorre de um esforço para estabelecer relações entre marcos conceituais amplos, abrangentes e, ao mesmo tempo, específicos e voltados para o *problema*, articulando-os com a prática. O real está sempre colocado como premissa, embora operacionalmente se parta do abstrato para o concreto. Operacionalmente, eu diria que a definição clara do objeto deve sempre preceder ao esforço discursivo, de tal forma que, na primeira linha de um projeto, qualquer leitor possa identificá-lo e compreendê-lo. Sem a menor dúvida, o uso excessivo de palavras ou de explicações esconde dificuldades do investigador em colocar para si mesmo o que pretende estudar concretamente. Dialeticamente, porém, todas as etapas de um projeto constituem uma definição e redefinição do objeto que só será plenamente definido em todas as suas determinações ao final do processo. É a essa dinâmica que Marx (1973) atribui à expressão “concreto pensado” (Marx, 1973, p. 79).

### Revisão bibliográfica

A primeira tarefa do investigador, uma vez definido seu objeto, é proceder a uma ampla pesquisa bibliográfica, capaz de projetar luz e permitir melhor ordenação e compreensão da realidade empírica. A pesquisa bibliográfica pode ter vários

níveis de aprofundamento, mas deve abranger, minimamente, os estudos clássicos sobre o objeto em questão (ou sobre os termos de sua explicitação) e os estudos mais atualizados sobre o assunto. O nível de abrangência dessa revisão precisa ficar escrito no desenho metodológico da investigação. Esse labor inicial parte de algumas precondições:

(a) que a bibliografia seja suficientemente ampla para traçar a moldura dentro da qual o objeto se situa: a busca de vários pontos de vista, dos diferentes ângulos do problema que permitam estabelecer definições, conexões e mediações, demonstrando o "estado da arte".<sup>1</sup> Veja-se o exemplo de um levantamento sobre Concepções de Saúde-Doença. A compreensão desse assunto implica uma pesquisa bibliográfica que inclua: o perfil histórico e sociológico do segmento específico a ser estudado e sua inserção nas relações sociais de produção; suas condições de vida e de trabalho, consumo, acesso a bens e serviços e em especial aos que se referem à sua saúde; o conceito historicamente construído de saúde na sociedade em estudo, e as políticas do setor; o conceito de representação social que torna operacional a investigação e a análise.

Ora, o desenho desse quadro inicial exige o domínio anterior de algumas categorias analíticas fundamentais em diferentes níveis de abstração como Modo de Produção; Formação Social; Cidadania; Classes; Gênero; Etnias; Consciência Social; Condições, Situações e Estilo de Vida, para se falar em algumas. Porém, essas categorias não necessitam estar presentes no discurso teórico que organiza o projeto de pesquisa. Dele devem constar as definições que se fazem necessárias para fazer surgir

---

<sup>1</sup> Atualmente, as facilidades da internet e das bases de dados, algumas permitindo até mesmo cópias completas de artigos científicos retiram qualquer desculpa de empirismo por parte dos investigadores. Esse empirismo, que infelizmente existe, leva o pesquisador a "inventar a roda" quando tantos antes dele já se debruçaram sobre o tema em questão. É óbvio que um investigador não encontrará nas bases de dados o seu "objeto", pois, se assim fosse, não justificaria estudá-lo. Espera-se do investigador algum grau de originalidade, seja do ponto de vista empírico ou comparativo, seja questionando verdades estabelecidas.

do "caos inicial" o objeto específico com seus contornos gerais. Uma dica muito importante é conceituar cada termo utilizado na frase que define o objeto ou constitui o título do projeto. Por exemplo: Objeto de estudo — *Relação entre dor crônica e violência conjugal em mulheres que freqüentam clínica de dor*. Cada uma das expressões: *dor crônica*; *violência conjugal*; *violência contra a mulher*; *clínica de dor* devem sair das idéias de senso comum que se tem sobre elas e passar a ser teoricamente tratadas.

(b) O segundo aspecto a ser observado em relação à bibliografia diz respeito à sua apropriação. É necessário abordar o texto, primeiro num exercício compreensivo, buscando entender o ponto de vida do autor para, em seguida, realizar, sobre ele, uma abordagem crítica. Na pesquisa bibliográfica se deve destacar as teses, as categorias centrais, os conceitos e as noções e como tudo isso se concatena no discurso do autor. É preciso, também, destacar os pressupostos teóricos e as razões práticas que subjazem aos trabalhos consultados. É importante que o investigador não se esqueça de que toda teoria é um discurso estruturado em proposições baseadas em teses, hipóteses, conceitos, categorias e noções. O exercício hermenêutico e crítico para compreensão do pensamento dos vários autores consultados é fundamental para o esclarecimento da posição a ser adotada pelo investigador que se prepara para realizar a abordagem empírica. No entanto, após o estudo dos múltiplos textos, o investigador deve construir seu próprio marco teórico. O marco teórico de uma pesquisa não se sustenta num discurso composto pelo desfile dos autores consultados. Ao contrário, deve constituir-se na construção de uma síntese na qual o investigador expressa suas próprias ideias, pressupostos e hipóteses.

O terceiro ponto relativo ao material de consulta tem um caráter operacional, também necessário no processo de objetivação. Trata-se da realização do *fichamento*, operação, por meio da qual todas as leituras vão sendo cuidadosamente classificadas e ordenadas.

♦ *Fichamento bibliográfico*: cada livro, artigo, capítulo de livro, documento, recorte de jornal, ou seja, todo o material pesquisado vai recebendo uma ficha própria (dentro das regras do fichamento bibliográfico), em ordem alfabética por nome do autor ou por assunto, conforme a opção do investigador;

♦ *Fichamento por assunto*: as matérias lidas são resumidas e recebem anotações críticas e criativas do leitor. É importante, nesse tipo de operação, que o investigador destaque os principais conceitos, categorias, teses e hipóteses utilizados pelo autor no seu trabalho;

♦ *Fichamento por temas*: reúne anotações e resumos a respeito de questões especificamente pertinentes ao contorno do objeto de estudo;

♦ *Fichamento de citações*: algumas vezes existe alguma frase muito forte do autor que está sendo analisado e, por isso, vale a pena transcrevê-la, tomando-se o devido cuidado de indicar páginas, data de publicação e contexto da citação. Essa modalidade de organização pode ser incluída na classificação por temas ou por assuntos.

### Organização do projeto de pesquisa

Na construção de seu próprio caminho, passando pelas idéias iniciais que o induziram à escolha bibliográfica, a leitura dos textos e as indagações referentes à realidade empírica (que aparece sempre como premissa), o investigador precisa organizar seu discurso teórico que pode apresentar-se da seguinte forma:

♦ *Definição do Objeto*: colocada na primeira linha do seu documento, deixando claro, para si e para os leitores, sua proposta ou sua pergunta investigativa logo ao abrir seu projeto. Se é bem verdade que até o final de uma pesquisa o investigador estará definindo e redefinindo seu tema, dando-lhe clareza e precisão, a apresentação inicial da proposta é crucial para

ele próprio orientar-se, para a construção da crítica interpares e para avaliação dos financiadores.

♦ **Justificativa:** vem logo a seguir, devendo conter a descrição e, se possível, até a história dos motivos vivenciais e teóricos que impulsionaram a escolha da questão ou objeto de pesquisa.

♦ **Objetivos:** Em cada projeto, o pesquisador precisa deixar claro, para si mesmo e para os leitores e financiadores, o *objetivo geral* que pretende alcançar com sua investigação, o que, certamente, deve estar em consonância com a definição do objeto. Desdobrando o escopo principal, devem constar os *objetivos específicos*, que podem ser entendidos como os desdobramentos ou etapas que o investigador pretende realizar. Os objetivos específicos devem ser combinados com as hipóteses e pressupostos já delineados pelo investigador.

♦ **Metas:** as *metas*, item cada vez mais exigido nos editais de pesquisa da área da saúde, consistem em produtos quantificáveis ou qualitativos esperados como colaboração de relevância social dos projetos de investigação. Geralmente as metas de um projeto de saúde dizem respeito à formação de pessoal, elaboração de material técnico e instrucional, participação em eventos, publicação de livros, artigos e organização de seminários, dentre outros.

♦ **Marco teórico-conceitual:** estabelece o discurso argumentativo do pesquisador, apresentando os principais conceitos, categorias e noções com as quais vai trabalhar, fazendo um debate com os autores sobre os quais fez uma revisão bibliográfica, mostrando o estado do conhecimento, provocando uma crítica do que já foi produzido. Ao final da discussão conceitual, o pesquisador deve colocar suas hipóteses de trabalho e, no caso de investigações etnográficas e exploratórias, os pressupostos orientadores do seu "caminho do pensamento".

♦ **Marco metodológico:** fundamenta teoricamente o "caminho do pensamento" seguido pelo investigador, ou seja, sua escolha metodológica, que deve corresponder à necessidade

de conhecimento do objeto. A partir daí define, nessa ordem: o método ou os métodos, as estratégias, as técnicas e os procedimentos que usará. A proposta metodológica deve contemplar e detalhar todas as etapas de operacionalização da pesquisa.

♦ *Cronograma da pesquisa*: contendo a seqüência de ações e a articulação de todos os passos no tempo delimitado para a investigação, visando a dar coerência ao processo como um todo e a assegurar a sua viabilidade.

♦ *Orçamento*: constitui-se na atribuição de custos a cada etapa ou operação da investigação. O exercício de valorar cada item é sobretudo importante para a concorrência do investigador em editais cada vez mais freqüentes para se conseguir financiar pesquisas.

♦ *Referências*: uma das mudanças atuais do campo da pesquisa é a utilização do termo *referências* e não a expressão *referências bibliográficas*. Isso se deve ao fato de também formas virtuais de acesso ao conhecimento terem já se consagrado na área científica. O formato oficial das referências no Brasil é o da ABNT. Porém, há diferentes modos de referenciar que precisam ser conhecidos pelo pesquisador antes de enviar seu projeto, no caso de concorrência em editais. Para a área da saúde, em geral se usam as chamadas *Normas de Vancouver* que podem ser encontradas na internet e em todas as bases de dados em que existem periódicos do setor.

## Capítulo 8 CONSTRUÇÃO DOS INSTRUMENTOS E EXPLORAÇÃO DE CAMPO

### Instrumentos de pesquisa qualitativa

OS INSTRUMENTOS DE TRABALHO DE CAMPO na pesquisa qualitativa visam a fazer mediação entre os marcos teórico-metodológicos e a realidade empírica. São eles: roteiro de entrevista, roteiro para observação participante e roteiro para discussão de grupos focais.

*Roteiro de entrevista* — Por *roteiro* se entende uma lista de temas que desdobram os indicadores qualitativos de uma investigação. Essa lista deve ter, como substrato, um conjunto de conceitos que constituem todas as faces do objeto de investigação e visar, na sua forma de elaboração, a operacionalização da abordagem empírica do ponto de vista dos entrevistados. No formato final de sua elaboração, o roteiro deve apresentar-se na simplicidade de alguns tópicos que permitam *uma conversa com finalidade* (Minayo, 2004) sob as seguintes condições: (a) cada questão que se levanta, faça parte do delineamento do objeto e que todas se encaminhem para lhe dar forma e conteúdo; (b) permita ampliar e aprofundar a comunicação e não cerceá-la; (c) contribua para emergir a visão, os juízos e as relevâncias a respeito dos fatos e das re-

lações que compõem o objeto, do ponto de vista dos interlocutores.

Um *roteiro* difere do instrumento *questionário*. Enquanto este último pressupõe hipóteses e questões bastante fechadas cujo ponto de partida são as referências do pesquisador, o roteiro tem outras características. Visa a compreender o ponto de vista dos atores sociais previstos como sujeitos/objeto da investigação e contém poucas questões. Por vezes, num processo de pesquisa pode surgir a necessidade de elaboração de um questionário fechado para se captar aspectos gerais considerados relevantes de um problema de investigação, visando a iluminar a compreensão do objeto e a estabelecer relações e generalizações. Na abordagem qualitativa, nada impede, pelo contrário se estimula, essa combinação de métodos. No entanto, nenhum roteiro substitui ou deve ser substituído por questionários, pois ambos correspondem a lógicas específicas e diferenciadas de aproximação do objeto.

*Roteiro*, portanto, é sempre um guia, nunca um obstáculo, não devendo prever todas as situações e condições de trabalho de campo. É dentro dessa visão que deve ser elaborado e usado, facilitando a emergência de temas novos durante o trabalho de campo, provocados por seu questionamento.

♦ *Roteiro para entrevista aberta* — aparentemente mais simples de preparar, pois pouco exige quanto à lista de temas por parte do investigador, o instrumento da entrevista aberta é a descrição sucinta, breve, ao mesmo tempo abrangente, pelo entrevistador, do objeto da investigação, orientando os rumos da fala do interlocutor. Esse tipo de instrumento exige preparação suficiente do pesquisador, permitindo-lhe, durante a entrevista, levantar questões que ajudem o entrevistado a abranger níveis cada vez mais profundos em sua exposição. Nesse caso, o instrumento fica guardado na memória do investigador, testando sua capacidade de ver, concatenar fatos mas, sobretudo, de ouvir e conduzir o entrevistado para que explicita, da forma mais abrangente e profunda possível, seu ponto de vista.



♦ Roteiro para entrevista semi-estruturada — Para essa modalidade de abordagem, o *roteiro* deve desdobrar os vários indicadores considerados essenciais e suficientes em tópicos que contemplem a abrangência das informações esperadas. Os tópicos devem funcionar apenas como lembretes, devendo, na medida do possível, ser memorizados pelo investigador quando está em campo. Servindo de orientação e guia para o andamento da interlocução, o roteiro deve ser construído de forma que permita flexibilidade nas conversas e a absorver novos temas e questões trazidas pelo interlocutor como sendo de sua estrutura de relevância. Na sua elaboração, o roteiro semi-estruturado deve levar em consideração as seguintes questões:

— A forma de colocação de um item na lista deve induzir a uma conversa sobre a experiência. Numa entrevista de cunho qualitativo, não se perguntam por conceitos ou por idéias do tipo:  *você acha importante a educação para valores? Ou então: o que é o programa agente de saúde? Para você, o que é saúde ou doença?* Essa forma de indagação induz a respostas dicotômicas do tipo sim ou não ou, então, exige definições abstratas e externas às vivências dos entrevistados: é como se eles estivessem respondendo a um teste escolar. Ao contrário, deseja-se que a linguagem do roteiro provoque as várias narrativas possíveis das vivências que o entrevistador vai avaliar; as interpretações que o entrevistado emite sobre elas e sua visão sobre as relações sociais envolvidas nessa ação.

— O guia de entrevista deve conter apenas alguns itens indispensáveis para o delineamento do objeto em relação à realidade empírica, facilitando abertura, ampliação e aprofundamento da comunicação (Minayo, 2004).

— Cada questão do roteiro deve fazer parte do delineamento do objeto, de forma que todos os tópicos em conjunto se encaminhem para dar-lhe forma e conteúdo e contribuam para enfatizar as relevâncias previstas no projeto (ponto de vista do investigador) e as dos informantes (ponto de vista dos entrevistados) (Minayo, 2004).

Alguns pesquisadores costumam fazer um pré-teste dos roteiros, de certa forma imitando os pré-testes de questionários ou, freqüentemente, contribuindo para perguntas mais precisas dos próprios questionários, nos casos de investigações por triangulação de métodos. No caso de adotá-lo, o pré-teste em pesquisa qualitativa consiste na realização de entrevistas com alguns interlocutores-chave, o que contribui para tornar mais clara e precisa a lista de temas e aspectos a serem conversados durante o trabalho de campo. Mesmo tomando-se todos esses cuidados iniciais, o roteiro de investigação qualitativa pode e deve ser modificado durante o processo interativo, quando o investigador percebe que determinados temas, não previstos, estão sendo colocados por seus interlocutores, apresentando-se como de elevada significância para eles.

Uma pergunta que freqüentemente surge sobre o uso do roteiro em campo é quanto à cientificidade desse tipo de trabalho que não segue as regularidades de respostas, como no caso dos questionários. A resposta é que o investigador que trabalha com abordagem qualitativa nunca pode esquecer-se de que não estuda um somatório de depoimentos. Isso significa que a práxis compreensiva pode até utilizar critérios numéricos (número de entrevistas), mas não necessariamente será este o definidor de relevâncias, muitas vezes esclarecidas pela fala de apenas um ou de poucos interlocutores. Nesses casos, a unidade de significação não é composta pela soma das respostas de cada indivíduo para formar uma relevância estatística. E, sim, ela se constrói por significados que conformam uma lógica própria do grupo ou, mesmo, suas múltiplas lógicas. Portanto, as modificações do roteiro em campo precisam ser devidamente acompanhadas, constituindo-se num processo reflexivo permanente do pesquisador.

♦ *Roteiro para grupo focal* — A construção do roteiro para a realização da entrevista em grupo tem pelo menos duas condições imprescindíveis: ser suficientemente provocador para permitir um debate entusiasmado e participativo; e promover

condições de aprofundamento, fazendo jus ao que se pretende com esta técnica. Vários meios podem ser usados: (a) a formulação de uma pergunta central acompanhada de alguns itens que, durante a aplicação da técnica, possam ajudar a condução do tema rumo à focalização; (b) a escolha de um audiovisual, por exemplo, de pequena parte de um filme, abrindo uma discussão livre, no primeiro instante, e depois direcionada por perguntas ou inserções do pesquisador, a partir das falas; (c) a elaboração, pelo investigador, de um texto episódico que provoque e focalize a discussão, dentre outros.

Da mesma forma que os anteriores, os instrumentos para debate dos *grupos focais* necessitam ser delineados. Pode-se, por exemplo, decidir que os temas de discussão e a dinâmica adequada serão escolhidos depois da realização das entrevistas. Ou, pelo contrário, o investigador opta por estabelecer de antemão o conteúdo e a forma do debate para que os grupos focais se processem *pari passu* com outras técnicas de abordagem. É possível também que o investigador escolha as discussões em grupo como o instrumento principal de abordagem da pesquisa. Daí que o conteúdo dos grupos de estudo vai variar de acordo com seus objetivos: (a) pode ter um papel complementar, dando ênfase a alguns aspectos considerados relevantes para aprofundamento das entrevistas; (b) pode repetir as questões do roteiro para o investigador perceber como o tema é tratado diferentemente numa entrevista ou na interação grupal; (c) pode merecer um aprofundamento sucessivo, em várias sessões, tomando um caráter substantivo na dinâmica da pesquisa. Nesse último caso, os grupos focais se constituem em instrumentos únicos ou privilegiados da investigação empírica.

• *Roteiro para observação participante* — Antes da elaboração de um guia para o trabalho de campo, é necessário que os investigadores decidam: O que observar? Será uma observação livre ou terá roteiro específico? Abrangerá o conjunto do espaço e do tempo previsto para o trabalho de campo ou se

limitará a instantes ou a aspectos da realidade, dando ênfase a determinados elementos na interação?

Denomina-se *observação descritiva* a que se realiza de forma totalmente livre, embora o investigador de campo deva estar sempre focalizado no que constitui seu objeto de estudo. Geralmente, nos casos de investigações multicêntricas, ou feitas ao mesmo tempo em diferentes lugares por vários pesquisadores, preparam-se e detalham-se alguns pontos a serem observados. A isso se chama *observação dirigida*. Nesse caso, os tópicos precisam ser formulados tendo em vista os temas que constituem o objeto da investigação e partir de alguns elementos exploratórios da realidade empírica.

De acordo com os objetivos da pesquisa, deve-se estabelecer a forma e o conteúdo dessa atividade fundamental na abordagem qualitativa, ainda que no processo da investigação se perceba a necessidade de realizar mudanças. Toda a observação deve ser registrada num instrumento que se convencionou chamar DIÁRIO DE CAMPO. Nesse caderno, o investigador deve anotar todas as informações que não sejam o registro das entrevistas formais. Ou seja, observações sobre conversas informais, comportamentos, cerimoniais, festas, instituições, gestos, expressões que digam respeito ao tema da pesquisa. Fala, comportamentos, crenças, hábitos, usos, costumes, celebrações e instituições compõem o quadro *das representações sociais*.<sup>1</sup>

Num texto clássico de orientação para antropólogos, Malinowski (1975a; 1984) dá algumas pistas importantes para a realização da observação, considerando-a um dos elementos mais fundamentais da pesquisa etnográfica. Chama atenção para a necessidade de observar os imponderáveis da vida social: "toda a estrutura da sociedade está incorporada no mais evasivo de todos os materiais, o ser humano" (Malinowski,

<sup>1</sup> Termos e expressões empregados aqui genericamente como *entrevista*, *observação participante*, *representações sociais*, *trabalho de campo*, estão conceituados e problematizados no terceiro capítulo deste estudo.

1975a, p. 40). Traduzindo o que Malinowski denomina arcabouço da constituição do grupo, imponderáveis da vida social e espírito nativo, eu diria que é preciso estar atento a: (a) como os processos investigados se organizam na prática e como funcionam; (b) quais as incongruências entre o que é dito ao pesquisador nas entrevistas e nos grupos focais e o que é feito; (c) como se processam as relações hierárquicas, as relações entre pares e entre opostos; (e) quais são os símbolos e sinais significativos para a pesquisa, que estão sendo emitidos e naturalizados no cotidiano em observação.

*Roteiro para análise documental* — Bachelard (1978), em *Epistemologia* chama atenção para o fato de que os textos não falam por si, eles respondem a indagações dos investigadores. Na preparação da investigação é preciso decidir que documentos listar e de que tipo: escritos, visuais, audiovisuais e outros. Que natureza de informações interessa, por exemplo, dados oficiais; registro dos processos em análise; relatórios de avaliação e de auto-avaliação sobre etapas e desenvolvimento do trabalho; histórias do cotidiano; orçamentos; materiais de divulgação e propaganda; comunicações entre diferentes atores, são alguns dos que eventualmente interessaria ao investigador procurar.

Em síntese, muitos problemas podem ocorrer nos roteiros elaborados para pesquisa qualitativa, quando eles saem do ambiente acadêmico e ganham espaço como mediadores da interação do entrevistador com o entrevistado. Por essa razão, é preferível tratá-los sempre como dispositivos destinados a orientar a condução de uma entrevista ou da observação participante. A investigação qualitativa requer, como atitudes fundamentais, a abertura, a flexibilidade, a capacidade de observação e de interação com o grupo de investigadores e com os atores sociais envolvidos. Seus instrumentos costumam ser facilmente corrigidos e re-adaptados durante o processo de trabalho de campo, visando às finalidades da investigação. Por outro lado, a flexibilidade que se exige do investigador

qualitativo na elaboração e re-elaboração dos instrumentos nunca deve ser confundida com improviso ou desleixo. Ter de improvisar por falta de preparação pode pôr em risco todo o esforço teórico que deve acompanhar, passo a passo, a realização de uma pesquisa.

### Exploração de Campo

Antes de se iniciar o trabalho de campo propriamente dito, é de fundamental importância precedê-lo de uma etapa exploratória que contempla as seguintes atividades: (a) escolha do espaço da pesquisa; (b) escolha do grupo de pesquisa; (c) estabelecimento dos critérios de amostragem; (d) estabelecimento das estratégias de entrada em campo.

*O espaço da pesquisa* — deve corresponder ao delineamento do objeto teórico. Quando a pesquisa qualitativa é empírica (e não apenas documental), o investigador precisa dedicar tempo aos critérios de escolha dos locais ou do local onde a realizará, fazendo antes uma incursão por vários ambientes, buscando justificar a seleção do espaço. Essa escolha envolve vários elementos: critérios lógicos, interação, conveniência e contatos que assegurem o êxito do trabalho. No caso da pesquisa documental, é necessário também que se estabeleçam critérios e que sejam justificados por que o pesquisador optou por tais fontes e não por outras.

*Amostragem* em pesquisa qualitativa merece comentários especiais. Envolve problemas de escolha do grupo: a quem entrevistar, a quem observar e o que observar, o que discutir e com quem discutir? Numa abordagem quantitativa, definida a população, busca-se um critério de representatividade numérica que possibilite a generalização dos conceitos teóricos que se quer testar. Numa busca qualitativa o pesquisador deve preocupar-se menos com a generalização e mais com o aprofundamento, a abrangência e a diversidade no processo de compreensão, seja de um grupo social, de uma organização,

de uma instituição, de uma política ou de uma representação. Seu critério, portanto, não é numérico, embora quase sempre o investigador precise justificar a delimitação de pessoas entrevistadas, a dimensão e a delimitação do espaço. Pode-se considerar que uma amostra qualitativa ideal é a que reflete a totalidade das múltiplas dimensões do objeto de estudo.

O processo de definição da amostra qualitativa deve levar em conta os seguintes critérios: (a) investir em instrumentos que permitam compreensão de diferenciações internas e de homogeneidades; (b) assegurar que a escolha do *locus* e do grupo de observação e informação contenham o conjunto das experiências e expressões que se pretende objetivar na pesquisa; (c) privilegiar os sujeitos sociais que detêm os atributos que o investigador pretende conhecer; (d) definir claramente o grupo social mais relevante, ou seja, sobre o qual recai a pergunta central da pesquisa. Centralizar nele o foco das entrevistas, dos grupos focais e da observação; (e) dar atenção a todos os outros grupos que interagem com o do foco principal, buscando compreender o papel de cada em suas interações; (f) trabalhar num processo de inclusão progressiva das descobertas do campo, confrontando-as com as teorias que demarcam o objeto; (g) nunca desprezar informações ímpares e não repetidas, cujo potencial explicativo acabam por ser importantes na descoberta da lógica interna do grupo; (h) considerar um número suficiente de interlocutores para permitir reincidência e complementaridade das informações; (i) certificar-se de que o quadro empírico da pesquisa esteja mapeado e compreendido; (j) sempre que possível, prever uma triangulação de técnicas e até de métodos, isto é, em lugar de se restringir a apenas uma fonte de dados, multiplicar as tentativas de aproximação.

O dimensionamento da quantidade de entrevistas, grupos focais e outras técnicas deve seguir o *critério de saturação*. Por critério de saturação se entende o conhecimento formado pelo pesquisador, no campo, de que conseguiu compre-

ender a lógica interna do grupo ou da coletividade em estudo. No entanto, provisoriamente o investigador pode e deve prever um montante de entrevistas e de outras técnicas de abordagem a serem depois balizadas em campo, à medida que consiga o entendimento das homogeneidades, da diversidade e da intensidade das informações necessárias para seu trabalho.

Tomando como exemplo uma pesquisa de Avaliação Qualitativa da Atenção a Crianças abrangidas no Programa Saúde da Família numa comunidade, eu diria que a amostra tem de abranger todos os atores que compõem o programa, mas seu foco se constitui das famílias com crianças cuja faixa etária se inclui no objeto de investigação. Dentro desse grupo, é importante recobrir todas as categorias sociais que estão sob influxo do programa. É necessário também incluir informações sobre o programa em atividade, os profissionais e agentes de saúde responsáveis pela aplicação da política. E, por fim, seria muito elucidativo abordar outras pessoas relacionadas com a questão, contrastando a atuação e as terapêuticas com farmacêuticos, curandeiros e rezadeiras. Muitos atores sociais importantes costumam ser descobertos no decorrer da pesquisa e se deve promover sua inclusão progressiva na amostra. Certamente o número de pessoas é menos importante do que o empenho de enxergar a questão sob várias perspectivas e pontos de vista. A validade da amostra está na sua potencialidade de objetivar o objeto empiricamente, em todas as suas dimensões.

*Estratégias de entrada em campo* — A entrada em campo deve prever os detalhes do primeiro impacto da pesquisa. Ou seja, merece preparação o processo de como descrevê-la aos interlocutores, como os investigadores se apresentarem, a quem se apresentarem e por meio de quem. Merece cuidado especial o estabelecimento dos primeiros contatos, o que deve ocorrer antes das idas ao campo para que se procedam às entrevistas e às observações. Frequentemente, os primeiros con



tatos possibilitam iniciar uma rede de relações, correções iniciais dos instrumentos de coleta de dados e produzir uma agenda e um cronograma de atividades posteriores.

A Fase Exploratória termina formalmente com a entrada em campo, embora, como já tem sido repetido por diversas vezes, as etapas se interpenetrem e o esforço de delinear esse começo de caminho tenha sentido pela necessidade de balizar tanto a teoria e como a prática. Talvez a insistência na disciplina e no método de construção teórica e instrumental possa parecer ênfase demasiada nos procedimentos. Porém, esses lembretes práticos ajudam a evitar uma série de mal-entendidos que geralmente ocorrem entre investigadores que usam métodos quantitativos, os que trabalham com abordagem qualitativa e desses últimos entre si.

A experiência mostra que há muitos resultados de investigação que denotam claramente um certo menosprezo por referências teóricas como se a verdade estivesse evidente na realidade empírica. Ou ao contrário, freqüentemente, se encontra neles claro desdém pelo trabalho de campo, como se a teoria fosse fruto de especulação e o que se pensa sobre o real refletisse a imagem do que é pensado.

Nesse movimento de distinção e de intercessão das etapas de pesquisa, ênfase que é imprescindível dar atenção a cada procedimento de construção do projeto de pesquisa. No entanto, ressalto também que o investigador precisa trabalhar com liberdade e inteligência para reconhecer as diferentes técnicas como guias e exemplos, para ser capaz de criar outras ou prescindir delas, quando se tornam obstáculos, lembrando sempre que investigar é um labor científico e não apenas um tecnicismo. A dialética entre técnica e criatividade é o tempero da boa pesquisa.



Parte IV  
TRABALHO DE CAMPO:  
TEORIA, ESTRATÉGIAS E TÉCNICAS

A pesquisa de campo, por onde começa toda carreira etnológica, é mãe e ama-de-leite da dúvida, atitude filosófica por excelência. Essa dúvida antropológica não consiste apenas em saber que não se sabe nada, mas em expor resolutamente o que se acreditava saber e a própria ignorância, aos insultos e aos desmentidos que infligem a idéias e hábitos muito caros, àqueles que podem contradizê-los no mais alto grau. Ao contrário do que a aparência sugere, é por seu método mais estritamente filosófico que a etnologia se distingue da sociologia.

— LÉVI-STRAUSS, 1975, p. 220.

LÉVI-STRAUSS (1975) FEZ A AFIRMAÇÃO EM EPÍGRAFE a partir de uma de uma consideração de Merleau-Ponty (1975), segundo o qual, "Cada vez que o cientista social retorna às fontes vivas de seu saber, àquilo que nele opera como meio de compreender as formações culturais mais afastadas de si, faz filosofia espontaneamente" (Merleau-Ponty, 1975, p. 222).

Entendo por *Campo*, na pesquisa qualitativa, o recorte espacial que diz respeito à abrangência, em termos empíricos, do recorte teórico correspondente ao objeto da investigação. Por exemplo, quando trato de entender as concepções de saú-

de e doença de determinado grupo social; quando busco compreender a relação pedagógica entre médico e paciente ou o impacto de determinada política de saúde para uma população específica, cada um desses temas corresponde a um campo empírico determinado. A pesquisa social trabalha com *gente e com suas criações*, compreendendo-os como atores sociais em relação, grupos específicos ou perspectivas, produtos e exposição de ações, no caso de documentos. Os sujeitos/objetos de investigação, primeiramente, são construídos teoricamente enquanto componentes do *objeto de estudo*. No campo, eles fazem parte de uma relação de intersubjetividade, de interação social com o pesquisador, daí resultando um produto compreensivo que não é a realidade concreta e sim uma descoberta construída com todas as disposições em mãos do investigador: suas hipóteses e pressupostos teóricos, seu quadro conceitual e metodológico, suas interações em campo, suas entrevistas e observações, suas inter-relações com os pares.

O trabalho de campo constitui-se numa etapa essencial da pesquisa qualitativa, que a rigor não poderia ser pensada sem ele. Opõe-se (complementarmente ou não) aos *surveys* que trazem os sujeitos para o laboratório do pesquisador, mantêm com eles uma relação estruturada, segundo Malinowski, "um excelente esqueleto ao qual faltam carne e sangue" (1975b, p. 36). Na pesquisa qualitativa, a interação entre o pesquisador e os sujeitos pesquisados é essencial. Todo o empenho é investido para que "o corpo e o sangue da vida real componham o esqueleto das construções abstratas" (Malinowski, 1975b, p. 37).

As operações mentais decorrentes das atitudes e práticas de integração no campo da pesquisa, segundo Lévi-Strauss, ajudam o investigador a confrontar-se com seu objeto diretamente, promovendo um tipo de ciência especial: "sociologia de carne e osso que mostra os homens engajados no seu próprio devir histórico e instalados em seu espaço geográfico concreto" (1975, p. 212). Esse mesmo autor acrescenta, de forma radical, referindo-se à afirmação de Marcel Mauss sobre a prece e o dom, temas de seus estudos antropológicos: "Não é a

prece ou o dom que importa entender, o que conta é o melancésio de tal ou tal ilha. Contra o teórico, o observador deve ter sempre a última palavra; e contra o observador, o indígena" (1975, p. 211).

Pela sua importância, o trabalho de campo deve ser realizado a partir de referenciais teóricos e também de aspectos operacionais. Isto é, não se pode pensar num trabalho de campo neutro. A forma de realizá-lo revela as preocupações científicas dos pesquisadores que selecionam tanto os fatos a serem observados, coletados e compreendidos como o modo de recolhê-los. Esse cuidado leva a evidenciar, mais uma vez, que o campo da pesquisa social não é transparente e tanto o pesquisador como os seus interlocutores e observados interferem dinamicamente no conhecimento da realidade.

Nesta parte do livro, abrangerei os seguintes temas: No primeiro capítulo tratarei (1) da *palavra como símbolo de comunicação por excelência* (matéria-prima essencial para as entrevistas); (2) das *interações sociais* em campo (objeto das observações) e (3) do conceito de *representações sociais* como categoria central para estudo de documentos, observações e análise de falas. No segundo capítulo apresentarei as principais técnicas de abordagem empírica (1) a *entrevista* em suas várias modalidades e como a estratégia mais importante de coleta de informações qualitativas; (2) os grupos focais como estratégia para expressão de idéias na construção de consensos e dissensos; (3) a *observação participante* como estratégia fundamental para compreensão das práticas e dos imponderáveis da vida social; e algumas outras técnicas decorrentes das primeiras.

## Capítulo 9 PALAVRA, INTERAÇÕES E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

### A palavra como símbolo de comunicação por excelência

O QUE TORNA O TRABALHO INTERACIONAL um instrumento privilegiado de coleta de informações para as Ciências Sociais é a possibilidade que tem a *fala* de ser reveladora de condições estruturais, de sistemas de valores, normas e símbolos (sendo ela mesma um deles) e, ao mesmo tempo, ter a magia de transmitir, por meio de um porta-voz, as representações grupais, em condições históricas, socioeconômicas e culturais específicas.

Vários estudiosos apontam a fala como a forma de comunicação mais privilegiada para a sociedade humana, pela possibilidade de ela conter a experiência, permitir o entendimento intersubjetivo e social e, por sua densidade, constituir-se em si, em fato social: “no princípio era o verbo” diz a Bíblia, evidenciando que a humanidade nasce com a fala que, ao mesmo tempo, cria a comunidade e reflete sobre suas condições, possibilidades, sonhos e desejos. Diz Bakhtin, um dos mais importantes estudiosos da linguagem no século XX: “a palavra é o modo mais puro e sensível de relação social”:

Existe uma parte muito importante da comunicação ideológica que não pode ser vinculada a uma esfera ideológica particular: trata-se da comunicação da vida cotidiana. O material privilegiado de comunicação na vida cotidiana é a palavra (1986, p. 36).

Em qualquer sociedade, ao mesmo tempo que a fala aproxima, carrega contradições sendo por isso um mecanismo de intransparência também, como lembra Habermas (1980; 1987). Bakhtin (1986) considera a palavra (no sentido de fala) como o fenômeno ideológico por excelência, por seu caráter histórico e social que a torna um campo de expressão das relações e dos conflitos. Refletindo sobre como a fala sofre os efeitos dos conflitos e serve de instrumento e de material para comunicação, diz: "A palavra é a arena onde se confrontam valores sociais contraditórios" (1986, p. 14). Por meio da comunicação verbal — que é inseparável de outras formas de comunicação — as pessoas "refletem e refratam" conflitos e contradições próprias dos sistemas sociais e políticos e de suas formas de dominação, em que a resistência está dialeticamente relacionada com a submissão das pessoas na vida cotidiana. "Cada época e cada grupo social têm seu repertório de formas de discurso, marcado pelas relações de produção e pela estrutura sócio-política" (Bakhtin, 1986, p. 64).

Discutindo a teoria da prática de pesquisa, Bourdieu (1973) contribui com uma reflexão esclarecedora, em resposta a uma indagação freqüente dos que fazem pesquisa social e, particularmente, utilizam entrevistas não estruturadas: Em que sentido a fala de um é representativa da fala de muitos? Bourdieu responde a partir de sua experiência com entrevistas e com observação participante, em diversas pesquisas, sendo notável no seu importante trabalho etnográfico *Travail et Travailleurs en Algérie* (1964). Segundo o autor, a identidade de condições de existência tende a reproduzir sistemas de disposições semelhantes, por meio de um tipo de harmonização ou cris-

talização objetiva de práticas e obras que se repetem em usos e costumes:

Todos os membros do mesmo grupo ou da mesma classe são produtos de condições objetivas idênticas. Daí a possibilidade de se exercer na análise da prática social, o efeito de universalização e de particularização, na medida em que eles se homogeneízam, distinguindo-se dos outros (Bourdieu, 1973, p. 180).

Teorizando sobre a prática da pesquisa de campo, Bourdieu afirma que as condutas ordinárias da vida se prestam à decifração, ainda que pareçam automáticas e impessoais. Elas são significantes, mesmo sem intenção de significar, e exprimem uma realidade objetiva que “exige apenas a reativação da intenção vivida por aqueles que as cumprem” (1973, p. 180):

Cada agente, ainda que não saiba ou que não queira, é produtor e reproduzidor do sentido objetivo, porque suas ações são o produto de um modo de agir do qual ele não é o produtor imediato, nem tem o domínio completo (Bourdieu, 1973, p. 182).

As idéias de Bourdieu vão ao encontro das freqüentes indagações sobre a questão da representatividade em pesquisa qualitativa. Elas se expressam no esquema teórico criado por ele, denominado “habitus”:

Um sistema de disposições duráveis e transferíveis que integram todas as experiências passadas e funciona, a todo o momento, como matriz de preocupações, apreciações e ações. O “habitus” torna possível o cumprimento de tarefas infinitamente diferenciadas, graças às transferências analógicas de esquemas que permitem resolver os problemas, da mesma forma, graças às correções incessantes dos



resultados obtidos e, dialeticamente, produzidos por estes resultados (1973, p. 178).

O autor compara o "habitus" com o inconsciente: "É como o inconsciente da história que a história produz, incorporando as estruturas objetivas produzidas por esse inconsciente, nesta quase natureza que é o habitus" (1973, p. 179). Bourdieu usa várias metáforas para explicar o que denomina *habitus*, buscando dar objetividade à discussão sobre a subjetividade: seria uma espécie de lei imanente depositada em cada ator social desde a primeira infância, a partir de seu lugar na estrutura social; refere-se a marcas das posições e situações de classe que permanecem e se re-atualizam no cotidiano; constitui uma mediação universalizante que proporciona às práticas de um agente singular, sem razões explícitas e sem intenção significativa, seu sentido, sua razão e sua organicidade. Portanto, conclui:

As relações interpessoais numa pesquisa nunca são apenas relações de indivíduos e a verdade da interação não reside inteiramente na interação. É a posição presente e passada na estrutura social que os indivíduos trazem consigo em forma de "habitus" em todo o tempo e lugar, que marca a relação (1973, p. 184).

O renomado lingüista Sapir (1967) concorda com Bourdieu, quando afirma que "o indivíduo é um portador passivo de tradições". No entanto, ele mesmo relativiza sua expressão, ao definir em termos mais dinâmicos sua compreensão do significado do sujeito no contexto lingüístico: "O indivíduo concretiza, sob mil formas possíveis, idéias e modos de comportamentos implicitamente inerentes às estruturas ou às tradições de uma sociedade dada" (Sapir, 1967, p. 89). Acrescenta, referindo-se ao processo de entrevista:

Se um testemunho individual é gravado ou comunicado, isso não quer dizer que se considera tal indivíduo precioso em si mesmo. Essa entidade adulta e singular é tomada como amostra da continuidade (1967, p. 90).

A representatividade do grupo na fala do indivíduo, portanto, ocorre porque tanto o comportamento social como o individual obedece a modelos culturais interiorizados, ainda que as expressões pessoais apresentem sempre variações em conflito com as tradições. Nesse mesmo sentido, Goldmann lembra que a consciência coletiva (de classe) "só existe nas consciências individuais, embora não seja a soma delas" (1967, p. 18) e Lukács (1974) afirma que nas consciências individuais se expressa a consciência coletiva, pois o pensamento individual se integra no conjunto da vida social pela análise da função histórica das classes sociais.

Gadamer (1999) faz uma ponderação interessante, refletindo sobre essa dialética que envolve expressões de indivíduos e sociedade, quando diz que nem o sujeito se esgota na fala ou na conjuntura em que vive e nem sua ação e seu pensamento são meros frutos de sua vontade, personalidade e desejo. Mas é indubitável, lembra, o fato de que cada individualidade seja uma manifestação do viver total: é preciso buscar o que há de comum no grupo e o que há de específico do discurso individual.

A questão da representatividade qualitativa enseja também outras perguntas como a seguinte: em que condições os indivíduos representam e em que medida o indivíduo fala por si mesmo? Noutras palavras, os indivíduos em suas representações sociais são aleatoriamente intercambiáveis?

Sim e não, seria a resposta verdadeira. Porque ao mesmo tempo que os modelos culturais interiorizados são revelados numa entrevista, por exemplo, eles refletem o caráter histórico mais geral e específico de um grupo, como será tratado no capítulo das representações sociais. Dessa forma, os depoi-

mentos provenientes das várias modalidades de interação têm de ser contextualizados: de forma histórica e sociológica, dentro de uma análise de classe ou de segmentos sociais, de etnia (se for o caso), de gênero e por grupos etários. Essas quatro balizas (classe ou segmento, gênero, faixa etária e etnia) constituem hoje os parâmetros para qualquer tipo de olhar sobre a complexidade da realidade social, devendo ser complementados por variáveis como profissão, religião, filiação política ou outras, em cada caso específico de pesquisa. Assim, cada ator social se caracteriza por sua participação, no seu tempo histórico, num certo número de grupos sociais, informa sobre a cultura e sobre uma "subcultura" que lhe é específica e tem relações diferenciadas com a cultura dominante de seu tempo.

Mas, como afirma Schutz (1964), cada ator social *experimenta e conhece* o fato social de forma peculiar. É a constelação das diferentes informações individuais vivenciadas em comum por um grupo que permite compor o quadro global das estruturas de relevância e das relações, em que o mais importante não é a soma dos elementos, mas a compreensão dos modelos culturais e da particularidade das determinações.

A compreensão do indivíduo como representativo tem, portanto, de ser completada com variáveis próprias, tanto da especificidade histórica, como dos determinantes das relações sociais. E, também, necessita de ser entendida no contexto do próprio grupo ou da comunidade, alvos da pesquisa, como uma diversificação que torne possível a compreensão do objeto de estudo. O peso de cada indivíduo (representante de categorias sociais, políticas, de lideranças, de organizações, de grupos com engajamentos específicos, de segmentos descomprometidos com o *statu quo*, por exemplo) necessita ser teoricamente pensado e problematizado na preparação da pesquisa e devidamente tratado e testado em campo. Para a composição do estudo, grupos e categorias diferenciados constituem "corpos" específicos para análise, contendo elementos comuns e peculiares em relação à totalidade social em análise.

### Interação entre pesquisador e atores sociais no campo

Nas relações entre o pesquisador e o grupo social pesquisado, as observações críticas das Ciências Sociais atingem dois níveis de questões, ambas dando relevância ao caráter problemático da interação. De um lado, há várias teorias que enfatizam a situação de desigualdade em que a entrevista se processa, levando os críticos a taxarem as relações entre pesquisador/pesquisado como formas de dominação e de caráter "reprodutivista". De outro, como contraponto a esse primeiro grupo de críticas, há estudiosos que ressaltam, do ponto de vista cultural, a interação de pesquisa como algo intrinsecamente conflituoso, mas vivenciado dentro de um clima de liberdade e não de necessidade. Por isso, consideram que tanto pesquisadores como pesquisados são responsáveis pelo produto de suas relações e que a qualidade do desvendamento e da compreensão social depende de ambos.

A premissa básica da reflexão, em ambos os casos, é que a interação humana numa situação de *entrevista*, por exemplo, não é simplesmente um trabalho de coleta de dados, mas sempre uma *relação* na qual as informações dadas pelos sujeitos podem ser profundamente afetadas pela natureza desse encontro.

Os autores que defendem a relação em campo como uma expressão de dominação, entendem a *situação de entrevista* como:

- ♦ uma troca desigual entre os atores sociais. Isso acontece, justificam, sob vários ângulos: não é o entrevistado que toma iniciativa; os objetivos reais da pesquisa geralmente lhe são estranhos; sua chance de tomar iniciativa em relação ao tema é pouca; é o pesquisador que dirige, controla e orienta o que vai ser dito e concede a palavra, mesmo quando tenta deixar o interlocutor à vontade. A atitude simpática e benévola do

estudioso minimiza o impacto, mas não anula a situação de desigualdade entre os interlocutores. Mesmo nas chamadas "pesquisa participante" e "pesquisa-ação" essas questões se colocariam, embora de forma menos veemente;

♦ a pesquisa social seria prisioneira da divisão social do trabalho da sociedade capitalista, por meio da qual o pesquisador, em posição institucional de poder, se atribui o labor do questionamento dos outros, da sociedade e de si mesmo. Dentro dessa visão, o sujeito/objeto (o entrevistado) produziria um material que seria posteriormente explorado por seus dominadores (no caso, os pesquisadores). Por exemplo, essa é a opinião de Kandel (1972): "Os investigados se deparam com quadros objetivos de referência que na maioria das vezes lhes são estranhos. A reciprocidade quando existe (direito de interrogar o interrogador) é outorgada" (Kandel, 1972, p. 25).

O grupo que relativiza e critica o círculo fechado da reflexão reprodutivista argumenta que se uma pesquisa empírica inclui-se nos esquemas de dominação de classes, materializado no papel dos intelectuais, essa situação não pode ser recortada de um contexto social da sociedade em geral. Portanto, particularizar a situação de pesquisa como dominação não promove nenhuma consequência prática a não ser provocar uma paralisia científica. Em segundo lugar, esses sociólogos da ciência argumentam que é possível realizar investigações com objetivos sociais claros, estratégicos, voltados para compreender melhor os problemas, melhorar os serviços, avaliar programas de intervenção social e outros.

Na história da pesquisa social no Brasil, tem havido exemplos reais de vivência desses dilemas. É o caso de um pesquisador que deu por terminado seu trabalho na coleta de depoimentos, pois, a seu ver, os grupos pesquisados, e não ele, que teriam poder para produzir sua própria análise. Ou, ainda, hoje são comuns expressões de resistência a receber pesquisadores ou a responder questionários por parte de grupos específicos, alimentados por uma ideologia basista veicu-

lada por intelectuais, verbalizando que não querem ser explorados ou que só colaboram em troca de dinheiro.

Os pesquisadores sociais precisam ter em conta que, realmente, a prática da pesquisa social empírica se realiza num contexto contraditório, no qual se reproduzem formas de assimetria social, pois os intelectuais têm acesso a determinados bens reais e simbólicos dos quais grande parte da população está excluída. Reconhecer isso não significa ter de parar de fazer investigação, pois os mecanismos de desigualdade e de dissimetria na sociedade são muito mais amplos e problemáticos e estão presentes em todas as relações. É preciso, no entanto, colocar com mais clareza para si mesmo o sentido das investigações, sobretudo os pesquisadores da área da saúde, voltando-as para a solução de problemas da população. Igualmente, é preciso enfatizar os meios e propostas, a partir dos quais as informações dadas, as situações criadas e os lastros de aliança reflitam interesses dos entrevistados também.

A posição radical da sociologia que vê na pesquisa apenas manifestação e reprodução do poder é paralisante e tão mecânica e pouco dialética como o empirismo positivista que desconhece as condições reais de produção do conhecimento. Portanto, a dissimetria nas posições do entrevistador/entrevistado tem de ser compreendida e assumida criticamente em todo o processo de construção do saber. O impacto resultante do pertencimento a outra classe, que se concretiza em experiências socioculturais conflitantes, é um dado condicionante das investigações sociais em geral e muito mais visível na pesquisa de campo, junto com todos os outros fatores (por exemplo, a questão do sexo do pesquisador para abordar determinados assuntos) que acompanham qualquer uma de suas fases.

Alguns autores se debruçam sobre as situações de campo com uma preocupação intrínseca ao próprio ato de pesquisar, produzindo um tipo de epistemologia sobre as condições da produção do conhecimento social. São, em geral, an-

tropólogos que, a partir de sua experiência empírica e das dificuldades encontradas, tanto na observação como nas entrevistas, põem em evidência a precariedade do conceito filosófico de verdade científica. Mostram as dificuldades de inserção no mundo do "outro" e problematizam a pretensa objetividade nas situações de pesquisa. Evidenciam que a realidade social é um mundo de sombras e luzes em que todos os atores envolvidos revelam e escondem seus segredos grupais. Em lugar do caráter de passividade que as teorias reprodutivistas e positivistas, de pontos de vista diferentes, conferem aos entrevistados, esses autores (compreensivistas, interacionistas simbólicos e fenomenologistas) os compreendem como parte de um movimento ativo durante todo o processo de contato com o pesquisador.

Exemplos desse tipo de estudiosos, Goffman (1959; 1961; 1975a; 1975b) e Berreman (1975) elaboraram uma reflexão rica, plástica e carregada de detalhes a respeito do intercâmbio entre pesquisador/pesquisado. Ambos usam a imagem do teatro, para mostrar que esse par de opostos constitui, simultaneamente, atores e público na montagem de um espetáculo singular: sua inter-relação é mediada por códigos culturais específicos e por interesses particulares que ambos tentam preservar e projetar.

Na relação do entrevistador com seus informantes, diz Goffman:

Freqüentemente descobrimos uma divisão entre a região interior, onde a representação de uma rotina é preparada; e região exterior, onde a representação é apresentada. O acesso a essas regiões é controlado, a fim de impedir que a platéia veja os bastidores e que estranhos tenham acesso a uma representação que não se dirige a eles (1959, p. 238).

As palavras de Goffman, que tomam corpo em vários de seus estudos sobre instituições totais e estigmas, são corro-

boradas pela reflexão de Berreman (1975) a respeito das dificuldades de acesso a informação em sua pesquisa etnográfica numa comunidade himalaia. O título de seu estudo é muito sugestivo: *Por Detrás de Muitas Máscaras*. Berreman escreveu sobre o assunto, partindo do princípio de que sua experiência de tentar entender uma comunidade fechada e segmentada em castas, dona de códigos culturais rígidos e herméticos, guardadas as devidas peculiaridades, poderia ser universalizada e partilhada com outros pesquisadores em situação de trabalho de campo.

Berreman (1975) socializa sua experiência, descrevendo-a em imagens. Chama de "região interior" à parte íntima da vivência de uma comunidade. Essa região pode ser mais ampla ou mais restrita, diz ele, mas qualquer grupo guarda seus segredos, seu lado oficial e tem sua estratégia comportamental no dia-a-dia. Tal coesão interna ocorre porque, ainda que internamente um grupo vivencie muitas diferenças e conflitos, sua existência depende de um certo grau de consenso, familiaridade e solidariedade que implica partilha de significados, de segredos, de zonas proibidas e do que pode ou não pode ser dito. No mesmo sentido de Berreman, é elucidativa a fala de Goffman, quando afirma que há poucas atividades ou relações cotidianas nas quais os atores não se envolvam em práticas ocultas e incompatíveis com as impressões que buscam causar.

Por causa dessa contingência da região interior, em qualquer situação de trabalho de campo existirá sempre um jogo de cena entre o pesquisador que entra em contato e a fala e os comportamentos de seus interlocutores. Esses últimos sempre pretendem manter em sigilo sua "região interior" (expressão usada por Berreman, 1975) ou ter "controle de impressões" (expressão usada por Goffman, 1959) que provoca. Esse controle é um aspecto básico e inerente à interação. Por isso, é importante que todo investigador social saiba que nenhum grupo falará totalmente a verdade sobre sua realidade social.



Sempre haverá o "controle das impressões" e a guarda da "região interior".

Berreman (1975) insiste em que ambos os atores da pesquisa (entrevistador/entrevistado), numa situação de interação, ainda que breve, atuam julgando os motivos e atributos uns dos outros, definindo a situação circundante e a imagem que lhes convém projetar. Dessa forma, cada um dos dois atores sabe o que deve revelar e o que deseja ocultar: "Cada um tenta dar ao outro a impressão de que melhor serve a seus interesses, tal como os vê" (Berreman, 1975, p. 141).

Enquanto, academicamente, o pesquisador é avaliado entre seus pares pela sua capacidade de penetrar na "região interior" dos seus interlocutores ou observados, os entrevistados são avaliados pela argúcia de preservar, de olhos e ouvidos estranhos, os bastidores do grupo. Os informantes julgam positivamente os investigadores que assumem atitude de respeito em relação aos segredos de seu grupo. Nenhum ator, nesse jogo de oposições entre pesquisador/pesquisado consegue sucesso absoluto, uma vez que nem tudo fica oculto e nem tudo é desvendado. Lembra Goffman:

Dada a fragilidade e a necessária incoerência da realidade que é dramatizada pelo desempenho individual, existem habitualmente fatos que determinam ou inutilizam a impressão que o indivíduo tenta passar (1959, p. 142).

Essas reflexões trazem algumas conseqüências práticas para a situação de interação. A primeira é a necessidade de se reforçar a observação sobre a coesão e os conflitos dos grupos, independentemente das entrevistas formais. Quanto mais coeso é um grupo, mais ele oferece um lugar, um papel e uma fonte de apoio moral a seus membros, de tal forma que eles tenderão a se proteger mutuamente nas dúvidas e nas culpas. Ao contrário, em situações de muitos conflitos, contradições e de coesão grupal ameaçada é mais fácil furar o cerco da "re-

gião interior". Os momentos de contenda, de transição e de dúvidas são celeiros férteis para informações sobre determinada coletividade.

Mesmo nas situações de coesão grupal, toda coletividade possui alguns interlocutores privilegiados que, freqüentemente, por sua respeitabilidade e de sabedoria, ou, ao contrário, por sua situação de liminaridade, estão acima das convenções, podendo furar os cercos do "controle de impressões".

Goffman, continuando com a imagem do teatro, comenta que:

Um companheiro destituído é sempre passível de tornar-se um renegado e vender à platéia os segredos da peça que seus irmãos de ontem ainda representam. Cada papel tem seus sacerdotes destituídos de suas vestes para nos contarem o que acontece no mosteiro (1959, p. 164).

Geralmente, qualquer grupo está atento aos que considera que podem desvendar sua região interior e cuida de exercer vigilância sobre os indivíduos suspeitos de falarem demasiado. Essa vigilância é sempre passível de burla, pois, quando um tema é proibido, é aí mesmo que alguma comunicação conspiratória costuma ser desvelada de forma que não levante suspeitas. Revelações de bastidores são feitas, geralmente, por pessoas não membros ou, de alguma forma, não incluídas e em conflito com o coletivo. Há situações em que o próprio pesquisador é escolhido como confidente e, dessa forma, passa a compor a "região interior", sob condição de não revelar o que lhe foi relatado. No entanto, quando isso acontece, seu *status* muda de mero investigador a membro do grupo a quem deve lealdade, pelo menos momentaneamente.

Berremán (1975), com base em sua experiência, cunhou uma expressão "risco de desempenho", para denominar a situação dos indivíduos passíveis de romper a camada interior. Ele nomeia algumas categorias (crianças, bêbados, mulheres e

velhos) que, dentro de seu universo de pesquisa, assim se apresentaram. Generalizando seu achado, pode-se dizer que em qualquer sociedade há sempre o perigo de que indivíduos em situação de liminaridade ou em conflito dentro das instituições revelem os bastidores e sejam levados a sério pela plateia, diz Barnett (1953), ressaltando que os membros deslocados ou insatisfeitos de uma sociedade são informantes privilegiados.

Os mais relutantes em abrir a cortina dos dados são, geralmente, adultos comprometidos com a gestão e o desempenho do grupo. Na experiência de Berreman (1975), os informantes mais difíceis de se abrirem foram os *homens* de 35 a 55 anos de idade. Na sociedade pesquisada por ele, os homens tentavam permanecer dentro do discurso e da imagem oficial e ainda exerciam censura sobre a fala de suas esposas, filhos mais jovens e sobre os mais idosos. Talvez em contextos diferentes, um pesquisador classificasse outros tipos como mais resistentes ou mais abertos, mas permanece elucidativo o princípio a que Berreman chama "compromisso com a produção do desempenho":

Eu sugeriria ser geralmente verdadeiro que os informantes mais relutantes acerca dos assuntos que não sejam da linha oficial, ou do desempenho da região exterior, são aqueles que têm a maior responsabilidade pela produção do desempenho, portanto o maior compromisso com seu sucesso (1975, p. 172).

O investigador Dean (1954) chegou a fazer uma caracterização dos tipos sociais que aparecem nas situações de pesquisa. Como toda classificação, esta é esquemática, mas ajuda a considerar os bastidores das interações:

- ♦ o *intruso*, alguém de fora ou de outra classe que está no grupo, a partir de outro referencial e, portanto, não é confiável.

- ♦ o *recruta* ou *novato*, que se surpreende com detalhes, estranhando coisas que para outros seriam consideradas banais;

- ♦ o *status novo*, que, por estar numa etapa de transição de papéis (sobretudo de poder), se encontra marcado por tensões e receios em relação à nova experiência;

- ♦ o *natural*, que possui uma reflexão bastante elaborada da realidade e consegue expressá-la com vivacidade.

- ♦ o *ingênuo*, que não se policia. Abre as cortinas do bastidor (da região interior) com grande facilidade porque não percebe as implicações de seus atos;

- ♦ o *frustrado* ou *revoltado*, que se sente bloqueado em seus impulsos e desejos pela sociedade de que é parte;

- ♦ os *de fora* ou *marginais*, que estão ausentes do jogo e dos interesses do esquema oficial, mas sabem das coisas. Por estarem alijados do desempenho, sentem-se livres para criticar os envolvidos no poder;

- ♦ os *carentes*, que sentem necessidade de se colar ao entrevistador e se julgam importantes por auxiliá-lo;

- ♦ o "*subordinado*" que, por se adaptar sempre aos superiores, conhece os segredos e as transgressões (Dean, 1954, pp. 222-56).

Sintetizando a descrição dos processos e sentidos da interação que se estabelece em campo para produção do conhecimento empírico, apresento as observações de Berreman (1975): (a) o controle das impressões constitui um aspecto inerente a qualquer interação social; (b) qualquer pesquisa social empírica competente deve levar em conta o desempenho do pesquisador (união da observação com entrevista formal) e o que resulta daí, isto é, os esforços empregados na sua produção e nas situações de bastidores que o grupo oculta; (c) tanto a visão oficial transmitida (a região exterior) como os segredos de bastidores (região interior) são componentes essenciais da realidade; (d) a relação entre o mundo interior e exterior tanto do pesquisador como de seus informantes, e sua produ-

ção de significados constituem materiais imprescindíveis da própria pesquisa.

As contribuições de Berreman (1975) e Goffman (1959) permitem dar resposta às perguntas formuladas inicialmente e, também, cumprem o papel de deixar meridianamente clara a questão do envolvimento da subjetividade dos pesquisadores e dos seus interlocutores na construção da "verdade" científica, de forma relevante na pesquisa social. Como lembra Bachelard (1978), todo conhecimento é um conhecimento aproximado. A essa sentença é preciso acrescentar que todo conhecimento é um conhecimento situado no tempo, dentro da especificidade histórica e da especificidade das relações sociais que o permeiam e o condicionam: é o conhecimento possível. No entanto, é necessário ressaltar, mais uma vez, que esse conhecimento possível é por sua vez a "verdade possível", ainda que provisória, uma vez que foi produzida por um bom trabalho preparatório e de campo, potencializado por teorias, estratégias e instrumentos que o tornem mais e mais bem objetivado, permitindo dar relevância à lógica interna de determinado grupo, instituição ou coletividade.

### Representações sociais

#### ♦ *Representações sociais como conceito*

*Representações sociais* é uma expressão filosófica que significa a reprodução de uma percepção anterior da realidade ou do conteúdo do pensamento. Nas Ciências Sociais, são definidas como categorias de pensamento, de ação e de sentimento que expressam a realidade, explicam-na, justificando-a ou questionando-a. As percepções são consideradas consensualmente, por todas as correntes de pensamento, como parte da construção da realidade. Neste texto, abordo as contribuições dos autores clássicos sobre o mundo das idéias e seu

significado no conjunto das relações sociais, tomando o pensamento de Durkheim (1978) e seus seguidores, de Weber (1985) e da escola fenomenológica, representada por Schutz (1973), e de Marx (1984) e dos marxistas que discutem questões de subjetividade.

Do ponto de vista sociológico, Durkheim é o autor que primeiro tratou do conceito de *representações sociais*, usando a expressão *representações coletivas* para se referir a categorias de pensamento por meio das quais uma determinada sociedade elabora e expressa sua realidade. Durkheim afirma que essas categorias não são dadas *a priori* e não são universais na consciência, mas surgem ligadas aos fatos sociais, transformando-se, elas próprias, em *fatos sociais* passíveis de observação e de interpretação. A observação revela, segundo ele, que as representações sociais são um grupo de fenômenos reais, dotados de propriedades específicas e que se comportam também de forma específica.

Na concepção de Durkheim (1978), é a sociedade que pensa, portanto as representações não são necessariamente conscientes do ponto de vista individual. Assim, de um lado, elas conservam sempre a marca da realidade social onde nascem, mas, também, possuem vida independente e reproduzem-se tendo como causas outras representações e não apenas a estrutura social.

Embora reconheça como base das representações o que denomina *substrato social*, Durkheim demonstra a autonomia relativa do conceito. Segundo ele, algumas representações, mais que outras, exercem, sobre uma sociedade específica, uma peculiar coerção para que seus membros atuem em determinado sentido. Dentre as representações mais importantes e universais, Durkheim destaca a religião e a moral, assim como as categorias de espaço, tempo e personalidade, consideradas por ele como representações sociais e históricas.

Escreve o próprio autor:

As Representações Coletivas traduzem a maneira como o grupo se pensa nas suas relações com os objetos que o afetam. Para compreender como a sociedade se representa a si própria e ao mundo que a rodeia, precisamos considerar a natureza da sociedade e não a dos indivíduos. Os símbolos com que ela se pensa mudam de acordo com a sua natureza [ . . . ] Se ela aceita ou condena certos modos de conduta, é porque entram em choque ou não com alguns dos seus sentimentos fundamentais, sentimentos estes que pertencem à sua constituição (1978, p. 79).

Portanto, para Durkheim, não existem representações falsas, todas respondem às necessidades da existência humana de diferentes formas e em condições dadas. São símbolos através dos quais:

É preciso saber atingir a realidade que o símbolo figura e que lhe dá sua verdadeira significação. Esses símbolos constituem objeto de estudo tanto quanto as estruturas e as instituições: todos dizem respeito a maneiras de agir, pensar e sentir, exteriores ao indivíduo e dotados de um poder coercitivo em virtude do qual se lhes impõe (1978, p. 88).

As *representações coletivas*, para Durkheim, da mesma maneira que as instituições e as estruturas, contêm as duas características específicas do fato social: (a) exterioridade em relação às consciências individuais; (b) exercem ação coercitiva sobre as consciências individuais ou são suscetíveis de exercer essa coerção.

No propósito de reafirmar sempre a objetividade com que deve agir o pesquisador, Durkheim tentou eximir a análise de qualquer fato social e, portanto, também a das representações sociais das implicações decorrentes do envolvimento humano, ao dizer que o método sociológico: (a) deve ser isen-

to de qualquer filosofia; (b) deve ser objetivo, isto é, os fatos são coisas e como tais devem ser tratados; (c) os fatos sociais são exclusivamente sociológicos. Dessa forma, a noção de especificidade da realidade social é de tal modo necessária ao investigador, que só uma cultura especificamente sociológica pode compreender os fatos sociais.

As idéias de Durkheim sobre *Representações Sociais* são compartilhadas por uma série de estudiosos. Bohannan (1964), em breve ensaio sobre a consciência coletiva e a cultura, nota que o termo *consciência* e a expressão *representações coletivas* usados por Durkheim recobrem o mesmo campo que a noção de cultura para antropólogos, tais como Malinowski (1975a; 1975b; 1984). Para Bohannan, "A consciência coletiva é o idioma cultural da ação social [. . .] é a totalidade das representações coletivas de acordo com suas manifestações nas relações sociais" (1964, p. 77).

Mauss (1979) também oferece relevante contribuição sobre a discussão do tema, mostrando que a sociedade se exprime simbolicamente em seus costumes e instituições por meio da linguagem, da arte, da ciência, da religião, assim como das regras familiares, das relações econômicas e políticas. Portanto, para ele, são objeto das ciências sociais tanto a *coisa*, o *fato*, como a sua *representação*. O autor, no entanto, chama atenção para a diferenciação entre esses dois níveis, considerando o risco de se reduzir a realidade à concepção que os homens fazem dela.

A visão de objetividade positivista das representações sociais tem sido duramente criticada por várias correntes no interior das ciências sociais. Para os estudiosos da Sociologia Compreensiva e da abordagem fenomenológica, o aspecto mais problemático da teoria positivista sobre as representações se refere ao poder de coerção atribuído à sociedade sobre os indivíduos, de maneira quase absoluta. Para os marxistas, a visão durkheimiana elimina o pluralismo fundamental da realidade social, em particular as lutas e antagonismo de



classe, uma vez que não distingue as diferenciações internas das representações propiciadas pela posição do sujeito no modo de produção.

A Sociologia Compreensiva, representada por Max Weber e pela Fenomenologia Sociológica de Schutz, traz relevante contribuição sobre a discussão do tema das *Representações*.

Os termos principais que Max Weber (1985) usa para se referir ao campo teórico das *Representações Sociais* são "idéias", "espírito", "concepções", "mentalidade", todos eles articulados e enfeixados pela noção de "visão de mundo". Para Weber, a vida social, que consiste na conduta cotidiana dos indivíduos, é carregada de significação cultural. Essa significação é dada pela *ação social* que se expressa tanto na *base material* como na expressão de *idéias*, dentro de uma adequação, em que ambas se condicionam mutuamente.

Segundo Weber, as *idéias* são juízos de valor que os indivíduos dotados de vontade possuem. Portanto, as concepções sobre o real têm uma dinâmica própria e podem apresentar tanta importância quanto a base material na qual os fundamentos da sociedade se assentam. É com estas duas expressões, *base material* e *eficácia das idéias* em relação de *afinidade eletiva* (Weber, 1985, p. 81), que ele analisa a história do avanço do capitalismo no mundo ocidental. De um lado, Weber afirma que o capitalismo educa e cria seus membros pela seleção econômica (empresários e trabalhadores). De outro, demonstra como as idéias de (a) trabalho como virtude máxima e como vocação; (b) prosperidade como bênção divina e (c) lucro como fator legítimo das relações econômicas contribuíram para fazer avançar o capitalismo, tanto quanto ou mais do que a acumulação primitiva, tratada por (Marx, 1973) como pré-condição do desenvolvimento das forças produtivas:

Com referência à doutrina do mais ingênuo materialismo histórico, de que as idéias se originam como "um

reflexo" ou como "superestruturas" de situações econômicas, somente podemos opinar mais detalhadamente neste caso [da ética protestante em relação ao avanço do capitalismo], que a relação casual é inversa da sugerida pelo ponto de vista materialista (Weber, 1985, p. 35).

Com base na tese da recíproca influência entre os fundamentos materiais, as formas de organização político-social e o conteúdo das idéias, Weber (1985) teoriza sobre certa autonomia do mundo das representações e a possibilidade concreta de se estudar a eficácia histórica das idéias. No entanto, ao afirmar essa certa autonomia, ele não descarta a possibilidade empírica de que, em determinados momentos, o econômico seja o fator dominante e que, em outros, podem ser ainda elementos de outro nível, os que mais influem na formação social. Por isso, durante a Primeira Grande Guerra, Weber fez a seguinte declaração:

Não são as idéias, mas os interesses materiais e ideais que governam diretamente a conduta do homem. Muito freqüentemente, porém, as "imagens mundiais" que foram criadas pelas "idéias" determinaram como manobriros, as linhas ao longo das quais a ação foi impulsionada pela dinâmica dos interesses materiais (1985, p. 83).

Seu pensamento vívido e complexo, tentou desmontar os mecanicismos imperantes em seu tempo, segundo os quais existe sempre a determinação da base material na história social. Seus escritos alertam teórica e metodologicamente para a necessidade de se conhecer e de compreender historicamente, em cada caso, quais são os fatores que contribuem para configurar determinado fato ou ação social, como vem resumido na conclusão de *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*:

Aqui se tratou do fato e da direção em apenas um, se bem que importante, ponto de seus motivos. Seria importante investigar mais adiante, a maneira pela qual a ascese protestante foi por sua vez influenciada em seu desenvolvimento e caráter pela totalidade das condições sociais, especialmente pelas econômicas. Isto porque, se bem que o homem moderno seja incapaz de avaliar o significado do quanto as idéias religiosas influenciaram a cultura e os caracteres nacionais, não se pode pensar em substituir uma interpretação materialista unilateral por uma igualmente bitolada interpretação causal da cultura e da história (Weber, 1985, p. 132).

Assim, Weber chama atenção, de um lado, para a importância de se pesquisar as idéias como parte da realidade social, e de outro, para a necessidade de se compreender a que instâncias do social um determinado fato deve sua maior significância. Porém, a base de seu raciocínio é de que, em qualquer caso, a ação humana é significativa e assim dever ser investigada.

Usando o conceito de "visão de mundo", o autor trata do tema das concepções abrangentes e unitárias, geralmente elaboradas pelos grupos dominantes de determinada sociedade. Cita, como exemplo, o fato de que: "O enriquecimento como fim obrigatório do homem para a glória de Deus, trazido pela ética protestante, contradiz o sentido ético de épocas históricas inteiras e anteriores à atual" (1985, p. 72). Weber refere-se nesta frase à luta dos clérigos protestantes para incluírem na sociedade do século XVIII as idéias de prosperidade material, em contraponto com a idéia igualmente forte de trabalhar pelo Reino do Céu, proveniente da hegemonia da Igreja Católica, Apostólica e Romana. Weber demonstrou que, historicamente, a prática da religião católica impedia a expansão do capitalismo. Esse autor evidenciou em seus estudos clássicos que a nova experiência religiosa do protestantismo europeu e ame-

ricano (nova visão de mundo) teve de propor concepções abrangentes e alternativas no modo de encarar as relações entre Deus e os homens, o tempo, o espaço, o trabalho, a divisão do trabalho, a riqueza, o sexo e os papéis sociais.

Em síntese, Weber, junto com Durkheim, remete à importância da compreensão das idéias e de sua eficácia na configuração da sociedade, e ambos chamam a atenção para o estudo empírico dos desenvolvimentos históricos. Porém, Weber avança em relação ao que Durkheim (1978) propôs, introduzindo a história como construtora de especificidades e de determinações. Por isso, sua contribuição sobre a eficácia das idéias é ímpar e fundamental.

Na mesma trilha da sociologia compreensiva, a fenomenologia sociológica de Schutz (1964; 1971; 1979; 1982; 1987) também traz grande contribuição para se pensarem as *Representações Sociais*, sobretudo para a operacionalização desse conceito na pesquisa social qualitativa.

A sociologia de Schutz tem por objeto o mundo do dia-a-dia, oferecendo elementos para compreensão dos pressupostos das estruturas significativas da cotidianidade. Para ele, a compreensão do mundo se dá a partir de um estoque de experiências pessoais e de outros, isto é, de companheiros, predecessores, contemporâneos, consorciados e sucessores. Schutz (1982) usa a noção de "senso comum" para falar das representações sociais. Para o autor o *senso comum* é construído por meio da interpretação dos fatos do dia-a-dia. Portanto, a existência cotidiana, segundo Schutz, é dotada de significados e portadora de estruturas de relevância para os grupos sociais que vivem, pensam e agem em determinado contexto social. Esses significados, que podem ser objeto de estudo dos cientistas sociais, são selecionados pelos grupos e coletividades por meio de construções mentais, de "representações do senso comum" (Schutz & Luckmann, 1973). Assim o mundo do dia-a-dia é entendido como um tecido de significados, constituído pelas ações humanas. O teorema clássico de Tho-

mas & Znaniecki, segundo os quais "se os homens definem situações como reais, elas são reais em suas conseqüências" resumem o pensamento fenomenológico:

Os homens respondem não apenas aos aspectos físicos de uma situação, mas também e por vezes, primariamente ao sentido que esta situação tem para eles. Uma vez que eles atribuem algum sentido à situação, o seu comportamento subsequente e algumas das conseqüências deste comportamento são determinados por este sentido anteriormente atribuído (1963, p. 197).

Na verdade, Thomas & Znaniecki conferem ao sentido atribuído à ação pelo sujeito o mesmo nível de coerção que Durkheim (1978) atribui às representações sociais que emanam do coletivo.

Uma terceira corrente na interpretação do papel das representações sociais vem da dialética marxista. Se na totalidade de seus escritos Marx & Engels (1984) falam da relação entre as idéias e a base material, pode-se dizer que *A Ideologia Alemã* é uma explanação clássica sobre o tema. Neste texto, os autores discutem o papel das representações focalizado na análise das ideologias. Marx & Engels primeiro discorrem sobre o que os filósofos de seu tempo consideravam "as quimeras, as idéias, os dogmas, as ilusões" (1984, p. 21), produzidos e reproduzidos pela mente humana ou pela consciência. Para os filósofos com quem Marx & Engels dialogam, as mudanças da sociedade adviriam da substituição das "falsas representações" por pensamentos correspondentes à essência do ser humano.

Marx & Engels são profundamente críticos em relação ao que denominam "fantasias inocentes e pueris da filosofia alemã neo-hegeliana" (1984, p. 22) e, a partir dessa crítica, elaboram e discutem sua teoria sobre as ideologias e que correspondem neste texto ao tema das *Representações Sociais*. Os

autores colocam como princípio básico do “pensamento” e da “consciência”, determinado modo de vida dos indivíduos, condicionado pelo *modo de produção* de sua vida material:

Indivíduos determinados, que, como produtores, atuam também de forma determinada, estabelecem entre si relações sociais e políticas determinadas. [. . .] Portanto, a produção das idéias, das representações, da consciência está, de início, diretamente entrelaçada com a atividade material e com o intercâmbio material entre os homens, como a linguagem da vida real. O representar, o pensar, o intercâmbio espiritual dos homens aparece aqui como a emanação direta de seu comportamento material. [. . .] Os homens são produtores de suas representações e de suas idéias, mas os homens reais, ativos, tal como se acham condicionados por um determinado desenvolvimento de suas forças produtivas e pelo intercâmbio que a ele correspondente (Marx & Engels, 1984, pp. 35-44).

A categoria-chave, em Marx & Engels, para tratar do campo das idéias é dada pela noção de *consciência*. Para ele, as representações, as idéias e os pensamentos são o conteúdo da consciência que por sua vez é determinada pela base material:

Não é a consciência que determina a vida, é a vida que determina a consciência. [. . .] A consciência é desde o início um produto social: ela é mera consciência do meio sensível mais próximo, é a conexão com outras pessoas e coisas fora do indivíduo. [. . .] A consciência jamais pode ser outra coisa que o homem consciente e o ser dos homens é o seu processo de vida real (1984, pp. 43-5).

Mesmo dando primazia à vida material, Marx & Engels, em todos os seus escritos, trabalham com a relação dialética dessa base com a produção simbólica: “as circunstâncias fazem os

homens, mas os homens fazem as circunstâncias" (1984, p. 45). Nesse sentido, relativizam o determinismo mecânico da base material sobre a consciência, chamando atenção para as contradições existentes entre as forças de produção, o estado social e as idéias. Para esses autores, a manifestação da consciência se faz por meio da linguagem: *Ela nasce da carência, da necessidade de intercâmbio com os outros homens: a linguagem é a consciência real, prática, que existe para os outros e existe também para mim mesmo* (1984, p. 43).

Em *A Ideologia Alemã*, Marx & Engels fazem um paralelo entre consciência e linguagem, entre representações e o que denomina "real invertido", mostrando como as idéias estão comprometidas com as condições de classe:

As idéias de classe dominante são, em cada época, as idéias dominantes; isto é, a classe que é a força material dominante da nossa sociedade, é ao mesmo tempo sua força espiritual dominante. Daí que, as idéias daqueles aos quais faltam os meios de produção material estão submetidas às classes dominantes. As idéias dominantes nada mais são do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, colocadas como idéias gerais, comuns e universais de todos os membros da sociedade (1984, p. 47).

Dois outros autores marxistas deram grande contribuição na construção do campo das representações sociais: Gramsci (1981) e Lukács (1974). Gramsci aborda o tema das *representações*, de forma muito específica, quando trata do *senso comum* e do *bom senso* como categorias fundamentais para a construção do conceito de *hegemonia*, termo essencial no discurso de sua teoria política. Este autor dá relevância à questão pedagógica da transformação social por meio da formação política. O autor comenta que, nos seus *Escritos*, Marx se preocupou com o senso comum e com a solidez das crenças das massas, mas não para se referir ao seu valor potencial de mu-

dança. Pelo contrário, queria chamar atenção para a solidez dessas crenças, particularmente da religião, como produtoras de normas de conduta e de conformismo.

Gramsci rebate as teorias mecanicistas do “determinismo econômico da base material sobre as idéias” e desenvolve o conceito de *bloco histórico* por meio do qual enuncia sua visão sobre as relações entre a base material e as idéias:

As forças materiais são o conteúdo e as ideologias são a forma sendo que esta distinção entre o conteúdo e forma é puramente didática, já que as forças materiais não seriam historicamente concebíveis sem forma e as ideologias seriam fantasias individuais sem as forças materiais (Gramsci, 1981, p. 63).

Para esse autor, o *senso comum* como matéria-prima tem potencial transformador. Mesmo como pensamento fragmentário e contraditório, o *senso comum* deve ser levado em conta, compreendido, avaliado e recuperado criticamente, uma vez que ele corresponde espontaneamente às condições reais de vida da população. Por isso, Gramsci faz uma crítica radical ao preconceito racionalista contra o povo e contra seus usos e costumes em várias partes de sua obra. Evidencia, por exemplo, em seus escritos, que todas as classes e estratos sociais têm seu *senso comum* como um conjunto de idéias veiculadas no cotidiano e é com esse conjunto de idéias que a vida é levada:

Pela própria concepção de mundo pertencemos sempre a um determinado grupo, precisamente ao de todos os elementos sociais que partilham de um mesmo modo de pensar e agir. Somos conformistas de algum conformismo, somos sempre homens-massa ou homens-coletivos (1981, p. 12).



Voltada para reflexão sobre o campo político e a prática pedagógica, a descrição que Gramsci faz da consciência desse "homem-massa" (todos os participantes de uma sociedade) ressalta, de um lado, os elementos de incoerência e conservadorismo que a povoam, mas, de outro, enaltece suas possibilidades e sinais de mudanças:

Nossa própria personalidade é composta de uma maneira bizarra: nela se encontram elementos dos homens da caverna e princípios da ciência mais moderna e progressista; preconceitos de todas as fases históricas passadas, grosseiramente localistas e, intuições de uma futura filosofia que será própria do gênero humano mundialmente unificado (1981, p. 12).

O subalterno é apenas simples "paciente", simples coisa, simples irresponsabilidade? Não, por certo. Em que reside exatamente o valor do que se costuma chamar de "senso comum" ou "bom senso"? Não apenas no fato de que, ainda que implicitamente, o senso comum empregue o princípio da causalidade, mas no fato muito mais limitado de que, em uma série de juízos, o senso comum identifique a causa exata, simples, imediata, não se deixando desviar por fantasmagorias e obscuridades metafísicas, pseudometafísicas e pseudoprofundas (1981, p. 35).

Fazendo-se uma síntese da contribuição de Gramsci sobre o conceito de *Representações Sociais*, podem ser evidenciados quatro aspectos importantes: (a) primeiramente, o autor chama atenção para o caráter de conformismo e de ilusão nelas contido e para a abrangência desse conformismo que inclui todas as classes sociais. (b) Em segundo lugar, Gramsci supera a idéia de que o "senso comum" seja algo negativo e inerente à ignorância das massas. (c) Em terceiro lugar, o autor enaltece os aspectos dinâmicos das representações que podem ser geradores de mudanças, ao mesmo tempo que co-

existem com o conservadorismo próprio da repetição cotidiana das idéias e dos comportamentos que acabam por conformar a cultura; (d) por fim, o autor valoriza o imbricamento das diferentes concepções de mundo e das representações sociais nas interações, nas contradições de classes e nas expressões de qualquer grupo social em determinada época histórica:

A concepção de mundo de uma época não é a filosofia deste ou daquele filósofo, deste ou daquele grupo de intelectuais, desta ou daquela grande parcela das massas populares: é uma combinação de todos estes elementos, culminando em uma determinada direção, na qual sua culminação torna-se norma de ação coletiva, isto é, torna-se história completa e concreta (Gramsci, 1981, p. 32).

Essa última afirmação de Gramsci remete à compreensão das *Representações Sociais* como uma combinação específica das idéias das classes dominantes e das concepções dos grupos subalternos, numa relação de dominação, subordinação e resistência entre os dois pólos permanentemente.

Lukács (1974) aprofunda o tema das *Representações* em Marx & Engels, por meio da noção de *visão de mundo*, expressão que também foi utilizada por Weber. Segundo esse autor, a visão de mundo não é um dado empírico imediato, mas um instrumento conceitual de trabalho, indispensável para se compreender as expressões imediatas do pensamento dos indivíduos. Sua importância e realidade também se manifestam no plano empírico. Ela é o principal aspecto concreto do fenômeno da *consciência coletiva* (expressão estruturante da teoria de Durkheim, 1978). Segundo Lukács, a "visão de mundo" é precisamente "esse conjunto de aspirações, de sentimentos e de idéias que reúne os membros de um grupo (mais frequentemente, de uma classe social) e as opõem aos outros grupos" (1974, p. 60). Mas, nesse particular, Lukács se diferencia de Weber (1974; 1985), que concebe a noção de *visão de mundo*

como uma espécie de código coletivo de uma sociedade, mas não entra no mérito das diferenciações culturais entre estratos e posições sociais.

Referendando o princípio da determinação da base material sobre as idéias, Lukács (1974) diz que as classes sociais são ligadas por um fundamento econômico que tem importância primordial para a vida ideológica dos seres humanos, simplesmente porque eles são obrigados a dedicar a maior parte de suas preocupações e de suas atividades para garantir a existência, e, quando se trata das classes dominantes, a conservação de privilégios, a gerência e o aumento de sua fortuna.

Fazendo coro com os diferentes autores já citados, Lukács (1985; 1974) concorda que nas consciências individuais se expressa a consciência coletiva (de classe) e chama atenção para o fato de que o fundamento científico do conceito de "visão de mundo", apreendido através do indivíduo, é a integração desse pensamento individual no conjunto da vida social, notadamente pela análise da função histórica das classes sociais.

Resumindo os principais aspectos da contribuição da Escola Marxista para a discussão do tema em pauta, pode-se dizer que os pensadores aqui citados colocam como denominador comum da ideologia, das idéias, dos pensamentos, da consciência, das *representações sociais*, a base material. Mas sua contribuição principal é introduzir, na análise, a condição da classe. O marxismo, independentemente da contribuição de cada autor, considera que a classe dominante tem suas idéias elaboradas em sistemas que se configuram como ideologia, moral, filosofia, metafísica e religião. No entanto, as classes subalternas também possuem idéias e representações que refletem seus interesses, embora sempre numa condição de subordinação. Portanto, todas as representações sociais são visões sobre a realidade, marcadas pelas contradições devidas ao lugar que os diferentes atores ocupam no modo de produção. É isso que define a especificidade das relações, das condições sociais e das representações.

Para Marx & Engels, as representações estão vinculadas à prática social. Junto com Durkheim, ele acredita na anterioridade da vida social em relação às representações. Mas, enquanto, para Durkheim, a sociedade é a "síntese das consciências", para Marx, a consciência emana das relações sociais contraditórias entre as classes e pode ser captada empiricamente como produto da base material, "nos indivíduos determinados, sob condições determinadas". O próprio Durkheim faz questão de marcar sua diferença com as teorias marxistas quando fala a respeito da religião:

É preciso guardar-se de ver na teoria das Representações um simples rejuvenescimento do materialismo histórico. Não pretendemos dizer, mostrando na religião uma coisa essencialmente social, que ela se limita a traduzir, em uma ou outra linguagem, as formas materiais da sociedade e suas necessidades imediatas e vitais. A consciência coletiva é outra coisa que um simples epifenômeno da sua base morfológica. Ela é uma síntese "sui generis" das consciências particulares. Esta síntese tem por efeito produzir todo um mundo de sentimentos, de idéias, de imagens, que uma vez nascidos obedecem às leis que lhes são próprias. Atraem-se e se repelem, segmentam-se sem que todas estas combinações sejam diretamente comandadas pelo estado da realidade subjacente (1978, p. 227).

Em relação a Weber, a teoria de Marx & Engels sobre as *Representações Sociais* se aproxima no que concerne ao peso das visões dominantes:

A nova classe dominante é obrigada, para alcançar os fins a que se propõe, a apresentar seus interesses como sendo interesses comuns de todos os membros da sociedade. É obrigada a emprestar às suas idéias a forma de

universalidade e apresentá-las como sendo as únicas racionais, as únicas universalmente válidas (1984, p. 74).

Weber (1985; 1974), ressalta a necessidade de *concepções de mundo* abrangentes, formadas por categorias de pensamento e de ação estruturantes, para que determinada sociedade se mantenha. No entanto, enquanto suas elaborações coincidem em alguns pontos com as de Marx & Engels, separam-se pela proposta marxista de incluir *classe* como um conceito estruturante do social, em contraposição ao termo totalizante *societude* usado por Weber.

Com relação ao *status* das *Representações Sociais* no conjunto das relações, Durkheim estabelece que a vida social causa as idéias; para Weber existe uma relação de adequação entre idéias e base material; e Marx & Engels consideram a base material no lugar das determinações.

Todos os três clássicos concordam com a importância de se compreender as representações sociais para se entender a realidade social. Para Marx & Engels, as representações estão coladas ao real. Portanto, o estudo e a análise das representações devem ocorrer simultaneamente à análise das relações sociais de produção nas quais determinado grupo social se move. Durkheim, reafirmando a importância das representações, diz que o pensamento coletivo deve ser estudado, tanto na forma como no conteúdo, por si e em si mesmo, na sua especificidade, pois uma representação social, por ser coletiva, já apresenta garantias de objetividade. Portanto, por mais estranhas que possam parecer, elas contêm verdades que é preciso descobrir. Para Weber, as representações e idéias têm uma dinâmica própria e podem ter tanta importância quanto tem a base material. Devem ser estudadas em sua historicidade.

Para o conjunto dos autores, é no plano individual que as representações sociais se expressam. Marx & Engels (1984) falam na *Ideologia Alemã* de sujeitos históricos ou de "indivíduos determinados", como portadores de uma forma pecu-

liar de relações sociais, políticas e econômicas. Durkheim (1978) chama atenção para o fato de que as idéias coletivas tendem a se individualizar nos sujeitos, tornando-se para eles uma fonte autônoma de ação. E Weber (1985; 1974) ressalta que o indivíduo, como portador de cultura e de valores socialmente dados, é a "constelação singular" que informa sobre a ação social de seu grupo, tendo-se em conta que o limite de suas informações é seu próprio valor.

Ao terminar essa reflexão, é preciso notar que em muitos pontos esses autores coincidem, mas as suas divergências são fundamentais, pois cada uma das teorias sociológicas que representam partem de uma "visão de mundo" específica. Enquanto, para Durkheim, as representações sociais exercem coerção sobre os indivíduos e a sociedade, para Weber os indivíduos é que são portadores de valores e de cultura que informam a ação social dos grupos. Marx & Engels consideram, com Durkheim, que os valores e crenças exercem papel coercitivo sobre "as massas", mas insiste no caráter de classe das representações e no papel da luta de classe que se dá no modo de produção e determina o campo ideológico. Se, para Durkheim, a coerção das representações é de tal monta que a sociedade se configura como a "síntese das consciências", Marx & Engels admitem o papel libertador da consciência de classe, tratando-a como motor da mudança no interior das contradições que atravessam a sociedade capitalista.

A partir dos autores clássicos aqui invocados, conclui-se que a categoria *Representações Sociais* é central para a prática da pesquisa qualitativa tanto para a realização de entrevistas como para a observação de campo. As *Representações Sociais* manifestam-se em falas, atitudes e condutas que se institucionalizam e se rotinizam, portanto podem e devem ser analisadas. Mesmo sabendo que o senso comum traduz um pensamento fragmentário e se limita a certos aspectos da experiência existencial freqüentemente contraditória, ele possui graus diversos de clareza e de nitidez em relação à realidade, como eviden-

com Gramsci (1981) e Schutz (1964; 1971; 1979; 1982; 1987). O fruto da vivência das contradições que permeiam o dia-a-dia das classes sociais, e sua expressão marca o entendimento delas com seus pares, seus contrários e com as instituições. Com o senso comum, os atores sociais se movem, constroem sua vida e explicam-na mediante seu estoque de conhecimentos.

Mas, além dos aspectos mencionados, o senso comum possui núcleos positivos de transformação e de resistência na forma de conceber a realidade. Assim, tanto o "senso comum" como o "bom senso", para usar expressões de Gramsci, são sistemas empíricos de representações sociais observáveis, capazes de revelar a natureza contraditória da organização em que os atores sociais estão inseridos.

Algumas *Representações Sociais* são mais abrangentes, pois revelam a visão de mundo de determinada época. Mas essas mesmas idéias abrangentes possuem elementos de conformação, de transformação, de inconformismo e de projeção para o futuro.

As *Representações Sociais* não são necessariamente conscientes, porque elas constituem a naturalização de modos de fazer, pensar e sentir habituais que se reproduzem e se modificam a partir das estruturas e das relações coletivas e de grupos. Mesmo no caso das elaborações filosóficas, seu conteúdo reflete idéias, ao mesmo tempo das elites e das grandes massas, expressando contradições vividas no plano das relações sociais de produção. Por isso mesmo, qualquer esquema ideológico contém elementos de dominação de classes e de resistências sociais, de contradições e conflitos e de conformismo.

Ainda que algumas formas de pensar a sociedade sejam abrangentes e resistentes como cimento que mantém estruturas e *statu quo*, cada grupo social faz da visão abrangente uma representação particular, de acordo com a sua posição no conjunto da sociedade. Essa representação é portadora também dos interesses e do dinamismo específicos dos grupos e classes sociais.

Por serem ao mesmo tempo ilusórias, contraditórias e verdadeiras (nos vários sentidos aqui evocados), as representações podem ser consideradas matéria-prima para a análise do social e também para a ação pedagógica e política de transformação, pois retratam e refratam a realidade. Porém, é importante observar que as *Representações Sociais* não conformam a realidade e seria outra ilusão tomá-las como verdades científicas, reduzindo a análise de um processo ou fenômeno social à concepção que os atores sociais fazem dele.

Para terminar, vale reforçar a idéia de que a mediação privilegiada para a compreensão das representações sociais é a linguagem do *sensu comum*, tomado como forma de conhecimento e de interação social embora qualquer outro tipo de manifestação simbólica deva ser considerada uma forma de representação da realidade (por exemplo, a forma tradicional de disposição das carteiras na sala de aula, o desenho arquitetônico de um hospital, o organograma de uma instituição). Segundo Bakhtin, "a palavra é o fenômeno ideológico por excelência. A palavra é o modo mais puro e sensível de relação social" (1986, p. 36). Particularmente quando se trata da comunicação da vida cotidiana as palavras são fundamentais. Elas são tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos e servem de trama para as relações sociais em todos os domínios. Bakhtin chama atenção para o fato de que cada época e cada grupo social têm seu repertório de formas de discurso, determinado pelas relações de produção e pela estrutura sociopolítica. Portanto, a palavra é, ao mesmo tempo, uma produção histórica e arena onde se confrontam interesses contraditórios, servindo ao mesmo tempo como instrumento e como material de compreensão da realidade.

#### ♦ *Representações sociais de saúde e doença*

Desde o início do século XX, sociólogos e antropólogos aportaram uma contribuição muito importante para o setor



saúde, ao demonstrar, por meio de estudos empíricos, o fato de que a doença, a saúde e a morte não se reduzem a uma evidência orgânica, natural, objetiva, mas que sua vivência pelas pessoas e pelos grupos sociais estavam intimamente relacionadas com as características de cada sociedade: a doença, além de sua configuração biológica, é também uma realidade construída e o doente é um personagem social. Para expressar essa relação, Latour (2000) fala do *híbrido biológico-social*.

Ao introduzir a obra de Mauss (1950), por exemplo, Lévi-Strauss fez algumas considerações que se tornaram clássicas e que dizem respeito ao tema aqui tratado. Refletindo sobre as vivências de fenômenos que incluíam mudanças corporais, esse autor ressaltou que:

O esforço irrealizável, a dor intolerável, o prazer e o aborrecimento são menos função das particularidades individuais que de critérios sancionados pela aprovação ou desaprovação coletivas [. . .] Em face das concepções racistas que querem ver no homem o produto de seu corpo, mostra-se, ao contrário, que é o homem, sempre e em toda parte, que faz de seu corpo um produto de suas técnicas e de suas representações (Lévi-Strauss, 1950, pp. XIII-XIV).

Refletindo sobre os achados antropológicos de Mauss (1950) sobre tribos neozelandesas e australianas, Lévi-Strauss mostra que uma representação específica tão forte e enraizada nas culturas como a de saúde/doença manifesta vigorosamente as concepções de uma sociedade como um todo. Cada sociedade tem um discurso sobre saúde/doença e sobre o corpo que corresponde à coerência ou às contradições de sua visão de mundo e de sua organização social. Assim que, além de ser capaz de criar explicações peculiares sobre os fenômenos do adoecimento e da morte, as categorias saúde/doença devem ser consideradas janelas abertas para compreensão das ações humanas, das relações entre os indiví-

duos e a sociedade das instituições e de seus mecanismos de direção e controle:

Em todas as condutas em aparência aberrantes, os doentes não fazem senão transcrever um estado do grupo e tornar manifestas tais circunstâncias. Sua posição periférica em relação a um sistema local não impede que eles sejam parte integrante de um sistema total. Pode-se dizer que, para cada sociedade, condutas normais e condutas especiais são complementares (Lévi-Strauss, 1950, p. XXII).

O comentário de Lévi-Strauss ressalta o belo e forte texto de Mauss (1950) intitulado "L'Idée de Mort" no qual esse antropólogo analisa a maneira como povos neozelandeses e australianos pesquisados por ele encaravam as doenças e o falecimento. A idéia de morte, demonstra Mauss, com base em vários trabalhos de campo, é construída e cria uma ligação direta entre o físico, o psicológico e o moral, conformando uma representação social peculiar. Este autor relata que, em grande número de sociedades estudadas por ele, o medo da morte, de origem puramente social e sem nenhuma mistura de fatores mórbidos individuais, é capaz de criar manifestações mentais e físicas de adoecimento entre as pessoas, por razões de consciência e de transgressão das normas vigentes. Essas pessoas passam a se relacionar com sua morte, mesmo que em seus corpos não haja lesões aparentes ou conhecidas que justifiquem o óbito: "São casos acontecidos de mortes causadas brutalmente, em numerosos indivíduos, mas simplesmente pelo fato de que eles souberam ou acreditaram que iam morrer" (Mauss, 1950, p. 313).

Mauss comenta, ainda, com base nos fatos observados nesses povos, que viu muitos indivíduos serem possuídos repentinamente por doenças causadas (segundo eles) por feitiço, encantamento ou por pecado de comissão ou omissão. A idéia cultural do que seja doença, para esses grupos, seria a

chave para a compreensão dos adoecimentos e dos óbitos. Uma dessas idéias é de que deve morrer o indivíduo que infringe alguma norma ou algum tabu. Nesses casos, o sujeito que adocece ou morre não se *crê* ou não se *sabe* doente a não ser por causas coletivas e sagradas que o sustentam e mantêm sua comunidade. A partir de suas observações em campo, Marcel Mauss criou o relevante conceito de *fato social total* (1950, p. 315), segundo o qual a expressão de um problema tão forte como o adoecimento mobiliza o biológico, o emocional, as relações e toda a estrutura cultural de uma comunidade.

A seguinte afirmação de Douglas vai ao encontro da posição de Lévi-Strauss (1950) e Mauss (1950):

O corpo social limita a forma pela qual o corpo físico é percebido. A experiência física do corpo é sempre modificada pelas categorias sociais através das quais é conhecida, sustentando uma visão particular da sociedade (1971, p. 83).

Portanto, a partir das Ciências Sociais pode-se dizer que há uma ordem de significações culturais mais abrangentes que informa o olhar lançado sobre o corpo que adocece e que morre. A linguagem da doença não é, em primeiro lugar, linguagem em relação ao corpo, mas linguagem que se dirige à sociedade e às relações sociais de forma histórica. Seja qual for a dinâmica efetiva do "ficar doente", no plano das representações, o indivíduo julga seu estado, não apenas por manifestações intrínsecas, mas a partir de seus efeitos: ele busca no médico (ou no correspondente a ele em cada sociedade) a legitimidade da definição de sua situação. Dessa situação legitimada, ele retira atitudes e comportamentos em relação a seu estado e assim se torna *doente para o outro*, ou seja, para a sociedade.

A referida ordem de significações culturais sobre saúde/doença informa e se refere: (a) à visão do mundo; (b) a atitu-

des coletivas em face da infelicidade dominadora; (c) ao pecado que se personaliza na doença e significa o rompimento do homem com limites dados pelas regras e normas da sociedade frequentemente traduzidas em códigos morais ou religiosos; (d) ao corpo doente como espaço de fraquezas e decadência, simbolizando o sentimento de infelicidade e de alienação, da finitude e da precariedade individual e social.

*Saúde como capital econômico e social* — O setor saúde é considerado na contemporaneidade e no mundo inteiro, como um dinamizador da economia pela sua capacidade de produção de bens e serviços e um campo de geração de novos conhecimentos e absorção de tecnologias. Além de a saúde representar, na sociedade contemporânea, um direito dos cidadãos e da coletividade, de ser um dos maiores ideais de todas as coletividades que estabelecem padrões para sua qualidade de vida, saúde é requisito e propulsor de desenvolvimento. Como direito e ideal, a saúde é sobretudo um bem econômico e cultural em disputa, pois os avanços científicos e tecnológicos beneficiam desigualmente a humanidade no interior das sociedades, evidenciando a relação entre a acumulação de capital e de conhecimento e o aumento das desigualdades sociais e das diferenças do perfil epidemiológico.

No caso do Brasil, o país do Jeca Tatu no passado — em 1900 os brasileiros tinham uma expectativa de vida de 33 anos e eram dizimados por doenças infecciosas — nos últimos cinquenta anos fez progressos impressionantes, alcançando mudanças profundas nas condições de vida e de saúde de sua população. Apresenta tendências crescentes de aumento na expectativa de vida e de redução acentuada dos indicadores de mortalidade infantil e de doenças infecciosas, acompanhando perfis de países considerados desenvolvidos (Barreto & Carmo, 1994; Monteiro, 1985; Minayo, 2000).

Uma análise mais acurada, porém, mostra disparidades imensas dos indicadores sociais e de saúde, segundo padrões regionais e de estratos sociais (Dachs, 2002); crescimento de

desemprego e violências (Minayo & Souza, 1999) e de enfermidades de origem ocupacional (Minayo-Gomez, 2005); reaparecimento de epidemias como cólera e dengue, persistência de grandes endemias como doença de Chagas, esquistossomose e malária, que afetam as populações mais pobres; e aumento diferenciado da frequência de enfermidades crônico-degenerativas nos grupos sociais mais vulneráveis.

Lembrando que as classes dominantes orientam o sentido das representações sociais embora não as monopolizem, é importante ressaltar um estudo etnográfico recente de Sfez (1997) sobre a visão de saúde/doença das elites dos Estados Unidos, Japão e França. Esse autor assim resumiu os achados do seu estudo. Há hoje, nas classes afluentes dessas sociedades, "um mito da saúde perfeita" (1997, p. 130) que o autor define como um misto de religião e ecobiologia, cujos textos sagrados estão escritos nos laboratórios de genética e de ecologia. São seus objetos de culto os produtos da biotecnologia que acenam com a juventude perene e as receitas dietéticas. Seus praticantes, são, principalmente os antitabagistas e os consumidores de comida sem colesterol.

A religião da *saúde perfeita*, para Sfez (1997), está definindo uma nova representação social de saúde, e pretende definir uma nova história humana, corrigindo todos os seres humanos geneticamente defeituosos, purificando o planeta e levando a humanidade ao paraíso pelas mãos da ciência. Tal representação vem da crença ilimitada na tecnociência, alimentando e reavivando o sonho antigo dos bacteriologistas (Nunes, 1985) de eliminar as mediações políticas para se resolverem os problemas humanos de saúde. Mas essa nova representação da saúde perfeita também vai ao encontro de grandes interesses econômicos contemporâneos, talvez os maiores nesse início de século envolvidos nos estudos de genética e na criação de medicamentos chamados de quarta geração. Laboratórios privados de pesquisa e empresas poderosas de seguro já trabalham com o objetivo de "purificação preventiva" (Sfez, 1997, p. 139).

O conceito de purificação preventiva tem o sentido de purificação genética pelo mapeamento dos genes e das doenças antes de a criança nascer ou ser concebida e de purificação do planeta por meio dos projetos ecológicos (exemplos, Programa Biosfera I e Biosfera II). Ele vem sobrepor-se ao de promoção da saúde (de cunho social e político) e de prevenção (de cunho médico e epidemiológico). Esse conceito reúne a história de uma combinação de interesses econômicos, comerciais e da tecnociência, formando uma ideologia alimentada e reproduzida pelos grupos e classes dominantes no mundo globalizado. Conforma uma ideologia que se assenta nos mais profundos sentimentos e desejos da humanidade de gozar de um bem-estar absoluto, de conservar uma juventude eterna e de exorcizar a morte.

Desenvolvida num contexto socioeconômico, político e cultural globalizado que vem acirrando as desigualdades e a exclusão social, a *representação da saúde perfeita* se move no universo dos que são altamente beneficiados pelos processos de concentração das riquezas e do poder, fazendo que os achados da biotecnologia atropelem as diferenças culturais: engloba os ricos da maioria dos países. Aos mais pobres e, sobretudo, aos mais pobres dos países subdesenvolvidos, cabe a exclusão ou as migalhas dessas descobertas.

No seu estudo, Sfez chama atenção para dois pontos cruciais. Primeiro, a *representação da saúde perfeita* é um projeto globalizante e de lógica totalitária e excludente fundado cientificamente. Nele a noção de *saúde coletiva* se resume à idéia da soma da saúde de cada indivíduo saudável geneticamente. O segundo, é que essa representação se fundamenta na constituição imaginária de uma utopia que se elabora enquanto já está se realizando, sob o império das seguradoras que não querem investir na vida imperfeita ou em pessoas defeituosas.

No Brasil, também existem mudanças ocorrendo na representação de saúde como bem econômico, embora, do ponto de vista de abrangência, ainda desvinculadas do essen-

cialismo genético. Elas aparecem em um novo discurso sobre o corpo, elemento importante de muitos investimentos de consumo, não apenas do que possa adorná-lo, mas do que pode ser feito para aprimorá-lo, retardar seu envelhecimento e mantê-lo em boa forma. Percebendo esse movimento, Rondelli diz que:

Não é mais necessariamente a doença, a fonte de elaboração discursiva, mas a imagem de um corpo sempre belo e jovem, construído pelas injunções dos saberes médicos e esportivos, tendo, na mídia, seu lugar de ampliação e repercussão (1995, p. 38).

Uma das decorrências dessa mudança na concepção que privilegia a saúde como uma conquista do indivíduo é o afastamento das idéias tradicionais da saúde pública de iniciativa governamental para dar lugar à presença cada vez mais visível e ativa das empresas especializadas na gestão das necessidades sociais. De um lado, crescem por toda parte, sobretudo nos grandes centros urbanos, as academias de ginástica, os clubes de esporte e cultivo do corpo, os *spas*, as dietas e as clínicas de cirurgias plásticas e esculturais. De outro lado, desenvolvem-se os negócios de seguros e planos de saúde, formando uma frente articulada de interesses que se apóiam nas condições gerais de acumulação, na crise do Estado de Bem-Estar Social e nas estratégias atuais de uso empresarial da comunicação e da informação (Ribeiro, 1995).

*Saúde como responsabilidade do indivíduo* — Do ponto de vista das representações dominantes, *saúde* é um bem pessoal precioso e um negócio voltado para atingir a subjetividade do indivíduo e movimentar a sua ação. Essa representação é antiga. Já Descartes (1980) dizia que nada existe que o indivíduo não possa por si mesmo, melhor que o melhor dos médicos se ele quiser ter o bom senso de prolongar sua saúde. Tal afirmação faz coro com a visão hipocrática, segundo a

qual a doença pode ensinar o homem e a se comportar ouvindo a natureza e percebendo o que é melhor para ele. Do ponto de vista do senso comum, a saúde como bem individual precioso se expressa (a) no "silêncio do corpo" como mostra Canguilhem (1978) ou na sensação de bem-estar; (b) numa espécie de capital de reserva, uma espécie de resistência ou de robustez que o indivíduo vai construindo ao longo da vida e tem origem nos cuidados da primeira infância (Herzlich, 1983). (c) Na vida adulta, sua representação se vincula à idéia de equilíbrio e de sobriedade que até permite certos desequilíbrios prazerosos quando a pessoa possui aquele capital inicial de reserva conservado cuidadosamente. Essas representações da saúde supõem uma sociedade estável e passível de ser controlada pela vontade pessoal. Tal representação, a mais comum na sociedade brasileira, pode ser contraditada a partir do pensamento filosófico de Marx de que a ideologia mostra a realidade de forma invertida. Primeiramente, nem a vida e nem a saúde são estáveis e sua robustez, ao contrário, mostra-se nos processos de desequilíbrio quando o indivíduo é capaz de se superar e de construir novos patamares a partir das adversidades e enfermidades. Segundo, embora exija um forte engajamento do indivíduo na sua manutenção e qualidade, a saúde é também um problema coletivo, social e político. Assim como não se pode ser feliz sozinho não se pode ser saudável apenas individualmente. O ser humano é parte de vários sistemas entrelaçados nos quais se realiza.

Na formação das novas idéias de saúde como conquista do indivíduo, a idéia "do corpo sarado" é uma das mais evidentes, tendo na mídia um papel de divulgação importantíssimo, pois ela veicula e repercute, pela mágica das imagens, uma representação selecionada por interesses das técnicas do culto do corpo e por um tipo de atenção médica espetacular. O tratamento das doenças, tal como veiculado pelas empresas médicas na televisão, principalmente, promove segurança, rapidez, eficiência e eficácia quase milagrosas, por meio de



serviços privados, personalizados, acessíveis, otimizados, rápidos, eficientes, modernos, especializados e valorizados por inovações tecnológicas.

A mesma mídia alimenta e também repercute (porque freqüentemente a imagem traduz situações reais) um serviço público impessoal, cruel, ineficiente e ineficaz. Embora o SUS seja hoje um bem da sociedade brasileira, infelizmente a sua *representação* na sociedade brasileira corresponde à de um sistema que, por estar particularmente voltado ao atendimento dos pobres (embora se pretenda universalizado), produz um serviço emperrado, de baixa qualidade, penalizando os usuários por meio de filas, de lentas marcações de consultas e exames e, por tudo isso, não responde às necessidades de saúde da população.

*Representação de doença* — As representações dominantes de doença em toda a sociedade ocidental são mediadas de forma muito peculiar pela corporação médica, embora contradições entre concepções eruditas e populares marquem as idéias de qualquer população do mundo. Intelectual orgânico dos interesses dominantes na construção da hegemonia que se expressa em torno do setor saúde, o médico é ao mesmo tempo o principal agente da prática e do conhecimento. A profissão, conforme Boltanski (1979), situa o médico na confluência de três lógicas absolutamente contraditórias: (a) a humanitária, que se traduz na ideologia de fazer tudo pelo doente, e na qual esse profissional exerce sua visão de depositário da vida e da morte; (b) a racional e de interesse científico, que faz de cada cliente um "caso" e possível laboratório de experiências; (c) a da rentabilidade econômica que sustenta o *status* profissional na sociedade capitalista. O conjunto de conflitos gerados por essas lógicas distintas leva a que os médicos não possam, como os outros comerciantes de bens e serviços, explicitar, como fim único de seu empreendimento, a maximizações de lucros. Mas, freqüentemente, como refere Boltanski, é essa lógica que predomina no seu agir profissio-

nal e na sua corporação, informando sua relação com o Estado, com a população e com os clientes.

Na visão tecnológica da medicina, as doenças funcionam como desafio à ciência, ao progresso e reafirmam a ideologia desenvolvimentista, segundo a qual, um dia, as descobertas acabarão com as enfermidades e a morte será vencida. A partir dos interesses corporativos, elas são o espaço privilegiado de acirramento na guerra competitiva entre grupos profissionais, laboratórios e indústrias de equipamentos. Elas medeiam a luta entre saber e poder econômico, organicamente relacionados com o sistema de produção médico. No entanto, a contradição maior que existe entre a proposta corporativa e a realidade é que, a despeito da imagem salvadora e filantrópica que a corporação médica tenta projetar de si e de seu poder, sua história está carregada de fracassos que evidenciam sua impotência ante a morte. A noção de fracasso, materializada na morte, portanto, faz parte da representação médica da doença. Referindo-se à história da medicina moderna, Boltanski escreve:

[Ela é] a história de uma luta contra os preconceitos do público e, mais especialmente, das "classes baixas", uma história contra as práticas médicas populares, com o fim de reforçar a autoridade do médico, de lhe conferir o monopólio dos atos médicos e colocar sob sua jurisdição novos campos abandonados até então ao arbítrio individual, tais como a criação dos recém-nascidos ou a alimentação (1979, p. 14).

A barreira mais visível entre o médico e a população, para expressar e tratar das doenças ocorre por meio de um código de linguagem fechado e específico próprio da biomedicina. Esse código, primeiramente, atém-se ao contorno biológico e individual do doente, explicando o fenômeno da saúde como o bom funcionamento do organismo e como responsabilida-

de individual, separando o sujeito de seu meio, de sua experiência existencial, de sua classe e dos condicionamentos de sua situação social. Em segundo lugar, transforma o conceito de doença numa especialidade a respeito de determinado órgão, considerando o corpo como objeto de saber e espaço da doença. Em terceiro plano, cada vez mais a práxis médica funcionalista chega a prescindir da realidade imediata e sensível que é a pessoa em sua totalidade, voltando-se para as mensagens infracorporais fornecidas pelos equipamentos laboratoriais.

Do ponto de vista da sociedade, geralmente as doenças ou são pensadas de forma articulada à saúde, como parte do processo vital (evidenciando que não há completo bem-estar, assim como não há saúde perfeita) ou como eventos específicos vinculados a fatores endógenos e exógenos que as desencadeiam. Nas sociedades ocidentais contemporâneas, os fatores endógenos do adoecimento são representados como processos biológicos funcionais, orgânicos ou como lesões que ocorrem nos indivíduos por sua carga hereditária ou por descuidos com a saúde. Os fatores exógenos são explicados pelo estilo de vida e pela relação dos cidadãos com o ambiente.

A doença, pensada como um problema do indivíduo, primeiramente é concebida como um processo que, de imediato, não revela seu vínculo com o social, espelhando a ideologia médica. O foco dessa representação indica que, independente de qualquer explicação que possa ser dada, é o indivíduo que adoece e enfrenta a morte, revelando uma tendência ao individualismo e a uma relação de exterioridade com a sociedade em que ele vive. No entanto, a atribuição de sentidos das causas endógenas é também socialmente construída por interpretações que, para todas as classes sociais, incluem destino divino, fatalidade ou desordem, remetendo à desobediência ou à quebra de normas e tabus coletivos. Portanto, mesmo nas sociedades contemporâneas, existe um conflito entre as explicações meramente biológicas individualizantes,

a contribuição do estado mental, das relações sociais e das interpretações culturais na observação de como uma pessoa adoece e vive sua doença (Kleinman, 1980; Good & Good, 1980; Leinman, 1988).

As concepções da origem da doença por causas ambientais estão ligadas à visão construída sobre o funcionamento da sociedade, quase sempre considerado agressivo, opressivo e insalubre. O *modo de vida*, definido por Herzlich (1983; 1985) como sendo o quadro espacial e temporal no qual o indivíduo vive, na maioria dos discursos sobre saúde é considerado pernicioso por suas características (densidade de população, atmosfera), pelo ritmo de vida (horários e estímulos), assim como por seus reflexos em certos comportamentos cotidianos (alimentação, atividades, descanso e sono). O meio ambiente e a própria organização social são representados como hostis, portadores de doença e desequilíbrio. Nesse sentido, a representação das causas das enfermidades opera a partir de uma alienação quanto ao fato de que tudo o que é e está construído significa uma ação humana objetivada. Em tais circunstâncias, a saúde continua a ser vista como um atributo de quem afronta o mundo insalubre. E a doença, um fracasso de quem é vítima dele.

Nada tão poderoso como as chamadas doenças-metáfora para evidenciar a representação de uma enfermidade tanto para a corporação médica como para uma sociedade dada, ensina Sontag (1984). Por doenças-metáfora entendo o conjunto de enfermidades cuja enunciação enseja catástrofes. Essas doenças, geralmente, possuem uma longa história de desenvolvimento e de envolvimento com o imaginário social e mobilizam forças que suscitam medo e proscricção na sociedade. Sontag (1984) cita, como exemplos de doenças-metáfora, a peste nos séculos XVI e XVII, a tuberculose e a sífilis no século XIX, o câncer no século XX e a aids na contemporaneidade.

Do ponto de vista sociológico, as doenças-metáfora podem ser consideradas categorias-síntese, porque conseguem

criar um consenso a respeito da fonte dos males na sociedade. Em geral, são explicadas como parte das anomalias e catástrofes sociais ligadas e frutos de transgressões individuais, provocando autojulgamento e autopunição. Pelo fato de algumas delas, como é o caso do câncer e a aids, atingirem a todos os grupos sociais independentemente da situação social (embora sempre existam diferenciações de classe e de cultura no seu enfrentamento) costumam vir associadas às idéias de desordem, de desvios morais e até à crença na "devassidão" do ser humano.

Por desafiarem a arrogância da competência médica e do poder econômico, as doenças-metáfora costumam relativizar o caráter de classe das propostas de saúde perfeita e de imortalidade. Por isso, constituem fenômenos privilegiados para questionamento da precariedade da organização social, pois reúnem a ameaça de morte da humanidade, anunciam sua decadência, perpetuam a permanência simbólica ou real da infelicidade e chamam atenção para os comportamentos considerados recrimináveis, vetores do mal de hoje e sempre.

No caso de algumas das doenças como é o caso da sífilis e da aids, sua evocação como fenômeno social é conservadora, pois apela para o retorno a um passado sempre considerado mais saudável, ou para motivos religiosos e transcendentais. Nos seus efeitos, as doenças-metáfora sempre ressaltam contradições entre avanços e recuos nos processos de mudanças, embora, como já referi, elas empurrem a sociedade, preferencialmente, para o conservadorismo:

As modernas metáforas da doença especificam um bem-estar da sociedade assemelhado à saúde física que é tão freqüentemente apolítico quanto o é um apelo à nova ordem política (Sontag, 1984, p. 96).

Um dos motivos da orientação para o conservadorismo deve-se à capacidade de as doenças-metáfora atraírem sobre

elas sentimentos, emoções e medos em doses excessivas, obscurecendo, no imaginário social, as relevâncias do quadro real de morbimortalidade. Herzlich (1983), retomando a expressão de Sontag (1984), fala a respeito dos efeitos que levam as pessoas a reencontrarem a visão arcaica e a redefinirem a visão moderna do mal, e a estabelecerem uma relação conflituosa com os valores atuais. E, ao mesmo tempo, a evidenciarem a fragilidade permanente do indivíduo: "Somos sempre dominados e mudos frente aos cataclismas de nosso corpo" (Sontag, 1984, p. 101). Mas, diz a autora, no mesmo caminho a que chegou Sfez (1997) com seus estudos: "A medicina também, e não apenas a doença, é hoje uma metáfora: em volta dela estão articuladas nossas interrogações mais essenciais concernentes ao futuro da humanidade" (Sontag, 1984, p. 105).

Os aspectos mobilizadores de sentimentos e ações de muitas doenças-metáfora acabam por mover o desencadeamento de novas tecnologias e estratégias de ação, importantes para a promoção e prevenção e para a atenção aos enfermos. O caso mais exemplar na atualidade é o da aids. Ela mobiliza hoje no Brasil e no mundo, energias de pesquisa, de desenvolvimento de tecnologias, de ações estratégicas setoriais e intersetoriais, e outros avanços.

No entanto, a aids mata e adocece menos que as doenças do coração, as violências, as neoplasias, as enfermidades endócrinas e muitas enfermidades infecciosas. O número de aidéticos que precisa de assistência é muitíssimo menor do que o contingente imenso da população que precisa de cuidados médicos de urgência e hospitalares e se expõe nas longas filas, esperando atendimento. Os problemas de magnitude das enfermidades colocadas nos primeiros lugares no perfil epidemiológico dos brasileiros não chamam atenção tanto quando a aids. Ressalto, portanto, a força das doenças-metáfora e o fato de que, nem sempre, a representação das doenças e seus riscos numa sociedade coincidem com o perfil de sua incidência e prevalência no mapa de seus problemas de saúde.

Essa reflexão sobre as representações da doença precisa abranger, pelo menos no caso brasileiro, as visões da medicina popular, por meio da qual se expressa e atua boa parte dos segmentos das classes populares e também das classes médias. A concepção popular, é preciso que se diga, de um lado, reafirma o poder da biomedicina, também pelo uso intenso das instituições, equipamentos e consultas médicas. De outro lado, o relativiza pelas experiências e conhecimentos tradicionais e pela recorrência ao poder da religião. No pensamento popular, incondicionalmente o poder de Deus se alinha à boa saúde e à cura (Minayo, 1998).

Do ponto de vista da população trabalhadora, duas noções principais estão subjacentes ao tema da doença: incapacidade para trabalhar e em última instância Deus é quem cura. Essas duas idéias são chave do comportamento popular que combina o uso da medicina erudita, terapêuticas tradicionais e familiares e a invocação religiosa. A representação que se constrói a partir daí tem expressões como "a saúde é tudo, é a maior riqueza", "saúde é igual à fortuna, é o maior tesouro" em oposição a "tal doença é para demonstrar o poder de Deus", ou ainda "tal enfermidade foi por castigo divino" e inclui e relativiza a crença no poder dos médicos que, por sua vez, costumam tratar os pobres com pouca atenção.

A doença (ou saúde) é considerada no quadro global dos problemas de vida e da morte, como um fenômeno que escapa, em última instância, ao controle do homem, como algo que, no limite, é produto de forças sobrenaturais ou, mais comumente, de Deus (Loyola, 1984, p. 162).

A miséria, a fome e o desespero que podem advir do fato de o trabalhador estar doente, sobretudo no caso dos que não recebem benefícios sociais instituídos, lhes mostram, na prática, que seu corpo é sua fonte de subsistência e única estratégia de reprodução. Para eles, a doença como responsabi-

lidade pessoal e, portanto, como custo financeiro e a medicalização de um conjunto de atos de sua vida, é um fato real. Dessa forma, a apreensão essencial do corpo doente, tendo em vista a expectativa que dele tem o trabalhador leva a que a incapacidade de fazer, mais do que as alterações no parecer, tornem os trabalhadores apreensivos. Os sentimentos de desintegração social e o medo de ficar doente e lhe faltar o reconhecimento que sempre lhe veio por meio do trabalho, marcam-lhe, em primeiro lugar, o corpo e o espírito.

As representações populares fazem uma combinação específica da medicina erudita e das terapêuticas tradicionais (Minayo, 1989; 1993; 1998; Boltanski, 1979), utilizando ambos os códigos de acordo com seus interesses. Para os trabalhadores, os sintomas são colocados no corpo de forma localizada, nalgum órgão, e expressos por meio de explicações geralmente vinculadas a fatos existenciais, intervenções sobrenaturais ou a situações vividas no dia-a-dia. Essa forma de atribuição de causas por meio de uma concepção, ao mesmo tempo localizada, analítica, e que contempla o conjunto das situações infelizes da vida cotidiana é, talvez, o primeiro ponto de ruptura com a linguagem médica que é, ao contrário, funcional, sintética e específica.

Para esses grupos, a doença refere-se internamente a desequilíbrios que afetam de uma só vez espírito, alma, corpo e matéria. As doenças espirituais causadas por "excesso de trabalho", "exposição a agentes danosos", "mau-olhado", "trabalho feito", "espírito encostado", "castigo divino", segundo as crenças dos enfermos ou de seu meio social integram-se, no indivíduo, às doenças da matéria causadas pelo meio ambiente, e pelas condições de vida e ocupacionais. De acordo com as circunstâncias, ora o espírito, ora a matéria são mais valorizados nas explicações. No entanto, em momento algum, esses mesmos fenômenos são apresentados apenas do ponto de vista biológico ou apenas sob a ótica espiritual; envolvem a visão integrada do ser humano e sua relação



com as condições de vida, tomadas no sentido mais amplo (Minayo, 1989; 1993).

As oposições corpo/alma, indivíduo/sociedade, que são complementares e mesmo inclusivas nas representações da classe trabalhadora, justificam, mais do que as dificuldades de linguagem, seu comportamento em relação à medicina oficial. Para desespero dos profissionais (que explicam o comportamento popular como ignorância), os indivíduos recorrem a outras explicações, a outras atitudes e a outras estratégias, pois de verdade não crêem nas prescrições biomédicas apenas. Por isso, tomam a liberdade de reinterpretar os preceitos eruditos, de integrá-los dentro de suas condições existenciais e, ao mesmo tempo, de prescindir deles ou de subestimá-los, construindo assim uma maneira especial de lidar com os serviços de assistência médica. Essa forma particular de atuação desconcerta e questiona até mesmo as tentativas dos gestores de racionalizar o sistema de saúde brasileiro.

O modo próprio de se relacionar com a medicina oficial, particularmente por meio das estratégias religiosas e tradicionais, pode ser considerado um esquema de resistência próprio das classes populares, em delegar à biomedicina o sentido da sua vida e de sua morte. Enquanto procuram e reivindicam tratamento adequado e digno no sistema oficial, e ao mesmo tempo, recriam alternativas de representação do corpo e de sua relação com o mundo, reafirmam sua identidade e seu saber específico que também contém sabedoria.

Um exemplo que ilustra o código particular das classes populares para classificarem suas enfermidades se encontra nos estudos do Endef (Estudo Nacional de Despesas Familiares) de 1974. Esse trabalho revela que, enquanto médicos e epidemiologistas apontam um perfil específico de morbimortalidade no País, o Endef encontrou, no primeiro lugar das classificações populares, um quadro de doenças chamadas pelos entrevistados como "nervosas" ou "doenças dos nervos" - "doenças do espírito". Essas doenças eram explicadas

pelos entrevistados como um conjunto de ansiedades e insatisfações que vivenciavam por causa das “dificuldades da vida”. O cansaço permanente do sobretrabalho, a alimentação insuficiente, as restrições provocadas pelos baixos salários, o desemprego, a incapacidade de lidar com os esquemas burocráticos e impessoais compuseram um quadro explicativo das “doenças sentidas” pelos brasileiros, sob a denominação de “nervoso”. Essas informações, se transformadas em questionamento, podem constituir-se em desafio para o sistema de saúde, pois descrevem o que os médicos costumam denominar “doenças sociais”.

Ora, as chamadas doenças sociais remetem aos médicos-pensadores da metade do século XIX, quando desde então já ressaltavam a necessidade de se aliar o atendimento tópico e individual aos enfermos com a discussão de questões políticas e econômicas, reafirmando-se o caráter legítimo da politização da saúde pública (Nunes, 1999).

*Saúde como um bem coletivo* — As duas representações anteriores, a da saúde como *um bem econômico* e da saúde como *conquista individual* não são exatamente sinônimas da *representação da saúde coletiva*. Não que a representação da saúde coletiva descarte os avanços da genética e da medicina, ou seja, contra todas as estratégias de estilo de vida que promovem o aprimoramento do corpo pelo esporte, do lazer e dos tratamentos estéticos e as estratégias de envelhecimento saudável. Para a saúde coletiva, saúde é um bem social, um direito universal associado à qualidade e à proteção da vida, espelhando políticas públicas e sociais universalizantes, inclusivas na cidadania e superadoras das imensas desigualdades sociais.

A representação de saúde coletiva inclui a visão do progresso econômico em favor da equidade e o uso da ciência e da tecnologia em favor da superação dos problemas e das doenças que atingem a maioria da população que precisa da atenção do Estado. Incorpora o desenvolvimento da biologia, da genética, das ciências ambientais, mas, por meio do

raciocínio epidemiológico, chega a algumas conclusões: (1) a humanidade inteira, apesar dos avanços tecnológicos, está sujeita à subversão dos vírus; (2) as avançadas tecnologias facilitadoras da vida não estão isentas de riscos; (3) as migrações e movimentações humanas cada vez mais aceleradas pela revolução dos meios de comunicação facilitam as importações de doenças; (4) existe uma adaptabilidade dos parasitos aos espaços desiguais e integrados; e, (5) por fim, não é possível tornar a terra um paraíso quando toda a acumulação de riquezas produz tanta exclusão social. Ou seja, a saúde perfeita, como a imortalidade, é um mito.

Por causa das conclusões acima, baseadas em evidências epidemiológicas, a saúde coletiva representa como tarefa sua o engajamento permanente na busca de avanços sociais, políticos e nos direitos universais da população. Por isso também, invoca investimentos públicos para pesquisa em saúde e para o desenvolvimento tecnológico, ao mesmo tempo que propõe a repartição de seus avanços para contemplar também os mais necessitados e não apenas os que podem pagar por uma medicina de alto custo.

A representação da saúde como direito coletivo é uma bandeira de transformação das condições de vida e de trabalho e que aponta para transformações do modo de produção e das relações sociais de produção: melhores salários, acesso à terra, empregos, saneamento básico, transporte, moradia, educação, lazer e condições de trabalho seguras. Mas é também uma bandeira de redefinição das prioridades do Estado. Por isso, as análises de saúde coletiva geralmente desvendam o caráter de classe dos investimentos públicos, chamando atenção para a ampliação dos direitos reconhecidos na Constituição Brasileira e detalhados na Lei Orgânica da Saúde. Todos os que fazem parte do setor sabem que seus parâmetros de investigação e ação são a universalização dos direitos, a constituição da equidade e o atendimento de qualidade de todos, sem discriminação de classe. Concluindo, a representação da

*Saúde como bem coletivo* se contrapõe de forma crítica ao positivismo e ao mercantilismo da medicina.

O estudo das representações sociais de saúde/doença abrange aspectos universalmente observáveis no tempo e nas diversas sociedades e outros, peculiares ao caso brasileiro. Esses aspectos, tratados no presente capítulo, dizem respeito à relação indivíduo/sociedade e seu ecossistema.

Saúde e doença constituem metáforas privilegiadas para explicação da sociedade: engendram atitudes, comportamentos e revelam concepção de mundo. Mediante a experiência do viver, do adoecer e do morrer, as pessoas falam de si, do que as rodeia, de suas condições de vida, do que as oprime, ameaça e amedronta. Expressam também suas opiniões sobre as instituições e sobre a organização social e as estruturas econômicas, políticas e culturais. Saúde/Doença são também metáforas de explicação da sociedade: de suas anomalias, desequilíbrios, medos e preconceitos, servindo como instrumento coercitivo ou libertador para os indivíduos e sua comunidade. Seu *status de representação privilegiada* se deve ao fato de que as noções de saúde/doença estão intimamente vinculadas aos temas existenciais, sendo inquestionavelmente significativas.

Como fenômeno social, saúde/doença tem seu esquema interno de explicações, que parte de um marco referencial de especialistas (doutores, curandeiros, rezadores, mágicos), mas também compõe o quadro da experiência do dia-a-dia, que se expressa por meio do senso-comum. Ambas as modalidades de representação do fenômeno se influenciam mutuamente, de forma dinâmica, embora o saber do especialista seja dominante. Portanto, na construção histórica da saúde e da doença, tanto são atores e autores, os intelectuais e técnicos do setor, como a população.

A atribuição de causas endógenas e exógenas ao fenômeno da saúde e da doença constitui uma atitude universalmente comprovada. É no indivíduo que essas concepções se unificam: é ele que sofre os males ou detém a condição de saudá-

vel. As causas de origem, no entanto, expressam-se, no plano simbólico, com referência ao social. Doença é sinônimo de infelicidade individual e coletiva: representa o rompimento do ser humano com os limites estabelecidos pelas normas e regras da sociedade. Saúde significa bem-estar e felicidade: ela própria, explicitamente ou no "silêncio do corpo", é a linguagem preferida da harmonia e do equilíbrio entre o indivíduo, a sociedade e seu ecossistema.

Cada sociedade tem um grupo de doenças que poderiam ser chamadas de doenças-metáfora. São enfermidades que, a partir do imaginário social, perpetuam na coletividade a idéia de perenidade do mal e de limites do ser humano ante a ameaça da morte. São doenças que, por criarem um clima de medo, de catástrofe e de desordem, tendem a ser usadas ideológica e politicamente como meios de recompor a harmonia social. Além do seu caráter de sofrimento e infelicidade, elas são constituídas socialmente como mitos, por meio dos quais os membros dos grupos expressam sua coerção e coesão em torno da organização social.

Na sociedade capitalista, a representação da saúde e da doença passa pelas contradições sociais que caracterizam o sistema. Do ponto de vista dominante, a saúde é de atribuição individual, como um capital de reserva e de propriedade privada que se mantém pelo equilíbrio e pela harmonia. A concepção de doença é também marcada pela responsabilidade do indivíduo em sua luta contra o mundo opressivo. Essa representação baseia-se na visão anatômico-fisiológica da pessoa, na concepção do corpo como produtor e instrumento de trabalho e na idéia desenvolvimentista do poder da tecnologia contra as enfermidades. As representações dominantes são particularmente elaboradas e veiculadas pela corporação médica, que faz, de seus profissionais, intelectuais orgânicos, tanto da elaboração do conhecimento erudito, como da imposição de normas e atitudes a respeito do corpo e da definição social do doente e da doença. No entanto, suas idéias são

permeadas pela dinâmica do senso comum que contamina o saber científico com suas próprias categorias de interpretação.

Em contraposição, apesar de assimilarem as concepções dominantes e agirem também a partir das regras estabelecidas pelos especialistas do sistema, as classes populares possuem códigos resistentes à mudança. Seu esquema interpretativo está centrado numa visão mais totalizante do fenômeno do adoecer, que abrange a concepção do ser humano como corpo/alma, matéria/espírito e inclui relações afetivas e condições de vida e de trabalho (sua situação de classes em si) na definição de sua situação de saúde e de doença. Apesar de reconhecerem o poder médico e subordinar-se à medicalização, as classes populares possuem uma visão crítica, a partir da experiência, tanto dos profissionais e de suas técnicas como do sistema de assistência e serviço de que fazem uso. Por isso, reinterpretam o esquema racionalizando, usam-no de acordo com seus interesses imediatos e concepções particulares e não legitimam totalmente o saber médico. Sua relação com a medicina oficial é sempre precária, provisória e conflituosa. Sua interpretação da vida e da morte está inevitavelmente perpassada, junto com a crítica ao sistema dominante, pelas crenças e tradições, pela prática da medicina caseira, tradicional e religiosa que fazem parte de seu imaginário social vinculado à experiência cotidiana. Dessa forma, a partir do senso comum, elas resistem não apenas à linguagem erudita: contraditoriamente aceitam e recusam o lugar específico de força ou instrumento de trabalho.

A saúde coletiva é o espaço no interior do sistema dominante que recompõe uma representação mais abrangente de saúde, ao englobar o social como determinante e os indivíduos como componentes de classes em oposição, rompendo a concepção centrada no biológico, no individual, na harmonia e no equilíbrio social. Saúde toma então o sentido de uma realização atual e uma meta futura de um padrão de vida mais elevado e eqüitativo da população brasileira.

## Capítulo 10 TÉCNICAS DE PESQUISA

### Entrevista como técnica privilegiada de comunicação

**E**NTREVISTA, TOMADA no sentido amplo de comunicação verbal, e no sentido restrito de coleta de informações sobre determinado tema científico, é a estratégia mais usada no processo de trabalho de campo. Entrevista é acima de tudo uma conversa a dois, ou entre vários interlocutores, realizada por iniciativa do entrevistador, destinada a construir informações pertinentes para um objeto de pesquisa, e abordagem pelo entrevistador, de temas igualmente pertinentes tendo em vista este objetivo.

As *entrevistas* podem ser consideradas conversas com finalidade e se caracterizam pela sua forma de organização. Podem ser classificadas em (a) *sondagem de opinião*, no caso de ser elaborada mediante um questionário totalmente estruturado, no qual a escolha do informante está condicionada a dar respostas a perguntas formuladas pelo investigador; (b) *entrevista semi-estruturada*, que combina perguntas fechadas e abertas, em que o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender à indagação for-

mulada; (c) *entrevista aberta ou em profundidade*, em que o informante é convidado a falar livremente sobre um tema e as perguntas do investigador, quando são feitas, buscam dar mais profundidade às reflexões; (d) *entrevista focalizada*, quando se destina a esclarecer apenas um determinado problema; (e) *entrevista projetiva* que usa dispositivos visuais, como filmes, vídeos, pinturas, gravuras, fotos, poesias, contos, redações de outras pessoas. Essa última modalidade constitui um convite ao entrevistado para discorrer sobre o que vê ou lê. É geralmente utilizada para se falar de assuntos difíceis de serem tratados diretamente. É por meio de entrevistas também que se processam as narrativas de vida, igualmente denominadas "histórias de vida", "histórias biográficas", "etnobiografias" ou "etno-histórias". Acrescentam-se a essas modalidades os grupos focais (Minayo, Assis & Souza, 2005).

A entrevista como fonte de informação fornece dados secundários e primários de duas naturezas: (a) fatos que o pesquisador poderia conseguir por meio de outras fontes como censos, estatísticas, registros civis, atestados de óbitos e outros, a que Lundberg (1946) chama "objetivos"; Parga Nina (1985) o denomina "concretos" e Gurvitch (1955) qualifica como pertencentes ao nível "ecológico ou morfológico" da realidade; (b) e os que se referem diretamente ao indivíduo entrevistado. São informações que tratam da reflexão do próprio sujeito sobre a realidade que vivencia e a que os cientistas sociais costumam denominar "subjetivos" e só podem ser conseguidos com a contribuição da pessoa. Constituem uma representação da realidade: idéias, crenças, maneira de pensar; opiniões, sentimentos, maneiras de sentir; maneiras de atuar; condutas; projeções para o futuro; razões conscientes ou inconscientes de determinadas atitudes e comportamentos.

É preciso lembrar também que a *entrevista*, como forma privilegiada de interação social, está sujeita à mesma dinâmica das relações existentes na própria sociedade. Quando se trata de uma sociedade ou de um grupo marcado por acirrados



conflitos, cada entrevista expressa de forma diferenciada a luz e a sombra da realidade, tanto no ato de realizá-la como nos dados que aí são produzidos. Além disso, pelo fato de captar formalmente a fala sobre determinado tema, a *entrevista*, quando analisada, precisa incorporar o contexto de sua produção e, sempre que possível, ser acompanhada e complementada por informações provenientes de observação participante. Dessa forma, além da fala que é seu material primordial, o investigador terá em mãos elementos de relações, práticas, cumplicidades, omissões e imponderáveis que pontuam o cotidiano.

Algumas considerações práticas são, a seguir, relatadas e precisam ser levadas em conta em qualquer situação de interação empírica, sobretudo na formalidade de uma entrevista, seja ela estruturada, semi-estruturada ou não estruturada. Dizem respeito à entrada do entrevistador em campo:

- *Apresentação*: o princípio básico em relação a esse ponto é que uma pessoa de confiança do entrevistado (líder da coletividade, pessoa conhecida e bem-aceita) faça a mediação entre ele e o pesquisador. Seria muito arriscado entrar, sobretudo em comunidades ou grupos conflituosos, sem antes saber o que o mediador representa: ele tanto pode abrir como fechar portas.

- *Menção do interesse da pesquisa*: o investigador deve discutir resumidamente sobre o trabalho para seu entrevistado e, também, dizer-lhe em que seu depoimento pode contribuir direta ou indiretamente para a pesquisa como um todo, para a comunidade e para o próprio entrevistado. Ainda é importante mencionar e referenciar a instituição à qual o pesquisador está vinculado.

- *Apresentação de credencial institucional*. Hoje, sobretudo em caso de pesquisas em equipe, o coordenador costuma esboçar uma carta introdutória em que todos os aspectos principais são mencionados, o papel é institucionalmente timbrado e, em adendo, é apresentado um termo de adesão para ser

assinado pelo interlocutor. Esse termo passou a ser exigido desde pela Portaria 96/1996 do Ministério da Saúde que regula as pesquisas nacionais com seres humanos. Mesmo levando em conta todos esses cuidados, nada substitui a introdução feita por alguém de confiança de ambas as partes que possa fazer a mediação entre o pesquisador e seus interlocutores.

- ♦ *Explicação dos motivos da pesquisa* em linguagem de senso comum, em respeito aos que não necessariamente dominam os códigos das ciências sociais.

- ♦ *Justificativa da escolha do entrevistado*, buscando mostrar-lhe em que ponto e porque foi selecionado para essa conversa.

- ♦ *Garantia de anonimato e de sigilo* sobre os dados, assegurando aos informantes que não se trata de uma entrevista de mídia, onde os nomes precisam ser ditos e, ao mesmo tempo, mostrando que sua contribuição faz sentido para o conjunto do trabalho.

- ♦ *Conversa inicial* a que alguns pesquisadores denominam "aquecimento". Visa a quebrar o gelo, perceber se o possível entrevistado tem disponibilidade para dar informações e criar um clima o mais possível descontraído de conversa. No caso de estar combinada com a observação participante, a construção da identidade do pesquisador pelo grupo vai se forjando nas várias instâncias de convivência, desde o início.

Apesar de todos os esforços e cuidados, sempre haverá dificuldades típicas das interações de pesquisa, como já dissemos anteriormente. Igualmente, os procedimentos enumerados não são nem normas rígidas nem um preceituário a ser cumprido de forma seriada pelo pesquisador. São sugestões, a partir da experiência, de posturas que podem ajudá-lo no processo de interação e no diálogo com os interlocutores.

- ♦ *Entrevista Não Estruturada, Aberta ou Não Diretiva*

A entrevista não estruturada ou também chamada "aberta" pode ser definida como "conversa com finalidade", em que um roteiro invisível serve de orientação e de baliza para o

pesquisador e não de cerceamento da fala dos entrevistados. Na sua realização, o pesquisador trabalha com uma espécie de esquema de pensamento, buscando sempre encontrar os fios relevantes para o aprofundamento da conversa. A informação não estruturada persegue vários objetivos: (a) a descrição do caso individual; (b) a compreensão das especificidades culturais mais profundas dos grupos; (c) a comparabilidade de diversos casos. Procura atingir essas metas, tentando manter a margem de movimentação dos informantes tão ampla quanto possível e o tipo de relacionamento livre de amarras, informal e aberto, dentro das limitações já conhecidas. O entrevistador se libera de formulações prefixadas para introduzir perguntas ou fazer intervenções que visem a abrir o campo de explanação do entrevistado ou a aprofundar o nível de informações.

Nas entrevistas abertas, a ordem dos assuntos tratados não obedece a uma seqüência rígida e, sim, é determinada frequentemente pelas próprias preocupações, relevâncias e ênfases que o entrevistado dá ao assunto em pauta. A quantidade de material produzido nesses encontros tende a ser maior, mais densa e ter um grau de profundidade incomparável em relação ao questionário, porque a aproximação qualitativa permite atingir regiões inacessíveis à simples pergunta e resposta. A abordagem desses diferentes níveis tem sido uma questão fundamental das Ciências Sociais, aprofundada por alguns autores. Para Gurvitch,

"A superfície ecológica e morfológica, no sentido lato do termo, os ambientes tanto naturais como técnicos, os objetivos, os corpos e os comportamentos que participam da vida social e captáveis pela percepção exterior" [. . .] em seguida, "as condutas preestabelecidas que são conduzidas, hierarquizadas, centralizadas, segundo certos modelos refletidos e fixados previamente em esquemas mais ou menos rígidos". [. . .] e por fim "papéis sociais assumi-

. dos por indivíduos e por grupos, as atitudes coletivas, os símbolos sociais (1955, p. 112).

Esse autor conclui dizendo:

Parece impossível compreender a realidade social total, se não se admite que esta superposição de planos submetidos a um determinante mais ou menos flexível, repousa sobre um solo vulcânico, onde se agita o que há de mais espontâneo e inesperado na vida coletiva: as condutas criadoras, as idéias e valores coletivos, os estados mentais e os atos psíquicos coletivos (1955, p. 113).

Segundo Michelat (1975), quando se considera que cada indivíduo, compreendido por meio das informações oferecidas pela entrevista, é um exemplar restrito e peculiar de sua cultura e de sua subcultura, pode-se dizer em consequência que: (a) quanto mais importante é o material produzido na entrevista, mais ele enriquece a análise que busca atingir níveis profundos; (b) a ordem afetiva e da experiência é mais determinante dos comportamentos e da fala do que o lado racional e intelectualizado; (c) quanto menos estruturada é a entrevista, mas permite emergir e ressaltar os níveis sócio-efetivo-existenciais.

A reflexão de Michelat (1975) questiona a pretensa "objetividade", vista sob o ângulo positivista e que se traduz no não-envolvimento, no uso renitente de linguagem intelectualizada que os interlocutores não dominam, no controle rígido de atitudes corporais, fisionômicas, de gestos, frases e palavras, a pretexto de "neutralidade".

No caso da pesquisa qualitativa, ao contrário, o envolvimento do entrevistado com o entrevistador, em lugar de ser considerado falha ou risco comprometedor da objetividade, é necessário como condição de aprofundamento de uma relação intersubjetiva. A inter-relação no ato da entrevista, que

contempla o afetivo, o existencial, o contexto do dia-a-dia, as experiências e a linguagem do senso comum é condição *sine qua non* do êxito da pesquisa qualitativa. "Sem intropatia é difícil se compreender os aspectos subjetivos da definição da situação do entrevistado", diz Parga Nina (1985, p. 28). A quem pensa no perigo de o entrevistador se perder nessa imersão da realidade, Lévi-Strauss avisa:

É bem um fato objetivo que, o mesmo espírito que se entregou à experiência e se deixou modelar por ela, se torne o teatro das operações mentais que não anulam as informações da experiência, mas transformam a experiência em modelo, tornando possíveis outras operações mentais (1975, p. 217).

Em *Éssai sur le Don*, Mauss (1975) ensina os investigadores a verem, na interseção de duas subjetividades, a ordem de verdade mais aproximada à qual as ciências sociais e humanas podem pretender quando enfrentam a totalidade de seu objeto.

- *Entrevista semi-estruturada*

A modalidade de *entrevista semi-estruturada* difere apenas em grau da não estruturada, porque na verdade nenhuma intuição, para finalidade de pesquisa, se coloca de forma totalmente aberta ou totalmente fechada. Mas, neste caso, a semi-estruturada obedece a um roteiro que é apropriado fisicamente e utilizado pelo pesquisador. Por ter um apoio claro na sequência das questões, a entrevista semi-aberta facilita a abordagem e assegura, sobretudo aos investigadores menos experientes, que suas hipóteses ou seus pressupostos serão cobertos na conversa. No entanto, os pouco experientes, na hora da análise, correm sério risco pela tendência que têm de apenas analisar os temas previamente estabelecidos, sem ter o cuidado de explorar as estruturas de relevância dos entrevistados, trazidas do campo.

Alguns autores lembram que, ante a explosão da utilização da informática, é importante desenvolver técnicas que utilizem meios eletrônicos, como grupos de discussão, entrevistas em profundidade por e-mail, e outros.

♦ *Entrevista fechada ou questionário*

Não caberia neste trabalho, que se limita à pesquisa qualitativa, falar sobre todas as virtudes da entrevista fechada. Há livros específicos que não só ensinam a elaborar questionários como enunciam todos os cuidados e todo o rigor científico exigido para a sua validade como instrumento de captação de dados e também para sua articulação com a pesquisa qualitativa. Dentre as obras que tratam do assunto, recomendo o livro *Avaliação por Triangulação de Métodos* (Minayo, Assis & Souza, 2005). No caso da pesquisa qualitativa, os questionários têm um lugar de complementaridade em relação às técnicas de aprofundamento qualitativo. Pois, nas abordagens qualitativas, o foco é posto na compreensão da intensidade vivencial dos fatos e das relações humanas, ao passo que os estudos quantitativos se dedicam a conhecer e a explicar a magnitude dos fenômenos. A bem da verdade, é preciso dizer com Kant (1980) que em toda abordagem qualitativa se trabalha com quantidade e vice-versa: a síntese de ambas se faz na compreensão do tema específico de estudo.

♦ *Técnica Delphi*

A técnica *Delphi* (Varela, 1991; Jones & Hunter, 1995) é um tipo de entrevista que visa ao consenso, por meio da utilização da comunicação por escrito. Mediante o envio de uma série de questionários ou roteiros pelo correio, o investigador busca conhecer a opinião de um grupo de pessoas que possuem informações sobre determinado problema em relação à: sua dimensão, à definição de objetivos e prioridades em sua solução, assim como sobre a abordagem teórica do tema. Numa primeira fase, o pesquisador envia o instrumento (ques

tionário ou roteiro) a um conjunto de especialistas. A partir de suas repostas, é feito outro instrumento que leva em conta as contribuições dos especialistas e, outra vez, lhes é endereçado para que se pronunciem sobre seu grau de acordo com cada afirmação conseguida. E assim se procede sucessivamente, até que se alcance consenso. É importante estratégia para avaliação de decisões sobre instrumentos que exigem conhecimentos especializados. Essa técnica é usada também para subsidiar a construção de instrumentos fechados ou semi-estruturados de uma investigação que vai ser feita numa escala ampliada, por exemplo, no caso dos estudos multicêntricos ou em rede.

• *Pesquisa em grupo*

As técnicas de grupo mais comuns para a atividade de pesquisa são as de *grupo focal* e as de *brainstorming* ou de *chuva de ideias*. Ambas são largamente utilizadas em pesquisa qualitativa, seja de forma combinada com entrevistas, seja como estratégias exclusivas.

O *grupo focal* se constitui num tipo de entrevista ou conversa em grupos pequenos e homogêneos. Para serem bem sucedidos, precisam ser planejados, pois visam a obter informações, aprofundando a interação entre os participantes, seja para gerar consenso, seja para explicitar divergências. A técnica deve ser aplicada mediante um roteiro que vai do geral ao específico, em ambiente não diretivo, sob a coordenação de um moderador capaz de conseguir a participação e o ponto de vista de todos e de cada um. O valor principal dessa técnica fundamenta-se na capacidade humana de formar opiniões e atitudes na interação com outros indivíduos (Krueger, 1988). Nesse sentido, o uso dos grupos focais contrasta com a aplicação de questionários fechados e de entrevistas em que cada um é chamado a emitir opiniões individualmente.

Schrades (1987) comenta que, no âmbito de determinação de grupos sociais atingidos coletivamente por fatos ou si-

tuações específicas, desenvolvem-se opiniões informais abrangentes, de modo que, sempre que entre os membros de tais grupos, haja intercomunicação sobre tais fatos, esses se impõem, influenciando normativamente na consciência e no comportamento dos indivíduos.

A natureza dessa técnica difere também da observação em campo, onde se focalizam comportamentos, relações e imponderáveis da vida social. Os *grupos focais* podem ter uma função complementar à observação participante e às entrevistas individuais ou, ao contrário, ser a modalidade específica de abordagem qualitativa. Por isso são usados para: (a) focalizar a pesquisa e formular questões mais precisas; (b) complementar informações sobre conhecimentos peculiares a um grupo em relação a crenças, atitudes e percepções; (c) desenvolver hipóteses para estudos complementares; (d) ou, cada vez mais, como técnica exclusiva.

Do ponto de vista operacional, a discussão nos *grupos focais* se faz em reuniões com um pequeno número de informantes (seis a doze). A técnica exige a presença de um animador e de um relator. O primeiro tem o papel de focalizar o tema, promover a participação de todos, inibir os monopolizadores da palavra e aprofundar a discussão. Scrimshaw & Hurtado (1987) assim resumem o papel do animador: (a) introduzir a discussão e a mantê-la acesa; (b) enfatizar para o grupo que não há respostas certas ou erradas; (c) observar os participantes, encorajando a palavra de cada um; (d) buscar as *deixas* para propor aprofundamentos; (e) construir relações com os participantes para aprofundar, individualmente, respostas e comentários considerados relevantes para a pesquisa; (f) observar as comunicações não verbais e (g) monitorar o ritmo do grupo visando a finalizar o debate no tempo previsto. Geralmente o tempo de duração de uma reunião não deve ultrapassar uma hora e meia.

É preciso reforçar o papel complementar dos grupos focais, além da sua importância específica e única. Junto com o uso



das histórias de vida, das entrevistas abertas ou semi-estruturadas e da observação participante, o pesquisador constrói uma série de possibilidades de informações que lhe permitem triangular olhares e obter mais informações sobre a realidade.

*Brainstorming* ou, em português, *chuva de idéias*, é uma técnica de grupo voltada para gerar novas informações sobre temas específicos e promover o pensamento criativo (March et al., 2003). Seu criador, Osborn, em 1941 (1953), concluiu que um processo interativo de grupo não estruturado gerava mais e melhores idéias do que quando os indivíduos trabalhavam individualmente. A utilidade dessa técnica é múltipla. No campo da pesquisa social é muito proveitosa para ajudar a definir um tema ou um projeto; para diagnosticar um problema; para discutir conceitos novos; para dar um novo rumo a um projeto buscando identificar obstáculos e soluções.

Nos grupos de *brainstorming* há três papéis a serem desempenhados e alguns pré-requisitos: coordenador, relator e membros, cada um com funções específicas. Ao coordenador cabe preparar a reunião, escolher os participantes, garantir um ambiente calmo e relaxado. Em seguida, (1) deve nomear o problema ou o tema em discussão ou colocá-lo em um portafólio ou em exposição por multimídia; (2) explicar as regras do trabalho, cuja essência consiste na maior liberdade possível de expressão; (3) fixar os objetivos e recordá-los durante a ocorrência da sessão; (4) conduzir o processo de chuva de idéias e, ao final, orientar o aprofundamento do tema.

O relator, além de auxiliar o coordenador nos aspectos organizacionais, deve estar atento para nada deixar de anotar sobre o processo criativo e interativo, registrando-o. A escolha dos membros pelo coordenador é crucial para o êxito do trabalho, buscando-se que todos sejam compatíveis com o objetivo proposto. Pela finalidade que pretendem alcançar, ~~estes~~ grupos não devem ter mais que cinco a seis pessoas.

Como pré-requisitos para o êxito dos grupos de trabalho de *brainstorming*, (a) é preciso que o ambiente esteja tranqüi-

lo e relaxado: (b) todas as idéias são bem-vindas e não se deve emitir julgamento sobre elas; (c) é preciso investir na criatividade das contribuições; (d) deve-se dosar a discussão das idéias e buscar o seu aprofundamento, no tempo previsto para o trabalho de grupo.

As etapas a seguir para o bom uso da técnica têm muitas variantes, mas oferecem-se aqui duas propostas como exemplo. A primeira tem como característica um *grupo de falantes*:

- ♦ a sessão se inicia com cada membro do grupo escrevendo sua idéia com o menor número possível de palavras e expondo-a para o grupo;

- ♦ o coordenador acolhe e o relator lista as idéias sem tirar conclusões e sem interpretações;

- ♦ o exercício de expressão termina quando não há mais idéias propostas;

- ♦ juntos, todos analisam, avaliam e organizam a produção coletiva, visando ao objetivo proposto inicialmente.

Uma segunda modalidade é a *chuva de idéias silenciosa*: Os participantes pensam e expressam suas idéias em muito breves palavras numa folha de papel, em silêncio. O que foi escrito e colocado sobre a mesa. A seguir todos trocam, agregando novas idéias ao do companheiro ou companheira, sucessivamente. Esse processo pode continuar num tempo médio de trinta minutos, permitindo aos participantes construir uns sobre as idéias dos outros, valorizando todas as contribuições e evitando-se intimidações dos membros mais dominantes do grupo.

Vale ressaltar ainda que, como todas as outras formas de abordagem, também os grupos focais ou chuva de idéias estão condicionados pela interação social e devem ser usados a partir da consciência de suas vantagens e seus limites.

- ♦ *Utilização de instrumentos para registro das várias modalidades de entrevista*

O registro fidedigno, e se possível *ipsis litteris*, de entrevistas e outras modalidades de coleta de dados que têm na fala

sua matéria-prima é crucial para uma boa compreensão da lógica interna do grupo ou da coletividade estudada. Dentre os instrumentos de garantia da fidedignidade o mais usual é a gravação da conversa. Ou, ainda, quando existe possibilidade técnica e abertura do grupo pesquisado, podem ser usados outros recursos, como filmagens. É necessário ressaltar que qualquer tentativa de assegurar o registro em toda a sua integridade precisa do consentimento do interlocutor. Em geral, o pesquisador de campo não costuma ter dificuldade na apresentação desses instrumentos e na consecução da licença dos entrevistados para utilizá-los. Ocorrem restrições e oposições, no entanto, quando o tema da fala é espinhoso, controverso ou polêmico e põe em risco o desempenho ou a reputação da pessoa que continuará fazendo parte de seu grupo depois que o pesquisador tiver saído de campo.

Quando não for possível gravar ou filmar, considero crucial que o investigador tente registrar a fala, imediatamente após a entrevista, devendo fazer o mesmo com os registros da observação participante. Não se deve confiar na memória, pois a lógica do pesquisador permanentemente se infiltra na observação, diminuindo a importância da dinâmica específica de seu objeto de pesquisa.

### Observação participante

A *Observação Participante* pode ser considerada parte essencial do trabalho de campo na pesquisa qualitativa. Sua importância é de tal ordem que alguns estudiosos a tomam não apenas como uma estratégia no conjunto da investigação mas como um método em si mesmo, para compreensão da realidade. Sobre o tema, Schwartz & Schwartz propõem a seguinte formulação:

Definimos observação participante como um processo pelo qual mantém-se a presença do observador numa

situação social, com a finalidade de realizar uma investigação científica. O observador está em relação face a face com os observados e, ao participar da vida deles, no seu cenário cultural, colhe dados. Assim o observador é parte do contexto sob observação, ao mesmo tempo modificando e sendo modificado por este contexto (1955, p. 355).

Essa conceituação aparentemente completa não pode ser considerada unânime no debate das ciências sociais. As controvérsias existem com relação à própria prática de observação, ao "o quê" e ao "como" observar. Vale dizer que é no seio da antropologia que se inicia a reflexão sobre a estratégia de *Observação*, tratada como forma complementar de compreensão da realidade empírica. Uma coisa é certa na opinião de todos os estudiosos: existe necessidade de o pesquisador relativizar o seu espaço social, aprendendo a se pôr no lugar do outro. No trabalho qualitativo, a proximidade com os interlocutores, longe de ser um inconveniente, é uma virtude. Como lembra Da Matta, "para distinguir o piscar mecânico e fisiológico de uma piscadela sutil e comunicativa, é preciso sentir a marginalidade, a solidão e a saudade. É preciso cruzar os caminhos da empatia e da humildade" (1978, p. 35). Neste texto, abordo as várias linhas de pensamento sobre o assunto e sua contribuição específica para a construção do processo de pesquisa.

#### ♦ *O Debate Teórico em torno do conceito de Observação Participante*

O texto considerado pelos antropólogos com um clássico sobre *Trabalho de Campo* foi escrito em 1922, por Malinowski, a propósito de sua inserção entre os nativos das ilhas Trobriand, denominado *Os Argonautas do Pacífico* (Malinowski, 1984). Embora levando-se em conta que esse estudo reflete as concepções funcionalistas de seu autor, a rica experiência transmitida e as bases metodológicas por ele lançadas conti-

nuam atuais e sua legitimidade permanece intocável até hoje. Malinowski (1984), a partir de sua experiência ressalta os passos da inserção na realidade empírica: (a) necessidade de ter bagagem científica; (b) importância da observação participante; (c) utilização de técnicas de coleta, ordenação e apresentação do que denomina evidências. Malinowski (1984) valoriza o processo de observação direta, distinguindo-o dos outros momentos do trabalho de campo, como os de depoimento dos entrevistados e os de interpretações e inferências do pesquisador.

Junto com Radcliffe-Brown (1958), outro antropólogo inglês, Malinowski (1975; 1984) revolucionou a antropologia nas três primeiras décadas do século XX. São suas as seguintes palavras:<sup>1</sup> "Toda a estrutura de uma sociedade encontra-se incorporada no mais evasivo de todos os materiais: o ser humano" (Malinowski, 1978). Sobre a tarefa do etnógrafo acrescenta:

Esse material evasivo que é o ser humano não tem uma visão integrada resultante do todo e cabe ao pesquisador organizá-la partir de três pontos de vista: (a) o arcabouço da constituição; (b) os imponderáveis da vida real ou do comportamento típico; (c) e o espírito nativo (1978, p. 40).

Malinowski faz uma crítica radical aos tipos de pesquisa social que apreendem apenas um nível da realidade por meio dos *surveys*. Comenta que esse tipo de ciência percebe apenas o esqueleto da sociedade, mas não compreende a vida que pulsa, porque o cientista está longe do lugar onde a vida acontece.

Há uma série de fenômenos de grande importância que não podem ser registrados por meio de perguntas ou

<sup>1</sup> Para referência, ver B. Malinowski. *Argonautas do Pacífico* e outros textos na tradução Os Pensadores. São Paulo: Abril, 1978. Radcliffe-Brown. *Method in Social Anthropology*. Chicago: The University of Chicago Press, 1958.

em documentos quantitativos, mas devem ser observados em sua realidade. Denominemo-los os "imponderáveis da vida real". Entre eles se incluem coisas como a rotina de um dia de trabalho, os detalhes do cuidado com o corpo, a maneira de comer e de preparar as refeições; o tom das conversas e da vida social ao redor das casas da aldeia, a existência de grandes hostilidades e de simpatias e antipatias passageiras entre pessoas; a maneira sutil mas inquestionável em que as vaidades e ambições pessoais se refletem no comportamento dos indivíduos e nas reações emocionais dos que o rodeiam (Malinowski, 1978, p. 55).

Nesse texto, Malinowski sugere um tipo de comportamento em campo, por meio do qual define a essência da antropologia: "Ela é uma atitude que consiste em desenvolver uma visão estereoscópica das atividades e idéias humanas através de conceitos inteligíveis a todos" (1978, p. 256).

Malinowski ensina o que deve ser observado numa realidade empírica determinada: (a) o conjunto de regras formuladas ou implícitas nas atividades dos componentes de um grupo social; (b) a forma como essas regras são obedecidas ou transgredidas; (c) os sentimentos de amizade, de antipatia ou simpatia que permeiam os membros da coletividade; (d) o aspecto legal e o aspecto íntimo das relações sociais; (e) as tradições, costumes e o tom e a importância que lhe são atribuídos; (f) as idéias, os motivos e os sentimentos do grupo na compreensão da totalidade de sua vida, verbalizados ou evidenciados em gestos e atitudes por meio de suas categorias de pensamento.

Embora Malinowski separe, para efeito de estudo, a realidade social em três níveis (verbalizações, comportamentos, estruturas), sua intenção é a reconstrução teórica da *totalidade*, ao que denomina "arcabouço da constituição" da sociedade analisada, por meio do que é típico e recorrente no grupo social.

Para conseguir apreender a "totalidade funcional", Malinowski (1978) apresenta um método, que em seus princípios gerais pode ser assim resumido:

♦ *Ter objetivos realmente científicos e conhecer os valores e critérios da etnografia moderna.*

Isso significa imergir na realidade e concomitantemente dominar os referenciais teóricos necessários à investigação. A atitude de observador científico consiste em colocar-se do ponto de vista do grupo pesquisado, com respeito, empatia e inserção, o mais íntima e mais intensamente possível. Significa, por parte do pesquisador, ter abertura para o grupo, sensibilidade para sua lógica e para sua cultura, lembrando-se de que a interação social faz parte da condição e da situação de pesquisa. Afirma Malinowski, utilizando-se de uma metáfora:

O etnógrafo não tem apenas que estender suas redes no lugar correto e esperar pelo que nela cairá. Deve ser um caçador ativo e dirigi-las para sua presa e segui-la até as suas tocas mais inacessíveis (1978, p. 45).

Ou seja, cabe ao pesquisador ser um perscrutador insistente, que está sempre entre as balizas dos conhecimentos teóricos e das informações de campo:

O bom treinamento teórico e a familiaridade com os mais recentes resultados científicos não são equivalentes a estar carregado de idéias preconcebidas. Se um indivíduo inicia uma pesquisa com a determinação de provar certas hipóteses, se não é capaz de mudar constantemente seus pontos de vista e de rejeitá-los sem relutância, sob a pressão da evidência, é desnecessário dizer que seu trabalho será inútil (1978, p. 45).

No entanto, o mesmo autor sublinha a necessidade da preparação teórica:

Quanto mais problemas o pesquisador trazer para o campo, quanto mais estiver habituado a conformar suas teorias aos fatos e a considerar os fatos na sua importância para a teoria tanto melhor capacitado estará para o trabalho. As idéias preconcebidas são perniciosas em qualquer tarefa científica, mas os problemas antevistos constituem a principal qualidade de um pensador científico, e esses problemas são revelados, pela primeira vez ao observador, por seus estudos teóricos (1978, p. 45).

♦ *Colocar-se em boas condições de trabalho e dispor-se a viver no contexto, aberto à realidade do grupo pesquisado.*

Certamente, na frase acima, Malinowski, estava se referindo à sua experiência concreta entre os indígenas, onde a língua, os costumes e a organização social o apelavam, de um lado, a imergir para entender. De outro lado, a comunidade dos brancos presente na localidade onde investigava era uma tentação permanente de evasão do cansaço que as profundas diferenças sociais e culturais provocavam e o induziam a buscar o habitual e o conhecido. Se substantivamente a situação de um pesquisador no seio de uma comunidade indígena é muito diferente, a disposição de integrar-se no contexto de pesquisa constitui uma condição importante para uma boa investigação empírica. No mesmo sentido que Malinowski (1978), Schutz, ao aprofundar os princípios e as formas da abordagem fenomenológica, dá relevo ao encontro de subjetividades ou à intersubjetividade entre o pesquisador e seus interlocutores:

Há uma diferença essencial na estrutura dos objetos, dos pensamentos ou construtos mentais formados pelas ciências sociais e pelas ciências naturais. [. . .] O mundo



da natureza, tal como é explorado pelo cientista natural, não significa nada para as moléculas, átomos e elétrons que nele existem. O campo de observação do cientista social, entretanto, quer dizer, a realidade social, tem um significado específico e uma estrutura de relevância para os seres humanos que vivem, agem e pensam dentro dessa realidade (1979, pp. 266-7).

Preocupado com a cotidianidade do *homem simples* ou do *homem da rua*, esse autor diz que os objetos de pensamento, construídos pelo cientista social, têm de estar baseados no senso comum das pessoas que vivem cotidianamente dentro de determinada realidade.

A fenomenologia pensa a relação entre pesquisador e pesquisado como uma interação na qual as estruturas de significados de ambos são observadas e traduzidas para os construtos consistentes de um quadro referencial teórico. Para isso, Schutz (1979) propõe algumas atitudes ao trabalhador de campo: (a) colocar-se no mundo dos entrevistados, buscando entender os princípios gerais que seguem na sua vida cotidiana para organizar suas experiências, particularmente as de seu universo social. Desvendar essa lógica é condição preliminar da pesquisa; (b) manter uma perspectiva dinâmica, que ao mesmo tempo leve em conta as relevâncias dos atores sociais e tenha em mente o conjunto de indagações trazidas por ele, a partir de sua abordagem teórica. Atuar ativamente na construção dessa relação; (c) abandonar, na convivência, uma postura externa de cientista, entrando na cena social dos entrevistados como uma pessoa comum que partilha do cotidiano; (d) adotar no campo uma linguagem do senso comum própria dos atores sociais que observa.

As atitudes propostas por Schutz (1979; 1982), para quem vai a campo, são também ressaltadas por Cicourel nos seus escritos sobre o observador participante. Esse sociólogo insiste particularmente na construção, pelo pesquisador, do que

denomina *modelo do ator*, ressaltando que os dois contextos de pesquisa, o científico e do senso comum, "são ambos construções elaboradas pelo cientista" (1969, p. 110).

O observador científico necessita de uma teoria que forneça um modelo do ator, o qual está orientado para agir num meio de objetos com características atribuídas ao senso comum. O observador precisa distinguir as racionalidades científicas que usa para ordenar sua teoria e seus resultados, das racionalidades do senso comum que atribui aos atores estudados (Cicourel, 1969, p. 110).

O mesmo tema relativo à inserção do pesquisador no campo é também aprofundado por Raymond Gold (1958), por meio da proposta de quatro situações teoricamente possíveis, que vão de um extremo em que o investigador é um *participante total*, ao outro, em que se contenta em ser *observador total*. Tal classificação que cito a seguir, ainda que esquemática, tem o mérito de ressaltar as posturas mais comuns no trabalho de campo, onde a clareza de atitudes contribui para melhor possibilidade compreensiva das realidades específicas. É claro que as noções de "familiar" e de "estrangeiro" utilizadas por Gold (1958) devem ser relativizadas e adaptadas, quando se aplicam a estudos da sociedade contemporânea.

Por *Participante Total*, Gold (1958) entende a postura do pesquisador que se propõe a participar inteiramente, "como nativo"<sup>2</sup> em todas as áreas da vida do grupo que está em estudo. Cicourel também utiliza o mesmo termo quando diz: "Quero sugerir com isso que o valor crucial, no que diz respeito aos resultados da pesquisa, reside mais na auto-orientação do participante total do que no seu papel superficial quando inicia o estudo" (1969, pp. 91-2).

---

<sup>2</sup> "Como nativo", tornar-se nativo", expressões que significam a máxima identificação possível com o grupo pesquisado.

A categoria *participação total* corresponde melhor aos pesquisadores que se envolvem no estudo de sociedades indígenas, como o mostra Lévi-Strauss:

Quando assume, sem restrição mental e sem segundas intenções, as formas de vida de uma sociedade estrangeira, o antropólogo pratica a observação integral, aquela além da qual não há mais nada, a não ser a absorção definitiva — e é um risco — do observador pelo objeto de sua observação (1975, p. 216).

Esse risco de imersão total num mundo diferente tem sido assumido por muitos pesquisadores que praticam a Pesquisa Participante ou Pesquisa-Ação, como observam certos estudiosos (Durham, 1986; Zaluar, 1986) ou mesmo por investigadores que passaram a viver em comunidades indígenas dentro da cultura nativa.

O *Participante-como-Observador* adquire um papel significativamente diferente do *status* anteriormente descrito, porque, neste caso, o pesquisador deixa claro para si e para o grupo que sua relação de campo se restringirá ao tempo da pesquisa. A participação, no entanto, tende a ser profunda e se dar pela adoção de hábitos, formas de atuação solidária e vivência conjunta e acompanhamento de acontecimentos julgados importantes pelos entrevistados dentro de suas rotinas cotidianas. A consciência, dos dois lados, de uma relação temporária (enquanto dura o trabalho de campo) ajuda a minimizar os problemas de envolvimento que inevitavelmente acontecem, pondo sempre em questão a suposta "objetividade" nas relações.

( ) *Observador-como-Participante* é uma terceira modalidade de observação. Costuma ser utilizada, freqüentemente, como estratégia complementar ao uso das entrevistas, nas relações com os atores, em momentos considerados importantes para certos da pesquisa. Trata-se de um modo de observação qua-

se formal, em curto espaço de tempo, e suas limitações advêm desse contato bastante superficial.

Como *Observador-Total*, o pesquisador não comunica aos grupos que está estudando o fato de que os está observando e não se envolve com a vida dos seus interlocutores. A "observação total" é uma estratégia raramente usada de forma pura, tendo papel complementar em relação a outras iniciativas de campo.

Os quatro papéis do observador, tipificados por Gold (1958), servem para fins analíticos. Na verdade nenhum deles se realiza puramente a não ser em condições especiais. Em diferentes fases do trabalho de campo, um procedimento pode ser privilegiado em relação aos outros. Isso ocorre por causa das condições de pesquisa ou de acontecimentos considerados importantes em relação à finalidade da investigação. Mais do que um *a priori* do tipo de pesquisador que se deseja ser no campo, é preciso considerar a observação participante como um processo construído duplamente pelo pesquisador e pelos atores sociais envolvidos. Esse processo tem momentos cruciais, que devem ser encarados tanto do ponto de vista operacional quanto teoricamente. O primeiro deles é a entrada em campo.

Paul Benjamin, numa reflexão sobre a entrada em campo diz que:

É oportuno e às vezes mesmo essencial fazer os contatos com as pessoas que controlam a comunidade. Essas pessoas podem ter *status* na hierarquia de poder ou posições informais que impõem respeito. O apoio delas ao projeto pode ser crucial e elas podem ser úteis para se fazer outros contatos (1953, p. 430).

A experiência confirma e relativiza essas observações do antropólogo americano. Certamente as pessoas que introduzem o pesquisador no campo são com ele responsáveis tanto

pela sua primeira imagem, como por portas que se abrirão ou se fecharão. O relato de Berreman (1975) sobre sua experiência numa comunidade himalaia, já resumido aqui, é bastante eloqüente sobre o assunto. A experiência acumulada mostra que o perfil dos informantes e a qualidade dos dados recolhidos têm que ver com o impacto da entrada e da apresentação do pesquisador. No entanto, sua sensibilidade e capacidade de empatia no campo podem minimizar aspectos impactantes iniciais. É possível, por exemplo, na medida em que o trabalho avance, utilizar técnicas como a chamada "bola de neve",<sup>3</sup> por meio da qual o pesquisador vai se informando sobre outros possíveis interlocutores, sucessivamente, e assim, prescindindo das pessoas que o introduziram no grupo, criando um lastro de confiabilidade para seu trabalho. Diante da situação particular da pesquisa, está em jogo a capacidade de empatia, de observação e de aceitação do pesquisador que não pode ser transformada em receituário prático.

Um segundo momento da inserção (segundo momento aqui entendido apenas para fins de análise) é o da definição do papel do pesquisador no interior do grupo onde está se integrando. Benjamin afirma que:

Em parte o pesquisador de campo define seu próprio papel, em parte seu papel é definido pela situação e pela perspectiva dos nativos (ou grupos). Sua estratégia é a de quem participa de um jogo. Ela não pode predizer as jogadas precisas que o outro lado vai fazer, mas pode antecipá-las da melhor maneira possível e fazer suas jogadas de acordo (1953, p. 431).

Os papéis reais que o pesquisador desempenhará vão variar de acordo com a situação de pesquisa. Na verdade, em

<sup>3</sup> Técnica "bola de neve" consiste em, por meio de um interlocutor, ir somando outros e assim sucessivamente, minimizando-se efeitos de "poder de pessoas e grupos" ocasionalmente existentes na entrada do pesquisador em campo.

relação aos grupos que elege, o pesquisador é menos olhado pela base lógica dos seus estudos e mais pela sua personalidade e comportamento. As pessoas que o introduzem no campo e seus interlocutores querem saber se ele é "uma boa pessoa" e se não vai "fazer mal ao grupo", não vai trair "seus segredos" e suas estratégias de resolver os problemas da vida.

Há múltiplas situações de pesquisa, mas, como norma geral, a figura do pesquisador é construída com a sua colaboração apenas parcial, pois a imagem que projeta reverbera no grupo a partir das referências que este possui, dentro de seus padrões culturais específicos. Da mesma forma, a visão que o investigador constrói sobre o grupo depende das pessoas com quem travar relações. Dessa forma a visão das duas partes será sempre incompleta e imprecisa.

Essa construção mútua do pesquisador e dos pesquisados por meio da interação é analisada por Berreman (1975) valendo-se da imagem do teatro. Berreman (1975) afirma, com base em sua experiência e usando reflexões de Goffman (1959) sobre a *A Construção do Eu na Vida Cotidiana*, que pesquisador e pesquisado são ambos atores representando papéis, um diante do outro. Assim como no teatro há os bastidores, "região interior", e o palco, "região exterior" (como já foi dito) e as pessoas tendem a se expressar através do palco, isto é, das regras oficiais e formais. No entanto, com relação à compreensão da realidade, Berreman enfatiza que tanto o conhecimento das regiões interiores (os segredos dos bastidores) da vida de um grupo, como o da encenação exterior, isto é, da visão oficial, são componentes essenciais. As ponderações de Berreman se encontram com as Malinowski (1975a; 1975b; 1978), quando este antropólogo ressalta a necessidade de investigar tanto o arcabouço estrutural como os "imponderáveis da vida real" e os "aspectos íntimos das relações sociais".

Se a entrada em campo tem que ver com os problemas de identificação, obtenção e sustentação de contatos, a saída é também um momento crucial. As relações interpessoais que

se desenvolvem durante a pesquisa não se desfazem automaticamente com a conclusão das atividades previstas. Há um "contato" informal de favores e de lealdade que não dá para ser rompido bruscamente sob pena de decepção: os investigadores trabalham com pessoas logo com relações e com afeto. Não há receitas para esse momento, mas algumas questões que podem ser formuladas e respondidas pelo pesquisador: Em que pé ficam as relações posteriores ao trabalho de campo? Qual o compromisso do pesquisador com o grupo, no que concerne aos dados primários recolhidos, ao seu uso científico e às formas de retorno? Em resumo, a saída do campo envolve problemas éticos e de prática teórica. A relação intersubjetiva que se cria pode contribuir para definição do tipo e do momento do corte necessário nas relações mais intensas e um plano de continuidade possível ou desejada.

Concluo evidenciando que as dificuldades de inserção do pesquisador no campo não podem ser pensadas apenas como questão que o tempo de contato resolverá. Há as dificuldades próprias desse período da pesquisa que devem ser objeto de reflexão e de planejamento como parte das estratégias de construção do conhecimento.

• *Aplicação de um certo número de métodos particulares para selecionar, coletar, manipular e estabelecer os dados* (Malinowski, 1975b).

Malinowski considera essa triangulação de perspectivas no campo como o terceiro parâmetro de êxito da pesquisa empírica. Refere-se à necessidade de combinação do registro da "organização social e da anatomia da cultura", através do "método de documentação estatística concreta", com a observação dos "imponderáveis da vida real" mediante uma observação minuciosa detalhada no diário de campo; "uma lista de conclusões etnográficas, narrativas feitas pelos nativos, expressões típicas, fórmulas mágicas, lendas e peças de folclore que dão conta da mentalidade do grupo" (1975b, p. 61). O autor

comenta ainda que o objetivo da observação e do registro é apreender o "ponto de vista do nativo, sua relação com a vida e sua visão de mundo e assim apreender o sistema total" (1975b, p. 62).

Outros pesquisadores depois de Malinowski têm também se ocupado em desenvolver procedimentos teoricamente fecundos para observação participante. Alguns deles como Cicourel (1969b) e Denzin (1973) entram em discussão com os apologistas dos métodos quantitativos, para quem a observação participante é sinônima de "impressionismo".

Denzin (1973) insiste em que, em comparação com os cientistas que trabalham com *surveys*, o pesquisador de campo que inclui em sua investigação a observação participante, está mais livre de prejuízos, uma vez que não é, necessariamente, prisioneiro de um instrumento rígido de coleta de dados ou de hipóteses testadas antes, e não durante o processo de pesquisa. A fluidez da própria natureza da observação participante concede ao pesquisador a possibilidade de usufruir, ao mesmo tempo, de dados que os *surveys* proporcionam. Na medida em que convive com o grupo, o observador pode retirar de seu roteiro questões que percebe serem irrelevantes do ponto de vista dos interlocutores; consegue também compreender aspectos que vão aflorando aos poucos, situação impossível para um pesquisador que trabalha com questionários fechados e antecipadamente padronizados. A observação participante ajuda, portanto, a vincular os fatos a suas representações e a desvendar as contradições entre as normas e regras e as práticas vividas no cotidiano do grupo.

Cicourel (1969b) também enaltece as virtudes da observação participante, mas coloca-se de forma mais exigente que Denzin (1973) em relação à validade dessa estratégia. Sua preocupação está voltada para as condições que possibilitam o teste de hipóteses e resolvem os problemas de inferência e de provas corretas.



Com relação à questão da *objetividade*, opondo-se ao *impressionismo*, Cicourel (1969b) comenta que quanto maior é a participação do observador, maior é o risco de seu envolvimento, mas, também, maior é a possibilidade de que consiga penetrar na chamada "região interior" do grupo. Se a participação mais profunda dificulta o teste de hipóteses, em contraposição, pode desvendar os códigos do grupo e seus significados mais íntimos. Esse autor ressalta que o controle da objetividade dos dados obtidos por meio da observação participante deve ser feito mediante revisões críticas do trabalho de campo, explicitação dos procedimentos adotados e dos diferentes papéis representados pelos membros do grupo pesquisado e pelo próprio pesquisador.

Cicourel chama atenção ainda para o fato de muitos pesquisadores considerarem os dados conseguidos em campo como a tradução da verdade, sem levar em conta a situação e as condições de seu trabalho empírico. Através de uma pretensa "objetividade" dos dados, diz ele: "estes relatos pós-facto simplesmente acrescentam observações descritivas de validade duvidosa para o conjunto da ciência social" (1969b, p. 97). Por isso, esse autor recomenda que seja qual for o resultado da pesquisa, é preciso tornar explícitas todas as fontes de informação sobre o problema pesquisado, o contexto no qual a pesquisa se desenvolveu, tanto do ponto de vista institucional, da relação entre pesquisadores, como da situação e das condições de trabalho de campo. Esses dados devem fazer parte do corpo de análises e são necessários para a compreensão contextualizada do objeto de estudo.

Cicourel usa uma expressão de Becker (1958, p. 652), "história natural da pesquisa", para falar da importância do relato no trabalho de campo, de forma processual: (1) das intenções implícitas ou explícitas; (2) da teoria e da metodologia, (3) das mudanças de posição no decorrer do trabalho, quando há hipóteses ou pressupostos permanentemente testados.

Cada passo produz dados que podem ser relacionados com os dados a serem obtidos posteriormente, a fim de melhorar a teoria, a metodologia e clarificar o problema central (Cicourel, 1969b, p. 118).

Finalmente, conclui que, ainda quando o pesquisador começa seu trabalho com vagas noções a respeito do tema a ser estudado, deve testar algumas hipóteses específicas, através do detalhamento minucioso de seus procedimentos metodológicos e de suas pressuposições teóricas sobre a natureza dos grupos e da ordem social. Em resumo, neste ponto há concordância entre Cicourel (1969b) e Popper (1973) quando esse filósofo da ciência diz que "a objetividade dos enunciados científicos reside no fato de que eles possam ser intersubjetivamente submetidos a teste" (1973, p. 41).

Bourdieu (1973), autor que atuou em importante trabalho de campo, adverte que não há virtudes mágicas *na observação participante*, embora essa técnica seja enaltecida por muitos que julgam equivocadamente que o conhecimento vem a partir da prática. Para Bourdieu, "a prática que aparece como condição de uma ciência rigorosa não é menos teórica", e acrescenta:

É preciso lembrar que o privilégio presente em toda atividade teórica, na medida em que ela supõe um corte epistemológico, mas também social, governa sutilmente esta atividade [a observação participante]. Isso conduz a uma teoria da prática que é correlata ao fato de se omitir as condições sociais na produção da teoria (1973, p. 158)

Insiste Bourdieu em que, na produção de qualquer teoria, o pesquisador tem de romper com o senso comum do grupo pesquisado. E, numa segunda ruptura, pôr sempre em questão os pressupostos inerentes à sua qualidade de observador externo e estranho ao grupo:

[Lugar] de estrangeiro que, preocupado em interpretar as práticas de outro grupo, tende a importar para o objeto os princípios de suas relações com esse objeto, incluindo-se aqui suas relevâncias (1973, p. 160).

Retomo as reflexões iniciais deste capítulo. Como qualquer fase ou técnica de trabalho de pesquisa, também a observação não é neutra. O que observar? Como observar? São questões influenciáveis pelos esquemas teóricos, preconceitos e pressupostos do investigador e pelas reações dos interlocutores em campo.

Dessa forma, sobre a observação, a posição funcional positivista tenta dar ênfase à estrutura social e à totalidade, a partir do "calidoscópio" que é a realidade, considerada como um sistema natural redutível a leis sociológicas. A teoria fenomenológica dá ênfase à construção do "modelo de ator", formulada a partir da compreensão das estruturas de relevância e da cotidianidade compartilhada entre membros do grupo. Por isso, dá importância à delimitação do "campo de ação" do cientista social como intrinsecamente diferente do do cientista natural. Assim Schutz (1971) define o labor do pesquisador como a capacidade de reconstruir, a partir do senso comum dos interlocutores uma tipificação da realidade a ser compreendida, interpretada e comparada.

A etnometodologia, que na sociologia mais tradicional adota procedimentos de trabalhos de campo, tampouco desenvolve uma metodologia particular de observação. Recolhendo influências da sociolinguística, da antropologia e da fenomenologia, procede a partir dessas tradições; reconhece como importante a realização de um tipo de observação contextualizada que leve o pesquisador a perscrutar os fenômenos, descrevê-los e interpretá-los. É uma abordagem extremamente crítica à observação positivista que vê o ato em si mesmo sem considerar pressões sociais que julgam a ação do senso comum sem racionalidade (Park & Burgess, 1921; Payne et al., 1981).

A posição da etnometodologia, particularmente da etnometodologia etnográfica, coincide com a abordagem tradicional da antropologia. Seus adeptos, no entanto, tentam diferenciá-la, criticando a antropologia de ser eminentemente descritiva. Goodenough insiste em que não se pode explicar uma cultura descrevendo comportamentos sociais, econômicos ou eventos cerimoniais e a forma como determinado fenômeno se apresenta. O desafio, segundo ele, é construir uma teoria dos modelos conceituais a respeito do que os vários eventos representam e dos quais eles são produtos. Portanto "teoria e observação devem vir juntas" (1964, p. 85).

As críticas relativas à etnometodologia que utiliza primordialmente a observação participante se concentram exatamente na sua preocupação excessiva com o empírico e com uma interpretação fundada nele. Nela se processa uma redução do conhecimento aos significados subjetivos que os sujeitos criam de seu mundo, e da estrutura social aos procedimentos interpretativos.

A teoria marxista tem desenvolvido pouco sua reflexão sobre o trabalho de campo. Na verdade, na "Enquête Operária", Marx (1973) propõe que os próprios trabalhadores apliquem os questionários. Dessa forma, a figura do pesquisador externo ao campo não existe. As posições múltiplas do marxismo em relação ao trabalho de campo têm variado entre a pura omissão e a tentativa de realizar uma sociologia crítica, como é neste último caso a proposta de Thiollent (1987). Comentando sobre esse assunto, Thiollent (1987) diz que não se pode dizer que no marxismo contemporâneo haja uma posição única a respeito da investigação em geral e da sociológica em particular. Na apresentação do livro *Existencialismo e Marxismo*, de Lukács (1967), o tradutor comenta a polêmica dos anos 60 do século XX na França, em que Sartre acusa os marxistas de esclerose, de incapacidade de apreender o particular, de perceber as representações como síntese de todas as medições do ser humano na sua vida concreta. Em troca Lukács

(1967) acusa o existencialismo de estar comprometido com a classe burguesa. Ambos falavam em nome de Marx & Engels (1967). Essa mesma crítica, continuam a fazer os etnometodólogos a respeito da incapacidade do marxismo de abordar fatos particulares. Na medida em que se contentou com macroanálises ou com discussões exegéticas dos textos clássicos de Marx & Engels (1967), muitos marxistas paralisaram sua reflexão científica sobre a realidade empírica particular. Essa postura distante dos problemas concretos ou apenas exegética é chamada por Thiollent como "teoricismo formalista" (1987, p. 24), que perde o sentido do que há de fundamental nas ciências sociais: a pesquisa. Comenta Thiollent:

Sem investigações novas e sem preocupação de elaborar novos modos de investigação só se pode discutir a forma de apresentação de conhecimentos antigos, cuja capacidade de dar conta da realidade atual é problemática (1987, p. 27).

Panzieri (1968) em "A Concepção Socialista da Enquete Operária" faz a mesma crítica que Thiollent elabora sobre a posição dogmática de considerar a sociologia como uma ciência burguesa. Essa postura fez que o marxismo, como sociologia, regredisse. E acrescenta: "Parece-me que a sociologia burguesa desenvolveu-se a ponto de apresentar característica de uma análise científica que ultrapassa o marxismo" (Thiollent, 1987, p. 227).

Em contrapartida, Panzieri critica também as abordagens sociológicas e antropológicas que recortam a realidade e a olham de forma reduzida e fragmentada. Em particular sobre a observação participante, comenta:

O momento de observação sociológica, conduzida segundo critérios sérios e rigorosos está então ligada por uma continuidade muito precisa à ação política; a pesquisa so-

ciológica é uma espécie de medição sem a qual nos arriscamos a fazer uma idéia otimista ou pessimista, de qualquer modo absolutamente gratuita, do grau de consciência da classe e da força de oposição atingida por ela. Ora, é claro que essa consideração influencia os objetivos políticos da investigação e representa mesmo seu principal objetivo (1968, p. 228).

Panzieri considera a pesquisa como instrumento de conhecimento da realidade operária e como contribuição para elevação da consciência de classe. No mesmo caminho, Thiollent (1987) também critica o que denomina atitude "passiva" ou "positivista" da observação sociológica, propondo uma alternativa de "questionamento" a ser desenvolvida por meio da "pesquisa-ação". Ambos os autores preconizam o envolvimento do pesquisador com a realidade que estuda e com os atores sociais que busca conhecer.

O envolvimento do investigador com o grupo pesquisado, atuando em propostas de transformação, tem sido ressaltado nas modalidades de pesquisa participante e de pesquisa-ação. Tais abordagens, porém, merecem cuidados epistemológicos que são mencionados por alguns pesquisadores como Durham (1986); Cardoso (1986); Zaluar (1986). Essas autoras criticam o excessivo empirismo desses tipos de investigação e seu caráter mais militante que científico.

Alguns filósofos marxistas dão algumas pistas coincidentes com a práxis da observação participante, mas sem, em nenhum momento, levantar propostas técnicas de como realizá-la. Joja, em *A Lógica Dialética* afirma:

O singular e o particular manifestam a essência, o geral numa exuberância de atributos em que é difícil distinguir o essencial daquilo que não o é, tanto que aquilo que não é essencial é mais visível e pode, por vezes, desempenhar o papel de essencial. [. . .] No singular percebemos o

geral que aí está incluso e realizado: segundo a expressão plástica de Filipon, o universal é a comunidade pela qual todos os particulares se comunicam (1965, p. 77).

Um marxista importante como Kosik, ressaltando a importância das manifestações fenomênicas da realidade, até poderia ser confundido com um fenomenologista:

No trato utilitário e prático com as coisas, em que a realidade se revela como mundo dos meios, fins, instrumentos, exigências e esforços para satisfazê-las, o indivíduo "em situação" cria suas próprias representações das coisas e elabora todo um sistema correlativo de noções que capta e fixa o aspecto fenomênico da realidade. Essas representações se reproduzem imediatamente na mente daqueles que realizam uma determinada práxis histórica, como categorias de pensamento comum (1969, p. 10).

Mas Kosik distingue-se do clássico fenomenologista Schutz (1979), ao ressaltar o papel das determinações maiores sobre uma realidade empírica:

Trata-se de uma práxis fragmentária, baseada na divisão de trabalho, na divisão da sociedade em classe e na hierarquia de posições sociais decorrentes da divisão em classe. [. . .] O fenômeno indica a verdade e a esconde. [. . .] Captar o fenômeno seria indagar e descrever como a coisa se manifesta e se esconde nele. [. . .] A realidade é a unidade do fenômeno e da essência (1969, p. 12).

Valorizando o sentido das realidades particulares vivenciadas pelas pessoas e pelos grupos, Joja critica os *desvios* das filosofias do século XVIII e XIX que consideravam as sensações, os sentimentos, a experiência vivida, as idéias e a imagi-

nação como elementos subordinados à única "instância de conhecimento adequado, a razão":

O pensamento concreto consiste em considerar e apreender os fenômenos em sua auto-relação, em suas relações com a multiplicidade de seus próprios ângulos e de seus aspectos intercondicionados, em seu movimento e desenvolvimento, em sua multiplicidade e condicionamento recíproco com outros fenômenos ou grupos de fenômenos (Joja, 1965, p. 53).

Ora, o marxismo também caiu na cilada do racionalismo que foi objeto de reflexão e de crítica de Lênin segundo o qual: "Seria ridículo negar o papel da imaginação mesmo na ciência mais rigorosa" como também seria reducionismo deixar-se cair nas tentações dos subjetivismos: "Devemos aprender a explorar todos os seus aspectos, todas as suas correlações e suas mediações para chegar à realidade objetiva, nos limites de nossas possibilidades históricas" (1965, p. 215).

A idéia de que o particular não existe senão na medida em que se liga ao geral e o geral senão no particular e através dele; a idéia de que a dificuldade de apreensão está no pensamento e não na realidade, pois é o pensamento que separa e mantém a distinção de momentos de um objeto; a idéia de que a marcha do real é sempre mais verdadeira e profunda do que nossa capacidade de apreendê-lo; a idéia de que há uma relatividade entre os fatores objetivos e subjetivos, materiais e espirituais são alguns dos princípios básicos que podem orientar um trabalho de campo contextualizado.

De grande utilidade para uma observação ao mesmo tempo situada e contextualizada, é o texto "Método Dialético na Análise Sociológica" (Cardoso, 1973). A partir do estudo do conceito de totalidade, esse autor insiste em que a interpretação, para ter foros de instrumento científico de análise, precisa ser utilizada sem retirar dos dados o valor heurístico que



possuem. "Sem sólida base empírica, a análise dialética corre o risco de perder-se em considerações abstratas destituídas de valor explicativo real" (1973, p. 2).

Trata-se, segundo o autor, de explicar os processos, as situações e os sistemas, não do ponto de vista da história já decorrida, quando tudo parece ter caminhado na direção de finalidades engendradas por condições dadas, mas do ponto de vista da história como realizadora da atividade humana coletiva, tomando o marxismo como uma teoria de aplicação heurística. Jamais em Marx encontram-se entidades. Por exemplo "a pequena burguesia" na obra *Dezoito Brumário* "fazia parte de uma totalidade viva, nos quadros da pesquisa e não de uma dedução do real a partir de totalidades abstratas definidas *a priori*" (Cardoso, 1973, pp. 17-23).

- *Diário de campo*

A observação participante, em qualquer nível de profundidade em que for realizada ou em que teoria se baseie, tradicionalmente utiliza um instrumento denominado *diário de campo*. O *diário de campo* nada mais é do que um caderninho de notas, em que o investigador, dia por dia, vai anotando o que observa e que não é objeto de nenhuma modalidade de entrevista. Nele devem ser escritas impressões pessoais que vão se modificando com o tempo, resultados de conversas informais, observações de comportamentos contraditórios com as falas, manifestações dos interlocutores quanto aos vários pontos investigados, dentre outros aspectos. Uma pergunta freqüentemente levantada pelos pesquisadores é se devem ou não devem usar dados de seu *diário de campo* para a análise de seu objeto de investigação. A resposta tem de ser afirmativa. De outra forma não teria necessidade de tanto investimento na observação. É exatamente esse acervo de impressões e notas sobre as diferenciações entre falas, comportamentos e relações que podem tornar mais verdadeira a pesquisa de campo. Como lembra Denzin (1973), toda trian-

gulação de métodos e técnicas favorece a qualidade e a profundidade das análises.

♦ *Saúde/Doença como Tema de Observação*

Tomando-se como objeto de observação o tema Saúde/Doença, seja tanto em relação às concepções que delas faz a população, seja em relação às políticas do setor, aos processos avaliativos ou às reivindicações do movimento social, as posturas funcionalistas, fenomenológicas ou marxistas seriam totalmente diferentes.

No caso das abordagens funcionalistas, as observações privilegiariam a compreensão do sistema, sua organização, seu funcionamento, as idéias que as pessoas têm a seu respeito, incluindo-se a busca de entendimento e de explicações para os "desvios" funcionais. A população seria observada e inquirida sobre sua aceitação e sobre sua integração ao sistema e ao esquema médico. O "normal" e o "típico" seriam o conhecimento oficial. As conclusões estratégicas de tal observação apontariam para a melhor adequação do sistema aos usuários. A fórmula positivista de percepção da realidade funda-se na ideologia da normalidade do sistema de saúde e das correções de seus estrangulamentos, por exemplo.

O quadro referencial fenomenológico, voltado para compreender as estruturas de relevância das coletividades ou dos grupos, observaria sua atuação tal como ela se apresenta. A ênfase nos indivíduos enquanto agentes sociais torna a fenomenologia uma teoria que se insurge contra o "oficial", o "dominante", o "Estado", a "sociedade" e a anomie. As observações se dariam em torno da valorização da lógica de vida e de comportamento intersubjetivo dos atores, tendo no senso comum a matéria-prima essencial.

A teoria marxista daria ênfase aos conflitos, contradições e diferenças. Sobretudo observaria o contexto, uma vez que considera a saúde da população como uma derivação das suas condições de vida. Sua perspectiva em campo é a observação

dos modos de vida, das práticas de classe e das formas de organização que engendram as situações de saúde/doença.

Essas visões teóricas diferenciadas até mesmo no ato de observar, certamente, junto com outros fatores, influenciarão os resultados da observação. As relações entre a experiência de observação e a consciência não são de ordem acumulativa e a subjetividade não desvenda a realidade sem a teoria, entendida como instrumento para encontrar o geral no particular.

A tentativa de cercar o objeto de estudo, sob todos os ângulos possíveis ressalta que a noção de observação não pode ser simplesmente confundida com "empirismo". Este é apenas uma ideologia particular de observação. Criticar as ideologias de observação empiristas, positivistas ou psicologistas não significa rejeitar todos os tipos de inserção. Por outro lado, ao empirismo não se pode opor o teorismo. Sem investigação da realidade concreta, as ciências sociais seriam apenas um discurso filosófico ou político. Sem problemática teórica, a sociologia degeneraria em pesquisa de opinião e entronização do senso comum.

É bom lembrar mais uma vez que no campo, assim como durante todas as etapas da pesquisa, tudo merece ser entendido como fenômeno social e historicamente condicionado: o objeto investigado, as pessoas concretas implicadas na atividade, o pesquisador e seu sistema de representações teórico-ideológicas, as técnicas de pesquisa e todo o conjunto de relações interpessoais e de comunicação simbólica.



Parte V  
FASE DE ANÁLISE  
DO MATERIAL QUALITATIVO

OS PESQUISADORES COSTUMAM ENCONTRAR TRES grandes obstáculos quando iniciam a análise dos dados recolhidos no campo (documentos, entrevistas, biografias, resultados de discussão em grupos focais e resultados de observação).

O primeiro deles é o que Bourdieu denomina “ilusão da transparência” isto é, a tentativa de interpretação espontânea e literal dos dados como se o real se mostrasse nitidamente ao observador. Essa “ilusão” é tanto mais perigosa quanto mais o pesquisador tenha a impressão de familiaridade com o objeto. Portanto, analisar, compreender e interpretar um material qualitativo é, em primeiro lugar, proceder a uma superação da sociologia ingênua e do empirismo, visando a penetrar nos significados que os atores sociais compartilham na vivência de sua realidade.

O segundo obstáculo é o que leva o pesquisador a sucumbir à magia dos métodos e das técnicas, esquecendo-se do mais importante, isto é, a fidedignidade à compreensão do material e referida às relações sociais dinâmicas e vivas. Como orientadora de tese e avaliação de livros e artigos é o que mais tenho encontrado: uma rendição do investigador às técnicas,

pondo-as no lugar da essencialidade dos significados e intencionalidades. Como já referi inicialmente, repito aqui: métodos e instrumentos são caminhos e mediadores para permitir ao pesquisador o aprofundamento de sua pergunta central e de suas perguntas sucessivas, levantadas a partir do encontro com seu objeto empírico ou documental.

O terceiro obstáculo, também recorrente na interpretação dos trabalhos empíricos, é a dificuldade que muitos pesquisadores encontram na junção e síntese das teorias e dos achados em campo ou documentais. É muito comum que os pesquisadores apresentem denso capítulo metodológico e teórico e, ao final, quase como um apêndice, descrevam em um ou dois capítulos sua visão sobre o trabalho de campo, geralmente, sem apropriação das teorias descritas.

Uma análise do material recolhido em campo ou documental, em termos muito gerais, busca atingir três objetivos:

- ♦ *ultrapassagem da incerteza*: dando respostas às perguntas, hipóteses e pressupostos;

- ♦ *enriquecimento da leitura*: ultrapassando o olhar imediato e espontâneo em busca da compreensão de significações e de estruturas de relevantes latentes;

- ♦ *integração das descobertas*, devendendo a lógica interna subjacente às falas, aos comportamentos e às relações (Bardin, 1979, p. 29).

Sendo assim, a análise do material qualitativo possui três finalidades complementares dentro da proposta de investigação social: (a) a primeira é heurística. Isto é, insere-se no contexto de descoberta a que a pesquisa se propõe. (b) A segunda é de "administração de provas", que se realiza por meio do balizamento entre os achados, as hipóteses ou os pressupostos. (c) A terceira é a de ampliar a compreensão de contextos culturais, ultrapassando-se o nível espontâneo das mensagens (Bardin, 1979).

Para a realização das análises, vários caminhos são possíveis e, praticamente, todos eles dependem da corrente de

pensamento a que o investigador se filia. No entanto, também nesse ponto existem problemas, pois, ao se fazer uma metanálise das pesquisas qualitativas se observa, frequentemente, que os investigadores tendem a ocultar a *alquimia* que usaram para transformar dados brutos em descobertas científicas.

Minha intenção nesta parte do estudo é discutir essa fase de uma pesquisa social, trazendo à luz possibilidades teóricas e práticas de análise do material qualitativo.

Trabalharei com três modalidades de análise já consagradas: (a) *Análise de Conteúdo*, expressão genérica que designa o tratamento de dados qualitativos. Trata-se de um conceito historicamente construído para dar respostas teórico-metodológicas e que se diferencia de outras abordagens. A mais importante autora dessa modalidade é Bardin (1979). (b) *Análise de Discurso* concebido para trabalhar com a fala e seu contexto, sendo utilizada como alternativa às práticas de análise de conteúdo tradicionais. Seus expoentes mais importantes são Pêcheut e atualmente toda uma escola de intérpretes do campo de comunicação; (c) *Análise Hermenêutica-Dialética*, proposta por Habermas no seu diálogo com Gadamer (1987) como uma terceira alternativa que superaria o formalismo das análises de conteúdo e de discurso, indicado "um caminho do pensamento". Incluirei, ainda, uma reflexão pessoal, operacionalizando a abordagem hermenêutico-dialética e uma proposta de triangulação de métodos qualitativos e quantitativos, tendo em vista que hoje essa estratégia vai se tornando freqüente nas análises do setor saúde.

Neste estudo, ao discutir as três modalidades mais comuns, dou preferência à hermenêutica dialética. Minha escolha fundamenta-se na busca de um instrumental que corresponda às dimensões e à dinâmica das relações que se apreendem numa pesquisa que toma como objeto a *saúde* em suas mais variadas dimensões: concepções, política, administração, configuração institucional, representações sociais e relações.

Antes de terminar o trabalho, faça uma breve discussão sobre validade e fidedignidade em pesquisa qualitativa, tomando por base o pensamento de autores consagrados nas discussões epistemológicas.



## Capítulo 11 TÉCNICAS DE ANÁLISE DO MATERIAL QUALITATIVO

### Análise de conteúdo

A EXPRESSÃO MAIS COMUMENTE USADA para representar o tratamento dos dados de uma pesquisa qualitativa é *Análise de Conteúdo*. No entanto, a expressão significa mais do que um procedimento técnico. Faz parte de uma histórica busca teórica e prática no campo das investigações sociais.

Para Bardin, a *Análise de Conteúdo* pode ser definida como:

Um conjunto de técnicas de análise de comunicação visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens (Bardin, 1979, p. 42).

Ou seja, análise de conteúdo diz respeito a técnicas de pesquisa que permitem tornar replicáveis e válidas inferências sobre dados de um determinado contexto, por meio de procedimentos especializados e científicos. Em comum, as definições ressaltam o processo de *inferência*.

A *Análise de Conteúdo*, como técnica de tratamento de dados, possui a mesma lógica das metodologias quantitativas, uma vez que busca a interpretação cifrada do material de caráter qualitativo. Berelson, um dos primeiros teóricos da análise de conteúdo nos Estados Unidos, assim a define:

*"É uma técnica de pesquisa para descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto das comunicações e tendo por fim interpretá-los (Berelson, 1952, p. 18).*

Os termos em itálico foram anotados por mim, com intenção de enfatizar os adjetivos usados por Berelson, lembrando que eles fazem parte do vocabulário da sociologia positivista. A relevância concedida ao qualitativo e ao conteúdo manifesto ou latente das comunicações, neste caso, dá ênfase às regularidades da fala, à sua análise léxica<sup>1</sup> e remete à tradicional discussão sobre a especificidade do material próprio às Ciências Sociais, particularmente quanto à questão da significação.

Historicamente a Análise de Conteúdo clássica tem oscilado entre o rigor da suposta objetividade dos números e a fecundidade da subjetividade. A arte de interpretar os textos sagrados, a exegese religiosa, coloca a hermenêutica, por exemplo, como uma técnica muito antiga. A atividade de desvendamento de mensagens obscuras, do duplo sentido de um discurso geralmente simbólico e polissêmico, remonta à Antiguidade. Bardin situa a *Retórica* e a *Lógica* também como práticas milenares de tratamento de discurso, anteriores à atual

---

<sup>1</sup> A análise léxica constitui um tipo de estudo do vocabulário de um informante, por meio da aplicação de métodos estatísticos visando a averiguar ou a medir a extensão das suas respostas. São feitos dimensionamentos das frases (essa pessoa respondeu concisa ou extensamente?) e também estudo da incidência quantitativa das palavras, ou seja, do número de vezes que um vocábulo ou uma idéia apareceram. Pode-se considerar que, mediante procedimentos automáticos, o uso da análise léxica permite interpretar com rapidez o montante de palavras e expressões analisadas tendo em vista explicar o universo total das informações.

técnica de Análise de Conteúdo. A Retórica estuda as modalidades de expressão própria de uma fala persuasiva. A lógica analisa os enunciados de um texto, seu encadeamento, e as regras formais que validam o raciocínio.

*Análise de Conteúdo* é uma expressão recente. Surgiu nos Estados Unidos na época da Primeira Guerra Mundial, dentro do campo jornalístico na Universidade de Colúmbia. Dentre os nomes que ilustram a história do desenvolvimento dessa técnica destacam-se Lasswell (1952), que fazia análise de material de imprensa e de propaganda desde 1915. Sua obra principal, *Propaganda Technique in the World War* foi publicada em 1927. O trabalho de Lasswell teve como contexto um momento histórico de fascínio pelo rigor matemático como medida e como parâmetro científico. Dessa forma, a *Análise de Conteúdo*, em sua origem, é vítima da pretensa objetividade que os números e as medidas oferecem.

A partir da década de 1940, os departamentos de Ciências Políticas das universidades americanas tornaram-se o *locus* de desenvolvimento das técnicas de *Análise de Conteúdo*, tendo como material privilegiado as comunicações provenientes da Segunda Guerra Mundial. Os investigadores visavam, dentre outros objetivos, a desmascarar os jornais e periódicos suspeitos de propaganda considerada subversiva ou de caráter nazista. Lasswell continuava seus trabalhos sobre análise de símbolos. A ele juntaram-se estudiosos das mais diferentes áreas: sociólogos, psicólogos, cientistas políticos. Os marcos distintivos da técnica desenvolvida nessa época foram as análises estatísticas de valores, fins, normais, objetivos e símbolos. A preocupação da objetividade e da sistematicidade solidificou-se tendo como foco o rigor quantitativo, para se contrapor ao que os cientistas denominavam "apreensão impressionista", numa crítica permanente às escolas etnometodológicas e interacionistas. Do ponto de vista metodológico, Berelson & Lazarsfeld (1952) sintetizaram e sistematizaram as preocupações epistemológicas da época. Em *The Analysis of*

*Communications Content* (Berelson & Lazarsfeld, 1948), os critérios fundamentais então exigidos para testificar o rigor científico foram assim resumidos: (a) trabalhar com amostras reunidas de maneira sistemática; (b) interrogar-se sobre a validade dos procedimentos de coleta e dos resultados; (c) trabalhar com codificadores que permitam verificação de fidelidade; (d) enfatizar a análise de frequência como critério de objetividade e cientificidade; (e) ter possibilidade de medir a produtividade da análise.

Berelson (1952), Lazarsfeld (1952) e Lasswell (1952) são portanto importantes teóricos e criadores das técnicas de análise de conteúdo. Neles, a obsessão pela objetividade e o rigor se confundem com os pressupostos do positivismo. Seus nomes, seus trabalhos e influência continuam marcantes e ainda atuais em relação às propostas de tratamento dos dados.

No período posterior à Segunda Guerra, a utilização das técnicas quantitativas para análise de conteúdo entraram em decadência. Seus próprios criadores refluíram o ânimo e se desencantaram em relação aos resultados e às repercussões de seus trabalhos. É de Berelson a seguinte frase citada por Bardin:

A Análise de Conteúdo como método não possui qualidades mágicas e raramente se retira mais do que nela se investe e algumas vezes se retira menos. No final das contas nada há que substitua as idéias brilhantes (Bardin, 1979, p. 20).

A constatação do citado autor demonstra uma certa decepção teórica em relação aos modelos matemáticos para análise qualitativa e se curva à importância da compreensão dos conteúdos latentes. Mostra que o rigor matemático pode ser uma meta e vir junto com outras formas de validação, mas nunca substituir a intuição e a busca do sentido das falas.

A partir dos anos 1950, e sobretudo na década de 1960, a questão da Análise de Conteúdo ressurgiu, desta vez dentro

de um debate mais aberto e diversificado. A Antropologia, a Sociologia, a Psicologia juntam-se à Psicanálise, ao Jornalismo e há uma retomada de problemáticas anteriormente quase intocáveis. No plano epistemológico, confrontam-se duas concepções de comunicação: (a) o modelo "instrumental", que defende o seguinte ponto de vista: numa comunicação o mais importante não é o conteúdo manifesto da mensagem (como defendia Berelson) mas o que ela expressa graças ao contexto e às circunstâncias em que se dá; (b) o modelo "representacional", que dá relevância ao conteúdo lexical do discurso, cuja proposta é fazer uma boa análise, focalizando a quantidade e o sentido das palavras.

Do ponto de vista metodológico, a polêmica entre a abordagem quantitativa e a qualitativa na análise do material de comunicação sempre existiu. Em relação ao primeiro tipo de abordagem, predominaram as idéias de Berelson, Lazarsfeld e Lasswell, acrescidas de novas formas de procedimento, todas elas buscando "medidas" para as significações, como critério de cientificidade (Osgood et al., 1957).

Os pesquisadores que buscam a compreensão dos significados no contexto da fala, em geral, negam e criticam a análise de frequência das falas e palavras como critério de objetividade e cientificidade e tentam ultrapassar o alcance meramente descritivo da mensagem, para atingir, mediante a inferência, uma interpretação mais profunda.

Atualmente vários fatores vieram a alimentar o debate dessa prática teórica. A informática e a semiótica são duas áreas que vêm influenciando definitivamente as modalidades de tratamento dos dados de comunicação. Vários *softwares* passaram a atualizar com maior rigor técnico as propostas quantitativistas que se originaram no início do século XX. Em todos os congressos mundiais e locais sobre pesquisa qualitativa, existem postos de exposição de novidades instrumentais para análise de conteúdo. De outro lado, também têm-se intensificado as propostas compreensivistas para análise das falas e

discursos, revelando novo dinamismo nos estudos de *significações*.

As atuais tendências históricas do uso e do desenvolvimento de técnicas de *Análise de Conteúdo* conduzem a uma certeza. Todo o esforço teórico, seja baseado na lógica quantitativa ou qualitativa, visa a ultrapassar o nível do senso comum e do subjetivismo na interpretação e alcançar uma vigilância crítica ante a comunicação de documentos, textos literários, biografias, entrevistas ou resultados de observação.

Do ponto de vista operacional, a análise de conteúdo parte de uma leitura de primeiro plano das falas, depoimentos e documentos, para atingir um nível mais profundo, ultrapassando os sentidos manifestos do material. Para isso, geralmente, todos os procedimentos levam a relacionar estruturas semânticas (significantes) com estruturas sociológicas (significados) dos enunciados e a articular a superfície dos enunciados dos textos com os fatores que determinam suas características: variáveis psicossociais, contexto cultural e processo de produção da mensagem. Esse conjunto de movimentos analíticos visa a dar consistência interna às operações. Como afirma Allport:

A consistência interna conseguida através de múltiplas abordagens é quase o único teste que temos para a validade das pesquisas. Portanto, em todos os sentidos, os documentos pessoais entram no interior de um conjunto abrangente de estratégias de compreensão da realidade (1942, p. 121).

Visando à consistência referida por Allport, os teóricos da *análise de conteúdo* consideram que ela deva ser objetiva, trabalhando com regras preestabelecidas e obedecendo a diretrizes suficientemente claras para que qualquer investigador possa replicar os procedimentos e obter os mesmos resultados; sistemática, de tal forma que o conteúdo seja ordenado

e integrado nas categorias escolhidas, em função dos objetivos e metas anteriormente estabelecidos. Alguns teóricos acrescentam a essas características o termo *quantitativo*, entendendo que é importante estudar a frequência para que os temas tenham a medida exata de sua importância. Esse último requisito, no entanto, não é exigido por todos os estudiosos que questionam a quantificação dos significados.

Existem várias modalidades de *Análise de Conteúdo*, dentre as quais: *Análise Lexical*, *Análise de Expressão*, *Análise de Relações*, *Análise Temática* e *Análise de Enunciação*. Definirei cada uma resumidamente e darei relevância à *Análise Temática* por ser a mais simples e considerada apropriada para as investigações qualitativas em saúde.

#### ♦ *Análise lexical*

Uma análise lexical inicia-se sempre pela contagem das palavras, avançando sistematicamente na direção da identificação e dimensão do texto em estudo. No caso das entrevistas abertas, são feitos agrupamentos de palavras afins, deletadas palavras que apresentam pouco interesse, até se conseguir que representem o sentido do texto. As frequências permitem consolidar a aplicação de um tema ou locução, possibilitando situar no contexto as idéias trazidas pelas palavras.

Operacionalmente, a análise léxica se faz da seguinte forma. O pesquisador faz o tratamento do conteúdo de um texto mediante a identificação do número total de ocorrências de cada palavra, do número total de palavras, do número de diferentes palavras, vendo a riqueza de vocabulário utilizada para produzir uma resposta ou um discurso. A seguir, ele classifica as palavras, de acordo com sua ordem na produção de significados: verbos, substantivos e adjetivos e, a seguir, os vocábulos instrumentais como artigos e preposições. A partir de então, o analista reduz o número de vocábulos significativos, fazendo uma análise controlada, eliminando os artigos, preposições e as palavras que julga sem importância para o

objetivo a que se propõe. O aprofundamento do estudo pode dar-se com a análise bi ou multivariada dos dados textuais, e depois (o que já consiste um procedimento mais aprimorado), integrando-os no contexto de produção da linguagem.

♦ *Análise da Expressão*

Designa um conjunto de técnicas que trabalham indicadores para atingir a inferência formal. A hipótese da técnica de análise de expressão é que existe uma correspondência entre o tipo de discurso e as características do locutor e de seu meio. A ênfase é dada à necessidade de conhecer os traços pessoais do autor da fala, sua situação social e os dados culturais de seu contexto. No entanto, esse tipo de técnica também utiliza indicadores lexicais, como a repetição e a incidência das palavras. Mas a eles acrescenta a análise do estilo das falas, do encadeamento lógico das idéias, dos arranjos seqüenciais e da estrutura da narrativa. Sua aplicação mais freqüente ocorre na investigação da autenticidade de documentos, na psicologia clínica, na análise de discursos políticos e persuasivos (Bardin, 1979; Unrug, 1974).

♦ *Análise de Relações*

Designa técnicas que, em vez da análise da mera freqüência de vocábulos num texto, abordam relações entre os vários elementos do discurso dentro de um texto. São duas as principais modalidades de análise das relações: (a) a de co-ocorrências e a (b) estrutural.

A análise de co-ocorrências procura extrair de um texto as relações entre as partes de uma mensagem e assinala a presença simultânea (co-ocorrência) de dois ou mais elementos na mesma unidade de contexto. Por exemplo, no estudo do discurso de uma doente mental, o analista observa que cada vez que ela define sua situação, a doença aparece vinculada à situação financeira. No caso, existe correlação entre esses elementos. Osgood (1959) propõe a seguinte seqüência de pro



cedimentos para a análise de co-ocorrências: (a) escolha da unidade de registro (essa pode ser uma palavra-chave ou uma expressão) e sua categorização por temas a que diz respeito; (b) escolha das unidades de contexto (podem ser, por exemplo, parágrafos ou até um texto inteiro) e o seu recorte em fragmentos; (c) busca da presença ou ausência de cada *unidade de registro* nas unidades de contexto; (d) cálculo de co-ocorrências; (e) representação e interpretação de resultados.

A análise de co-ocorrência tem sido utilizada para esclarecimento de estruturas da personalidade; para o levantamento de relevâncias que permanecem latentes tanto nas falas dos indivíduos como nos textos referentes à coletividade; para estudo de estereótipos e de representações sociais (Bardin, 1979; Osgood, 1959; Unrug, 1974).

A análise estrutural passou a ser bastante exercitada a partir da década de 1960 e tem, como pressuposto fundamental, a crença na existência de estruturas universais, ocultas sob a aparente diversidade dos fenômenos. Filia-se às correntes estruturalistas na sociologia e na antropologia (Lévi-Strauss, 1967) e na lingüística (Sapir, 1967; Barthes, 1967). Os estruturalistas buscam o imutável e permanente sob a heterogeneidade aparente. Por trás dessa busca está a noção de sistema. Analisar significará, nesse tipo de estudo, reencontrar as mesmas engrenagens, quaisquer sejam as formas dos mecanismos em que se apresentem. A significação, no caso, fica subordinada à estruturação da linguagem.

A análise estrutural não se aplica ao vocabulário, à semântica ou ao temário da mensagem em si. Ela se dirige à organização subjacente, ao sistema de relações, às regras de encaimento, de associação, de exclusão e de equivalência. Isto é, ela trabalha com todas as interações que estruturam os elementos (signos e significações), mas de maneira invariante e independente deles (Bardin, 1979; Lévi-Strauss, 1964, 1967; Barthes, 1967).

#### ♦ *Análise de Avaliação ou Representacional*

Proposta por Osgood (1959), a análise representacional tem por finalidade medir as atitudes do locutor quanto aos objetos de que fala (pessoas, coisas, acontecimentos). Seu pressuposto é de que a linguagem representa e reflete quem a utiliza. Portanto, o estudo de seu conteúdo explícito permite fazer inferências sobre o emissor, seu contexto e sua ambiente. O conceito central para o processo de análise avaliativa ou representacional é o termo *atitude*. Uma atitude seria, na visão de Osgood, a predisposição relativamente estável e organizada para reagir sob a forma de opiniões ou de atos em presença de objetos (pessoas, idéias, coisas, acontecimentos), de maneira determinada.

Sendo o conceito de *atitude* o núcleo ou matriz que produz e traduz um conjunto de juízos de valor, uma análise representacional ou avaliativa consistiria em encontrar as bases das atitudes dos entrevistados, por trás da dispersão das manifestações verbais. Seu objetivo é específico: atém-se somente à carga avaliativa das unidades de significação, buscando nelas a *direção* e a *intensidade* dos juízos selecionados (Bardin, 1979; Osgood, 1959).

#### ♦ *Análise da Enunciação*

Apóia-se numa concepção de comunicação como processo (e não como um dado estático) e do discurso como palavra em ato. A análise da enunciação considera que na produção da palavra elabora-se, ao mesmo tempo, um sentido e operam-se transformações. O discurso não seria um produto acabado, mas um momento de criação de significados com tudo o que isso comporta de contradições, incoerências e imperfeições. Esse tipo de estudo parte da idéia de que, nas entrevistas, a produção da fala é, ao mesmo tempo, espontânea e constrangida pela situação. Levando em conta essa dupla perspectiva na produção do texto, a análise da enunciação

trabalha com: (a) as condições de produção da palavra. Parte do princípio que a estrutura de qualquer comunicação se dá numa triangulação entre o locutor, seu objeto de discurso e o interlocutor. Ao se expressar, o locutor projeta seus conflitos básicos por meio de palavras, silêncios e lacunas indicando processos, na sua maioria, inconscientes de expressão; (b) o continente do discurso e suas modalidades. Neste segundo tempo, se realiza (1) uma aproximação por meio de análise sintática e paralingüística das estruturas gramaticais; (2) uma análise lógica que mostra os arranjos do discurso; (3) uma análise dos elementos formais atípicos: silêncios, omissões, ilogismos; (4) um realce das figuras de retórica.

A entrevista aberta é o material privilegiado da análise da enunciação, no sentido de que ela evidencia um discurso dinâmico em que espontaneidade e constrangimento são simultâneos e em que o trabalho de elaboração se configura, ao mesmo tempo, como emergência do inconsciente.

Em termos operacionais, a análise da enunciação segue o seguinte roteiro:

- Estabelecimento do Corpus ou *Corpi*: delimitação do número de entrevistas a serem trabalhadas. A qualidade da análise substitui a quantidade do material. O pesquisador leva em conta a questão central e objetiva da pesquisa para delimitar as dimensões do *Corpus* e dos desdobramentos para, se for necessário, fazer divisões em subconjuntos que se integram no conjunto (*Corpus*).

- Preparação do Material: cada texto (entrevista) é uma unidade básica. Começa-se pela transcrição exaustiva de cada uma delas, deixando-se uma margem (à direita ou à esquerda) para anotações ou utilizando-se algum artifício no computador. A transcrição conserva tanto o registro da palavra (significantes) como dos silêncios, risos, repetições, lapsos, sons e outros.

- Etapas da Análise: na análise de enunciação cada entrevista é submetida a tratamento como uma totalidade organi-

zada e singular. São observados em cada uma delas os seguintes aspectos: (1) alinhamento ao coletivo e à dinâmica própria do discurso do indivíduo, para se encontrar a lógica que estrutura cada uma delas; (2) o estilo; (3) os elementos atípicos e as figuras de retórica.

Na análise da enunciação de uma entrevista, primeiramente é preciso observar o encadeamento das proposições<sup>2</sup> e fazer-se uma análise lógica. Separam-se por barra ou recopiam-se todas as orações, observando-se as relações que ressaltam a forma de raciocínio. A seguir, realiza-se a análise seqüencial, pondo atenção sobre a maneira de construção do texto, seu ritmo, sua progressão e as rupturas do discurso.

Na análise de enunciação, o estilo é um revelador do locutor, de seu contexto e de seus interlocutores, no sentido de que a expressão e o pensamento caminham lado a lado: é preciso tê-lo em conta. Igualmente, os chamados elementos atípicos e as figuras de retórica são relevantes neste tipo de prática teórica, devendo-se prestar especial atenção a: (a) *repetições* de um mesmo tema ou de uma mesma palavra dentro de um texto. A repetição pode ser indicador da importância do assunto que a palavra enuncia, mas também da sua ambivalência e da denegação; (b) *lapsos* que podem significar a insistência numa idéia recusada. Segundo a psicanálise, a erupção irracional de um termo num contexto da racionalidade significa uma quebra de defesa do locutor; (c) *ilogismos*, isto é, os emperamentos nos raciocínios demonstrativos. Costumam ser indicativos de uma necessidade de justificação ou de um juízo contraditório com a situação real; (d) *lugares-comuns*. Esses podem ter um papel justificador. Costumam também apelar para a cumplicidade do interlocutor (frases feitas, provérbios culturalmente partilhados) ou para desviar a atenção do entrevistador ou, ainda, para a recusa de aprofundar de-

<sup>2</sup> Por proposição entende-se uma afirmação, uma declaração, um juízo. É uma unidade que se basta a si mesma, ou seja, que pronunciada sozinha tem sentido.

terminados assuntos; (e) *jogos de palavras*: os chistes podem indicar descontração mas também costumam ser usados para ludibriar o entrevistador, visando a provocar o distanciamento de uma questão que o interlocutor não quer enfrentar; (f) *figuras de retórica*. Elas jogam com o sentido das palavras. As mais comuns são: o paradoxo (reunião de duas idéias aparentemente irreconciliáveis); a hipérbole (o aumento ou a diminuição excessiva das coisas); a metonímia (uso da parte pelo todo, do abstrato pelo concreto e vice-versa); a metáfora (designa uma coisa por outra).

Em síntese, a proposta da *Análise de Enunciação*, bem mais complexa e contextualizada que as abordagens quantitativas das falas, é conseguir, através do confronto entre a análise lógica, a análise seqüencial e a análise do estilo e dos elementos atípicos de um texto, a compreensão do seu significado. A conexão entre os temas abordados, o processo de produção da linguagem e seu contexto, acabam por evidenciar os conflitos e as contradições que permeiam e estruturam um discurso. Essa técnica é bastante utilizada e com grande produtividade na área de jornalismo investigativo e reflexivo.

#### ♦ *Análise Temática*

A noção de *tema* está ligada a uma afirmação a respeito de determinado assunto. Ela comporta um feixe de relações e pode ser graficamente apresentada através de uma palavra, de uma frase, de um resumo. Segundo Bardin,

O *tema* é a unidade de significação que se liberta naturalmente de um texto analisado segundo critérios relativos à teoria que serve de guia à leitura (1979, p. 105).

Para Unrug, *tema* é:

uma unidade de significação complexa de comprimento variável, a sua validade não é de ordem lingüística, mas

antes de ordem psicológica. Pode constituir um tema tanto uma afirmação como uma alusão (1974, p. 19).

Fazer uma análise temática consiste em descobrir os *núcleos de sentido* que compõem uma comunicação, cuja *presença* ou *freqüência* signifiquem alguma coisa para o objeto analítico visado. Tradicionalmente, a análise temática era feita pela contagem de freqüência das unidades de significação, definindo o caráter do discurso. Para uma análise de significados, a presença de determinados temas denota estruturas de relevância, valores de referência e modelos de comportamento presentes ou subjacentes no discurso.

Operacionalmente, a análise temática desdobra-se em três etapas:

♦ *Primeira etapa: Pré-Análise*

Consiste na escolha dos documentos a serem analisados e na retomada das hipóteses e dos objetivos iniciais da pesquisa. O investigador deve se perguntar sobre as relações entre as etapas realizadas, elaborando alguns indicadores que o orientem na compreensão do material e na interpretação final. A pré-análise pode ser decomposta nas seguintes tarefas:

Leitura Flutuante: do conjunto das comunicações. Este momento requer que o pesquisador tome contato direto e intenso com o material de campo, deixando-se impregnar pelo seu conteúdo. A dinâmica entre as hipóteses iniciais, as hipóteses emergentes e as teorias relacionadas ao tema tornarão a leitura progressivamente mais sugestiva e capaz de ultrapassar à sensação de caos inicial.

Constituição do Corpus, termo que diz respeito ao universo estudado em sua totalidade, devendo responder a algumas normas de validade qualitativa: *exaustividade*: que o material contemple todos os aspectos levantados no roteiro; *representatividade*: que ele contenha as características essenciais do universo pretendido; *homogeneidade*: que obedeça a critérios precisos de escolha quanto aos temas tratadas, às técnicas

empregadas e aos atributos dos interlocutores; *pertinência*: que os documentos analisados sejam adequados para dar resposta aos objetivos do trabalho.

Formulação e reformulação de Hipóteses e Objetivos. processo que consiste na retomada da etapa exploratória, tendo como parâmetro da leitura exaustiva do material as indagações iniciais. Os procedimentos exploratórios devem ser valorizados neste momento, para que a riqueza do material de campo não seja obscurecida pelo tecnicismo. Por isso se fala também em reformulação de hipóteses, o que significa a possibilidade de correção de rumos interpretativos ou abertura para novas indagações.

Nessa fase pré-analítica, determinam-se a *unidade de registro* (palavra-chave ou frase), a *unidade de contexto* (a delimitação do contexto de compreensão da unidade de registro), *os recortes*, a forma de *categorização*, a modalidade de *codificação* e os *conceitos teóricos* mais gerais (tratados no início ou levantados nesta etapa, por causa de ampliação do quadro de hipóteses ou pressupostos) que orientarão a análise.

♦ *Segunda etapa: Exploração do Material*

A exploração do material consiste essencialmente numa operação classificatória que visa a alcançar o núcleo de compreensão do texto. Para isso, o investigador busca encontrar *categorias* que são expressões ou palavras significativas em função das quais o conteúdo de uma fala será organizado. A categorização — que consiste num processo de redução do texto às palavras e expressões significativas — é uma etapa delicada, não havendo segurança de que a escolha de categorias *a priori* leve a uma abordagem densa e rica. A análise temática tradicional trabalha essa fase primeiro, recortando o texto em unidades de registro que podem se constituir de palavras, frases, temas, personagens e acontecimentos, indicados como relevantes na pré-análise. Em segundo lugar, o pesquisador escolhe as regras de contagem, uma vez que tradicionalmente a compreensão é construída por meio de codificações e índices

quantitativos. Em terceiro lugar, ele realiza a classificação e a agregação dos dados, escolhendo as categorias teóricas ou empíricas, responsáveis pela especificação dos temas.

♦ *Terceira etapa: Tratamento dos Resultados Obtidos e Interpretação*

Os resultados brutos são submetidos (tradicionalmente) a operações estatísticas simples (porcentagens) ou complexas (análise fatorial) que permitem colocar em relevo as informações obtidas. A partir daí, o analista propõe inferências e realiza interpretações, inter-relacionando-as com o quadro teórico desenhado inicialmente ou abre outras pistas em torno de novas dimensões teóricas e interpretativas, sugeridas pela leitura do material.

Como se pode perceber, a análise temática é bastante formal e mantém sua crença na significação da regularidade. Como técnica ela transpira as raízes positivistas da análise de conteúdo tradicional. Porém há variantes desse tipo de abordagem que trabalham com significados em lugar de investir em inferências estatísticas. Entre tais variantes, a que mais valoriza os significados é a modalidade de análise da enunciação.

### Análise de discurso

*Análise do Discurso* é um conceito relativamente jovem no campo de interseção entre as Ciências Sociais e a Linguística. Seu criador nas Ciências Sociais é o filósofo francês Michel Pêcheux, que fundou, na década de 1960, a *Escola Francesa de Análise do Discurso* com o propósito de substituir a *Análise de Conteúdo* tradicional.

O quadro epistemológico dessa proposta de trabalhar a linguagem, tanto do senso comum, como do discurso político ou erudito, de acordo com seu principal pensador, articula três regiões do conhecimento: (a) *O Materialismo Histórico*, como teoria das formações sociais, de suas transformações e também das ideologias; (b) a *Linguística* como teoria dos me



canismos sintáticos e dos processos de enunciação; (c) a *Teoria do Discurso* como teoria da determinação histórica dos processos semânticos.

Em suas obras, Pêcheux ressalta que as três regiões do conhecimento citadas estão perpassadas transversalmente por uma *Teoria da Subjetividade*, de natureza psicanalista e que deve ser apropriada para explicar o caráter recalcado na formação do significado.

O objetivo básico da *Análise do Discurso*, segundo Pêcheux, é realizar uma reflexão geral sobre as condições de produção e apreensão da significação de textos produzidos nos mais diferentes campos: das relações primárias, religioso, filosófico, jurídico e sociopolítico, visando a compreender o modo de funcionamento, os princípios de organização e as formas de produção de seus sentidos.

Os pressupostos básicos da teoria de análise de discurso podem resumir-se em dois princípios, segundo Pêcheux: (1) o sentido de uma palavra, de uma expressão ou de uma proposição não existe em si mesmo. Ao contrário, expressa posições ideológicas em jogo no processo sócio-histórico no qual as formas de relação são produzidas; (2) toda formação discursiva dissimula, pela pretensão de transparência, sua dependência das formações ideológicas.

Como procedimento, as técnicas de análise de discurso pretendem inferir, a partir dos efeitos de superfície (a linguagem e sua organização), uma estrutura profunda: *os processos de sua produção* (Pêcheux, 1988, p. 115). Inscrevem-se portanto, nos marcos de uma sociologia da linguagem, tendo como hipótese básica o fato de que o discurso é determinado por condições de produção e por um sistema lingüístico.

Orlandi é uma discípula de Pêcheux, que trouxe para o Brasil a contribuição desse filósofo. Segundo essa autora, *Análise de Discurso* é uma proposta crítica que busca problematizar as formas de reflexão estabelecidas. Ela distingue e situa esse tema como objeto teórico: (a) pressupõe a lingüística,

mas se destaca dela: não é nem uma teoria descritiva, nem uma teoria explicativa. É uma teoria crítica que trata da determinação histórica dos processos de significação; (b) considera como foco central de análise a relação entre a linguagem e seu contexto de produção, tendo como marco teórico a teoria das formações sociais e as teorias da sintaxe e da enumeração; (c) pela sua especificidade, ela é cisionista em dois sentidos: (1) procura problematizar as evidências e explicitar o caráter ideológico da fala, revelando que não há discurso sem sujeito e nem sujeito sem ideologia; (2) ressalta o encobrimento das formas de dominação política que se manifestam na razão disciplinar, instrumental e reducionista.

A *Análise do Discurso* situa-se, portanto e ao mesmo tempo, numa apropriação da lingüística tradicional e da análise de conteúdo, e numa crítica dessas abordagens, evidenciando que são práticas-teóricas historicamente definidas. Orlandi diz que a análise de discurso cria um *ponto de vista* próprio de olhar a linguagem como espaço social de debate e de conflito. Nela, o *texto* é considerado como uma unidade significativa, pragmática e portadora do contexto situacional dos falantes. Comenta Orlandi que neste tipo de proposta, as palavras, as sentenças e os períodos são valorizados também em suas peculiaridades lexicais, morfológicas, sintáticas e semânticas, porém, o que cria a *análise do discurso*, "é o ponto de vista das condições de produção do texto" (Orlandi, 1987, p. 130).

Em relação à *Análise de Conteúdo*, tanto Pêcheux como Orlandi insistem em marcar uma linha divisória. Sua crítica fundamental é de que esse tipo de abordagem toma o *texto* como *pretexto* e o atravessa só para demonstrar o que já foi definido *a priori* pela situação dos atores em campo, ou como ilustração de uma situação. Enquanto isso, a *Análise de Discurso* considera o *texto* como um *monumento* e sua exterioridade como parte constitutiva da historicidade inscrita nele. Dessa forma, entende que a situação em estudo está atestada no texto e é preciso buscar a *compreensão do seu processo produtivo*,

muito mais do que realizar uma *interpretação* exteriorizada do objeto de pesquisa.

A teoria de *Análise do Discurso* trouxe uma contribuição fundamental para a análise do material qualitativo, sobretudo numa situação em que a hegemonia sempre coube às análises positivistas dos conteúdos das falas. Atualmente nichos específicos de seu desenvolvimento teórico e técnico são, principalmente, as áreas de informação e comunicação. A análise dos diversos fenômenos informacionais e comunicacionais (Sodré, 1992; Champagne, 1997) tem em comum a concepção de que eles fazem parte de um sistema que se articula à lógica da vida social. E que, nas sociedades modernas, esses meios ocupam um lugar privilegiado de produção e reprodução do real, tornando-se poderosos "interferentes" na organização do espaço relacional (Hobsbawm, 1995; Ramonet, 1996; Martín-Barbero, 2001).

É importante definir alguns conceitos desenvolvidos a partir da perspectiva dos teóricos da técnica de *análise de discurso*.

Texto — Na técnica de *análise de discurso*, o termo *texto* é tomado como unidade de análise: unidade complexa de significações. Um texto pode ser uma simples palavra, um conjunto de frases ou um documento completo. *Texto* distingue-se de *discurso*. Enquanto este último vocábulo designa um conceito teórico-metodológico, o primeiro é utilizado como conceito analítico. O *discurso* é a linguagem em interação, com seus efeitos de superfície e representando relações estabelecidas. O *texto* consiste no discurso acabado para fins de análise. Todo texto, enquanto *corpus*, é um objeto completo. A partir dele são realizados possíveis recortes. Como objeto teórico, porém, o *texto* é infinitamente inacabado: a análise lhe devolve sua incompletude, acenado para um jogo de múltiplas possibilidades interpretativas, para o contexto que o gerou, para a ideologia nele impregnada e para as relações dos atores que o tornam possível.

Do ponto de vista analítico, o *texto* é o espaço mais adequado para se observar o fenômeno da linguagem: ele contém a totalidade. Essa totalidade revela-se em três dimensões de argumentação: (a) *relações de força* em que se demarcam lugares sociais e posição relativa do locutor e do interlocutor; (b) *relação de sentido*, constituindo a interligação existente entre este e vários outros discursos como num "coro de vozes" que se esconde em seu interior; (c) *relação de antecipação*, que diz respeito ao movimento do falante, prevendo a reação de seu interlocutor: qualquer fala tem em mente um ouvinte e sua reação.

Segundo Orlandi (1987), o movimento que acontece no interior do discurso é ao mesmo tempo, o processo, o produto e o centro nevrálgico da significação a ser compreendido na análise do texto. Portanto, todo texto exala ideologia e pode determinar a relação entre o enunciador e o ouvinte, caracterizando sua inserção em determinada formação discursiva.<sup>3</sup> Qualquer discurso é referidor e referido: dialoga com outros discursos e se produz no interior de instituições e grupos que determinam quem fala, o que e como fala e em que momento.

Leitura e Silêncio — Qualquer texto admite múltiplas possibilidades de interpretação. O jogo de relações e de interações sociais permite tanto o nível de leituras parafrásticas, ou seja, possuem o sentido dado por seus autores, como o nível polissêmico em que à fala se atribuem múltiplos sentidos. Tanto a leitura como a significação são produzidas pelos interlocutores e leitores. A possibilidade de múltiplas interpretações apóia-se no fato de que o processo discursivo não tem um início preciso: ele acumula sentidos de discursos prévios e parte deles, sendo reinterpretados pela experiência concreta do leitor, do interlocutor ou do analista.

<sup>3</sup> Entende-se em Pêcheux por *Formação Discursiva* as marcas de estilo que se produzem na relação da linguagem com suas condições de produção. A formação discursiva é definida na sua relação com formação ideológica: o que pode e deve ser dito. Toda formação discursiva dissimula, pela transparência do sentido que nela se constitui, sua dependência das formações ideológicas (Pêcheux, 1988, pp. 160-2)

O *Silêncio* ocupa lugar de relevância na técnica de *análise de discurso*. Tanto quanto a palavra, o silêncio tem suas condições de produção: ele é ao mesmo tempo ambíguo e eloqüente. O silêncio conseguido pelo opressor é uma forma de exclusão; o silêncio imposto pelo oprimido pode expressar formas de resistência. O silêncio sobre um tema contundente ressalta a importância de que seja abordado pelo investigador. O dito e o não dito configuram o jogo de cenas entre a região interior e exterior dramatizado no trabalho de campo, pois há silêncios que dizem e há falas silenciadoras. A fala autoritária visa a impedir que as pessoas se revelem, mas também quer coagi-las a dizer o que não pretendem pronunciar. Portanto, nem a fala nem o silêncio dizem por si. Ambos expressam relações e dizem muito sobre as pessoas que os empregam.

Tipos de Discurso — Segundo Orlandi um *tipo* de discurso resulta de determinado modo de funcionamento discursivo. Ou seja, a atividade de dizer é tipificante: todo locutor, quando fala, estabelece uma configuração que tem embutido em si um estilo que se expressa na interação. Porém, se o discurso determinado só pode ser compreendido como processo, seu resultado pode ser classificado dentro de formas ou tipos discursivos distintos. A autora propõe (na linha do tipo-ideal de Max Weber, isto é, como instrumento de análise) a seguinte tipologia: *discurso lúdico*, *discurso polêmico* e *discurso autoritário*. No primeiro, a simetria e a reversibilidade entre os interlocutores são totais e a polissemia é máxima. No tipo *polêmico*, a reversibilidade é menor e só se dá sob certas condições, comportando algum grau de polissemia. O discurso *autoritário* é totalmente assimétrico e contém poucas possibilidades de interpretação polissêmica. Os tipos se subdividem e permitem a construção de matrizes de interpretação dentro da linha que inspira o modelo teórico, o modelo estrutural.

Caráter recalcado da matriz do sentido — Pêcheux chama atenção para o fato de que os processos discursivos reali-

zam-se por meio da produção de sentidos, mas têm um campo de atuação mais amplo. Adotando a linha da psicanálise lacaniana, Pêcheux lembra que o inconsciente atravessa toda enunciação e que toda fala é marcada por dois níveis de recalcamento: "o esquecido número um" e o "esquecido número dois".

O esquecido número um "designa aquilo que nunca foi conhecido e que, portanto, toca mais de perto o sujeito que fala, na estranha familiaridade que ele mantém com as causas que o determinam" (Pêcheux, 1988, p. 175). O autor refere-se a uma zona inconsciente, no sentido em que a ideologia é, por sua constituição, também inconsciente e, no entanto, determina a forma de estrutura discursiva.

O esquecido número dois diz respeito a um tipo de ocultação parcial em que o recalcado pode ser compreendido, recuperado e reformulado pelo sujeito da enunciação. Quando alguém tenta aprofundar ou enunciar de forma mais adequada seu pensamento em linguagem, passa a se situar numa zona intermediária, pré-consciente/consciente em relação ao sentido de sua fala (Pêcheux, 1988).

A contribuição dos principais autores da teoria da *Análise do Discurso* se fundamenta principalmente na crítica da linguagem, sempre ressaltando que o emissor e o receptor em inter-relação na construção de determinado discurso correspondem a lugares determinados na estrutura social (patrão/operários; padre/fiéis; pai/filhos; político/povo). A situação dada do locutor assim como a do destinatário afetam o discurso emitido, pois o sujeito produz e transmite o discurso num espaço social: o locutor antecipa, no processo discursivo, as representações de sentido de seu interlocutor, ainda quando esse último seja configurado apenas hipoteticamente na fala sempre referida do autor.

Enquanto possibilidade teórica, a análise do discurso apresenta meios para que o investigador entenda o processo e as condições de produção de um discurso (fala, documento); o sentido do campo semântico em que ele é produzido; e uma

elaboração contextualizada e crítica das realizações discursivas (*corpus*, amostra).

Como técnica, Pêcheux e Orlandi propõem várias operações descritas a seguir: o texto deve ser submetido a várias operações classificatórias, simultaneamente semânticas, sintáticas e lógicas. De acordo com Pêcheux, cada frase deve ser decomposta em proposições, o que implica várias operações linguísticas: substituição das anáforas<sup>4</sup> pelos termos que elas representam; o restabelecimento da ordem corrente na frase; reagrupamento dos termos de ligação e explicitação de proposições latentes. Ou seja, o pesquisador deve, de certa forma, refazer o discurso, buscando as dependências funcionais da linguagem evidenciadas nas frases. Assim, as proposições vão se reduzindo a unidades mínimas que, dentro da perspectiva fenomenológica, Schutz (1979) chamaria de *estruturas de relevância*. Mas a sugestão de Pêcheux é que o pesquisador chegue a proposições passíveis de serem colocadas em gráficos e classificadas de forma binária. A partir de então, o pesquisador procede à análise automática do material. Isto é, codificados os enunciados elementares e as relações binárias, os dados podem ser computadorizados em busca de correlações.

Para Pêcheux, a possibilidade da análise automática vem do fato de que os mecanismos de produção do discurso são caracterizados pela repetição do idêntico, através de formas diferenciadas. Tal concepção se apóia na análise estrutural dos mitos em Lévi-Strauss (1967) e na própria leitura que esse autor faz da concepção estruturalista do materialismo histórico em Althusser (1967): "busca-se, por trás das variações de superfície, o princípio gerador que organiza o conjunto" (1988, p. 180).

Orlandi apresenta uma proposta técnica mais flexível. Ela trabalha utilizando os seguintes procedimentos: (1) em pri-

<sup>4</sup> O termo *anáfora* diz respeito às repetições de uma ou mais palavras no início de duas ou mais frases, de membros da mesma frase ou de dois ou mais versos.

meio lugar procede ao estudo das palavras do texto (faz a separação dos termos constituintes, análise dos adjetivos, dos substantivos, dos verbos e dos advérbios); (2) em segundo lugar, realiza a análise da construção das frases; (3) em terceiro lugar, constrói uma rede semântica que evidencia uma dinâmica intermediária entre o social e a gramática; (4) por fim, elabora a análise, considerando a produção social do texto como constitutiva de seu próprio sentido.

Sem dúvida, a proposta de *análise do discurso*, que sai do campo reduzido da lingüística e se coloca no interior das Ciências Sociais, é um bem inestimável para a pesquisa qualitativa, mesmo quando o investigador não a utilize em todo o seu rigor técnico. Sua maior contribuição para quem trabalha com análise social é dar elementos para contextualização da fala, ultrapassando em complexidade as posturas positivistas ou fenomenológicas. No entanto, sua pretensão de substituir a *Análise de Conteúdo* é radicalmente questionada por Bardin,<sup>5</sup> segundo a qual:

Por debaixo de uma linguagem obscôndita que por vezes mascara banalidades, sob um formalismo que por vezes escapa ao leitor, para além das construções teóricas, que ao nível da prática da análise são improdutivas a curto prazo, existe uma tentativa totalitária (no sentido em que se procura integrar, no mesmo procedimento, conhecimentos adquiridos ou avanços até aí dispersos ou de natureza disciplinar estranha: teoria e prática lingüística, teoria do discurso como enunciação, teoria da ideologia e automatização dos procedimentos) cuja ambição é sedutora, mas em que as realizações são anedóticas. O que é deplorável! (1979, pp. 220-2).

\* Bardin é um estudioso da Análise de Conteúdo e obviamente sua discussão com Pêcheux está influenciada por uma visão da Análise do Discurso que pretende destruir sua pretensa concorrente.



Orlandi, no entanto, avança nas propostas concretas de ação: suas formulações são menos estruturadas e fechadas que as de Pêcheux. As reflexões da autora sobre o discurso pedagógico, o discurso político, o discurso religioso e o discurso escolar ampliam o campo da abordagem crítica e desvendam os mecanismos de dominação que se escondem sob a linguagem. No caso de Pêcheux, o que dificulta bastante a operacionalização da proposta é a sua submissão aos procedimentos estruturalistas, subtraindo muito da flexibilidade que a teoria pretende dar à produção de sentido. A redução do discurso a proposições binárias e a finalização do processo por meio da análise automatizada não permitem ao investigador a compreensão das relações dialéticas constitutivas da realização social.

### A Hermenêutica Dialética

*A vida pensa e o pensamento vive*

— GADAMER, 1999, p. 326

Busco aprofundar a articulação entre hermenêutica e dialética investindo nas raízes dessa discussão, não apenas do ponto de vista do “como fazer” e sim, também, do “como pensar”. Na verdade, a abordagem desse assunto junta duas questões fundamentais: a subjetivação do objeto e a objetivação do sujeito, temas cruciais da sociologia do conhecimento, que, do ponto de vista metodológico, costumam ser reduzidas aos problemas das relações entre quantitativo e qualitativo na práxis científica.

Começo, portanto, problematizando os dois conceitos centrais nos quais o texto se sustenta, a *hermenêutica* e a *dialética*. Para, a seguir, articulá-los como caminho de possibilidades de construção teórico-metodológica de base empírica e documental. O conceito de saúde será tratado apenas como um caso de aplicação dessa abordagem, à medida que, seguin-

do a tradição da medicina social e da saúde coletiva, o processo saúde-doença assume um sentido ampliado de híbrido biológico-social.

A discussão sobre *hermenêutica* se moverá entre os seguintes termos: compreensão como a categoria metodológica mais potente no movimento e na atitude de investigação; os termos liberdade, necessidade, força, consciência histórica, todo e partes, como categorias filosóficas fundantes; e significado, símbolo, intencionalidade e empatia como balizas do pensamento. A discussão sobre *dialética*, que já ocupou parte deste livro no capítulo que trata do marxismo, será desenvolvida por meio de termos que articulam as idéias de crítica, de negação, de oposição, de mudança, de processo, de contradição, de movimento e de transformação da natureza e da realidade social.

♦ *A hermenêutica como a arte da compreensão*

A *hermenêutica* funda-se na *compreensão*. Ela é considerada por Gadamer (1999), um dos maiores estudiosos do assunto, como um movimento abrangente e universal do pensamento humano. E é vista por esse autor, de forma mais ampla do que a que abrange a experiência científica e origina-se do processo de intersubjetividade e de objetivação humana. A *compreensão*, diz Gadamer, contém a gênese da consciência histórica, uma vez que significa a capacidade da pessoa humana — e no caso o pesquisador — de se colocar no lugar do outro (que é o “tu” do passado, ou o “diferente de mim” no presente, mas com o qual eu formo a humanidade).

A *hermenêutica* ocupa-se da arte de compreender textos. O termo *texto* está sendo usado por mim num sentido bastante amplo: biografia, narrativa, entrevista, documento, livro, artigo, dentre outros. Na abordagem hermenêutica, a unidade temporal é o presente onde se marca o encontro entre o passado e o futuro, ou entre o diferente e a diversidade dentro da vida atual mediada pela linguagem que pode ser transparente ou compreensível, permitindo chegar a um entendimen

to (nunca completo e nunca total), ou intransparente, levando a um impasse na comunicação. Por isso, as idéias de alteridade, entendimento e a noção de mal-entendido são possibilidades universais tanto no campo científico como no mundo da vida.

O enunciado básico do pensamento hermenêutico é de que as Ciências Humanas e Sociais, nominadas por Gadamer, em *Verdade e Método* como *ciências do espírito* (1999, p. 15), administram uma herança humanista que as distingue da *práxis* da chamada "ciência moderna". No centro de sua elaboração está a noção de *compreender*. Gadamer vai mais além das Ciências Sociais e Humanas, incluindo toda a experiência científica como objeto de compreensão:

A presente investigação coloca uma questão filosófica, o compreender. E não a coloca unicamente às assim chama-das ciências do espírito; e sobretudo não a coloca somente à ciência e a suas formas de experiência — essa investigação coloca a questão hermenêutica ao todo da experiência humana de mundo e da *práxis* da vida (1999, p. 16).

Para Gadamer, compreender "jamais é apenas um comportamento subjetivo frente ao objeto dado, pois esse movimento pertence ao ser daquilo que é compreendido" (1999, p. 19); compreensão é, em princípio, entendimento e compreender significa entender-se uns com os outros. Assim, uma das idéias centrais que fundamenta a *hermenêutica* é de que os seres humanos, na maioria das vezes se entendem ou fazem um movimento interior e relacional para se porem de acordo. A compreensão só se transforma numa tarefa quando há algum transtorno no entendimento, um estranhamento que se concretiza numa pergunta: "A necessidade de uma hermenêutica aparece, pois, com o desaparecimento do compreender-por si-mesmo" (Gadamer, 1999, p. 287).

Quais são as trilhas do *compreender*? Gadamer começa por um exercício de negação: esclarece que não é buscando a intenção do autor, pois as palavras e discursos dizem muito mais do que quem o escreveu quis dizer. E num raciocínio dialético, comenta que, embora muitos tenham pretensão de dizer mais do que realmente dizem, é importante ter em conta que cada individualidade é uma manifestação do viver total e, portanto, a compreensão se refere, ao mesmo tempo, ao que é comum, por meio de operações de comparação; e ao que é específico, como contribuição peculiar de cada autor. Ainda no exercício de negação, o autor diz que compreender não é contemplar, pois a auto-alienação na contemplação não aproxima o investigador da realidade histórica. Da mesma forma, acrescenta que compreender não é um mero captar da vontade ou dos planos que as pessoas fazem, pois nem o sujeito se esgota na conjuntura em que vive, nem o que ele chegou a ser foi apenas fruto de sua vontade, inteligência e personalidade.

Schleiermacher (2000), um dos autores seminais da hermenêutica, assinala que o traço essencial do compreender é o fato de que o sentido do peculiar é sempre resultante do contexto e, em última análise, do todo. E Gadamer assim se expressa, a partir dos textos de Schleiermacher:

Já que o todo, a partir do qual se deve compreender o individual, não pode ser dado antes do individual, [. . .] o compreender é sempre mover-se nesse círculo, e portanto é essencial o constante retorno do todo às partes e vice-versa. A isso se acrescenta que este círculo está sempre se ampliando, já que o conceito do todo é relativo, e a integração em contextos cada vez maiores afeta sempre também a compreensão do individual (Gadamer, 1999, p. 297).

Gadamer e Schleiermacher aplicam à hermenêutica uma descrição dialética polar, com a qual descrevem a provisorie

dade interna e as múltiplas possibilidades de interpretação e compreensão de um autor ou de um texto. Evidenciam, então, que a compreensão não é um procedimento mecânico e tecnicamente fechado: nada do que se interpreta pode ser entendido de uma vez só e de uma vez por todas. Dentro dessa lógica, Gadamer ensina que o investigador deve buscar entender um autor melhor do que ele próprio teria se compreendido ou se compreende, tentando desvendar o que ficou inconsciente para ele. Essa imersão no texto de um autor pode ser considerada melhor quando explicita relevâncias (Schutz, 1964) e acrescenta conhecimento novo, pois, diz Gadamer: "A hermenêutica não deveria se esquecer de que ninguém é intérprete vocacionado de sua obra. [...] No momento em que o autor se converte em intérprete, converte-se em seu próprio leitor" (1999, p. 300).

A leitura de qualquer realidade constitui um exercício reflexivo sobre a *liberdade humana*, no sentido de que os acontecimentos se seguem e se condicionam uns aos outros, mediados por um impulso original: a cada momento pode começar algo novo. Ou seja, não existe determinação total dos acontecimentos e nada e ninguém estão aí "por causa" do outro ou se esgotam totalmente na sua realidade. Os acontecimentos históricos ou da vida cotidiana são governados por uma profunda conjunção interna da qual as pessoas não são completamente independentes, na medida em que são penetrados por ela de todos os lados. Por isso, junto da *liberdade* está sempre a *necessidade*.

O conceito de *necessidade* diz respeito ao que já se formou, que não pode ser desfeito e passou a ser a base para toda atividade emergente do sujeito individual e coletivo. Esse patamar, que os outros autores como Sartre (1978) denominam o plano das determinações, constitui nexos com o que advém. Mas esse nexo não deve ser tomado arbitrariamente, porque ele se construiu de uma maneira determinada e não de outra (dentro de uma especificidade histórica), a partir de

um conjunto de múltiplas possibilidades. A esse elo que amalgama o presente com o passado e com o futuro os antropólogos denominam cultura de um povo, de uma nação, de uma classe, de uma época. São as determinações que os marxistas reconhecem como pano de fundo da realidade social e da história (Marx, 1984); filósofos como Ortega y Gasset denominam *circunstâncias da biografia* (1987) e Sartre (1978) chama de *possível social*, condicionante da *liberdade de escolha*.

Dilthey (1956) adiciona o conceito de *força* ao de *liberdade*, para falar de um impulso que move ou de uma projeção do sentido na ação. Para esse autor, a noção de *força* ocupa um lugar central na explicação das *ciências do espírito*. Diz que na força se acham unidas interioridade e exterioridade, numa unidade tensa. Toda força só existe na sua exteriorização, mas é mais que a exteriorização, na medida em que significa uma disponibilidade interior da infinitude de vida. Através da experiência do limite, da pressão e da resistência, o indivíduo se dá conta da própria força. Porém, o que experimenta "não são as duras paredes da facticidade. Como ser histórico, experimenta também realidades históricas, e essas são sempre, ao mesmo tempo, algo que o sustenta e espaço onde dá expressão a si mesmo" (1956, p. 281). Em outras palavras, nesse espaço o sujeito realiza a objetivação de sua vida. Assim, a categoria *força* representa o elemento da *interioridade* e da *liberdade*: tudo poderia ser diferente se cada indivíduo que age de uma forma atuasse de outra. Por isso, conclui Dilthey, a força que faz a biografia e a história não é um movimento mecânico, vem da vida interior e só passa a existir quando é objetivada.

A *necessidade*, que se opõe à *liberdade*, é o poder daquilo que sobrevém e o poder dos outros atuando, como um dado prévio desde o começo da atividade livre. A necessidade exclui muitas coisas como impossíveis, restringe a ação ao possível, ou seja, àquilo a que o sujeito está aberto. Mas, dialeticamente, a necessidade procede da liberdade e a liberdade precisa

contar com ela. Do ponto de vista lógico, a *necessidade* é hipotética, e diz respeito a um modo de ser histórico e não de algo inerente à natureza: o que se tornou realidade não pode ser desfeito. O que virá é, na verdade, livre, mas a liberdade pela qual chegará a ser encontra, em cada caso, sua limitação no que veio a ser, isto é, nas circunstâncias em que irá atuar. A idéia encontra na história apenas uma representação imperfeita. Igualmente, os planos e as concepções dos que atuam são uma força viva que se atualiza nos acontecimentos. Por isso, o momento *histórico-efetual* (Gadamer, 1999), do mesmo modo que o indivíduo, é finito e nunca conseguirá abranger o sentido total e definitivo das coisas: sua leitura será sempre a possível, se dará sob o olhar do presente e será guiada por questões, pressupostos e interesses. A finitude do compreender representa as limitações da consciência histórica do investigador (ou de qualquer sujeito) e é uma forma de autoconhecimento.

Qual é a matéria-prima sobre a qual se exerce o compreender? O ato do entendimento, mais que um desvendamento da verdade do objeto, é a revelação do que "o outro" (o "tu") coloca como verdade.

O modo como vivenciamos uns aos outros, [...] é isso que forma um universo verdadeiramente hermenêutico, no qual não estamos encerrados com barreiras intransponíveis, mas para o qual estamos abertos (Gadamer, 1999, p. 35).

A categoria básica, o chão das ciências compreensivas, é o *senso comum*, expressão cuja origem se encontra em Vico e cujo sentido engloba não apenas a capacidade universal de pensamento que existe em todas as pessoas, mas também o sentido do que institui a comunidade. "O senso comum é um juízo despido de qualquer reflexão, comumente experimentado por toda uma ordem, por todo um povo, por toda uma

nação, ou por todo o gênero humano" (Vico, 1979, p. 34). Este é o artigo 12 do célebre texto *Do Estabelecimento dos Princípios*, com que esse filósofo do século XVII, já naquela ocasião, se insurgia contra a "contabilização" da vida dentro de propostas quantitativas, e contra a sua fragmentação com base no cartesianismo. O *sensu comum* tal como definido por Vico, é assumido por Gadamer como um saber que se dirige para o verdadeiro e para o correto, que busca o que é plausível e prático e se apóia em vivências e não em fundamentações racionalistas. Essa definição pode ser comparada com os termos de outros estudiosos, como é o caso de Schutz em seu trabalho *Common-sense and Scientific Interpretations of Human Action* (1982). Diz Gadamer, referindo-se ao assunto:

É um conhecimento positivo que o senso comum transmite. [. . .] Também não é assim, em absoluto que a tal saber contenha apenas um valor reduzido de verdade. [. . .] Ele serve para nos guiar nos afazeres comuns da vida, quando nossa faculdade racional nos deixa no escuro (1999, p. 69).

O conceito de *sensu comum* irá sendo retomado sempre na história da ciência. Num dos seus livros que se chama *Introdução a uma Ciência Pós-Moderna*, editado em 1989, Boaventura Santos (1989) faz uma pormenorizada dissertação de como, em vários momentos históricos de seu desenvolvimento, a ciência trata dessa problemática, ora dando ênfase a seus aspectos positivos ou negativos, segundo o grau de racionalismo com que o método científico é tratado. De um lado, está um grupo que opõe mundo da vida a mundo racional e científico, pondo na expressão *sensu comum* a carga de suspeita das referências sobre pré-conceitos. É o caso de Durkheim, em *As Regras do Método Sociológico* (1978); e de Marx & Engels em *A Ideologia Alemã* (1984). Nesses autores, *sensu comum* é considerado como juízo leigo, ignorante ou falsa consciência



sobre as coisas, devendo ser derrubado e vencido pela objetividade da ciência. Outros autores recuperam a positividade do conceito tanto como matéria-prima da investigação empírica, mas também como fonte de criatividade, como expressam Gunnar Myrdal, em *Objectivity in Social Research* (1969); Thompson em *The Voice of the Past: Oral History* (1978); Thomas, em *The Definition of Situation* (1970); Schutz, em *Common-sense and Scientific Interpretations of Human Action* (1982). Na sua positividade, *senso comum* é tratado como *um gênio da vida prática*, que leva ao ajustamento em relação à realidade, ao meio social, contendo, portanto, um valor prático-moral. Sendo originado e lapidado na própria cotidianidade, o *senso comum* permite o deslocamento de uma pessoa para o ponto de vista da outra, por meio de uma atitude *compreensiva*. Um terceiro grupo de autores problematiza o conceito, nele encontrando pólos de positividade e de negatividade em relação à construção científica da realidade social. É o que se lê em Gramsci na obra *Concepção Dialética da História* (1981); em Weber em *A Objetividade do Conhecimento nas Ciências e na Política Social* (1974); em Granger, em *Pensée Formelle et Science de L'Homme* (1967).

Da mesma forma que *senso comum*, outra idéia importante para a atividade compreensiva trazida por Gadamer (1999) é a de *vivência*. Esse autor observa que, diferentemente do termo *vivenciar* que é mais antigo, *vivência* surge no século XIX, carregando o sentido de imediaticidade com que é abrangido algo real. *Vivenciar* é diferente de ouvir falar, de deduzir ou de intuir. É um termo que vem da literatura biográfica e foi primeiro desenvolvido por Dilthey (1956), significando *configurações de sentido* e *unidades de sentido* que são re-interpretações, ou "realidades pensadas", fazendo parte da objetivação da experiência. Mas *vivência* não é sinônimo de "conteúdo", pois sua fonte é a vida mesma.

Outro termo que compõe o campo da análise hermenêutica é *símbolo*. Denomino *símbolo* ao que vale, não somente

por seu conteúdo, mas por fazer uma mediação comunicacional, por existir como um "documento" e "uma senha" que permitem aos membros de determinada comunidade se identificarem. A importância de um *símbolo* está em sua função representativa de algo visível e invisível, refletindo, ao mesmo tempo, uma idéia do real e sua expressão fenomênica. Ou seja, *símbolo* é a íntima unidade da imagem e do significado que não anula a tensão entre o mundo das idéias e o mundo dos sentidos. A compreensão simbólica deve ser entendida como parte da ocorrência, da formulação e do sentido de todo enunciado.

Com Husserl (1980), a hermenêutica aproxima-se da fenomenologia. Essa corrente de pensamento afasta-se da idéia de investigação do "ser" numa abordagem filosófica essencialista para ir à busca de compreensão de como as coisas se apresentam e acontecem nos modos subjetivos de viver. O "mundo da vida", tal como pensado por Husserl é, ao mesmo tempo, um mundo pessoal (no qual se juntam tradição e projeto de futuro) e um mundo comunitário que contém a co-presença dos outros com os quais se vive em intersubjetividade. São dois os termos centrais do pensamento de Husserl: *intencionalidade* e *significado*. O primeiro quer dizer dirigir-se para, visar alguma coisa: "a consciência é intencionalidade" o que significa: "toda consciência é consciência de [ . . . ] e todo objeto é apreendido em sua relação com a consciência" (1980, p. 56). O segundo pode ser traduzido como a concepção de que os objetos são compreendidos de uma certa maneira subjetiva pela consciência que lhes dão maior ou menor relevância. Dessa forma, a fenomenologia não concebe a subjetividade em oposição à objetividade, porque esses dois termos estão em correlação: o sujeito que realiza, objetiva-se em sua ação, e seu produto é sua própria subjetivação.

A ingenuidade do discurso que fala da objetividade, que deixa totalmente fora da questão a subjetividade, a qual experimenta e conhece e é a única que produz de

maneira verdadeiramente concreta; a ingenuidade do cientista da natureza e do mundo em geral, que é cego para o fato de que todas as verdades que ele entende como objetivas, e mesmo o próprio mundo objetivo que é o substrato de suas fórmulas, é a sua própria configuração de vida (Husserl, 1980, p. 16).

Em síntese, compreender implica a possibilidade de interpretar, de estabelecer relações e extrair conclusões em todas as direções. Mas compreender acaba sempre sendo *compreender-se*. A estrutura geral dessa forma de abordagem atinge sua concreção na abordagem histórica, na medida em que aí se tornam operantes as vinculações concretas de costumes e tradições e as correspondentes possibilidades de seu futuro. Mas compreender significa também e sempre estar exposto a erros e a antecipações de juízos. A compreensão só alcança sua verdadeira possibilidade quando as opiniões prévias com as quais se inicia uma relação não são arbitrárias. Existe realmente uma polaridade entre familiaridade e estranheza e nela se baseia a tarefa da hermenêutica, buscando esclarecer as condições sob as quais surge a fala.

• *A dialética como a arte do estranhamento e da crítica*

Na história da dialética, caracterizam-se duas fases. A antiga, desde os pré-socráticos até Hegel; e a moderna, de Hegel até os dias de hoje. A dialética antiga que vem do pensamento antigo, chegou a se constituir como um método de busca da verdade pela formulação de perguntas e respostas, para trazer à baila as incongruências das concepções falsas da realidade. Significava a arte do diálogo ou a arte de discutir, mas também a arte de separar, distinguir as coisas em gênero e espécie e classificar as idéias para melhor analisá-las, como demonstra Platão no *Sofista*.

Sócrates chamava a esse método questionador de *maiêutica*, o que significa *método de parto das idéias*. Entre os filósofos

gregos, o debate iniciava-se pela definição do tema. Seguiam-se perguntas, respostas e outras indagações, até que os debatedores chegassem à idéia mais clara sobre o assunto em pauta. Os historiadores de Sócrates comentam que ele costumava usar essa estratégia para obter a confissão de ignorância de seus interlocutores, com base nas contradições que manifestavam na apresentação de idéias. Em Platão, a dialética é o método de passagem de um conhecimento sensível para o conhecimento racional. Em Aristóteles, significa a dedução que parte de premissas formuladas sobre opiniões prováveis. No pensamento estóico, dialética é sinônimo de lógica formal.

No Ocidente, ao longo de toda a história da filosofia, o conceito de dialética assumiu muitos significados, frequentemente não relacionados ao seu sentido original. No século XI, o filósofo Abelardo retomou o sentido grego da noção de dialética como o método adequado para formular dúvidas e críticas. Mas em Descartes, que viveu do final do século XVI até a metade do século XVII e é considerado o filósofo dos fundamentos da ciência moderna e pai do *racionalismo*, pelo mérito do conjunto de toda a sua obra, mas sobretudo pelo *Discurso do Método*, escrito em 1636 (Descartes, 1980), a dialética só aparece referida como lógica falsa e inadequada ao correto uso da razão.

Mais tarde, Kant mostrou, em *Crítica da Razão Pura* (1980), que as idéias e os princípios da razão levam a contradições quando são usados como transcendentos. Schleiermacher (2000), um dos filósofos da hermenêutica, recupera a condição da dialética como método de conhecimento, retomando seu sentido na filosofia de Platão. Para Schleiermacher, a dialética é uma regra que serve a todo entendimento, uma vez que se constitui como uma arte de conduzir o discurso para produzir uma representação verdadeira de um assunto em pauta.

Foi com Hegel em *A Fenomenologia do Espírito* escrita em 1813 (1980) que a dialética recebeu tratamento mais amplo e

aprofundado em três dimensões: ontológica, lógica e metodológica. A partir de então, o conceito passou a dominar a teoria filosófica, sendo abordado em vários sentidos e com as mais diferentes conotações: (a) a dialética do ser: o ser e o nada é um e o mesmo; (b) a dialética da essência: a essência é o ser enquanto aparência de si mesmo; (c) a dialética do conceito: o conceito é a unidade de ser e essência; (d) a dialética do ser, da essência, e do conceito: transformar-se em outro é o processo dialético na esfera do próprio ser.

Para Engels, a dialética está presente na realidade, como forma de articulação das partes num todo e como processo de desenvolvimento dessas partes. Ela manifesta-se no conhecimento como forma de pensar a história da natureza e da natureza humana das quais são abstraídas as leis da dialética: "a morte como momento essencial da vida, a negação da vida como contida na própria negação da morte, de forma que a vida seja sempre pensada com relação a seu resultado necessário, o qual está sempre contido nela, em germe, em forma da morte" (Engels, 1952, p. 37). Por isso, a dialética é a forma mesma como a realidade se desenvolve, pois no universo tudo é movimento e transformação e nada permanece como é. Hegel é considerado um filósofo idealista, pois coloca a primazia das idéias na construção da realidade. Segundo sua filosofia, na origem o universo seria a idéia materializada e, antes de qualquer coisa, um espírito pensou o mundo. Mas o espírito e o universo se encontram em movimento dialético.

No marxismo, a dialética transformou-se numa maneira dinâmica de interpretar o mundo, os fatos históricos e econômicos, assim como as próprias idéias, sob a égide do *materialismo histórico*. Marx apoiou-se nas idéias de Hegel relativas ao perene movimento universal e ao constante processo de transformação, mas o fez invertendo os termos da reflexão desse autor. Em Marx, a dialética está presente como método de transformação do real que por sua vez modifica a mente criando as idéias. Todos os grandes pensadores marxistas de-

envolveram uma reflexão sobre a dialética. Mencionarei apenas alguns, buscando compor as idéias teóricas que vieram a se tornar a espinha dorsal do método do materialismo dialético, e remeto o leitor ao capítulo onde trato especificamente do marxismo.

Para o marxismo, a realidade é um todo dinâmico, em permanente desenvolvimento, em unidade de contrários, cujo conhecimento é um processo de conquistas de verdades relativas, como parte de uma verdade única e absoluta. A dialética é o estudo da oposição das coisas entre si. Metodologicamente, ela se traduziria numa forma de abordagem: desvendar as relações múltiplas e diversificadas das coisas entre si; explicar o desenvolvimento do fenômeno dentro de sua própria lógica; evidenciar a contradição interna no interior do fenômeno; compreender o movimento de unidade dos contrários; trabalhar com a unidade da análise e da síntese numa totalização das partes; co-relacionar as atividades e as relações.

Assim, do ponto de vista marxista, a dialética se constitui num processo infinito de revelação de novos aspectos e correlações; processo incessante de busca de aprofundamento do conhecimento humano; movimento de encontro da coexistência da causalidade com formas mais complexas de interdependência, de reprodução e de passagem da quantidade para a qualidade.

Em síntese, a grande contribuição marxista à dialética é, primeiro, inverter, teoricamente e na sua aplicação prática, a visão hegeliana de primazia do pensamento sobre a ação na construção da realidade, valorizando a historicidade, e a relação entre a base material e as representações da realidade. Na prática de análise dos materiais qualitativos, essa abordagem colabora para o entendimento de que não existe ponto de vista fora da história, nada é eterno, fixo e absoluto, portanto, não há nem idéias, nem instituições nem categorias estáticas. São os seguintes os princípios com os quais o método dialético trabalha:

♦ Cada coisa é um processo, isto é, uma marcha, um tornar-se. Cada ser (pessoa, grupo, instituição, animais, plantas) está submetido à lei interna do movimento, contém em si o passado, mas está em plena realização. As coisas, as relações e as idéias transformam-se em virtude das leis internas de seu autodinamismo.

♦ Há um encadeamento nos processos. Por exemplo, a flor se transformou numa goiaba que se transformará em árvore e que um dia morrerá, recompondo o ciclo dos outros momentos vitais de mudanças. Mas nunca será a mesma goiaba, nem a mesma árvore, pois os processos se dão em espiral e não de forma linear nem circular. O que vem é uma promessa, poderá ou não acontecer, mas nunca será uma mera repetição.

♦ Cada coisa traz em si sua contradição, sendo levada a transformar-se em seu contrário. O vivo marcha para a morte porque vive; a felicidade contém a dor que virá e assim por diante. Segundo a concepção de Hegel, uma coisa é ao mesmo tempo ela própria e seu contrário. Qualquer coisa que se concretiza é apenas um momento, uma síntese de sua afirmação e de sua negação.

A quantidade se transforma em qualidade. Nos processos de transformação, as mudanças são quantitativas e concomitantemente qualitativas. A superação do dualismo entre quantidade e qualidade expressa-se no fato de que toda qualidade comporta sempre certos limites quantitativos e vice-versa. Ou seja, sob o ângulo da dialética, as qualidades perdem a natureza fixa e estável que lhes são atribuídas nas concepções clássicas da física e da lógica. São estados ou situações momentâneas, em transformação incessante motivada por mudanças interiores. Assim, a oposição entre ambas é dialética e complementar: a quantidade se apresenta sempre como uma distinção no interior da qualidade. E a qualidade está sempre presente nas quantidades, sendo a quantidade em si mesma uma qualidade do objeto ou da realidade. Essa forma de compreender a realidade em processo de transformação qualitativa

va, sendo gerada no seio da mudança quantitativa, permite superar, no plano do pensamento, a falsa polêmica que acometeu a prática científica moderna, na qual o quantitavismo se estabeleceu de forma hegemônica, colocando todas as qualidades no mesmo plano (portanto não as distinguindo e diferenciando) e considerando que a realidade se esgota na sua expressão matemática. Mas também busca ultrapassar a posição contrária, que se restringe a compreender a realidade apenas nas suas expressões qualitativas.

♦ *Articulação entre hermenêutica e dialética*

A partir dos anos 1960, o diálogo estabelecido por Habermas e Gadamer (1987) a respeito da *Hermenêutica e Dialética* veio beneficiar as discussões sobre métodos em Ciências Sociais, uma vez que esses dois autores buscaram forma de objetivar a práxis de produção de conhecimento. Referindo-se à discussão pública dos autores a respeito desse tema, Stein (1987) reafirma a importância que deram para o avanço do conhecimento, dizendo que a filosofia não pode omitir-se do diálogo com as Ciências Sociais e Humanas, pois são elas que constituem a base da filosofia hermenêutica: "sem o diálogo com as ciências humanas, a filosofia se torna vazia" (1987, p. 131). O movimento contrário de aproximação das ciências sociais e humanas do pensamento filosófico também é crucial, sob pena de os métodos dessas ciências se transformarem em meras técnicas, como chamam atenção Adorno & Horkheimer quando fazem a crítica da sociologia americana positivista:

A investigação social empírica toma equivocadamente o epifenômeno, o que o mundo fez de nós como a própria realidade. Seu método ameaça tanto fetichizar seus assuntos quanto se degenerar em fetiche, ou seja, a colocar as questões de método acima das questões de conteúdo (1979, p. 219).



Para Stein, trabalhar dentro do movimento hermenêutico-dialético "significa um esforço de proteger não só o objeto das ciências sociais, mas os próprios procedimentos científicos contra a ameaça da selvagem atomização dos procedimentos do conhecimento" (1987, p. 129). Isso não significa que a hermenêutica e a dialética devam reduzir-se a uma simples teoria de tratamento de dados. Mas, por possibilitarem uma reflexão que se funda na práxis, o casamento das duas abordagens é fecundo na condução do processo, ao mesmo tempo compreensivo e crítico de estudo da realidade social.

A hermenêutica oferece as balizas para a compreensão do sentido da comunicação entre os seres humanos; parte da linguagem como o terreno comum de realização da intersubjetividade e do entendimento; faz a crítica das pretensões do iluminismo que leva a ciência moderna a crer na isenção do possível dos pré-juízos, colocando-se fora do mundo da vida; investe nas possibilidades da comunicação, mas as considera em seu processo finito, marcado pela história e pela cultura e, filosoficamente, propõe a intersubjetividade como o chão do processo científico e da ação humana.

Por tudo isso, sob a ótica hermenêutica, entender a realidade que se expressa num texto é também entender o outro, e entender-se no outro, movimento sempre possível, por mais difícil que pareça à primeira vista. No entanto, concordando com uma das leis da dialética, para a hermenêutica, tal como definida por Gadamer (1999), a compreensão só é possível pelo *estranhamento*, pois a necessidade do entendimento nasce do fracasso da transparência da linguagem e da própria incompletude e finitude humana. Assim, a atividade hermenêutica se move entre o familiar e o estranho, entre a intersubjetividade do acordo ilimitado e a quebra da possibilidade desse acordo.

As balizas da postura hermenêutica podem ser assim resumidas a partir de Gadamer (1999); Habermas (1987); Stein (1987); Minayo (2002):

♦ O investigador deve buscar, ao máximo, com dados históricos e também pela "empatia" o contexto de seu texto, dos entrevistados e dos documentos que analisa. O "discurso" sempre expressa um saber partilhado com outros e marcado pela tradição, pela cultura e pela conjuntura.

♦ O pesquisador que analisa documentos passados ou atuais (biografias, material de entrevistas, textos oficiais, etc.), para entendê-los, necessita adotar uma postura de respeito pelo que dizem, supondo que, por mais obscuridade que apresentem à primeira vista, sempre terão um teor de racionalidade e de sentido. Assim, como interprete, é seu dever levar a sério o documento que tem à frente.

♦ O investigador não deve buscar nos textos uma verdade essencialista, mas o sentido que o entrevistado (autor, biografado) quis expressar. Assim, o investigador só estará em condições de compreender o conteúdo significativo de qualquer documento (termo usado aqui no sentido amplo), se fizer o movimento de tornar presente, na interpretação, as razões do autor. Por outro lado, na interpretação nunca há última palavra, o sentido de uma mensagem ou de uma realidade estará sempre aberto em várias direções, por causa dos novos achados do contexto ou das novas perguntas que são formuladas.

♦ Toda interpretação bem conduzida é acompanhada pela expectativa de que, se o autor estivesse presente ou pudesse realizá-la, compartilharia dos resultados das análises. Gadamer (1999) exige mais: recuperando o pensamento de vários autores como Dilthey (1956) e Schleiermacher (2000), diz que a interpretação deve ir além de quem escreveu o texto, pois o autor quando o elaborou não tinha consciência de tudo o que permite ser lido nele sobre seu tempo e sobre seus coetâneos.

Como práxis interpretativa são os seguintes o caminho da hermenêutica:

♦ buscar as diferenças e as semelhanças entre o contexto do autor e o contexto do investigador;

- ♦ explorar as definições de situação do autor, que o texto ou a linguagem em análise permite. Essa definição de situação não se apresenta de forma explícita muitas vezes, cabendo ao pesquisador desvendá-la e compreendê-la. Para os hermenutas, o mundo da cotidianidade onde se produz o discurso é o parâmetro da análise, pois é o único mundo possível do consenso, da compreensão ou do estranhamento da comunicação intersubjetiva, por isso, é também *o mundo objetivo*;

- ♦ supor o compartilhamento entre o mundo observado e os sujeitos da pesquisa com o mundo da vida do investigador (*porque compreender é sempre compreender-se*). E a partir de tal postura, perguntar "por que" e "sob que condições" o sujeito da linguagem que busca entender cria determinadas situações, valoriza determinadas coisas, atribui determinadas responsabilidades a certos atores sociais e, em síntese, expressa-se e se posiciona de tal maneira e não de outra;

- ♦ buscar entender as coisas e os textos "neles mesmos", distinguindo o processo hermenêutico do saber técnico que elabora um conjunto de normas para analisar um discurso; da lingüística, cujo objetivo é a reconstrução do conjunto de regras que subjazem à linguagem natural; da fenomenologia, cuja linguagem é tomada como sujeito da forma de vida e da tradição, como se a consciência lingüística determinasse o ser material da práxis vital; e do objetivismo positivista que estabelece uma conexão ingênua entre os enunciados teóricos e os dados factuais, como se fosse possível haver verdade fora da práxis;

- ♦ apoiar toda a reflexão sobre determinada realidade sobre o contexto histórico, partindo do pressuposto de que o investigador-intérprete e seu "sujeito" de observação e pesquisa são expressões de seu tempo e de seu espaço cultural.

Em relação à dialética, assinalarei com base em Habermas (1987) e Stein (1987) as aproximações e as diferenciações que permitem às duas abordagens se complementarem, buscando de antemão, ressaltar suas potencialidades complementares:

♦ em primeiro lugar, enquanto a hermenêutica busca essencialmente a compreensão, a dialética estabelece uma atitude crítica. Habermas expressa essa diferenciação, afirmando que a razão humana pode mais que simplesmente compreender e interpretar. Ela possui uma força transcendental que lhe permite exercer crítica e superar prejuízos: "A mesma razão que compreende, esclarece e reúne, também contesta e dissocia" (Habermas, 1987, p. 20). A estrutura do significado presente na linguagem, na qual a hermenêutica põe maior ênfase, para a lógica dialética é apenas um dos fatores na totalidade do mundo real. Habermas (1987) realiza uma crítica extensiva do campo *compreensivista*, que vai da hermenêutica à fenomenologia e à etnometodologia, dizendo que esses tipos de abordagem ignoram a totalidade da vida social. Pois essas abordagens se movem num espaço de comunicação restrita da vida cotidiana como se esse universo contivesse a totalidade do processo sócio-histórico e cultural. Habermas (1987) critica Gadamer, dizendo que ele se esquece de que o contexto da tradição não é apenas o espaço da verdade, mas também da falsidade fáctica, pois é atravessado por interesses e pela violência. Argumenta que, a seu ver, o mundo se compõe de trabalho, poder e linguagem, portanto, a linguagem que reflete esse mundo está marcada e limitada pelo caráter ideológico das relações de trabalho e poder:

Linguagem é também meio de dominação e de poder social. Serve às relações de violência organizada. Na medida em que as legitimações não manifestam a relação de violência, cuja institucionalização possibilita, e na medida em que isso só se expressa em legitimações, a linguagem também é ideológica (Habermas, 1987, p. 21).

♦ O marxismo reafirma que toda a vida humana é social e está sujeita às leis históricas, raciocínio no qual a lógica dialética se aproxima da fundamentação hermenêutica de Gadamer:

quem voltar a ler a história da tribo [dos esquimós] daqui a 50 ou 100 anos, não só achará que essa história é velha, porque nesse meio tempo ele sabe mais ou interpreta melhor as fontes mais corretamente, mas ele pode admitir também que no ano de 1960 liam-se as fontes de modo diverso, porque as pessoas estavam motivadas por outras questões, por outros pressupostos e por outros interesses" (1999, p. 138).

Assim, o exercício dialético considera como fundamento da comunicação as relações sociais historicamente dinâmicas, antagônicas e contraditórias entre classes, grupos e culturas. Ou seja, entende a linguagem como um veículo de comunicação e de dificuldade de comunicação, pois seus significantes, com significados aparentemente iguais para todos, escondem e expressam a realidade conflitiva das desigualdades, da dominação, da exploração e também da resistência e da conformidade. Uma análise compreensiva ancorada na hermenêutica-dialética busca apreender a prática social empírica dos indivíduos em sociedade em seu movimento contraditório. Portanto, tendo em conta que os indivíduos vivendo determinada realidade pertencem a grupos, classes e segmentos diferentes, são condicionados por tal momento histórico e por isso, podem ter simultaneamente interesses coletivos que os unem e interesses específicos que os distinguem e os contrapõem. Sendo assim, a orientação dialética de qualquer análise diz que é fundamental realizar a crítica das idéias expostas nos produtos sociais (textos, monumentos, instituições) buscando, na sua especificidade histórica, a cumplicidade com seu tempo; e nas diferenciações internas, sua contribuição à vida, ao conhecimento e às transformações.

♦ Enquanto a hermenêutica busca as bases dos consensos e da compreensão na tradição e na linguagem, o método dialético introduz na compreensão da realidade o princípio

do conflito e da contradição como algo permanente e que se explica na transformação.

♦ Uma vez que nada se constrói fora da história, qualquer texto (em sentido amplo) necessita estar referido ao contexto no qual foi produzido, porque só poderá ser entendido na totalidade dinâmica das relações sociais de produção e reprodução nas quais se insere. Mais que isso, o cientista que analisa as questões sociais nunca poderá se esquecer de que os seres humanos não são só objeto de investigação, são também sujeitos de relações: na defesa dessa posição, a hermenêutica de Gadamer se aproxima da dialética marxista. Diz Goldmann:

A deformação científica não começa quando se tenta aplicar ao estudo das comunidades, métodos das ciências físico-químicas, mas no fato de considerar-se essa comunidade "objeto" de estudo (1980, p. 22).

Diz Gadamer:

A compreensão jamais é um comportamento subjetivo frente a um "objeto" dado. Mas frente à história factual, e isso significa que pertence ao ser daquilo que é compreendido (1999, p. 19).

♦ A dialética marxista, em seu viés articulador dos pólos da objetividade e da subjetividade (Goldmann, 1980), considera que a vida social é o único valor comum que reúne a todos os seres humanos e de todos os lugares. Nisso coincide com a hermenêutica que proclama o terreno da intersubjetividade como o *locus da compreensão*. Nesse sentido é possível haver um diálogo de ambas as abordagens sobre: (a) a compreensão da consciência e das atitudes fundamentais dos indivíduos e dos grupos em análise, em face dos valores da comunidade e do universo; (b) a compreensão das transformações do sujeito da ação dialética ser humano/natureza/sociedade,

numa busca de síntese entre passado, presente e projeção para o futuro; (c) a compreensão das ações humanas de todos os tipos nos diferentes lugares e dos acontecimentos inevitáveis ligados a elas, segundo as intenções dos atores sociais e os significados que eles atribuem aos eventos e a seu próprio comportamento; (d) a compreensão de que as estruturas que condicionam os seres humanos em seu processo individual ou coletivo são construções humanas objetivadas; (e) a compreensão de que a liberdade e a necessidade se condicionam mutuamente no processo histórico.

- Por fim, levando em conta as relações entre quantidade e qualidade, a dialética convida à superação do quantitativismo e do qualitativismo na pesquisa. No primeiro caso, propõe uma revisão do positivismo que exclui e não leva em conta o que há de específico na realidade empírica: a transformação qualitativa, a passagem de uma qualidade a outra. No segundo caso, induz a pensar não apenas na especificidade e diferenciação interna dos fenômenos, mas também no seu conjunto e na sua configuração unitária como realização objetiva. Aqui a dialética dá um passo à frente e se contrapõe à hermenêutica e à fenomenologia (embora Husserl fale de uma investigação de correlações), que promovem a crítica ao quantitativismo sem propor nenhuma saída para o processo de articulação entre os níveis concomitantes, intensivos e extensivos dos fenômenos da natureza e da vida social.

Em resumo, resalto minha intenção de evidenciar as contribuições e os limites da hermenêutica e da dialética na compreensão e na crítica da realidade social. Ao mostrar como a primeira realiza o entendimento dos textos, dos fatos históricos, da cotidianidade e da realidade, ressalta que suas limitações podem ser fortemente compensadas pelas propostas do método dialético. A dialética, por sua vez, ao sublinhar o dissenso, a mudança e os macroprocessos, pode ser fartamente beneficiada pelo movimento hermenêutico que enfatiza o acordo e a importância da cotidianidade. Dessa forma, con-

cluo que a hermenêutica e a dialética se apresentam como momentos necessários da produção de racionalidade em relação aos processos sociais e, por conseguinte, em relação aos processos de saúde e doença.

Nessa combinação de oposições complementares, o método dialético tem como pressuposto o método hermenêutico, ainda quando as duas concepções tenham sido desenvolvidas através de movimentos filosóficos diferentes. Pois, como ressalta Stein (1987): (a) ambas trazem em seu núcleo a idéia fecunda das condições históricas de qualquer manifestação simbólica, de linguagem e de trabalho do pensamento; (b) ambas partem do princípio de que não há observador imparcial, nem há ponto de vista fora da realidade do ser humano e da história; (c) ambas superam a simples tarefa de serem ferramentas do pensamento, pois elas consideram o investigador parte da realidade que investiga; (d) ambas questionam o tecnicismo como caminho capaz de realizar a compreensão e a crítica dos processos sociais; (e) ambas referem-se à *práxis* e desvendam os condicionantes da produção intelectual, marcada tanto pela tradição, pelos pré-juízos, como pelo poder, pelos interesses e pelas limitações do desenvolvimento histórico.

### Proposta operativa

Nossos conhecimentos são apenas aproximação da plenitude da realidade, e por isso mesmo são sempre relativos; na medida, entretanto, em que representam a aproximação efetiva da realidade objetiva, que existe independentemente de nossa consciência, são sempre absolutos. O caráter ao mesmo tempo absoluto e relativo da consciência forma uma unidade dialética indivisível

— BACHELARD, 1967, p. 233.

Ao pensamento de Lukács sobre o conhecimento aproximado, em epígrafe, acrescento a reflexão de Bachelard, segun-



do o qual, "o ato de conhecer, no seu primeiro impulso é uma descoberta plena de incerteza e de dúvida. Sua raiz é o julgamento desconfiado; seu sucesso, um acesso verificado" (1969, p. 25).

Os três tipos de abordagem apresentados neste capítulo mostram que na produção de análises sobre questões sociais e mesmo de abordagens qualitativas não há consenso, há sim, vários caminhos de possibilidades à escolha do pesquisador. Há sempre limite na capacidade humana de objetivação, uma vez que a ciência se faz numa relação dinâmica entre razão e experiência e não admite a redução de um termo ao outro. Se isso é verdade para a totalidade do labor de investigação científica, aplica-se de forma muito específica à etapa de tratamento dos dados empíricos.

Poirier e colaboradores comentam que, num curso ministrado na França por Lazarsfeld (um dos renomados pesquisadores sociais do século XX) sobre técnicas de análise de conteúdo aplicadas às abordagens de história de vida, um dos alunos lhe perguntou sobre a condução de certos problemas práticos. Sorrindo, o mestre lhe respondeu: "A gente diz e escreve muitas coisas, mas na verdade a gente faz como pode" (Poirier et al., 1985, p. 72)

A intervenção de Lazarsfeld é altamente significativa e honesta. Desmitifica as idéias de perfeição, de objetividade e de neutralidade que muitos cientistas sociais costumam guardar nas "caixas-pretas" de seus procedimentos analíticos. Por outro lado, sua fala revela não apenas o lado das dificuldades reais, das fraquezas e das falhas de um pesquisador, mas insinua algo fundamental. Ou seja, o que se escreve ou se fala sobre o trabalho de investigação, geralmente é uma "lógica reconstruída" que se distancia da "lógica em uso", utilizada no decorrer do trabalho. Em outros termos e a propósito do mesmo tema, Marx fala na *Introdução à Contribuição à Crítica da Economia Política* que existem lógicas diferentes no método de investigação e no método de exposição (1973, p. 240).

Tendo como ponto de partida a incompletude do pensamento e da capacidade analítica de qualquer pesquisador, é importante dizer que saber das limitações não exime, ao contrário reforça, a necessidade de aprimorar métodos, técnicas e instrumentos de operacionalização em todo o processo de pesquisa, sobretudo na etapa de análise. Esse desafio tem de partir de uma revisão das alternativas até aqui apresentadas e de uma opção que ao mesmo tempo se torne viável teórica e praticamente. É preciso estar atento, pois muitas pesquisas são pobres e precárias, não apenas pela escolha de uma técnica errada, mas pelo mais completo empirismo ou teorismo: o primeiro, partindo do princípio de que a verdade está nos resultados do trabalho de campo, principalmente nas falas dos informantes; o segundo, menosprezando o potencial enriquecedor da contribuição dos atores entrevistados e contatados.

A crítica principal às técnicas de *Análise de Conteúdo* tradicional (nas suas mais diferentes modalidades) se refere a seu foco apenas no discurso, reduzindo-se assim sua capacidade explicativa. A ênfase quase absoluta na fala como material de análise, transforma a questão da descoberta e da validade na habilidade de manipulação de instrumentos técnicos. O material etnográfico é arranjado como um *Corpus*, isto é, como um conjunto sistematizado e fixo, privilegiando-se tudo o que pode se constituir em sistema de signos a serem decifrados. Dessa forma, não entram em pauta o processo de tomada de decisões no campo e nem o contexto da ação analisada. As entrevistas (ou comunicações em geral) costumam ser vistas em bloco, perdem sua autoria, e o jogo dos "significantes em cadeia" passa a ser o foco da compreensão.

A *Análise de Discurso* ultrapassa teoricamente as técnicas tradicionais de *Análise de Conteúdo*, na medida em que se propõe a desvendar as regras próprias do processo discursivo e a atingir as estruturas profundas na raiz de qualquer comunicação. No entanto, suas técnicas de análise põem a tôni-

ca na fala e, quando estabelece os procedimentos operativos, retorna ao rigor formal típico do estruturalismo.

Os refinamentos técnicos, tanto da análise de conteúdo como da análise do discurso, apóiam-se na crença de que a "verdade" dos significados situa-se nos meandros profundos dos sentidos dos textos. Ora, a absolutização dessa crença deixa em segundo plano os aspectos extradiscursivos que constituem o espaço sócio-político-econômico, cultural e relacional onde o discurso circula.

A abordagem antropológica, a partir dos clássicos trabalhos de Malinowski, já há muito ultrapassou os limites da ênfase na análise do conteúdo explícito da mensagem. Seu método é cotejar a fala com a observação das condutas e dos costumes e com a análise das instituições referentes ao tema em estudo. Checar o que é dito com o que é feito, com o que é celebrado e está cristalizado. Dessa forma, uma boa análise interpreta o conteúdo ou o discurso dentro de um quadro de referências em que a ação e a ação objetivada nas instituições permite ultrapassar a mensagem manifesta e atingir os significados latentes. A proposta da hermenêutica-dialética é a que oferece um quadro referencial mais completo para análise do material qualitativo, no entanto, não é proposta de Habermas oferecer instrumentos de operacionalização.

Darei, a seguir, um exemplo de operacionalização, sempre levando em conta a questão do contexto e da empiria. Partirei de um exemplo de objeto bem genérico: *Concepção de Saúde-Deença de um Determinado Segmento Social*. Sobre esse tema, dois níveis de interpretação precisam ser realizados.

O primeiro diz respeito ao campo das determinações fundamentais, que deve ter sido mapeado na fase exploratória da investigação. Trata-se do contexto sócio-histórico do grupo social em questão, e que constitui o marco teórico-fundamental para a análise. Esse momento pode ser pensado esquematicamente como o de busca de compreensão: (a) da história do grupo, de seus ambientes, de suas condições socioeconô-

micas e políticas, de sua participação e inserção nas totalidades maiores como bairro, cidade, país; (b) do mapeamento do sistema de saúde local e próximo (hospitais, centros de saúde, farmácias, outras facilidades e alternativas terapêuticas, mesmo populares) dos profissionais, da acessibilidade aos serviços; (c) do perfil de morbimortalidade da população residente e objeto da investigação. Esse primeiro nível é o plano da totalidade (sempre totalidade parcial) ou do contexto, que significa, segundo Lukács:

Um todo coerente em que cada elemento está, de uma maneira ou de outra, em relação com outro elemento; e de outro, que essas relações formam na própria realidade objetiva, correlações concretas, conjuntos, unidades ligadas entre si de maneiras complementares diversas, mas sempre determinadas (1967, p. 240).

No momento concreto de interpretação dos dados, o sentido da totalidade se refere tanto ao nível das determinações como à do recurso interpretativo pelo qual se busca descobrir as conexões que a experiência empírica mantém com o plano das relações essenciais. Nem sempre esse momento pode ser captado apenas através das representações sociais. A operação intelectual pela qual se obtém a totalidade concreta implica um movimento da razão e da experiência, uma articulação da base material e das idéias. Do ponto de vista histórico, a postura compreensiva reconhece os fenômenos sociais sempre como resultados e efeitos da atividade criadora, tanto imediata quanto institucionalizada. Portanto, toma como centro da análise a prática social e a ação humana e as considera como resultados de condições anteriores, exteriores, interiores e também como práxis. Isto é, o ato humano que atravessa o meio social conserva as determinações, mas se realiza no sujeito que vive, pensa, sente e reflete o mundo. "O homem faz a história: ele se objetiva nela e nela se aliena" (Sartre, 1978, p. 150).

As concepções de saúde e doença são frutos e manifestações de condicionamentos sócio-históricos que se vinculam a acesso a serviços, tradições culturais, concepções dominantes sobre o assunto e da inter-relação de tudo isso. Portanto, saúde e doença são fenômenos sociais não apenas porque expressam certo nível de vida ou porque correspondem a certas profissões e práticas. Mas porque são manifestações da vida material, das carências, dos limites sociais e do imaginário coletivo.

O segundo momento interpretativo é o ponto de partida e o ponto de chegada de qualquer investigação: é o encontro com os fatos empíricos, no caso, com um conjunto de concepções sobre saúde e doença. É preciso encontrar nos relatos dos informantes o sentido, a lógica interna, as projeções e as interpretações. Isto é, nesses textos existe, ao mesmo tempo, uma específica significação cultural própria do grupo e uma vinculação muito mais abrangente que junta esse grupo a círculos cada vez mais abrangentes e intercomunicáveis da realidade, tratados no primeiro item.

Na busca da significação específica, é preciso que a análise contemple: (a) as comunicações individuais (entrevistas, histórias de vida, resultados de discussões de grupo); (b) as observações de condutas, costumes e relações relativas ao tema saúde e doença; (c) a análise das falas sobre instituições oficiais (e outras informações sobre elas) e sobre outras entidades ou organizações alternativas que oferecem serviços no local; (d) observação de cerimônias e ritos atinentes ao tema.

A interpretação exige elaboração de *Categorias Analíticas* (geralmente trabalhadas desde o início da investigação) capazes de desvendar as relações mais abstratas e mediadoras para a parte contextual e de *Categorias Empíricas e Operacionais*, criadas a partir do material de campo, contendo e expressando relações e representações típicas e específicas do grupo em questão. A partir dos dados colhidos e acumulados, o investigador se volta para os fundamentos das teorias que fizeram parte da elaboração dos conceitos iniciais na fase explorató-

ria, para pôr em dúvida idéias evidentes anteriormente e para verificar em que medida o momento pós-trabalho de campo lhe exige aprofundamento de outros temas. Assim, o pesquisador constrói uma nova aproximação do objeto: o pensamento antigo (proveniente da fase exploratória) que é negado, mas não excluído, encontra outros limites e se ilumina na elaboração do momento presente. O novo contém o antigo, incluindo-o numa nova perspectiva.

Como operacionalizar esse segundo momento que, na verdade, constitui o maior desafio da fase de análise? Por meio de três fases, cujos passos sugiro que sejam os seguintes:

♦ *Ordenação dos dados*

O momento da ordenação engloba tanto as entrevistas como o conjunto do material de observação e dos documentos populares e institucionais, referentes ao tema concepções de saúde e doença.<sup>6</sup> Essa etapa inclui: (a) transcrição de fitas-cassete; (b) releitura do material; (c) organização dos relatos em determinada ordem, o que já supõe um início de classificação; (d) organização dos dados de observação, também em determinada ordem, de acordo com a proposta analítica. Essa fase dá ao investigador um mapa horizontal de suas descobertas no campo.

Entendo este trabalho como um processo hermenêutico, em que se toma o material empírico sobre concepções de saúde e doença como um conjunto, um *Corpus*, a ser tecnicamente trabalhado. Caso a pesquisa empírica tenha sido feita com grupos diferenciados por classe social, por idade, por religião (todas essas divisões são aqui hipotéticas), vários subconjuntos devem ser criados, visando-se a uma leitura que busque homogeneidades e diferenciações por meio de comparações e contrastes.

<sup>6</sup> Não entramos aqui nos detalhes referentes à Ordenação de Dados. Indicamos como bibliografia complementar o trabalho de Poirier et al. *Les Récits de Vie*. Paris: PUF, 1983.

♦ *Classificação de dados*

É preciso ter em mente que não é o campo que cria o chamado "dado", uma vez que a informação que de lá emerge já traz em seu interior uma construção de indagações e respostas. Neste momento o processo de construção do conhecimento se complexifica. Proponho que o momento classificatório seja constituído pelas seguintes etapas:

♦ Leitura horizontal e exaustiva dos textos, prolongando-se uma relação interrogativa com eles. Apenas provisoriamente toda a atenção do pesquisador deve estar voltada para esse material. Se fosse possível sugerir uma atitude, a ideal seria fechar olhos e ouvidos para qualquer interferência contextualizadora, tal qual é proposto pela análise fenomenológica (Capalbo, 1979), mas infelizmente isso é quase impossível. Gostaria, porém, de chamar atenção para a importância desse momento, para não ocorrer algo muito comum das produções qualitativas: ou a mera exposição das falas com comentários do pesquisador ou um solene menosprezo dos achados em campo.

Essa etapa inicial de contato com o material de campo exige uma leitura de cada entrevista e de todos os outros documentos, anotando-se (no computador ou em papel impresso) as primeiras impressões do pesquisador, iniciando-se, assim, a busca de coerência interna das informações.

O material escrito necessita ser cuidadosamente analisado: frases, palavras, adjetivos, concatenação de idéias, sentido geral do texto. Sobre o tema, Bakhtin (1986) sugere algumas regras metodológicas: (1) não separar a ideologia da realidade material do signo; (2) não dissociar o signo das formas concretas de comunicação (entendendo-se que o signo faz parte de um sistema de comunicação social organizado); (3) não dissociar a comunicação e suas formas da base material em que ela se sustenta.

Esse exercício inicial, denominado por alguns autores como "leitura flutuante" permite apreender as estruturas de relevân-

cia dos atores sociais, as idéias centrais que tentam transmitir e os momentos-chave e suas posturas sobre o tema em foco (no caso, como exemplo as concepções de saúde/doença). A atenção imergente do pesquisador sobre o material o ajudará pouco a pouco a construir categorias empíricas. Um passo futuro será confrontá-las com as categorias analíticas, teoricamente estabelecidas como balizas da investigação, e buscar as inter-relações e interconexões entre elas.

♦ Leitura transversal. O segundo momento é o da leitura transversal de cada subconjunto e do conjunto em sua totalidade. O processo é do recorte de cada entrevista ou documento em "unidade de sentido", por "estruturas de relevância", por "tópicos de informação" ou por "temas". Os critérios de classificação em primeira instância podem ser tanto variáveis empíricas como variáveis teóricas já construídas pelo pesquisador. No processo classificatório, o pesquisador separa temas, categorias ou unidades de sentido, colocando as partes semelhantes juntas, buscando perceber as conexões entre elas, e guardando-as em códigos ou gavetas.

Terminado este primeiro esforço em que muitas "gavetas" foram abertas, o pesquisador parte para uma segunda tarefa, fazendo um enxugamento de suas classificações; agrupando tudo em número menor de unidades de sentido e buscando compreender e interpretar o que foi exposto como mais relevante e representativo pelo grupo estudado. Aqui se faz uma reflexão sucessiva, em que a relevância de algum tema, uma vez determinado (a partir da elaboração teórica e da evidência dos dados de campo), permite refinar o movimento classificatório. As múltiplas gavetas são reagrupadas em torno de categorias centrais, concatenando-se numa lógica unificadora.

♦ Análise Final. As etapas de ordenação e classificação demandaram uma profunda inflexão sobre o material empírico, que deve ser considerado o ponto de partida e o ponto de chegada da compreensão e da interpretação. Esse movimento circular, que vai do empírico para o teórico e vice-versa, que



dança entre o concreto e o abstrato, que busca as riquezas do particular e do geral é o que se pode chamar, parafraseando Marx (1973), "o concreto pensado".

Levando-se em conta o exemplo adotado, a pesquisa sobre concepções de saúde e doença deve apresentar aos leitores um quadro complexo de respostas voltadas para esclarecer a lógica interna de um grupo determinado sobre o tema em pauta, quando o pensa, quando fala dele, quando se relaciona e quando a partir dele se comporta, projeta e planeja sua vida. Pois, como lembra Sartre (1978), as significações que vêm do ser humano e de seu projeto se inscrevem por toda parte, na ordem das coisas e nas relações mediadas pelas estruturas enquanto ação humana objetivada.

♦ Relatório. Estou usando o termo *relatório* para me referir à comunicação dos dados de uma pesquisa. Nesse sentido, relatório passa a ser sinônimo da formatação final de uma monografia, de uma dissertação ou de uma tese, ademais de ser o produto (provisoriamente) acabado de uma determinada investigação. O relatório final de uma pesquisa deve configurar-se como uma síntese, na qual o objeto de estudo reveste, impregna e entranha todo o texto. Costumo dizer a meus alunos: *da primeira à última linha de seu trabalho, falem de seu objeto*. O contexto, as determinações abstratas e tudo mais, nessa etapa do "concreto pensado", emanam do objeto e não ao contrário. Portanto, será um trabalho incompleto o que apenas descreve, *ipsis litteris*, o processo de trabalho do investigador. A compreensão e a interpretação em seu formato final, além de superar a dicotomia objetividade *vs.* subjetividade, exterioridade *vs.* interioridade, análise *vs.* síntese, revelará que o produto da pesquisa é um momento da práxis do pesquisador. Sua obra desvenda os segredos de seus próprios condicionamentos, pois a investigação social como processo de produção e produto é, ao mesmo tempo, uma objetivação da realidade e uma objetivação do investigador que se torna também produto de sua própria produção.

Do ponto de vista operativo, *relatório* é o instrumento mais tradicional de apresentação dos resultados de uma pesquisa. Há algumas normas básicas sobre esse tipo de documento. A folha de rosto deve conter: (a) título que corresponda ao objeto de investigação; (b) nomes dos participantes da equipe de avaliação com suas respectivas funções; (c) nomes ou logomarcas das instituições realizadoras do trabalho e das patrocinadoras e (d) data de finalização do informativo. Todos esses detalhes facilitam a comunicação direta e a catalogação do trabalho.

Em seguida, caso o texto seja apresentado em capítulos é fundamental acrescentar o índice do trabalho. O conteúdo pode ser apresentado de várias formas, mas é preciso manter o tom direto e ao mesmo tempo complexo, nunca se omitindo os seguintes termos: o objeto, os objetivos; o histórico, o contexto e as circunstâncias da investigação; os conceitos centrais que balizaram o olhar científico, de forma sucinta e problematizada; o método ou os métodos adotados com suas respectivas modalidades de operacionalização técnica; a descrição, análise e problematização dos achados empíricos; os resultados e, se for o caso, as recomendações.

Quem elabora um relatório precisa ter sempre em mente o caráter da pesquisa que realizou: se foi uma pesquisa básica, operativa ou estratégica, pois a forma de realizar a síntese deve refletir a proposta do trabalho. Em qualquer hipótese, esse instrumento precisa ressaltar os pontos mais relevantes do estudo e, ainda, descrever as condições de realização da pesquisa, como já foi fundamentado na parte que trata do trabalho de campo.

Para facilitar sua leitura, o relatório deve ser escrito em linguagem clara, objetiva, e apresentar, sempre que possível, formatos sintéticos e visuais que permitam comparações, como é o caso de gráficos, tabelas, mapas ou outros dispositivos. Dados mais complexos e de difícil compreensão podem ser postos em anexos, desde que explicados de forma simplificada no relatório. Um estudo bem planejado e acompanhado durante todo o seu processo de realização é o pré-requisito da confiança para apresentação de resultados fidedignos.

## Capítulo 12 TRIANGULAÇÃO DE MÉTODOS QUANTITATIVOS E QUALITATIVOS<sup>1</sup>

NO CAPÍTULO QUE TRATA DOS CONCEITOS BÁSICOS de pesquisa, discuti os problemas epistemológicos das relações entre métodos quantitativos e qualitativos. Neste momento ofereço ao leitor um caminho de possibilidades em que os dois termos podem se encontrar, superando dicotomias e vencendo, do ponto de vista quantitativo, os marcos do positivismo; e, sob a ótica qualitativa, as restrições relativas à compreensão da magnitude dos fenômenos e processos sociais. Falo de um tipo de abordagem, a *Triangulação de Métodos* que pode ser compreendida como uma dinâmica de investigação que integra a análise das estruturas, dos processos e dos resultados, a compreensão das relações envolvidas na implementação das ações e a visão que os atores diferenciados constroem sobre todo o projeto: seu desenvolvimento, as relações hierárquicas e técnicas, fazendo dele um *construto* (Schutz, 1982) específico. Além da integração objetiva e subjetiva nos processos de pesquisa, esta proposta inclui os atores contac-

<sup>1</sup> Como anunciei na apresentação desta nona edição do livro *O Desafio do Conhecimento*, resolvi acrescentar e ampliar algumas partes dessa obra. No caso deste capítulo "Triangulação de Métodos", o texto é, em parte, reprodução do capítulo introdutório que escrevi para o livro *Avaliação por Triangulação de Métodos*, publicado pela Editora Fiocruz, Rio de Janeiro, em 2005.

tados em campo, não apenas como objetos de análise, mas, principalmente, como sujeitos de auto-avaliação, uma vez que são introduzidos na construção do objeto de estudo. A ética que fundamenta a triangulação apóia-se nos princípios da filosofia comunicativa (Habermas, 1987). Pois essa estratégia propicia meios para que, no desenvolvimento do processo de investigação e de análise, os que implementam as ações se apropriem da compreensão dos dados quantitativos e qualitativos gerados pelo trabalho e recolham subsídios para as mudanças necessárias. A triangulação de métodos é particularmente recomendada para estudos de avaliação.

Autores como Denzin (1979), Jick (1979), Samaja (1992) e Minayo (1993) estudaram tecnicamente a triangulação metodológica, mostrando que seus princípios ecoam no interior de larga tradição das Ciências Sociais, por motivos práticos de validade ou por razões epistemológicas. Samaja (1992), no artigo "Metodologia e Dialética do Trabalho Interdisciplinar", demonstra que a integração acontece por razões práticas, sobretudo quando se trata de processar e analisar dados produzidos por vários instrumentos, na perspectiva de diversas disciplinas. Mas ela acontece também, diz o autor, por motivos epistemológicos, à medida que se tenta superar as dicotomias entre quantitativo *vs.* qualitativo; entre enfoque disciplinar *vs.* interdisciplinar, etc. Samaja vai além, quando afirma que o processo de investigação, de uma forma explícita ou implícita, sempre utiliza conceitos e noções de várias áreas do conhecimento.

Jick (1979) encontra um valor universal na triangulação metodológica, ao constatar que cada método, por si só, não possui elementos mínimos para responder às questões que uma investigação específica suscita. E Denzin (1979) enfatiza a contribuição metodológica como instrumento de iluminação da realidade sob vários ângulos. Mostra que essa prática propicia maior clareza teórica e permite aprofundar uma discussão interdisciplinar de forma interativa e intersubjetiva.

Uma das fundamentações mais importantes da *triangulação de métodos* se pode encontrar nalgumas idéias de Kant,

desenvolvidas no "Sistema dos Princípios do Entendimento" em sua obra sobre a *Crítica da Razão Pura*. Kant ensina que "a possibilidade da experiência é oferecida pela realidade objetiva a todos os nossos conhecimentos a priori" (1980, p. 115). Ora, a experiência se constrói na unidade sintética dos fenômenos, numa síntese de conceitos sem o qual a ação não chegaria a se transformar em conhecimento. Logo, à atuação concreta subjazem princípios e regras universais relativos à *unidade na síntese* dos fenômenos, cuja realidade objetiva pode ser mostrada pela experiência: "é no objeto que a unidade sintética dos conceitos evidencia uma realidade objetiva" (1980, p. 116).

Para Kant, o entendimento da realidade fundamenta-se em quatro princípios básicos: *os axiomas da intuição; as antecipações da percepção; as analogias da experiência e os postulados do pensamento empírico em geral*. Nesta introdução apenas se comentam os dois iniciais. O primeiro fundamenta-se no fato de que as intuições são quantidades extensivas no tempo e no espaço que só podem ser apreendidas pela composição de homogêneos múltiplos e pela consciência da unidade sintética deste múltiplo. Os fenômenos, de acordo com Kant, são quantidades, mas quantidades extensivas representadas por partes homogêneas e sucessivas e que formam um todo.

O segundo princípio diz respeito à existência de uma quantidade intensiva que ocorre como um grau de percepção dos fenômenos. Essa percepção, segundo Kant, é a consciência empírica simultânea da intuição e da sensação. Ela é compreensão de que os objetos fenomênicos não são apenas quantidades extensivas ou intuições externas. Eles contêm, também, sensações sob forma de representação subjetiva. Dizendo com outras palavras, o sujeito é afetado e experimenta existencialmente o fenômeno que vivencia: isso constitui uma unidade do sistema de entendimento. Esta unidade é um grau, entre o qual e sua negação ocorre uma seqüência infinita de graus sempre menores. Daí se conclui que há diferentes graus de observação de uma experiência que contém, simultaneamente, quantidades extensivas e quantidades intensivas.

Kant chamou a quantidade intensiva de "qualidade" das sensações, assinalando que a vivência dessa qualidade é sempre empírica, não podendo, de modo algum, ser representada *a priori*. Portanto, as "percepções", as "sensações", são verdade reconhecidas apenas posteriormente, porém a propriedade de possuir um grau pode ser conhecida por antecipação. Da mesma forma, nas quantidades só se pode conhecer, *a priori*, uma qualidade: sua continuidade. E, na qualidade, só uma quantidade extensiva, ou seja, a de possuir um grau: "Chamarei matemáticos, os dois princípios precedentes, sendo ambos constitutivos dos fenômenos" (Kant, 1980, p. 123).

As idéias filosóficas de Kant podem ser consideradas básicas para a *triangulação*, pois fundamentam a possibilidade de articulação de estudos de magnitude e de compreensão de forma complementar. A realização metodológica da proposta não exige grande teorização, uma vez que busca apenas integrar as vantagens da avaliação tradicional com a abordagem qualitativa e os elementos dos processos participativos. O ponto crucial do processo reflexivo é o que aponta ser possível exercer uma superação dialética sobre o objetivismo puro, em função da riqueza de conhecimento que pode ser agregada com a valorização do significado e da intencionalidade dos atos, das relações e das estruturas sociais. A postura dialética leva a compreender que dados subjetivos (significados, intencionalidade, interação, participação) e dados objetivos (indicadores, distribuição de frequência e outros) são inseparáveis e interdependentes. Ela permite criar um processo de dissolução de dicotomias: entre quantitativo e qualitativo; entre macro e micro; entre interior e exterior; entre sujeito e objeto.

#### Pré-requisitos da triangulação de métodos

A proposta de triangulação depende de duas condições imprescindíveis. A primeira é de ordem prática. Consiste na exigência de uma equipe formada por profissionais de várias

áreas que desejam trabalhar cooperativamente. Ou seja, ela depende de pessoas dispostas emocional e mentalmente ao diálogo e a experimentar a possibilidade de complementação entre diferentes métodos e disciplinas, realizando um movimento intelectual específico em direção a um objeto empírico. Como recorda Kant (1980), o *objeto é o terceiro termo*. Diante dele, a abordagem quantitativa e qualitativa produzirá a unidade sintética do múltiplo e do uno. Em torno do *objeto* aprofundam-se as reflexões em busca de compreendê-lo e explicá-lo em suas múltiplas dimensões.

A equipe de estudo deve, num esforço dialógico, participar de todas as fases da investigação, desde a concepção até a apresentação dos resultados. O êxito deste trabalho em grupo de "diferentes" requer capacidade de discutir, diferenciar e relacionar teorias, conceitos, noções e métodos, tratados como fragmentos teóricos de uma abordagem mais ampla. O resultado deste processo é a substituição da hierarquia, *a priori*, dos campos científicos por uma visão cooperativa entre eles e o mundo da vida (Habermas, 1987).

A segunda condição para o êxito de um trabalho cooperativo é, paradoxalmente, a competência disciplinar de cada componente do grupo. É a segurança disciplinar que permite aprofundamento teórico-metodológico em relação ao conhecimento do objeto. É necessário ter claro que se trata de combinação, de triangulação de métodos que conservam sua especificidade no diálogo inter ou transdisciplinar. Trabalha-se, portanto, de forma dialética a integração dos contrários e a distinção entre eles. Ao se juntarem, as especificidades metodológicas não se dissolvem, continuam a existir no trato com questões que exigem uma ou outra abordagem, como mostram a base filosófica de Kant (1980) e os estudos de Samaja (1992) e Minayo (1993; 1999). Samaja chama atenção para o fato de que a combinação de teorias e métodos é sempre desigual havendo, na prática, a supremacia de uma disciplina sobre outra. Essa assimetria de poder costuma ter vários motivos que vão

desde a idiosincrasia dos investigadores à experiência maior de alguns em determinada área, mas também o peso dos objetivos pretendidos na escolha das estratégias metodológicas.

Além da articulação entre os opostos que se realiza na "distinção e integração entre teorias e métodos" e o da "dialógica entre investigadores e várias disciplinas", os avaliadores que trabalham com a triangulação precisam levar em conta alguns princípios que hoje são enunciados pelas teorias da auto-organização e da complexidade (Morin, 1993; 1996; Atlan, 1979) e consideradas a partir da própria natureza dos processos sociais (Hartz, 1997; Minayo & Cruz Neto, 1999).

O primeiro é o da *complexidade*, que se opõe à visão de linearidade entre causa-efeito, e enfatiza as dimensões de complicação, de incalculáveis interações e de inter-retroações que os fenômenos possuem. Destacam-se: (a) as relações, numa visão hologramática, no sentido de que o todo contém as partes, a parte contém o todo, mas cada um (parte e todo) possui características e propriedades específicas; (b) a inseparabilidade da ordem e da desordem em qualquer projeto, proposta ou organização; (c) a irreduzibilidade do acaso, da incerteza e do inacabado em todos os fenômenos sociais. A idéia de causalidade complexa se fundamenta na constatação do dinamismo da realidade. Ela se apresenta, ora em movimentos circulares, de mão dupla, ora em espiral, incorporando atrasos, contradições, desvios e orientações endógenas e exógenas.

O segundo princípio, que complementa o da complexidade, é o da *organização recursiva*, da autoprodução e da auto-organização, a partir de elementos previsíveis ou do acaso e por interferências internas ou externas. Essa constatação conduz a pensar interativamente: o papel do observador e do objeto; da racionalidade e da emoção; da natureza e da cultura; da ordem e da desordem; do uno e do múltiplo; da ciência e do senso comum; do pensamento e da ação.

O terceiro princípio a ser observado é o *discursivo complexo*, que comporta a associação entre conceitos e noções com-



plementares e concorrentes, buscando combinar níveis de desenvolvimento teórico e prático diferentes das áreas disciplinares. Dentre as antinomias relevantes, encontram-se as relações entre o universal e o particular; entre o global e o local; entre o micro e o macro; entre o coletivo e o individual; entre o todo e as partes; entre a análise e a síntese; entre as relações cêntricas, acêntricas e policêntricas.

Os princípios do pensamento complexo (Morin, 1993; 1996) questionam a razão fragmentada que se coloca exterior ao mundo da vida. A triangulação de métodos também valoriza a quantificação. Mas compreende a quantidade como indicador e parte da qualidade dos fenômenos, dos processos e dos sujeitos sociais, marcados por estruturas, relações e subjetividade, culturalmente específicas de classes, grupos e segmentos profissionais, gênero, etnia e idade.

#### Passos práticos para elaboração da triangulação de métodos

Do ponto de vista operacional, a triangulação de métodos é uma atividade de cooperação que se faz por etapas. Didaticamente podem se desdobrar em sete passos: (1) formulação do objeto ou da pergunta referencial que vai guiar todo o processo; (2) elaboração dos indicadores; (3) escolha da bibliografia de referência e das fontes de informação; (4) construção dos instrumentos para a coleta primária e secundária das informações; (5) organização e realização do trabalho de campo; (6) análise das informações coletadas; (7) elaboração do informe final.

♦ Para a *formulação do objeto ou da pergunta principal*, é importante que os profissionais de várias disciplinas estejam juntos. Juntos determinam também os objetivos gerais e específicos do trabalho, a elaboração de um cronograma, os ajustes administrativos e as formas de solução de conflitos e problemas que sempre surgirem. Nesta etapa de definições, fazem-

se os acertos relativos às divisões de trabalho, às coordenações, aos espaços, aos ritmos e às abordagens. Em seguida, se discutem os conceitos principais a serem trabalhados: os que atravessam as áreas de conhecimento e os que têm sua abordagem restrita a determinada área disciplinar.

♦ A segunda tarefa prática é a criação dos *indicadores*, etapa que deve reunir, outra vez, toda a equipe de pesquisa e os grupos a serem avaliados, buscando-se decidir em conjunto os mais pertinentes, os que foram levados em conta na ação a ser avaliada, o valor que será dado a cada um e os critérios para julgá-los. O processo de construção de indicadores faz parte essencial das mediações entre a pergunta central e os instrumentos de pesquisa. A equipe de investigação deve antecipar o encontro coletivo, elaborando e apresentando sua proposta sobre o assunto e abrindo uma ampla discussão sobre ele. O lugar dos indicadores corresponde ao que Kant denominou em sua matemática transcendental, *a síntese entre o pensamento e a realidade* (1980, p. 123), ou o que Samaja chama *representação de um procedimento* (1993, p. 166). Segundo este autor, todo dado científico vincula um conceito com o que está acontecendo na realidade a ser avaliada, mediante a execução de um procedimento aplicado a uma ou mais dimensões consideradas observáveis do dito conceito. Os indicadores no caso da triangulação de métodos devem ser contextuais, relacionais e de medição da ação em si (absolutos). Por isso precisam conter, em si, duas propriedades: primeiro, que sejam observáveis e, segundo, que permitam criar procedimentos para observá-los. Em síntese, um indicador deve permitir medidas quantitativas ou qualitativas, heurísticamente úteis para a intervenção. O momento de elaboração de indicadores é de fundamental relevância para o grupo, pois oferece a oportunidade de se alinhar conceitos que, geralmente, estão na cabeça dos vários participantes, mas não têm o mesmo significado para todos. Sua nomeação e clarificação permitem um estreitamento interdisciplinar e até transdisciplinar,

uma vez que se tornam unidades construídas coletivamente e sob vários ângulos de consideração.

♦ O terceiro passo consiste na definição das *fontes de informação*, de tal forma que cada indicador selecionado possa ser conhecido teoricamente e na sua expressão concreta. As fontes são os diferentes atores sociais (formuladores institucionais, gestores, técnicos, população atendida, financiadores), os documentos instituidores e históricos, os instrumentos operacionais, os relatórios porventura existentes sobre o grupo em estudo e outros. Mas deve-se considerar também a leitura de bibliografia que possa compor o campo semântico do tema específico da pesquisa, buscando tornar comuns a todos os participantes os conceitos centrais, os objetivos, os indicadores e estudos mais ou menos semelhantes e os contextos de âmbito institucional, nacional e internacional em que o problema se coloca.

♦ A definição e a *elaboração dos instrumentos de investigação* constituem uma tarefa técnica de responsabilidade dos investigadores. Tendo em vista o objeto, os objetivos e os indicadores, os instrumentos de pesquisa empírica devem ser elaborados por meio de equipes organizadas disciplinarmente, como se fossem subprojetos que se interligassem e contivessem a parte e o todo, de forma peculiar a cada um deles. As abordagens quantitativas e qualitativas exigem teoria e métodos próprios e se prestam a fins de natureza diferenciada: as primeiras visam a dimensionar e a quantificar os dados de processo ou de resultado. E as segundas são apropriadas para aprofundar a história; captar a dinâmica relacional de cunho hierárquico, entre pares ou com a população; compreender as representações e os símbolos e dar atenção, também, aos sinais evasivos que não podem ser entendidos por meios formais.

Na construção dos vários instrumentos, é preciso que no mínimo sejam contemplados: a cobertura do objeto em estudo no que se refere ao grupo-alvo atingido; à implementação das ações previstas; ao ambiente organizacional e ao envolvimento

mento dos atores. Geralmente o subgrupo responsável pela abordagem qualitativa deve elaborar vários instrumentos, cada um sendo destinado a atores específicos. Esse momento de separação formal dos subgrupos não impede encontros e trocas de idéias informais. O importante é que as atividades peculiares aos subconjuntos redundem em reuniões coletivas com o objetivo de socializar, criticar e adequar os instrumentos construídos por ambos os lados, ante a pergunta inicial que provocou o processo de investigação.

♦ O momento do *trabalho de campo* beneficia-se de etapas preparatórias para ajustamento de conceitos, indicadores e instrumentos. Ele precisa, para seu êxito, contar com alguns antecedentes: (a) é bastante funcional que a equipe de avaliação possa contar com uma assessoria ou com coordenação executiva. Sua função é administrar os cronogramas de trabalho e as agendas de todos os atores sociais envolvidos, programando reuniões, entrevistas, grupos focais, respostas a questionários, disponibilização de material, de espaços e outros. A experiência mostra que a realização de uma pesquisa interdisciplinar exige uma boa dose de trabalho de gestão que, quanto mais bem conduzido, mais favorece o bom desempenho de todos; (b) os investigadores de campo precisam compreender a pesquisa, seu escopo, seus objetivos. Devem ser treinados para o adequado relacionamento com o ambiente e as pessoas, para a observação e para a aplicação dos instrumentos. Ou seja, quando chega ao local da pesquisa, o investigador deve ter poucas dúvidas quanto aos procedimentos a serem realizados e sobre como conduzir as interações com as pessoas. Um processo de investigação é uma ação muito delicada, como já foi dito em vários momentos deste livro, uma vez que muitos interlocutores se crêem julgados e confrontados com as perguntas e os receios quanto aos desdobramentos de sua fala e da observação que o pesquisador faz de seu ambiente. É fundamental que os trabalhadores de campo sejam pessoas com experiência, formação, sensibilidade e capazes de mediar conflitos.

♦ A *análise das informações* recolhidas recebe os influxos do êxito ou dos problemas das etapas anteriores. Por isso, a experiência em pesquisa recomenda que cada passo do processo seja cuidadosamente preparado e realizado. Do ponto de vista operacional, esta etapa consiste na ordenação dos dados, na sua classificação e na análise propriamente dita conforme já tratado no capítulo anterior. O pesquisador precisa comparar os objetivos gerais e específicos e os resultados, analisar o uso dos recursos metodológicos, dimensionar as metas estabelecidas para cada etapa do processo e as relevâncias de seus dados quantitativos e qualitativos.

Trabalhando-se com triangulação de métodos, está previsto que as operações já mencionadas sejam realizadas, primeiro separadamente. Os que utilizam questionários, de acordo com o desenho e o modelo adotados, passam a tabular, a digitar, a categorizar, a produzir estatísticas simples e cruzamentos, chegando, aos poucos, a análises capazes de transformar em números, indicadores trabalhados na pesquisa. Quem faz análise qualitativa, passa a separar as diferentes modalidades dos instrumentos aplicados e dos materiais históricos e institucionais recolhidos. Numa dinâmica de leitura que vai do campo para as categorias analíticas, que cria e resalta categorias empíricas, estabelece as bases compreensivas da unidade reflexiva que é seu objeto ou pergunta inicial.

Depois dos trabalhos analíticos específicos, são necessários vários encontros da equipe multidisciplinar, visando à compatibilização entre informações quantitativas e qualitativas, e análises de todo o material primário e secundário. A busca de diálogo entre disciplinas e abordagens tem a finalidade de produzir um informe único que deve refletir, não informações justapostas, mas o intercâmbio de teorias e métodos em favor do esclarecimento e do aprofundamento dos vários aspectos da realidade.

♦ A elaboração do *informe final* merece atenção especial. Ele deve conter sucintamente: o objeto de estudo; os objeti-

vos; uma síntese teórica dos conceitos principais que informam as análises; as metodologias de abordagem; a contextualização; a descrição dos vários processos estudados sob a perspectiva de todos os atores; a síntese contendo o *concreto pensado* em forma de resultados e as conclusões.

O informe ou relatório não é e nunca será, na concepção da triangulação, um somatório de resultados disciplinares. É uma construção do coletivo de pesquisa, em forma de síntese. Nele poderão existir capítulos mais históricos, outros de base mais estatística, outros que dão ênfase à elaboração de significados, mas cada um vem iluminado pela contribuição dos outros.

Avanços importantes na área de conhecimento podem ocorrer por meio da *triangulação de métodos* quando uma equipe de pesquisadores aceita o desafio de um trabalho cooperativo. Do ponto de vista teórico-prático, o sucesso desse processo reside em três posturas opostas e complementares: (1) profundo respeito aos campos disciplinares; (2) relativização da visão fragmentada de cada um deles; (3) capacidade dialógica dos pesquisadores ante propostas teóricas e metodológicas diferentes e com os sujeitos que atuam no mundo da vida.

A triangulação não inviabiliza o desenvolvimento de teorias, análises e publicações próprias ao campo de conhecimento de cada pesquisador. O que se sabe por experiência é que a produção disciplinar, resultante da experiência de triangulação, que compartilha as reflexões de outras áreas, nunca será igual ao fruto do esforço monológico do investigador individual e solitário. Nessa proposta, independentemente da área específica de cada um, todos recebem o influxo da interfertilização de saberes que, em certa medida, durante o processo de produção do conhecimento, rompem barreiras epistemológicas, teóricas e práticas.

### Capítulo 13 SOBRE VALIDADE E VERIFICAÇÃO EM PESQUISA QUALITATIVA

A PROBLEMÁTICA DA *validade* e da *verificação* nas Ciências Sociais foi levantada, em primeiro lugar, pelo positivismo sociológico, mas é uma discussão que ocorre em todas as correntes teóricas, pois todas se perguntam a respeito da cientificidade da produção intelectual. A crítica interna e a crítica externa constituem o motor de desenvolvimento da ciência sempre que um tema estabelecido para estudo se transforma em produto da investigação. Como se pode garantir uma adequação entre o pensamento sobre a realidade e a própria realidade? E no caso da pesquisa qualitativa a indagação se coloca dessa forma: até que ponto o investigador conseguiu compreender a lógica interna do grupo estudado ou dos textos analisados? Tais perguntas são inevitáveis e fundamentais dentro do campo científico, embora a produção intelectual seja sempre um ponto de vista a respeito do objeto.

Os critérios de coerência, consistência, originalidade e objetividade resumem o marco da crítica interna da investigação científica em geral (Demo, 1981) e, também, para a investigação qualitativa, para a qual alguns requisitos a mais devem ser considerados. Início definindo os critérios gerais.

- Por *coerência* se entende a propriedade de um discurso logicamente construído, tanto no sentido teórico quanto no

desdobramento de todas as suas etapas de investigação. Este é um critério formal que coloca parâmetros para que os passos de uma pesquisa se articulem em seu desenvolvimento, impedindo atividades meramente especulativas ou empiristas.

♦ *Consistência* é a própria qualidade argumentativa do discurso, que pode ser definida pela sua capacidade de resistir ao contraditório, permitindo adquirir um lugar no conjunto da produção científica. A consistência é geralmente afiançada por uma boa revisão bibliográfica que permite o levantamento de hipóteses e pressupostos plausíveis, evitando que o pesquisador “invente a roda” em relação a temas já em processo de reflexão e questionamento.

♦ *Originalidade* se mede pela contribuição nova que uma pesquisa traz. O termo tem sido objeto de muitas controvérsias ante a pergunta freqüente, sobretudo para quem faz ou orienta uma tese: o que é original? Do meu ponto de vista, a não ser em casos excepcionais de mudança de paradigma em que a “novidade” é total, podem ser considerados originais trabalhos inovadores, mesmo os exploratórios que abrem novos campos de investigação; ou os que analisam determinados aspectos de um problema, respondendo a questões ainda não respondidas; ou os que fazem avançar o conhecimento do ponto teórico ou de forma de abordagem. Por exemplo, pode ser original um conjunto, um *kit* metodológico que viesse contribuir como modelo metodológico novo.

♦ Por *objetivação* se compreende a consecução da melhor aproximação possível do tema de pesquisa. Substituindo o termo *objetividade*, impossível de ser alcançada por todos os argumentos já tratados neste livro, a *objetivação* é o resultado da interação entre teoria, método e criatividade do pesquisador diante do objeto. Esse conjunto de movimentos se une na qualidade do produto final, de forma que o resultado da pesquisa reflita a compreensão mais cabal possível da realidade e uma interpretação “pensada”, contextualizada e complexa. A *objetivação* define o próprio movimento investigativo que,



embora não consiga reproduzir a realidade, está sempre em busca de maior aproximação. Ela significa, de um lado, o reconhecimento de que a idéia de "objetividade" e "verificação" é construída e dirigida, pois o próprio campo em que essas idéias surgem é também terreno de questionamento do que se verifica. De outro lado, o princípio de *objetivação* sugere também a crença na necessidade permanente de um diálogo crítico entre o investigador e seu objeto, sabendo que ambos compartilham a mesma condição histórica e os mesmos recursos teóricos.

É relevante observar, como mostrei em todos os capítulos deste livro, como as diferentes correntes de pensamento apresentam a questão da fidedignidade. Iniciei com positivismo clássico que responde à questão da validade e da verificação com a exigência de rigor posta no método e nas técnicas de "captação" da realidade. Como o termo *captação* sugere, o pressuposto básico dessa corrente é de que o objeto se impõe ao sujeito que deve procurar a melhor forma de retratá-lo. No mesmo sentido, a *verificação* se realizaria mediante a observação empírica que, se puder ser repetida e comprovada por várias vezes, independentemente do sujeito, será reconhecida como "objetiva". Essas disposições propostas pelo positivismo lhe permitiram desenvolver inúmeras técnicas de coleta de dados e instrumentais de interpretação hoje socializadas e apropriadas por outras linhas teóricas, como são os estudos de caso-controlé, da codificação, da amostragem representativa, do uso do questionário padronizado, dos instrumentos de processamento de dados, das análises de conteúdo e da construção de bancos de dados. Essas criações se transformaram num acervo importante do campo da investigação empírica.

Atualmente, porém, o avanço do debate sobre os critérios de cientificidade tem abalado a segurança dos instrumentos positivistas. Popper (1973), por exemplo, questiona os critérios tradicionais de validade do conhecimento, pois, do seu ponto de vista, nenhuma hipótese é verificável, uma vez que

a acumulação de casos afirmativos não pode sustentar uma generalização teórica. Para esse autor, a comparação lógica entre as conclusões, a comparação entre várias abordagens teóricas e, finalmente, os testes por meio da aplicação empírica das conclusões são os procedimentos mais importantes para se provar a validade de uma investigação. Em sua proposta epistemológica, Popper (1973, p. 44) substitui o termo *verificação* por "falsificabilidade". Pois, como argumenta, o avanço da ciência não ocorre pela acumulação de casos positivos. E sim, pela capacidade de se mostrar os casos que negam as teorias consagradas. A "objetividade" não é sequer uma questão para Popper (1973) assim como não existe, para o autor, nenhuma teoria evidente, uma vez que a certeza científica é sempre provisória, à espera de descobertas que possam mostrar que as anteriores são "falsas".

O grande filósofo da ciência, Bachelard (1971), da mesma forma que Popper, diz que os critérios de validade e de verificação próprios do positivismo devem ser subvertidos para se pôr em seu lugar a "tese do primado do erro". Para esse autor, admitir o erro é a própria condição de cientificidade de uma teoria, pois caso contrário essa teoria seria um conjunto de dogmas. A renovação científica se processa pela *certeza da incerteza* daquilo que afirma, da sua colocação em xeque, por meio de uma crítica interna irrestrita. Bachelard argumenta que os maiores obstáculos epistemológicos são as verdades reconhecidas como tal, e propõe o julgamento intersubjetivo das descobertas: "A verdade só ganha seu pleno sentido ao fim de uma polêmica. Não poderia haver assim verdade primeira. Não há senão erros primeiros" (1971, p. 50).

Popper erige a *intersubjetividade* como procedimento fundamental de crítica e julgamento científico: "Direi que a objetividade dos enunciados científicos reside no fato de que eles possam ser intersubjetivamente submetidos a testes" (1973, p. 41). O critério intersubjetivo da crítica é também assumido por autores marxistas como Goldmann, que insiste no "tra

balho científico como um fenômeno social que supõe a cooperação de numerosos esforços individuais" (1967, p. 23). A diferença entre os marxistas, Popper e Bachelard é que, para os últimos, a crítica é o critério central do método, ao passo que, para os primeiros, a crítica é também a alma da teoria.

A submissão do produto do conhecimento à interface das discussões significa que a verdade (sempre provisória) é o resultado dos processos de conhecimento cumulativos (critério quantitativo), em que a pluralidade de perspectivas permite lançar diferentes focos de luz nos pontos obscuros a respeito do objeto em questão. Mas também de ruptura, pela qual uma nova proposta surge (critério qualitativo). Esse último movimento significa mais avanços que os primeiros.

É necessário também esclarecer que aceitar o "primado do erro", como propõe Bachelard, não significa permissividade quanto aos aspectos lógico-formais do trabalho científico. Muitos erros em pesquisa são evitáveis, metodologicamente falando, pois constituem frutos de incursões ideológicas, argumentos truncados, informações incorretas e estudos apresados. O erro "inevitável", do qual Bachelard (1971) faz o elogio e considera motor do conhecimento, é o contrário da certeza ingênua e está colocado como condição do processo e da postura científica que reconhece o caráter aproximado do conhecimento.

Nas abordagens compreensivistas, a questão da verificação e da fidedignidade também é vista de forma diferente do positivismo clássico. Partindo do princípio de que o ato de compreender está ligado ao universo existencial humano, essas correntes de pensamento não admitem que sejam fixadas leis univocamente para se produzir generalização e verdade. A maneira de abrir o conhecimento para o universo que é sempre polissêmico, é permitir a entrada de outras interpretações. Por abranger exatamente o mundo da cultura, é nele que se pode observar, como diz Stein, "uma espécie de desvio da univocidade e da transparência do discurso" (1987, p. 48).

Vários autores propõem que é através da *comparação* que se torna mais universal o saber sobre determinado grupo cultural. A comparação entre várias abordagens sobre a mesma realidade empírica pode então ser considerada como um recurso fundamental para garantir maior fidedignidade e até mais universalidade ao conhecimento. Do ponto de vista técnico, certos autores como Denzin (1973) propõem a vigilância interna através da *triangulação* de perspectivas, como prova eficiente de validação. A "triangulação"<sup>1</sup> consiste na combinação e cruzamento de métodos, de múltiplas técnicas de abordagem, de coleta de dados, de vários pontos de vista de pesquisadores em trabalho conjunto e de várias críticas elaboradas sobre um mesmo resultado de pesquisa. A proposta de *triangulação* consagra tanto a crítica intersubjetiva como a comparação, embora os interacionistas simbólicos (Denzin, 1973) utilizem o termo principalmente para se referirem ao uso de todas as estratégias possíveis visando à compreensão do objeto. Sobre o uso da triangulação como meio de validação existem controvérsias. Spink (1993; 1994), por exemplo, considera que o termo deveria ser utilizado apenas para se referir a maior enriquecimento e aproximação dos objetos de estudo.

Kirk & Miller (1986) distinguem três tipos de validação que podem ser apropriados na pesquisa qualitativa: (1) a primeira seria a *quixotesca* ou meramente repetitiva quando o mesmo instrumento gera sempre o mesmo tipo de informação; (2) a segunda seria a *diacrônica*, que acompanha a estabilidade de um objeto de estudo na linha do tempo; (3) e a terceira, a fidedignidade *sincrônica* pelo uso simultâneo de vários instrumentos de observação.

Na perspectiva marxista, a questão da validade do conhecimento é tratada como um problema da prática:

---

<sup>1</sup> Neste estudo o termo *triangulação* está sendo utilizado para designar não apenas várias perspectivas de abordagem e de crítica como também, da combinação entre métodos quantitativos e qualitativos, o que vem descrito no Capítulo 12 deste livro.

A resolução da antítese teórica só é possível de uma forma prática, em virtude da energia prática do homem. Sua resolução não é, portanto, apenas um problema de compreensão, mas um problema real da vida que a filosofia não poderia resolver, precisamente porque considera tal problema simplesmente teórico (Marx, 1973, p. 141).

Nas *Teses sobre Feuerbach*, a prática aparece como fundamento do conhecimento na tese n.º 1, como critério de verdade na tese n.º 2 e como finalidade do conhecimento na tese n.º 3 e na n.º 11. Na *tese n.º 1*, Marx critica os idealistas que tomam a realidade como objeto de contemplação e não como atividade humana, construção histórica e práxis. Para ele, conhecer é conhecer objetos que integram o ser humano com o mundo e com a natureza. Portanto, a tese n.º 1 defende que a prática é o fundamento e o limite do conhecimento e do "objeto humanizado" (porque mediado pelo ser humano, o pesquisador) que como produto da ação é, também, objeto de conhecimento (Marx, 1973).

Na *tese n.º 2*, Marx ressalta a prática como critério para se verificar se determinados pensamentos pertencem ou não à realidade objetiva. A concepção da prática como critério de verdade, em Marx, opõe-se à concepção idealista de que a teoria tem em si mesma, internamente, formas de estabelecer critérios de verdade, como a concepção positivista propõe. Esta, no entanto, é uma tese bastante polêmica porque ela não inclui diretamente a explicação do que Marx considera "prática". Autores como Vázquez interpretam a idéia exposta na tese n.º 2, dizendo que "é na ação prática sobre as coisas que demonstramos se nossas conclusões teóricas a respeito delas são verdadeiras" (1968, p. 157). O autor adverte que é preciso evitar interpretar essa relação entre verdade e prática num sentido pragmático, como se a verdade ou a falsidade fosse determinada pelo êxito ou pelo fracasso de uma ação.

Nas teses n.º 3 e n.º 11, Marx rechaça o papel apenas contemplativo da teoria e chama atenção para o dinamismo do conhecimento que só tem sentido como possibilidade de transformação da realidade, não devendo, pois, ser tratado nem somente como teoria e nem somente como prática, mas como união indissolúvel de ambas na práxis. A tese n.º 3, sobretudo, reafirma o caráter complexo e interativo do que deve ser conhecido e transformado em objeto de ação pedagógica:

A doutrina da transformação das circunstâncias e da educação, esquece que as circunstâncias têm de ser transformadas pelos homens, e que o próprio educador tem que ser educado (Marx, 1984, p. 11).

O conceito da "prática" recebe várias interpretações e é objeto de controvérsias entre os marxistas. Por exemplo, Lênin (1965) afirma que o ponto de vista da práxis deve ser o primeiro, o básico do conhecimento. Porém, acrescenta que o critério da práxis não pode provar ou refutar totalmente uma representação humana qualquer e, portanto, nem uma representação científica, uma vez que a imprecisão da prática dificulta a reflexão sobre sua veracidade.

Bottomore et al. (1988) comentam que o termo *práxis* em Marx, ora parece referir-se à essência livre e criadora da atividade humana e outras vezes se restringir ao campo político, econômico e ético e, por vezes, sugerir que a própria teoria deva ser vista como uma das formas da práxis. Althusser emprega a expressão *prática teórica* para falar da "prática específica que o investigador exerce sobre um objeto próprio e leva a um produto próprio: o conhecimento" (1966, p. 68). Analisando a produção científica como qualquer atividade humana produtiva, esse autor diz que a atividade intelectual é: "processo de transformação de uma matéria-prima dada num dado produto, transformação que se leva a cabo através de determinado

trabalho humano, usando meios de produção determinados" (1966, p. 67). Para Althusser,

As ciências não têm necessidade de verificação por práticas exteriores para declarar "verdadeiros" ou seja, *conhecimentos*, os conhecimentos que elas produzem. Elas mesmas conferem o critério da validade de seus conhecimentos (1966, p. 75).

Diferentemente de Althusser, Vázquez (1968) acredita que o termo *prática*, do modo como é utilizado por Marx, não pode ser generalizado e nem usado (no seu sentido transformador) para se referir à "prática teórica" porque essa atividade não modifica realmente o mundo. A seu ver, o conceito criado por Marx diz respeito à "transformação objetiva e real do homem e da natureza" (Vázquez, 1968, p. 202). Porém, esse mesmo autor defende que uma teoria só pode estar mediando a transformação e encontrar seu critério de verdade, se permanecer exatamente como teoria, possuindo um conteúdo cuja riqueza de consistência possa iluminar a prática.

Em *Dialética do Concreto*, Kosik trabalha o conceito de *práxis* com base em uma concepção diferente dos autores marxistas citados. Para ele, "a práxis é a esfera do ser humano, ela é a própria criação humana como realidade objetiva" (1969, p. 201). Portanto a "prática" não pode ser pensada apenas como uma atividade humana exterior ao indivíduo. Ele a distingue do conceito de *trabalho*, porque, comenta, ela compreende, além do momento laborativo, o momento existencial:

Ela se manifesta tanto na atividade objetiva do homem que transforma a natureza e marca com o sentido humano os materiais naturais, como na formação da subjetividade humana, na qual os momentos existenciais como a angústia, a náusea, o medo, a alegria, o riso e a esperança não se apresentam como experiência passiva, mas como

parte da luta pelo reconhecimento, isto é, do processo de realização da liberdade humana (Kosik, 1969, p. 204).

O foco reflexivo de Kosik em relação à questão do conhecimento é o próprio ser humano dentro de uma perspectiva circular: "o homem só conhece a realidade na medida em que ele cria" (1969, p. 22). Mas esse processo de criação é algo interior, à medida que o sujeito se apropria prática e espiritualmente do mundo "como um todo indivisível de entidades e de significados" (1969, p. 24). Portanto, para esse autor, o conhecimento representa dois modos humanos de apropriação: o subjetivo e o objetivo:

O processo de captação e o descobrimento do sentido das coisas são ao mesmo tempo *criação* no homem do correspondente sentido dessas coisas. São os mesmos sentidos por meio dos quais o homem descobre a realidade e o sentido dela criando um produto histórico-social (Kosik, 1969, p. 23).

Para Kosik, portanto, a coerência e a crítica interna do trabalho científico são colocadas como um processo indivisível dentro da construção do conhecimento, a partir dos seguintes momentos: (a) superação da pseudoconcreticidade, da fetichista e aparente objetividade dos fenômenos, para se proceder à busca do que denomina "autêntica objetividade"; (b) compreensão do caráter histórico do fenômeno que manifesta a dialética entre o individual e o social; (c) desvendamento do conteúdo objetivo e do significado do fenômeno em estudo, de sua função e do seu lugar histórico na totalidade social.

Kosik conclui a reflexão sobre *validade do produto do conhecimento* com uma crítica, dizendo que seria uma "má totalidade" (1969, p. 52) a que entendesse a realidade social apenas sob a forma de objetos, resultados e fatos já dados e não



incluísse a análise da subjetividade na práxis humana objetivada. Para esse autor, a problemática da prática não é explicável pela sua oposição à teoria ou à contemplação. Mas, ela só pode ser compreendida dentro da realidade humano-social. Portanto, nenhuma verdade da ciência deveria ser tomada como *dado*, ou como objeto externo aos sujeitos e externamente verificável ou contemplável.

Aceitar o aporte marxista para o processo de “verificação” não pode significar o menosprezo dos instrumentais de outras abordagens que buscam a objetivação do conhecimento. É, porém, a superação dialética do positivismo, na medida em que o marxismo coloca, no interior da construção da ciência, as condições de prova de sua validade e fidedignidade. Nesse sentido, se valorizam a crítica intersubjetiva, as comparações e triangulações, sempre levando em conta o processo dialético entre o lógico e o sociológico, entre o sentido subjetivo contido na objetividade e o sentido objetivo da criação subjetiva: “A práxis do homem não é a atividade prática contraposta à teoria: é a determinação da existência humana como elaboração da realidade” (Kosik, 1969, p. 202).

Em resumo, ao finalizar um processo de análise, um investigador conclui um trabalho no qual deve ter exercitado uma crítica permanente com relação à cientificidade de sua produção. Isso é feito por meio de critérios internos de coerência, consistência, originalidade e de objetivação; e de critérios externos, que podem se constituir nos argumentos de autoridade da ciência, no exercício da intersubjetividade. Esse último aspecto é hoje, e cada vez com mais intensidade, o responsável por uma série de procedimentos como o de pareceristas para artigos e livros que serão publicados e o de bancas de dissertações, teses e monografias, procedimentos esses que reafirmam os elementos cooperativos e críticos da produção do conhecimento.

Para que a “objetivação” se realize em todo o seu potencial, cada passo da pesquisa — a definição do objeto, os obje-

tivos, as hipóteses, o marco teórico e metodológico, as estratégias operativas e as três etapas da análise — deveria ser submetido aos critérios internos e, quando possível, aos externos de validação. Uma boa pesquisa não pode resumir-se numa boa análise realizada pelas técnicas mais avançadas que existem.

## CONCLUSÃO

PROCUREI, NESTA NONA EDIÇÃO DE *O Desafio do Conhecimento*, fazer uma revisão bastante radical em relação às oito anteriores, embora conservando a estrutura e as intenções do texto: apresentar aos leitores um livro que contivesse uma visão, ao mesmo tempo, crítica do conceito e das práticas de metodologia e uma proposta prática e operacional. Nos dois casos, mostrando-lhes as implicações da escolha. Evidenciei que cada passo e cada procedimento, histórica e teoricamente, vêm de uma tradição de pesquisa e é bom saber disso ao adotá-los. Mas, por vezes, meu trabalho beira a um manual, o que é proposital, uma vez que foi escrito para os estudiosos da área da saúde, geralmente pouco familiarizados com o linguajar e com os instrumentais das ciências sociais.

Acrescentei vários temas às edições anteriores, especialmente, os seguintes pontos: (a) uma reflexão sobre as teorias sistêmicas e sobre o quanto o pensamento complexo é produtivo para se pensar e fazer saúde; (b) uma discussão mais aprofundada sobre abordagens quantitativas e qualitativas e (c) um capítulo sobre triangulação de métodos. Hesitei sobre este último aspecto, sobretudo porque nele eu não pude separar cada passo como foi a lógica de todo o texto. Venceu a

vontade de colaborar com o número cada vez maior de estudantes e estudiosos que buscam combinar as duas abordagens tão importantes para quem trabalha no setor saúde. O texto sobre triangulação de métodos quantitativos e qualitativos pode ser considerado uma crítica a mim mesma, por causa de um pensamento bastante tímido sobre o assunto no primeiro livro. Uma seqüência de atividades de pesquisa, junto com epidemiologistas, me levou a uma proposta muito mais clara e consistente. Também tratei com muito mais profundidade o texto sobre "hermenêutica e dialética", apresentando este caminho de pensamento como bastante produtivo para se pensar e analisar os aspectos sociais da saúde.

Ao aprofundar a epistemologia e as linhas de pensamento, tentei retirar o caráter apenas técnico usualmente apresentado nos manuais de metodologia, assim como demonstrar que todo dispositivo técnico tem como pressuposto uma teoria e, por isso, está vinculado a pressupostos de uma visão social de mundo. Isso não é diferente na área da investigação em saúde porque ela compartilha os mesmos problemas teórico-metodológicos que absorvem a atenção dos cientistas sociais e dos filósofos da ciência.

Busquei mostrar que, do ponto de vista do conhecimento, saúde é um objeto tão inatingível quanto qualquer objeto social; que dele os cientistas e profissionais têm um conhecimento aproximado, proveniente de esquemas teóricos que por seu caráter peculiar, projetam luz sobre determinados aspectos e ocultam outros; que também a razão que o conhece — e não apenas a realidade social objeto do conhecimento — é dinamicamente histórica e que a ciência da saúde não é "um sistema contido e detido numa ordenação intemporal de princípios estabelecidos e estabilizados" (Melo e Souza, 1987, p. 52); que não existe nenhuma evidência nos fenômenos sociais do campo da saúde: nada é dado, tudo é construído, inconcluso e superável; que a realidade aí encontrada como todo o social é infinitamente mais rica, mais dinâmica, mais

complexa do que qualquer discurso científico sobre ela; e que a ciência que aborda qualquer realidade social, também a da saúde e da doença, não a captura, ela apenas indica a direção e a organização intelectual, segundo a qual se pode ter maior certeza na aproximação.

Tentei revelar também o caráter comprometido entre o sujeito e o objeto da investigação, nos mais diferentes aspectos, relação que se torna particularmente evidente no caso da saúde, no qual as questões tratadas afetam de forma tão essencial a todas as pessoas, ou seja, tanto os investigadores como seus interlocutores. O reconhecimento da construção do objeto como tarefa humana, histórica, solidária, complexa, aproximativa, descontínua e inacabada também diz respeito à construção do sujeito. O pesquisador das questões da saúde não está fora da realidade que investiga. O real que ele conhece é o que ele realiza, e sua objetividade é uma construção que se dialetiza no processo de objetivação e subjetivação. Não somente o objeto é por ele construído, mas ele próprio se constrói no labor da pesquisa.

Há uma polaridade complementar entre o cientista e o seu objeto, de tal forma que suas formulações objetivas correspondem a seu processo e formulação subjetivos. Daí que "toda constatação por mais rigorosa que seja se passa no interior de uma consciência e se encontra, por isso, sendo um fato subjetivo ligado a um processo de equilíbrio orientado para um fim" (Goldmann, 1972, p. 18). As questões do investigador fazem a mediação entre o objeto e ele próprio, de tal forma que o conhecimento que persegue é ao mesmo tempo retificação de seu saber e de si mesmo; é o reconhecimento de seus limites e seu mobilizador para ultrapassá-los. "A tomada de consciência que passa do vivido ao pensado não termina o conhecimento, ela faz parte dele, pois o estabelecimento dos conceitos não anula a dimensão e a incursão do imaginário" (Canguilhem, 1972, p. 55). Isso leva a concluir que qualquer discurso teórico não é a revelação total da reali-

dade, é a realização de um possível ao sujeito, sob condições histórico-sociais dadas: o objeto construído anuncia e denuncia o sujeito que o constrói: ela é a exteriorização de sua interioridade, do seu tempo, do seu meio, de suas questões, de sua inserção de classe.

O reconhecimento da polaridade complementar entre sujeito e objeto me levou também a demonstrar a necessidade do esforço de objetivação, ou seja, a busca de minimizar as incursões do subjetivismo e do espontaneísmo pelo compromisso interno de discussão teórico-metodológica e pelo compromisso social de submeter qualquer abordagem aos critérios da prática. A compreensão teórica das complexas relações e correlações que configuram a saúde e a doença como objeto científico exige a elaboração de um conjunto de conceitos, de métodos e de técnicas adequados a ultrapassar o empirismo, a ilusão da transparência, as percepções, as intuições e os preconceitos.

Os critérios de validade interna do conhecimento que passam pelos caminhos do debate teórico e técnico devem permanentemente ser permeados pelas questões que a prática social no campo da saúde suscita. A relação dialética entre o esforço lógico e os compromissos sociais desde a definição do problema de pesquisa até o produto provisório gerado no processo do conhecimento e sua adequação às práticas do setor, é o parâmetro principal da objetivação. Porém, em nenhum momento a objetividade exclui o sujeito e sua historicidade, sua formação, seus interesses e suas questões. Incluí-lo como condição do conhecimento faz parte da visão mais totalizante do processo científico.

No quadro geral das abordagens em ciências sociais, privilegiei nesta obra, as chamadas "Metodologias Qualitativas", principalmente pela importância que possuem na construção do conhecimento sobre saúde, seja no âmbito das concepções, das políticas, ou das práticas dos serviços e institucionais. Como em qualquer processo social, o objeto "saúde/

doença" oferece um nível possível de ser quantificado, mas o ultrapassa quando se trata de compreender dimensões profundas e significativas que não podem ser aprisionadas em variáveis.

Na discussão sobre o "qualitativo", tentei desfazer sua frequente dicotomia com o quantitativo e entre os níveis macro e micro dos fenômenos, entre representação social e base material, entre o valor da imaginação e da razão e, no caso específico da saúde, entre o corpo e a mente. Busquei demonstrar que, sejam eles macro ou micro ou se refiram ao indivíduo ou a um grupo social, os fenômenos referentes à saúde/doença são complexos e o reconhecimento da sua complexidade dinâmica é requisito indispensável para pensá-los cientificamente: não existe nenhuma simplicidade nos microfenômenos, o fato aparentemente mais simples é um complexo de relações e precisa ser contextualizado:

Qualquer situação humana só é caracterizável quando são tomadas em consideração as concepções que os participantes têm dela, a maneira como a experimentam, suas tensões e como reagem a essas tensões assim concebidas. [. . .] O desprezo pelos elementos qualitativos e a completa restrição da vontade não constitui objetividade e sim negação da qualidade essencial do objeto (Mannheim, 1968, pp. 70 e 73).

As representações sociais dos indivíduos e dos grupos, porém, estão pensadas neste livro, em relação às bases materiais que as engendram: de um lado, está o ser humano como produto de sua produção, de tal forma que as estruturas da sociedade criam seu ponto de partida; de outro, está a pessoa como um sujeito que constrói a história dentro das condições recebidas, ultrapassando as determinações e inscreve sua significação por toda parte, em todo tempo e na ordem das coisas. A compreensão qualitativa, tal como a proponho, é

um movimento que reúne a condição original, o movimento significativo do presente e a intencionalidade em direção do projeto futuro. Ela busca, parafraseando Sartre, “a unidade pluridimensional do ato em sua ligação com cada um e com todos” (Sartre, 1978, p. 161), a significação profunda que cada época empresta à palavra, ao gesto e ao produto cultural mais evasivo que é o pensamento humano. Trabalhando com o material simbólico que exterioriza o ponto de vista dos atores sociais — especificamente no que se refere aos sistemas de saúde — tentei mostrar que, seja a partir dos indivíduos, dos grupos ou das classes, a totalidade fundamental se expressa no perene conúbio entre mente e corpo, entre a matéria e espírito; que na aparente simplicidade de uma manifestação sobre saúde, os sujeitos individuais projetam sua visão da sociedade e da natureza, a historicidade das relações e condições de produção inscritas nos seu corpo, sua temporalidade social, seus infinitos culturais, seus fetiches, seus fantasmas e seus anseios de transcendência. Portanto, a pesquisa qualitativa proposta aqui reconhece que o ser humano quando vive seus dramas de saúde e de enfermidade não é apenas um sujeito sujeitado, esmagado e reprodutor das estruturas e relações que o produzem e nas quais ele se constitui. É, ao contrário, um sujeito-autor, um construtor de sentidos e de rumos sobre sua vida e sobre sua morte.

Tentei mostrar que as Metodologias de Pesquisa Qualitativa não constituem em si uma ideologia ou uma corrente de pensamento. Pelo contrário, descrevo-as como componentes das principais linhas teóricas das ciências sociais e, em cada uma delas, os pressupostos e as técnicas estão submetidos a uma organização peculiar. Não existe no livro a demonização de nenhuma proposta. Por exemplo, embora eu critique, reconheço e valorizo a grande contribuição do funcionalismo e da fenomenologia para a criação do instrumental de trabalho de campo e para o olhar “empático” sobre a realidade. Proponho, porém, a abordagem hermenêutico-dialética como a que



me parece deter maior capacidade de reter, ao mesmo tempo, o valor heurístico dos dados e conectá-los com as relações essenciais que não são necessariamente apreendidas através das representações sociais. Quando se trata dos fatos referentes à saúde, as representações sociais precisam ser analisadas de forma contextualizada na totalidade maior — as relações sociais, institucionais, políticas e as condições, situações e estilos de vida — de onde brotam e para onde retornam contribuindo na conformação da realidade. Igualmente, a abordagem hermêutica que compreende e valoriza as homogeneidades e os consensos, faz o contraponto com a dialética que inclui o caráter contraditório, conflitivo e totalizante de qualquer fenômeno ou relação social, também no campo da saúde. Por isso, na peculiaridade da abordagem que preconizo se juntam a razão e a experiência, categorias analíticas e categorias empíricas, mundo natural e mundo social, pensamento e existência, multiplicidade e unidade, exterioridade e interioridade, análise e síntese.

Quanto ao instrumental prático para o trabalho empírico, mostro que a abordagem hermenêutico-dialética não a elaborou. Por isso, proponho um caminho operativo que, penso, consegue dar conta de reter os elementos essenciais da teoria. A construção do conhecimento, a partir desse referencial (em todos os aspectos, e de forma particular, no trabalho com representações sociais), é uma tarefa ainda muito pouco desenvolvida e pouco exercitada, constituindo um desafio para o pesquisador da área da saúde.

Por fim, faço ainda uma última observação sobre os limites deste trabalho. Propus-me a desenvolver uma reflexão teórico-metodológica, visando a uma das possibilidades de abordagem da realidade: as metodologias qualitativas. A recuperação contextualizada desse referencial parte do pressuposto, fundamentado na prática teórica, de que se trata de uma contribuição atualmente importante na área de saúde. Há, em todo o mundo ocidental, um renascer de preocupa-

ções antropológicas ante os grandes interrogantes que a sociedade moderna apresenta aos seus membros. Há, em todas as áreas das ciências sociais, uma tomada de consciência sobre a importância de compreender a complexidade das relações sociais que criam, alimentam, reproduzem e transformam as estruturas, a partir do ponto de vista dos atores sociais envolvidos nessas relações. Isso é uma tarefa de abordagem qualitativa. O estudo que provisoriamente termino, porém, não se pretende exaustivo: é e será sempre um começo de conversa. Dessa forma, cada reflexão aqui desenvolvida deve ser retomada, apropriada pelo leitor, testada e aprofundada: "a verdade só ganha sentido ao fim de uma polêmica. Assim não poderia haver verdade primeira. Só há erros primeiros. A evidência primeira nunca é uma verdade fundamental" Bachelard (1971, p. 52). Nessa busca sem fim, nesse processo inacabado, cheio de contradição e também solidário, nesse terreno que não tem donos e nem limites, eu quis expor meu *significado* e minha *intencionalidade*, propondo o sujeito como autor, sob condições dadas, capaz de retratar e refratar a realidade. DESAFIO DO CONHECIMENTO!

## REFERÊNCIAS

- Adorno, T. W. & M. Horkheimer, M. *Sociologica*. Madri: Taurus, 1991.
- Aleksandrowics, A. M. C. Complexidade e metodologia: um refinado retorno às fronteiras do conhecimento. In: M. C. S. Minayo & S. F. Deslandes (org.). *Caminhos do pensamento: epistemologia e método*. Rio de Janeiro: Fiocruz, pp. 49-82, 2002.
- Aleksandrowics, Ana Maria & M. C. S. Minayo. Humanismo, liberdade e necessidade. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, 10(3), pp. 513-26, 2005.
- Allport, G. W. *The Use of Personal Documents in Psychological Research*. Nova York: Social Sciences Research Council, 1942.
- Almeida Filho, N. *Epidemiologia sem números: uma introdução crítica à ciência epidemiológica*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.
- Althusser, L. *Pour Marx*. Paris: Maspéro, 1965.
- . *Análise crítica da teoria marxista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- . *A crise da crise do marxismo*. 3.ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- Alves, P. C. & M. C. S. Minayo (org.). *Saúde e doença: um olhar antropológico*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1994.
- Alves, P. C. & M. C. M. Rabelo (org.). *Antropologia e saúde. Traçando identidade e explorando fronteira*. Rio de Janeiro: Fiocruz-Relume Dumará, 1998.
- Arouca, A. S. da S. *O Dilema preventivista: contribuição para a compreensão e crítica da Medicina Preventiva*. Doutorado. Campinas: Unicamp, 1975.
- Atlan, H. *Entre le crystal et la fumée. Éssai sur l'organization du vivant*. Paris: Seuil, 1979.

- Atlan, H. L'intuition du complexe et ses théorizations. In: F. Soulié (org.). *Colloque de Cérisy: les théories de la complexité. Autour de l'oeuvre d'Henri Atlan*. Paris: Seuil, pp. 9-42, 1984.
- Bachelard, G. A filosofia do não. In: *Bachelard*. Coleção Pensadores. São Paulo: Abril, 1978.
- Bakhtin, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1986.
- Barbier, R. *A pesquisa-ação na instituição educativa*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- Bardin, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1979.
- Barnett, H. G. *Innovation, the Basis of Social Change*. Nova York: McGraw Hill, 1953.
- Barreto, M. L. & E. H. Carmo. Situação de saúde da população brasileira: tendências históricas, determinantes e implicações para a política de saúde. *Informe Epidemiológico do SUS*, 3 (3/4), pp. 7-34, 1994.
- Becker, H. S. *Métodos de pesquisa em ciências sociais*. São Paulo: Hucitec, 1994.
- Benjamin, P. Interviewing Techniques and Fields Relationships. *Anthropology Today*. Chicago: University of Chicago Press, 1953.
- Berger, P. & T. Luckmann. *A construção social da realidade*. Petrópolis: Vozes, 1973.
- Berreman, G. Por trás de muitas máscaras. In: Alba Zaluar (org.). *Desvendando máscaras sociais*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.
- Bertalanffy, L. *Teoria geral dos sistemas*. Petrópolis: Vozes, 1973.
- . *Teoria geral dos sistemas*. 2.<sup>a</sup> ed. Petrópolis: Vozes, 1968.
- Bohannon, P. J. Conscience Collective and Culture. In: *Essays in Sociology and Philosophy*. Nova York: Harper and Row, pp. 77-96, 1964.
- Boltanski, L. *As classes sociais e o corpo*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- Bonoma, T. V. Case Research in Marketing Opportunities. Problems and Process. *Journal of Marketing Research*, 22 (May), pp. 199-208, 1985.
- Bosi, M. L. M & F. J. Mercado (org.). *Pesquisa qualitativa de serviços de saúde*. Petrópolis: Vozes, 2004.
- Bottomore, T. B. et al. *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.
- Bourdieu, P. *Travail et travailleurs en Algérie*. Paris: Mouton, 1964.
- . *La reproduction. Éléments pour une théorie du enseignement*. Paris: Minuit, 1970.
- . *Esquisse d'une théorie de la pratique*. Paris: Librairie Droz, 1972.
- Bourdieu, P.; J. C. Passeron & J.-C. Chamboredon. *Le métier de sociologue*. Paris: Mouton-Bordas, 1973.

- Breilh, J. *Epidemiología: economía, medicina y política*. Quito: Ediciones de la Universidad Central de Ecuador, 1979.
- Breilh, J. & E. Granda. *Saúde na sociedade*. São Paulo: Instituto de Saúde-Abrasco, 1986.
- Bulmer, M. *Social Policy Research*. Londres: Macmillan, 1978.
- Brasil. *Constituição: República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1988.
- Brasil. Ministério da Saúde. Portaria 96/1996. Regulamenta as Pesquisas Nacionais em Seres Humanos.
- Canesqui, A. M. (org.). *As ciências sociais e a saúde*. São Paulo: Hucitec, 1998.
- Cardoso, R. (org.). *A aventura antropológica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- Carrara, S. *Tributo a Vênus. A luta contra a sífilis no Brasil, da passagem do século aos anos 40*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1996.
- Carvalho, D. M. Epidemiologia, história e fundamentos. In: R. A. Medronho et al. (org.). *Epidemiologia*. São Paulo: Atheneu, pp. 3-14, 2002.
- Castells, M. *End of Millennium* (vol. 2). Oxford: Blackwell, 1998.
- Castells, M. et al. *Epistemologia e ciências sociais*. Porto: Ed. Rés, 1976.
- Cavalcante, F. G. *Pessoas muito especiais: a construção social do portador de deficiência e a reinvenção da família*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003.
- Cicourel, A. *Method and Measurement in Sociology*. 4.<sup>a</sup> ed. Nova York: The Free Press, 1969a.
- . *Theory and Method in Field Research*. In: *Method and Measurement in Sociology*. 6.<sup>a</sup> ed. Nova York: The Free Press, pp. 39-72, 1969b.
- Coffrey, A. & P. Atkinson. *Encontrar el sentido a los datos cualitativos*. Medellín: Contus, 2002.
- Comte, A. Discurso sobre o espírito positivo. *Comte*. Os Pensadores. São Paulo: Abril, pp. 41-115, 1978.
- . Discurso preliminar sobre o conjunto do positivismo. *Comte*. Os Pensadores. São Paulo: Abril, pp. 1978.
- . Catecismo positivista. *Comte*. Os Pensadores. São Paulo: Abril, pp. 221-305, 1978.
- Cooley, C. H. The Roots of Social Knowledge. *American Journal of Sociology*, 32 (July), pp. 59-79, 1926.
- Corbin, J. & L. Strauss. A Grounded Theory Research. In: N. Fielding (org.). *Interviewing*, vol. 4. Londres: Sage, 2003.
- Cordeiro, H. A. *As empresas médicas*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

- Da Matta, R. O ofício do etnólogo ou como ter anthropological blues. In: E. O. Nunes (org.). *A aventura sociológica: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social*. Rio de Janeiro: Zahar, pp. 25-38, 1978.
- Dean, J. P. Participant Observation and Interviewing. In: J. T. Doby (ed.). *Introduction to Social Research*. Pensilvânia: Stockpole, 1954.
- Demo, P. *Metodologia científica em ciências sociais*. 3.<sup>a</sup> ed. São Paulo: Atlas, 1981.
- . *Avaliação qualitativa*. São Paulo: Cortez, 1999.
- . *Introdução à metodologia da ciência*. São Paulo: Atlas, 1985.
- Denzin, N. K. *The Research Act*. Chicago: Aldine, 1973.
- Denzin, N. K. & K. Norman. The Life History Method. In: *The Research Act: a Theoretical Introduction to Sociological Methods*. Nova York: McGraw-Hill, 1977.
- Descartes, R. Discurso sobre o método. *Descartes*. Os Pensadores. São Paulo: Abril, 1980.
- Deslandes, S. F. *Frágeis deuses: profissionais de emergência entre os danos da violência e a recriação da vida*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2002.
- Dilthey, W. *Introducción a las ciencias del espíritu*. Madri: Revista de Occidente, 1956.
- Donnangelo, M. C. Pesquisa na área de saúde coletiva no Brasil — a década de 70. In: Abrasco. *Ensino de Saúde Pública, Medicina Preventiva e Social no Brasil*. Rio de Janeiro: Abrasco, 2 abril, pp. 19-35, 1983.
- Donnangelo, M. C. & L. Pereira. *Saúde e Sociedade*. São Paulo: Duas Cidades, 1976.
- Douglas, M. *Natural Symbols*. Nova York: Pantheon, 1971.
- Duarte, L. F. D. & O. F. Leal (org.). *Doença, sofrimentos, perturbação: perspectivas etnográficas*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1998.
- D'Unrug, M. C. *Analyse de contenu et acte de parole*. Paris: Éditions Universitaires, 1974.
- Durham, E. A pesquisa antropológica com populações urbanas: problemas e perspectivas. In: R. Cardoso (org.). *A aventura antropológica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, pp. 17-38, 1986.
- Durkheim, E. Da divisão do trabalho social. *Durkheim*. Os Pensadores. São Paulo: Abril, pp. 1-70, 1978.
- . As regras do método sociológico. *Durkheim*. Os Pensadores. São Paulo: Abril, pp. 71-156, 1978.
- . O suicídio. *Durkheim*. Os Pensadores. São Paulo: Abril, pp. 166-202, 1978.

- . As formas elementares da vida religiosa. *Durkheim*. Os Pensadores. São Paulo: Abril, pp. 203-45, 1978.
- Eco, U. *Los límites de la interpretación*. Madri: Lumen, 1992.
- Engels, Fr. *La dialectique de la nature*. Paris: Éd. Sociales, 1952.
- . *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. Lisboa-São Paulo: Presença-Martins Fontes, 1977.
- Escorel, S. *Reviravolta na saúde: origem e articulação do movimento sanitário*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1998.
- Fioravante, E. Modo de produção, formação social e processo de trabalho. In: Ph. Gebran (coord.). *Conceito de modo de produção*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, pp. 31-46, 1978.
- Freidson, E. *Profession of Medicine: a Study of Sociology of Applied Knowledge*. Nova York: Dodd Mead, 1971.
- Forget, G. & J. Lebel. An Ecosystem Approach to Human Health. *International Journal of Occupational and Environmental Health*, 7 (2), pp. 3-38, 2001.
- Gadamer, H. *Verdade e método*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- Gajardo, M. *Pesquisa participante na América Latina*. SP: Brasiliense, 1986.
- García, J. Medicina e sociedade: as correntes de pensamento no campo da saúde. In: E. D. Nunes (org.). *Medicina social: aspectos históricos e teóricos*. São Paulo: Global, 1983.
- Garfinkel, H. *Studies in Ethnomethodology*. Nova York: Prentice-Hall, 1976.
- Geertz, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- Giddens, A. *As novas regras do método sociológico*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- Goffman, E. *The Presentation of Self in Everyday Life*. Nova York: Doubleday, 1959.
- . *Asylums. Essays on the Social Situation on Mental Patients and Other Inmates*. Nova York: Anchor Books, 1961.
- . *Strategic Interaction: A Fascinating Study of the Espionage Games People Play*. Nova York: Ballantine, 1975a.
- . *Estigma*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975b.
- Gold, R. Roles in Sociological Field Observations. *Social Forces*, 36 (Mar.), pp. 217-23, 1958.
- Goldmann, L. *Dialética da cultura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.
- . *A criação cultural na sociedade moderna*. Lisboa: Presença, 1972.
- . *Ciências humanas e filosofia*. 8.ª ed. São Paulo: Difel, 1980.
- Gonçalves, R. B. M. *Medicina e história: raízes sociais do trabalho médico*. Mestrado. São Paulo: USP, 1979.

- Goode, W. & P. Hatt. *Métodos em pesquisa social*. 7.<sup>a</sup> ed. São Paulo: Nacional, 1979.
- Goodenough, W. H. Cultural Anthropology and Linguistics. In: Dell Hymes (ed.). *Language in Culture and Society. A Reader in Linguistics and Anthropology*. Nova York-Evanston-Londres: Harper & Row, 1964.
- Gramsci, A. *Concepção dialética da história*. 4.<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.
- Granger, G. *Pensée formelle et sciences de l'homme*. Paris: Aubier Montaigne, 1967.
- Gurvitch, G. *Déterminismes sociaux et liberté humaine*. Paris: Presses Universitaires de France, 1955.
- Habermas, J. Conhecimento e interesse. *Habermas*. Os Pensadores. São Paulo: Abril, pp. 301-12, 1980.
- . *Dialética e hermenêutica*. Porto Alegre: LPM, 1987a.
- . *Conhecimento e interesse*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987b.
- Harrison, T. The Future of Sociology. *Pilot Paper*, Londres, vol. 2, n.º 1, pp. 10-25, 1947.
- Hegel, G. H. F. A fenomenologia do espírito. *Hegel*. Os Pensadores. São Paulo: Abril, pp. 3-71, 1980.
- Herzlich, C. *Santé et maladie*. 2.<sup>a</sup> ed. Paris: La Haye Mouton, 1983a.
- . *Les mots et les maux*. Marselha: Coopérative d'Édition de la Vie Mutualiste, 1985.
- Hugues, J. *A filosofia da pesquisa social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.
- Husserl, E. Elementos de uma elucidação fenomenológica do conhecimento. *Husserl*. Os Pensadores. São Paulo: Abril, 1980.
- IBGE. Estudo Nacional de Despesas Familiares (Endef). Rio de Janeiro, 1974.
- Illich, I. *A expropriação da saúde: nêmesis da medicina*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.
- Joja, A. *A lógica dialética*. São Paulo: Fulgor, 1965.
- Jones, J. & D. Hunter. Consensus Methods for Medical and Health Services Research. *British Medical Journal*, 331, pp. 153-68, 1995.
- Kandel, L. Réflexion sur l'usage de l'entretien, notamment non directif et les études d'opinion. *Epistémologie Sociologique* (13), pp. 25-46, 1972.
- Kant, I. Crítica à razão pura. *Kant* (1). Os Pensadores. São Paulo: Abril, 1980.
- Knauth, D. R. Morte masculina: homens portadores do vírus da aids sob a perspectiva feminina. In: L. F. D. Duarte & O. F. Leal (org.). *Doença, sofrimento e perturbação: perspectivas etnográficas*. Rio de Janeiro: Fiocruz, pp. 183-98, 1998.



- Kirk, J. & J. Miller. *Reliability and Validity in Qualitative Research*. Beverly Hills: Sage, 1986.
- Kosik, K. *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.
- Krueger, R. A. *Focus Groups: a Practical Guide for Applied Research*. Newbury Park: Sage, 1988.
- Kunar, Krishan. *Da sociedade pós-industrial à pós-moderna*. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.
- Lallande, A. *Vocabulaire technique et critique de la philosophie*. Paris: Presses Universitaires de France, 1956.
- Lasswell, H. *The Comparative Study of Symbols*. Stanford: Stanford University Press, 1952.
- Last, J. *A Dictionary of Epidemiology*. Nova York: Oxford University Press, 1983.
- Latour, B. *Jamais fomos modernos*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.
- . *Ciência em ação*. São Paulo: Unesp, 2000.
- Laurell, A. C. Algunos problemas teóricos y conceptuales de la epidemiología social. *Revista Centro-Americana de Ciencias de la Salud*, 3(5), pp. 79-97, 1977.
- . *Proceso de trabajo y salud en Sicartsa*. México: Unam, mimeo, 1986.
- . Para el estudio de la salud en su relación con el proceso de producción. México: Unam, mimeo, abril, 1987.
- . A saúde-doença como processo social. *Medicina e Sociedade*. São Paulo: Global, pp. 134-58, 1983.
- Lazarsfeld, P. *Qualitative Analysis*. Boston: Allyn and Bacon, 1972.
- Lenin, W. *Cahiers philosophiques*. Paris: Éd. Sociales, 1965.
- Lévi-Strauss, C. *Structural Anthropology*. Nova York: Basic Books, 1963.
- . *Le cru et le cuit*. Paris: Plon, 1964.
- . *Antropologia estrutural*, vol. II. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1967.
- . Aula inaugural. *Desvendando máscaras sociais*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, pp. 211-44, 1975.
- Lilienfeld, A. *Foundations of Epidemiology*. Nova York: Oxford University Press, 1976.
- Limoeiro Cardoso, M. *La construcción de conocimientos*. México: Era, 1977.
- Lojkin, J. *O Estado capitalista e a questão urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 1981.
- Lowy, M. *Método dialético e teoria política*. 3.ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- . *Ciências sociais e ideologias*. 2.ª ed. São Paulo: Cortez, 1986.
- Loyola, M. A. *Médicos e curandeiros*. São Paulo: Difel, 1984.
- Lukács, G. *Existencialismo ou marxismo?* São Paulo: Senzala, 1967.

- . *História e consciência de classe*. Porto: Escorpião, 1974.
- Lundberg, G. A. Case Work and the Statistical Method. *Social Force*, 5. Nova York, pp. 60-3, 1926.
- . *Social Research*. Nova York: Longmans Green, 1946.
- Luz, M. T. *As instituições médicas no Brasil: instituição e estratégia de hegemonia*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- MacMahon, B.; J. Ipsen & T. F. Pugh. *Métodos de epidemiología*. México: Prensa Médica Mexicana, 1969.
- Malinowski, B. *Uma teoria científica da cultura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975a.
- Malinowski, B. Objeto, método e alcance desta pesquisa. *Desvendando máscaras sociais*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, pp. 39-63, 1975b.
- . Os Argonautas do Pacífico. *Malinowski*. Os Pensadores. São Paulo: Abril, 1984.
- Mannheim, K. *Ideologia e utopia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
- . O problema de uma sociologia do conhecimento. *Sociologia do conhecimento*. Rio de Janeiro: Zahar, pp. 13-80, 1974.
- . *Sociologia da cultura*. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- Manning, P. K. & J. Fábrega Jr. The Experience of Self and Body. *Phenomenological Sociology*. Nova York: John Wiley & Sons, 1973.
- March, J. C.; M. A. Prieto; M. Hernan & O. Solas. Técnicas cualitativas para la investigación en salud pública y gestión de servicios de salud: algo más que otro tipo de técnicas. In: F. J. Mercado; D. Gastaldo & C. Calderón (org.). *Paradigmas y diseños de la investigación cualitativa en salud*. Guadalajara: Editora Universidad de Guadalajara, pp. 461-79, 2002.
- Martins, J. et al. *Temas fundamentais de fenomenologia*. São Paulo: Moraes, 1984.
- Marx, K. *Contribuição para a crítica da economia política*. 2.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Estampa, 1973.
- Marx, K. & Engels, F. Critique of Hegel's Philosophy of Right. *Marx-Engels Basic Writings on Politics and Philosophy*. Nova York: Doubleday Anchor Original, 1959.
- . Economic and Philosophic Manuscripts of 1844. *The Marx-Engels Reader*. Nova York: W. W. Norton and Company, pp. 52-104, 1972.
- . From the Holy Family (1844) or Critique of Critical Criticism against Bruno Bauer and Company. *Writings of the Young Marx on Philosophy and Society*. Nova York: Doubleday Anchor Books, 1967.
- . *A ideologia alemã*. São Paulo: Hucitec, 1984.

- Maturana, H. O que se observa depende do observador? In: W. I. Thompson (org.). *Gaia: uma teoria do conhecimento*. São Paulo: Editora Gaia, pp. 53-72, 1987.
- . *A ontologia da realidade*. Belo Horizonte: Editora da Universidade Federal de Minas Gerais, 1997.
- Maturana, H. & F. Varela. *Autopoiesis and Cognition. The Realization of Living*. Dordrecht: D. Reidel Publishing, 1979.
- . *The Tree of Know. The Biological Root of Human Understanding*. Boston: New Science Library, 1987.
- Mauss, M. *Sociologie et anthropologie*. Paris: Presses Universitaires de France, 1950.
- . *Sociologia e antropologia*, vols. I e II. São Paulo: EPU-Edusp, 1974.
- . *Antropologia*. São Paulo. Ática, 1979.
- McKeown, T. & C. R. Löwe. *Introducción a la medicina social*. 2.ª ed. México: Siglo XXI, 1984
- Mead, G. H. *Mind, Self and Society*. Chicago: University of Chicago Press, 1934.
- Medronho, R. A. et al. (org.). *Epidemiologia*. São Paulo: Atheneu, 2002.
- Mendes, R. Produção científica brasileira sobre saúde e trabalho na forma de dissertações de mestrado e teses de doutorado de 1980-2002. *Revista Brasileira de Medicina do Trabalho*, vol. 1(2), pp. 87-118, 2003.
- Mercado, F. J.; D. Gastaldo & C. Calderón (org.). *Paradigmas y diseños de la investigación cualitativa en salud*. Guadalajara: Universidad de Guadalajara, 2002.
- Merhy, E. *O capitalismo e a saúde pública*. São Paulo: Papyrus, 1985.
- Merleau-Ponty, M. O filósofo e sua sombra: sobre a fenomenologia da linguagem, a linguagem indireta e as vozes do silêncio. In: *Merleau-Ponty. Textos escolhidos*. Os Pensadores. São Paulo: abril, 1975.
- Merton, R. K. *Sociologia: teoria e estrutura*. São Paulo: Mestre Jou, 1970.
- Merton, T. *Theoretical Sociology*. Nova York: The Free Press, 1969.
- Michelat, G. Quelques contributions à la méthodologie de l'entretien non-directif d'enquête. *Revue Française de Sociologie*, Paris, vol. XVI, pp. 229-47, 1975.
- Minayo, M. C. S. Nossa dor é a dor de nossa vida. *Tempo e Presença*, Rio de Janeiro, vol. XIII, n.º 2, pp. 8-14, 1986.
- . Saúde e doença: uma concepção popular da etiologia. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, vol. IV, n.º 4, pp. 363-81, 1989.
- . Abordagem antropológica para avaliação de políticas sociais. *Revista de Saúde Pública*, vol. 25, n.º 3, pp. 233-8, 1991.

- . Interdisciplinaridade. Uma questão que atravessa o saber, o poder e o mundo vivido. *Medicina*, Ribeirão Preto, vol. XXIV, n.º 2, pp. 70-7, 1991.
- . Quantitativo e qualitativo em indicadores de saúde: revendo conceitos. In: M. F. C. Lima & R. P. Sousa (org.). *Qualidade de vida: compromisso histórico da epidemiologia*. Belo Horizonte: Coopmed-Abrasco, pp. 25-33, 1994.
- . (org.). *Os muitos Brasis: saúde e população na década de 80*. São Paulo-Rio de Janeiro: Hucitec-Abrasco, 1995.
- . Construção da identidade da antropologia na área da saúde: o caso brasileiro. In: *Antropologia da Saúde: traçando identidades e explorando fronteiras*. Rio de Janeiro: Relume Dumará-Fiocruz, pp. 29-43, 1998.
- . *O desafio do conhecimento*. 6.ª ed. São Paulo: Hucitec, 2000.
- Minayo, M. C. S. O enfoque ecossistêmico de saúde e qualidade de vida. In: M. C. S. Minayo & A. F. Miranda (org.). *Saúde e ambiente sustentável: estreitando nós*. Rio de Janeiro: Fiocruz, pp. 72-89, 2002.
- Minayo, M. C. S. & Sanchez, O. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? *Cadernos de Saúde Pública*, 9(3), pp. 239-62, 1993.
- Minayo, M. C. S. & M. Minayo. Interdisciplinaridade: funcionalidade ou utopia? *Saúde e Sociedade*, Rio de Janeiro, vol. III, n.º 2, pp. 5-21, 1996.
- Minayo, M. C. S. & O. Cruz Neto, O. Triangulación de métodos en la evaluación de programas y servicios de salud. In: M. N. Bronfman & R. Castro (org.). *Salud, cambio social y política: perspectivas desde América Latina*. Ciudad de México: Edamex, pp. 65-80, 1999.
- Minayo, M. & E. R. Souza. É possível prevenir a violência? Reflexões a partir do campo da saúde pública. *Ciência & Saúde Coletiva*, 4(1), pp. 7-32, 1999.
- Minayo, M. C. S.; O. Cruz Neto; S. F. Deslandes & R. Gomes. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 23.ª ed. Petrópolis: Vozes, 2004.
- Minayo, M. C. S. & C. Minayo-Gómez. Díficeis e possíveis relações entre métodos quantitativos e qualitativos nos estudos de problemas de saúde. In: P. Goldemberg; R. M. G. Marsiglia & M. H. A. Gomes (org.). *O clássico e o novo: tendências, objetos e abordagens das ciências sociais e saúde*. Rio de Janeiro: Fiocruz, pp. 117-42, 2003a.
- Minayo, M. C. S.; S. G. Assis; S. F. Deslandes & E. R. Souza. Possibilidades e dificuldades nas relações entre ciências sociais e epidemiologia. *Ciência & Saúde Coletiva*, vol. 8(1), 2003b.
- Minayo, M. C. S.; S. G. Assis & E. R. Souza (org.). *Avaliação por triangulação de métodos*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.

- Minayo-Gómez, C. Violência no trabalho. In: E. R. Souza & M. C. S. Minayo (org.). *Impacto da violência na saúde dos brasileiros*. Rio de Janeiro: Editora Brasília, pp. 241-78, 2005.
- Minayo-Gómez, C. & S. M. F. Thedim. A construção do campo da saúde do trabalhador: percursos e dilemas. *Cadernos de Saúde Pública*, vol. 13, n.º 2, pp. 21-32, 1995.
- Minayo-Gómez, C. & F. A. Lacaz. Saúde do trabalhador: novas e velhas questões. *Ciência & Saúde Coletiva*, 10(4), pp. 797-807, 2005.
- Monteiro, P. *Da doença à desordem: a magia na umbanda*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- Mora, J. F. *Diccionario de filosofía*, vols. I e IV. Madri: Alianza (580s) e (2915s), 1982.
- Morin, E. *Ciência como consciência*. Lisboa: Europa-América, 1982.
- . *O problema epistemológico da complexidade*. Lisboa: Europa-América, 1983.
- . *Ciência com consciência*. Mem Martins: Europa-América, 1990.
- Myrdal, G. *Objectivity in Social Research*. Pensilvânia: Pantheon Books, 1969.
- Nunes, E. D. (org.). *Medicina social: aspectos históricos e teóricos*. São Paulo: Global, 1983.
- . *As ciências sociais em saúde na América Latina*. Washington: Opas, 1985.
- . *Sobre a sociologia da saúde*. São Paulo: Hucitec, 1999.
- Oliveira, H. & M. C. S. Minayo. Complexidade e mortalidade infantil. In: M. C. S. Minayo & S. F. Deslandes (org.). *Caminhos do pensamento: epistemologia e método*. 2.ª ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, pp. 31-42, 2003.
- Oliveira, J. & S. M. F. Teixeira. *(Im)previdência social*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- Orlandi, E. P. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. Campinas: Pontes, 1987.
- Ortega y Gasset, J. *A rebelião das massas*. São Paulo: Martins Fontes, 1987.
- Osborn, A. F. *Applied Imagination: Principles and Procedures of Creative Thinking*. Nova York: Charles Scriber's Sons, 1953.
- Osgood, C. E. *The Representation Model and Relevant Reserch Method. Trends in Content Analysis*. Urbana: University of Illinois Press, 1959.
- Panzieri, R. La conception socialiste de l'Enquête Ouvrière. *Lutes de classes en Italie et capitalisme d'aujourd'hui*. Paris: Maspéro, pp. 109-16, 1968.
- Parga Nina, L. et al. *Configuração de situações de pobreza*. Rio de Janeiro: Editora PUC/Rio, vols. I, II, III, IV, 1985.
- Park, R. & E. Burgess. *Introduction to the Science of Sociology*. Chicago: University of Chicago Press, 1921.

- Parsons, T. *The Social System*. Glencoe, Illinois: The Free Press, 1951.
- Payne, G. et al. *Sociology and Social Research*. Londres: Routledge and Kegan Paul, 1981.
- Pêcheux, M. *Semântica e discurso*. Campinas: Unicamp, 1988.
- Pellegrini, A. *Ciencia en prol de la salud*. Washington: Opas, 2000.
- Pellegrini, A.; N. Almeida Filho & J. Trostle. La investigación de la salud en América Latina y el Caribe. In: *Prioridades en la investigación de la salud colectiva en América Latina*. Montevideu: Geops, pp. 25-39, 1998.
- Pellegrini, E. Philosophy of Medicine. *The Journal of Medicine and Philosophy*, vol. I, n.º 1, março de 1976.
- Poirier, J. et al. *Les récits de vie: théorie et pratique*. Paris: Presses Universitaires de France, 1985.
- Poirier, J. & M. Clapier-Valladon. Le concept d'ethnobiographie et le récits de vie croisés. *Cahiers Internationaux de Sociologie* (numéro spécial) *Histoires de vie et vie sociale*, XXVII année, juillet-décembre, pp. 351-8, 1980.
- Popper, K. *La logique de la découverte scientifique*. Paris: Payot, 1973.
- Possas, C. *Saúde e trabalho: a crise da previdência social*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- Prigogine, I. *O nascimento do tempo*. Trad. João Gama. Lisboa: Edições 70, 1991.
- Prigogine, I. & I. Stengers. *A nova aliança. A metamorfose da ciência*. Brasília: UNB, 1984.
- Rabelo, M. C. M.; P. C. Alves & I. M. A. Souza. Signos, significados e práticas relativos à doença mental. In: M. C. M. Rabelo et al. (org.). *Experiência de doença e narrativa*. Rio de Janeiro: Fiocruz, pp. 43-73, 1999.
- Radcliffe-Brown, A. R. *Method in Social Anthropology*. Chicago: The University of Chicago Press, 1958.
- . *Estrutura e função na sociedade primitiva*. Petrópolis: Vozes, 1973.
- Ribeiro, D. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Círculo do Livro, 1995.
- Rodrigues, J. C. *O corpo na história*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001.
- Rondelli, E. Mídia e saúde: os discursos se entrelaçam. In: A. M. R. Pitta. *Saúde & comunicação: visibilidade e silêncios*. São Paulo: Hucitec-Abrasco, 1995.
- Samaja, J. *Epistemología y metodología: elementos para una teoría de la investigación científica*. Buenos Aires: Eudeba, 1993.
- Sachs, C. *São Paulo, políticas públicas e habitação popular*. São Paulo: Edusp, 1999.
- Sacks, O. *Um antropólogo em Marte*. S. Paulo: Companhia das Letras, 2002.

- Santos, Boaventura de Sousa. *Introdução a uma ciência pós-moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1989.
- Sapir, E. *Anthropologie*, t. I. Paris: Minuit, 1967.
- Sartre, J.-P. Questão de método. *Sartre*. Os Pensadores. São Paulo: Abril, 1978.
- Schaff, A. *O marxismo e o indivíduo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
- Schleiermacher, F. *Hermenêutica: arte e técnica da interpretação*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- Schrader, A. *Introdução à pesquisa social empírica*. Porto Alegre: Globo, 1987.
- Schutz, A. Equality and the Social Meaning Structure. *Collected Papers II*. Haia: Martinus Nijhoff, 1964.
- . *Concept and Theory Formation in the Social Sciences. Sociological Perspectives*. Middlessex: Penguin Books, 1971.
- . *Fenomenologia e relações sociais*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- . *Collected Papers I. Common-sense and Scientific Interpretations of Human Action*. 2.ª ed. Haia: Martinus Nijhoff, 1982.
- Schutz, A. & Luckmann. The Stratifications of the Life-World. *The Structures of Life-World*. Evanston: North-Western University Press, 1973.
- Schwartz, M. & Schwartz, C. G. Problems in Participant Observation. *American Journal of Sociology*, 60 (Jan.), pp. 343-53, 1955.
- Scrimshaw, S. & E. Hurtado. *Anthropological Approaches for Programmes Improvement*. Los Angeles: University of California Press, 1987.
- Sfez, L. *La santé parfaite*. Paris: Seuil, 1997.
- Sigerist, H. E. *Henry Sigerist on the Sociology of Medicine*. Nova York: MD Publications, 1929.
- Smart, B. *Sociologia, fenomenologia e análise marxista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- Snow, J. *Sobre a maneira de transmissão da cólera*. Rio de Janeiro: Usaid, 1967.
- Sontag, S. A. *Doença como metáfora*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- Spink, M. J. O conceito de representação social na abordagem psicossocial. *Cadernos de Saúde Pública*, 9 (3), pp. 300-08, 1994.
- . Desvendando teorias implícitas: uma metodologia das representações sociais. In: S. Jovchelovitch & P. Guareshi (org.). *Textos em representações sociais*. Petrópolis: Vozes, pp. 23-43, 1994.
- Stein, E. Dialética e hermenêutica: uma controvérsia sobre Método em Filosofia. *Dialética e Hermenêutica*, 1987.
- Stern, B. J. *Social Factors in Medical Progress*. Nova York: Columbia University Press, 1927.

- Stouffer, S. An Experimental Comparison of Statistical and its Implications to Tropical and Emerging Diseases. *Cadernos de Saúde Pública*, vol. 17(supl. 1), pp. 7-36, 1931.
- Tambellini, A. M. *Contribuição à análise epidemiológica dos acidentes de trânsito*. Doutorado. Campinas: Unicamp, mimeo, 1976.
- Tarride, M. I. *Saúde pública: uma complexidade anunciada*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1998.
- Teixeira, S. M. F. As ciências sociais em saúde no Brasil. In: E. D. Nunes (org.). *As ciências sociais em saúde na América Latina. Tendências e perspectivas*. Brasília: Opas, pp. 87-110, 1985.
- Thiollent, M. *Metodologia da pesquisa-ação*. 2.ª ed. São Paulo: Cortez, 1987.
- Thomas, W. I. The Definition of the Situation. In: W. I. Thomas. *Social Theory*. 3.ª ed. Nova York: Mcmillan, 1970.
- Thomas, W. & F. Znaniecki. The Polish Peasant in Europe and America. *Sociological Research*. Nova York. Harcourt, Brace and World, pp. 196-211, 1963.
- Thompson, P. *The Voice of the Past: Oral History*. Londres: Oxford University Press, 1978.
- Unesco & Icasu. Declaration on Science and the Use of Scientific Knowledge, 1999. Disponível em: <<http://WWW.helix.nature.com.wcs/02-1g.html>>. Acesso em 20 de dezembro de 2005.
- Unrug, M. C. *Analyse de contenu et acte de parole*. Paris: Éd. Universitaires, 1974.
- Varela, J. Los métodos de consenso en el sector sanitario. *Gaceta Sanitaria*, (5), pp. 114-6, 1991.
- Vázquez, A. S. *Filosofia da práxis*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.
- Verret, M. Sur la culture ouvrière. *La Pensée*, Paris, n.º 163, juin, 1972.
- Waiselfsz, J. *Avaliação participativa*. São Paulo: FDE, 1998.
- Wallerstein, I. *El legado de la sociología, la promesa de la ciencia social*. Caracas: Nueva Sociedad, 1999.
- Walters-Toews, D. An Ecosystem Approach to Health and its Implications to Tropical and Emerging Diseases. *Cadernos de Saúde Pública*, 17(supl. 1), pp. 7-36, 2001.
- Weber, Max. *The Methodology of the Social Sciences*. Nova York/Glencoe: Ed. Edward Shilis, 1949.
- *Metodologia das ciências sociais*, vols. 1 e 2. São Paulo: Cortez, 1993.
- *Basic Concepts in Sociology by Max Weber*. Nova York: The Citadel Press, 1964.
- *Essais sur la théorie de la science*. Paris: Plon, 1965.
- *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Pioneira, 1985.



- . *A objetividade do conhecimento nas ciências e na política social*. Lisboa: Editorial Lisboa, 1974.
- Wiener, N. *Cibernética e sociedade. O uso humano de seres humanos*. São Paulo: Cultrix, 1978.
- Wolcott, H. *Mejorar la escritura de la investigación cualitativa*. Medellín: Contus, 2003.
- Wright Mills, C. *Sociologia do conhecimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.
- . *A imaginação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1952.
- Yin, R. K. *Case Study Research — Design and Methods*. Londres: Sage Publications, 1989.
- Zaluar, A. Teoria e prática do trabalho de campo. In: R. Cardoso (org.). *A aventura antropológica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, pp. 107-26, 1986.



TÍTULOS PUBLICADOS NA COLEÇÃO "SAÚDE EM DEBATE" ATÉ 2009

*Saúde e Assistência Médica no Brasil*, Carlos Gentile de Mello  
*Ensaio Médico-Sociais*, Samuel Pessoa  
*Medicina e Política*, Giovanni Berlinguer  
*O Sistema de Saúde em Crise*, Carlos Gentile de Mello  
*Saúde e Previdência: Estudos de Política Social*, José Carlos de Souza Braga & Sérgio Góes de Paula  
*Saúde nas Fábricas*, Giovanni Berlinguer  
*Ecologia: Capital, Trabalho e Ambiente*, Laura Conti  
*Ambiente de Trabalho: a Luta dos Trabalhadores Pela Saúde*, Ivar Oddone et al  
*Saúde Para Todos: um Desafio ao Município — a Resposta de Bauru*, David Capistrano Filho (org.)  
*Os Médicos e a Política de Saúde*, Gastão Wagner de Sousa Campos  
*Epidemiologia da Desigualdade*, César G. Victora, Fernando C. de Barros & Patrick Vaughan  
*Saúde e Nutrição das Crianças de São Paulo*, Carlos Augusto Monteiro  
*Saúde do Trabalhador*, Aparecida Linhares Pimenta & David Capistrano Filho  
*A Doença*, Giovanni Berlinguer  
*Reforma Sanitária: Itália e Brasil*, Giovanni Berlinguer, Sônia M. Fleury Teixeira & Gastão Wagner de Sousa Campos  
*Educação Popular nos Serviços de Saúde*, Eymard Mourão Vasconcelos  
*Processo de Produção e Saúde*, Asa Cristina Laurell & Mariano Noriega  
*Trabalho em Turnos e Noturno*, Joseph Rutenfranz, Peter Knauth & Frida Marina Fischer  
*Programa de Saúde dos Trabalhadores (a Experiência da Zona Norte: Uma Alternativa em Saúde Pública)*, Danilo Fernandes Costa, José Carlos do Carmo, Maria Maeno Settimi & Ubiratan de Paula Santos  
*A Saúde das Cidades*, Rita Esmanhoto & Nizan Pereira Almeida  
*Saúde e Trabalho. A Crise da Previdência Social*, Cristina Possas  
*Saúde Não se Dá, Conquista-se*, Demócrito Moura  
*Planejamento sem Normas*, Gastão Wagner de Sousa Campos, Emerson Elias Merhy & Everardo Duarte Nunes  
*Epidemiologia e Sociedade. Heterogeneidade Estrutural e Saúde no Brasil*, Cristina Possas  
*Tópicos de Saúde do Trabalhador*, Frida Marina Fischer, Jorge da Rocha Gomes & Sérgio Colacioppo  
*Epidemiologia do Medicamento. Princípios Gerais*, Joan-Ramon Laporte et al.  
*Educação Médica e Capitalismo*, Lilia Blima Schraiber  
*SaúdeLoucura 1*, Antonio Lancetti et al  
*Desinstitucionalização*, Franco Rotelli et alii  
*Programação em Saúde Hoje*, Lilia Blima Schraiber (org.)  
*SaúdeLoucura 2*, Félix Guatari, Gilles Deleuze et al.  
*Epidemiologia: Teoria e Objeto*, Dina Czeresnia Costa (org.)  
*Sobre a Maneira de Transmissão do Cólera*, John Snow  
*Hospital, Dor e Morte Como Ofício*, Ana Pitta  
*A Multiplicação Dramática*, Hernán Kesselman & Eduardo Pavlovsky  
*Cinco Lições Sobre a Transferência*, Gregorio Barembliitt  
*A Saúde Pública e a Defesa da Vida*, Gastão Wagner de Sousa Campos  
*Epidemiologia da Saúde Infantil*, Fernando C. Barros & Cesar G. Victora  
*Juqueri, o Espinho Adormecido*, Evelin Naked de Castro Sá & Cid Roberto Bertozzo Pimentel  
*O Marketing da Fertilidade*, Yvan Wolffers et alii  
*Lacantroças*, Gregorio Barembliitt  
*Terapia Ocupacional: Lógica do Trabalho ou do Capital?* Lea Beatriz Teixeira Soares  
*Minhas Pulgas*, Giovanni Berlinguer  
*Mulheres: Sanitaristas de Pés Descalços*, Nelsina Mello de Oliveira Dias  
*Epidemiologia — Economia, Política e Saúde*, Jaime Breilh  
*O Desafio do Conhecimento*, Maria Cecília de Souza Minayo  
*SaúdeLoucura 3*, Herbert Daniel et al.  
*Saúde, Ambiente e Desenvolvimento*, Maria do Carmo Leal et al.  
*Promovendo a Equidade: um Novo Enfoque com Base no Setor da Saúde*, Emanuel de Kadat & Renato Tasca  
*A Saúde Pública Como Política*, Emerson Elias Merhy  
*Sistema Único de Saúde*, Guido Ivan de Carvalho & Lenir Santos  
*Reforma da Reforma*, Gastão Wagner S. Campos  
*O Município e a Saúde*, Luiza S. Heimann et al  
*Epidemiologia Para Municípios*, J. P. Vaughan  
*Distrito Sanitário*, Eugênio Vilaça Mendes  
*Psicologia e Saúde*, Florianita Braga Campos (org.)  
*Questões de Vida: Ética, Ciência, Saúde*, Giovanni Berlinguer  
*Saúde Mental e Cidadania no Contexto dos Sistemas Locais de Saúde*, Maria E. X. Kalil (org.)  
*Mario Tommasini: Vida e Feitos de um Democrata Radical*, Franca Ongaro Basaglia  
*Saúde Mental no Hospital Geral: Espaço Para o Psíquico*, Neury J. Botega & Paulo Dalgalarondo  
*O Médico e seu Trabalho: Limites da Liberdade*, Lilia Blima Schraiber  
*O Limite da Exclusão Social. Meninos e Meninas de Rua no Brasil*, Maria Cecília de Souza Minayo  
*Saúde e Trabalho no Sistema Único do Sus*, Neiry Primo Alessi et al  
*Ruído: Riscos e Prevenção*, Ubiratan de Paula Santos (org.)

*Informações em Saúde: da Prática Fragmentada ao Exercício da Cidadania*, Ilara Hammerty Sozzi de Moraes  
*Saúde Loucura 4*, Gregorio Baremlitt et al  
*Odontologia e Saúde Bucal Coletiva*, Paulo Capel Narvai  
*Manual de Saúde Mental*, Benedetto Saraceno et al  
*Assistência Pré-Natal: Prática de Saúde a Serviço da Vida*, Maria Inês Nogueira  
*Saber Preparar Uma Pesquisa*, André-Pierre Contandriopoulos et al  
*Pensamento Estratégico e Lógica da Programação*, Mario Testa  
*Os Estados Brasileiros e o Direito à Saúde*, Sueli G. Dallari  
*Inventando a Mudança na Saúde*, Luiz Carlos de Oliveira Cecílio et al  
*Uma História da Saúde Pública*, George Rosen  
*Drogas e Aids*, Fábio Mesquita & Francisco Inácio Bastos  
*Tecnologia e Organização Social das Práticas de Saúde*, Ricardo Bruno Mendes Gonçalves  
*Epidemiologia e Emancipação*, José Ricardo de Carvalho Mesquita Ayres  
*Razão e Planejamento*, Edmundo Gallo, Ricardo Bruno Mendes Gonçalves & Emerson Elias Merhy  
*Os Muitos Brasis: Saúde e População na Década de 80*, Maria Cecília de Souza Minayo (org.)  
*Da Saúde e das Cidades*, David Capistrano Filho  
*Sistemas de Saúde: Continuidades e Mudanças*, Paulo Marchiori Buss & Maria Eliana Labra  
*Aids: Ética, Medicina e Tecnologia*, Dina Czeresnia et al  
*Aids: Pesquisa Social e Educação*, Dina Czeresnia et al  
*Maternidade: Dilema entre Nascimento e Morte*, Ana Cristina d'Andretta Tanaka  
*Construindo Distritos Sanitários. A Experiência da Cooperação Italiana no Município de São Paulo*, Carmen Fontes Teixeira & Cristina Melo (orgs.)  
*Memórias da Saúde Pública: a Fotografia como Testemunha*, Maria da Penha C. Vasconcellos (coord.)  
*Medicamentos, Drogas e Saúde*, E. A. Carlini  
*Indústria Farmacêutica, Estado e Sociedade*, Jorge Antonio Zepeda Bermudez  
*Propaganda de Medicamentos: Atentado à Saúde?* José Augusto Cabral de Barros  
*Relação Ensino/Serviços: Dez Anos de Integração Docente Assistencial (IDA) no Brasil*, Regina Giffoni Marsiglia  
*Velhos e Novos Males da Saúde no Brasil*, Carlos Augusto Monteiro (org.)  
*Dilemas e Desafios das Ciências Sociais na Saúde Coletiva*, Ana Maria Canesqui  
*O "Mito" da Atividade Física e Saúde*, Yara Maria de Carvalho  
*Saúde & Comunicação: Visibilidades e Silêncios*, Aurea M. da Rocha Pitta  
*Profissionalização e Conhecimento: a Nutrição em Questão*, Maria Lúcia Magalhães Bosi  
*Saúde do Adulto: Programas e Ações na Unidade Básica*, Lília Blima Schraiber, Maria Ines Baptistela Nemes & Ricardo Bruno Mendes-Gonçalves (orgs.)  
*Nutrição, Trabalho e Sociedade*, Solange Veloso Viana  
*Uma Agenda para a Saúde*, Eugênio Vilaça Mendes  
*A Construção da Política Nacional de Medicamentos*, José Ruben de Alcântara Bonfim & Vera Lúcia Mercucci (orgs.)  
*Ética da Saúde*, Giovanni Berlinguer  
*A Construção do SUS a Partir do Município: Etapas para a Municipalização Plena da Saúde*, Silvio Fernandes da Silva  
*Reabilitação Psicossocial no Brasil*, Ana Pitta (org.)  
*Saúde Loucura 5*, Gregorio Baremlitt (org.)  
*Saúde Loucura 6*, Eduardo Passos Guimarães (org.)  
*Assistência Social e Cidadania*, Antonio Lancetti (org.)  
*Sobre o Risco: Para Compreender a Epidemiologia*, José Ricardo de Mesquita Aires  
*Ciências Sociais e Saúde*, Ana Maria Canesqui (org.)  
*Agir em Saúde*, Emerson Elias Merhy & Rosana Onocko (orgs.)  
*Contra a Maré à Beira-Mar*, Florianita Braga Campos & Cláudio Maiero-vitch  
*Princípios Para Uma Clínica Antimanicomial*, Ana Marta Lobosque  
*Modelos Tecnoassistenciais em Saúde: o Debate no Campo da Saúde Coletiva*, Aluísio G. da Silva Junior  
*Políticas Públicas, Justiça Distributiva e Inovação: Saúde e Saneamento na Agenda Social*, Nilson do Rosário Costa  
*A Era do Saneamento: as Bases da Política de Saúde Pública no Brasil*, Gilberto Hochman  
*O Adulto Brasileiro e as Doenças da Modernidade: Epidemiologia das Doenças Crônicas Não-Transmissíveis*, Ines Lessa (org.)  
*Malária e Seu Controle*, Rita Barradas Barata  
*O Dengue no Espaço Habitado*, Maria Rita de Camargo Donalísio  
*A Organização da Saúde no Nível Local*, Eugênio Vilaça Mendes (org.)  
*Trabalho e Saúde na Aviação: a Experiência entre o Invisível e o Risco*, Alice Itani  
*Mudanças na Educação Médica e Residência Médica no Brasil*, Laura Feuerwerker  
*A Evolução da Doença de Chagas no Estado de São Paulo*, Luis Jacintho da Silva  
*Malária em São Paulo: Epidemiologia e História*, Marina Ruiz de Matos  
*Civilização e Doença*, Henry Sigerist  
*Medicamentos e a Reforma do Setor Saúde*, Jorge Antonio Zepeda Bermudez & José Ruben de Alcântara Bonfim (orgs.)  
*A Mulher, a Sexualidade e o Trabalho*, Eleonora Menicucci de Oliveira

Saúde Sexual e Reprodutiva no Brasil, Loren Galvão & Juan Díaz (orgs.)  
 A Educação dos Profissionais de Saúde da América Latina (Teoria e Prática de um Movimento de Mudança) — Tomo 1 "Um Olhar Analítico" — Tomo 2 "As Vozes dos Protagonistas", Marcio Almeida, Laura Feuerwerker & Manuel Llanos C. (orgs.)  
 Vigilância Sanitária: Proteção e Defesa da Saúde, Ediná Alves Costa  
 Sobre a Sociologia da Saúde. Origens e Desenvolvimento, Everardo Duarte Nunes  
 Ciências Sociais e Saúde para o Ensino Médico, Ana Maria Canesqui (org.)  
 Educação Popular e a Atenção à Saúde da Família, Eymard Mourão Vasconcelos  
 Um Método Para Análise e Co-Gestão de Coletivos, Gastão Wagner de Sousa Campos  
 A Ciência da Saúde, Naomar de Almeida Filho  
 A Voz do Dono e o Dono da Voz: Saúde e Cidadania no Cotidiano Fabril, José Carlos "Cacau" Lopes  
 Da Arte Dentária, Carlos Botazzo  
 Saúde e Humanização: a Experiência de Chapecó, Aparecida Linhares Pimenta (org.)  
 Consumo de Drogas: Desafios e Perspectivas, Fábio Mesquita & Sérgio Seibel  
 SaúdeLoucura 7, Antonio Lancetti (org.)  
 Ampliar o Possível: a Política de Saúde do Brasil, José Serra  
 SUS Passo a Passo: Normas, Gestão e Financiamento, Luiz Odorico Monteiro de Andrade  
 A Saúde nas Palavras e nos Gestos: Reflexões da Rede Educação Popular e Saúde, Eymard Mourão Vasconcelos (org.)  
 Municipalização da Saúde e Poder Local: Sujeitos, Atores e Políticas, Silvio Fernandes da Silva  
 A Cor-Agem do PSF, Maria Fátima de Souza  
 Agentes Comunitários de Saúde: Choque de Povo, Maria Fátima de Souza  
 A Reforma Psiquiátrica no Cotidiano, Angelina Harari & Williams Valentini (orgs.)  
 Saúde: Cartografia do Trabalho Vivo, Emerson Elias Merhy  
 Além do Discurso de Mudança na Educação Médica: Processos e Resultados, Laura Feuerwerker  
 Tendências de Mudanças na Formação Médica no Brasil: Tipologia das Escolas, Jadete Barbosa Lampert  
 Os Sinais Vermelhos do PSF, Maria Fátima de Sousa (org.)  
 O Planejamento no Labirinto: Uma Viagem Hermenêutica, Rosana Onocko Campos  
 Saúde Páideia, Gastão Wagner de Sousa Campos  
 Biomedicina, Saber & Ciência: Uma Abordagem Crítica, Kenneth R. de Camargo Jr.  
 Epidemiologia nos Municípios: Muito Além das Normas, Marcos Drummond Júnior  
 A Psicoterapia Institucional e o Clube dos Saberes, Arthur Hyppólito de Moura  
 Epidemiologia Social: Compreensão e Crítica, Djalma Agripino de Melo Filho  
 O Trabalho em Saúde: Olhando e Experienciando o SUS no Cotidiano, Emerson Elias Merhy et al  
 Natural, Racional Social: Razão Médica e Racionalidade Científica, Madel T. Luz  
 Acolher Chapecó: Uma Experiência de Mudança do Modelo Assistencial, com Base no Processo de Trabalho, Túlio Batista Franco et al.  
 Educação Médica em Transformação: Instrumentos para a Construção de Novas Realidades, João José Neves Marins  
 Proteção Social. Dilemas e Desafios, Ana Luiza d'Ávila Viana, Paulo Eduardo M. Elias & Nelson Ibanez (orgs.)  
 O Público e o Privado na Saúde, Luiza Sterman Heimann, Lauro Cesar Ibanhes & Renato Barbosa (orgs.)  
 O Currículo Integrado do Curso de Enfermagem da Universidade Estadual de Londrina: do Sonho à Realidade, Maria Solange Gomes Dellaroza & Marli Terezinha Oliveira Vanucchi (orgs.)  
 A Construção da Clínica Ampliada na Atenção Básica, Gustavo Tenório Cunha  
 Saúde Coletiva e Promoção da Saúde: Sujeito e Mudança, Sérgio Resende Carvalho  
 Saúde e Desenvolvimento Local, Marco Akerman  
 Saúde do Trabalhador no SUS: Aprender com o Passado, Trabalhar o Presente e Construir o Futuro, Maria Maeno & José Carlos do Carmo  
 A Espiritualidade do Trabalho em Saúde, Eymard Mourão Vasconcelos (org.)  
 Saúde Todo Dia: Uma Construção Coletiva, Rogério Carvalho Santos  
 As Duas Faces da Montanha: Estudos sobre Medicina Chinesa e Acupuntura, Marilene Cabral do Nascimento  
 Perplexidade na Universidade: Vivências nos Cursos de Saúde, Eymard Mourão Vasconcelos, Lia Haikal Frota & Eduardo Simon  
 Tratado de Saúde Coletiva, Gastão Wagner de Sousa Campos, Maria Cecília de Souza Minayo, Marco Akerman, Marcos Drummond Jr. & Yara Maria de Carvalho (orgs.)  
 Entre Arte e Ciência: Fundamentos Hermenêuticos da Medicina Homeopática, Paulo Rosenbaum  
 A Saúde e o Dilema da Intersetorialidade, Luiz Odorico Monteiro de Andrade  
 Olhares Socioantropológicos Sobre os Adoecidos Crônicos, Ana Maria Canesqui (org.)  
 Na Boca do Rádio: o Radialista e as Políticas Públicas, Ana Luísa Zaniboni Gomes  
 SUS: Ressignificando a Promoção da Saúde, Adriana Castro & Miguel Malo (orgs.)  
 SUS: Pacto Federativo e Gestão Pública, Vânia Barbosa do Nascimento  
 Memórias de um Médico Sanitarista que Virou Professor Enquanto Escrevia Sobre. . . , Gastão Wagner de Sousa Campos  
 Saúde da Família, Saúde da Criança: a Resposta de Sobral, Anamaria Cavalcante Silva  
 A Construção da Medicina Integrativa: um Desafio para o Campo da Saúde, Nelson Filice de Barros  
 O Projeto Terapêutico e a Mudança nos Modos de Produzir Saúde, Gustavo Nunes de Oliveira  
 As Dimensões da Saúde: Inquérito Populacional em Campinas, SP, Marilisa Berti de Azevedo Barros, Chester Luiz Galvão César, Luana Carandina & Moisés Goldbaum (orgs.)

*Avaliar para Compreender: Uma Experiência na Gestão de Programa Social com Jovens em Osasco, SP*, Juan Carlos Aneiros Fernandez, Marisa Campos & Dulce Helena Cazzuni (orgs.)  
*O Médico e Suas Interações: Confiança em Crise*, Lília Blima Schraiber  
*Ética nas Pesquisas em Ciências Humanas e Sociais na Saúde*, Iara Coelho Zito Guerriero, Maria Luisa Sandoval Schmidt & Fabio Zicker (orgs.)  
*Homeopatia, Universidade e SUS: Resistências e Aproximações*, Sandra Abrahão Chaim Salles  
*Manual de Práticas de Atenção Básica: Saúde Ampliada e Compartilhada*, Gastão Wagner de Sousa Campos & André Vinicius Pires Guerrero (orgs.)  
*Saúde Comunitária: Pensar e Fazer*, Cezar Wagner de Lima Góis  
*Pesquisa Avaliativa em Saúde Mental: Desenho Participativo e Efeitos da Narratividade*, Rosana Onocko Campos, Juarez Pereira Furtado, Eduardo Passos & Regina Benevides  
*Saúde, Desenvolvimento e Território*, Ana Luiza d'Ávila Viana, Nelson Ibanez & Paulo Eduardo Mangeon Elias (orgs.)  
*Educação e Saúde*, Ana Luiza d'Ávila Viana & Célia Regina Pierantoni (orgs.)  
*Direito à Saúde: Discursos e Práticas na Construção do SUS*, Solange L'Abbate  
*Infância e Saúde: Perspectivas Históricas*, André Mota e Lília Blima Schraiber (orgs.)  
*Conexões: Saúde Coletiva e Políticas de Subjetividade*, Sérgio Resende Carvalho, Sabrina Ferigato, Maria Elisabeth Barros (orgs.)  
*Medicina e Sociedade*, Cecília Donnangelo  
*Sujeitos, Saberes e Estruturas: uma Introdução ao Enfoque Relacional no Estudo da Saúde Coletiva*, Eduardo L. Menéndez  
*Saúde e Sociedade: o Médico e seu Mercado de Trabalho*, Cecília Donnangelo & Luiz Pereira  
*A Produção Subjetiva do Cuidado: Cartografias da Estratégia Saúde da Família*, Tulio Batista Franco, Cristina Setenta Andrade & Vitória Solange Coelho Ferreira (orgs.)  
*Medicalização Social e Atenção à Saúde no SUS*, Charles D. Tesser (org.)  
*Saúde e História*, Luiz Antonio de Castro Santos & Lina Faria  
*Violência e Juventude*, Marcia Faria Westphal & Cynthia Rachid Bydlowski  
*Walter Sidney Pereira Leser: das Análises Clínicas à Medicina Preventiva e à Saúde Pública*, José Ruben de Alcântara Bonfim & Sílvia Bastos (orgs.)

SÉRIE "LINHA DE FRENTE"

*Ciências Sociais e Saúde no Brasil*, Ana Maria Canesqui  
*Avaliação Econômica em Saúde*, Leila Sancho  
*Promoção da Saúde e Gestão Local*, Juan Carlos Aneiros Fernandez & Rosilda Mendes (orgs.)  
*Ciências Sociais e Saúde: Crônicas do Conhecimento*, Everardo Duarte Nunes & Nelson Filice de Barros



Impressão e acabamento

*psi7* | *book7*  
psi7.com.br | book7.com.br



**M**aria Cecília divide com o eterno poeta Carlos Drummond de Andrade o privilégio de ter vivido a infância e estudado na cidade mineira de Itabira, antes de escolher o Rio de Janeiro como “pátria” de sua vida profissional. E casada com o professor Carlos Minayo e mãe de Deborah, Christiana e Miryam. A primeira faleceu durante a elaboração da primeira edição deste livro com onze anos de idade. Seu sofrimento, tratamento e morte fizeram parte da reflexão deste livro.

Socióloga, antropóloga e doutora em Saúde Pública, Maria Cecília é pesquisadora titular da Fundação Oswaldo Cruz, onde leciona, orienta estudantes de mestrado e doutorado e tem o papel de coordenação científica do Centro Latino-Americano de Estudos sobre Violência e Saúde.

A autora possui vários livros e artigos publicados em revistas científicas nacionais e internacionais e, em todos, seus temas estão vinculados ao campo das ciências sociais em saúde.

**D**esde sua nona edição, *O Desafio do Conhecimento* apresenta um conteúdo ampliado e aprimorado das oito edições anteriores, trazendo ao leitor uma reflexão madura sobre pesquisa social e pesquisa qualitativa em saúde. A autora, uma das mais importantes cientistas sociais do campo da saúde no Brasil, oferece aos leitores orientações sobre teoria, metodologia, estratégias, técnicas e exemplos práticos a partir de seus mais de trinta anos de experiência profissional. Por isso, este livro problematizador e questionador apresenta também instrumentos práticos para o passo-a-passo de uma investigação.

Por sua complexidade e abrangência, é uma obra imprescindível para cientistas sociais, planejadores, epidemiologistas e para diferentes categorias de investigadores, profissionais e estudantes que se proponham a pesquisar utilizando a abordagem da pesquisa social qualitativa.

HUCITEC EDITORA  
PARA VOCÊ LER E RELER

42  
1971|2013



ISSN 078-85-271-0181-1



O DESAFIO DO CONHECIMENTO